OBRAS COMPLETAS DE JOAQUIM NABUCO

II

JOAQUIM NABUCO

BALMACEDA

*

A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

DURANTE A REVOLTA DE 1893

INSTITUTO
PROGRESSO EDITORIAL S. A.
SÃO PAULO

BALMACEDA

PREFÁCIO

O presente volume, reprodução de uma série de artigos publicados de janeiro a março dêste ano no Jornal do Comércio *sôbre o livro recente de don Julio Bañados Espinosa* Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891, *não é um estudo crítico, é pròpriamente um resumo dessa obra, concluindo, todavia, pela tese contrária. Faltava-me competência em assuntos chilenos para repelir ou alterar as premissas, históricas e políticas, assentadas pelo defensor de Balmaceda; era, porém, uma questão de interpretação tirar delas uma conseqüência inteiramente oposta. Foi o que fiz.*

Nesta publicação intercalei apenas um ou outro desenvolvimento e acrescentei uma nova conclusão. Julguei melhor também reduzir a parte relativa aos excessos cometidos em Santiago depois da queda de Balmaceda, não que me tenha parecido inexato o juízo que manifestei, mas porque, a não apreciar no seu conjunto o procedimento e a obra da Revolução vitoriosa, era preferível não tomar conhecimento de um episódio só, por mais significativo que fôsse.

Neste estudo do livro do sr. Bañados, sinto não poder expressar opinião minha sôbre os grupos e os indivíduos que êle nos apresenta. Servi-me das designações Liberais, Conservadores, Nacionais, Radicais, *sem saber ao certo que espécie de elementos cada um dêsses partidos enfeixa, o seu espírito e temperamento próprio, o caráter de sua influência individual; e do mesmo modo citei os nomes de muitos personagens, de quem não poderia definir o valor, o pêso, a envergadura política. Êsses gabinetes que sobem e descem, êsses partidos que se fracionam ou se coligam, o pessoal numeroso que transita por estas páginas, são para mim uma nomenclatura tão uniforme e tão impessoal como seria um quadro de Sufetas cartagineses ou de Vencedores dos Jogos Olímpicos. Pensei um momento*

em tomar para ponto de partida dêste livro a Revolução, que é a sua parte viva, a que não depende dêsse conhecimento especial dos bastidores chilenos que me falta, porque pode ser vista e apreciada na cena por qualquer espectador, e se apresenta como uma luta de fôrças, de princípios, de sistemas opostos.

Pareceu-me, porém, que o leitor, para poder e querer interessar-se pela Revolução, sentiria a mesma necessidade que eu senti de possuir uma noção dos antecedentes históricos do Chile e da administração Balmaceda. De outra forma, como quem chega no meio da peça, sentiria por baixo das suas primeiras impressões a instabilidade dos fundamentos, que tornaria tudo duvidoso. De qualquer modo, era preciso encher êsse vácuo anterior, e, por isso, aceitei a versão provisória, a história improvisada, feita pelo sr. Bañados.

A América do Sul, seja-me lícito dizer de passagem, e sem aplicação ao Chile, não teve ainda um historiador; não existe esbôço crítico completo da sua existência política; ninguém extraiu ainda do vasto material avulso enterrado em suas capitais longínquas um arcabouço de história. Não há nada escrito do ponto de vista universal. O que há, ou é feito, superficialmente, por estrangeiros que não conhecem as coisas dêsses países, e escrevem por informações que não verificam, alinhavando de preferência dados parciais de falsa estatística; ou então é obra de partidários dos diferentes governos, encarregados de glorificá-los, e que ingênuamente, para não dizer imbecilmente, desempenham a sua grande empreitada de imortalização com a segurança infalível de mumificadores egípcios. Essa lacuna sensível da literatura histórica moderna há de ser, porém, preenchida, mais cedo talvez do que se pensa, quando surgir a Questão da América Latina, a que me refiro nas páginas finais.

Dando a êstes artigos a forma menos efêmera de livro, devo renovar a reserva que fiz em um dêles: — que as conclusões expressas não são definitivas; que elas são apenas o que transparece, para mim com a maior evidência, da versão do sr. Bañados e do próprio Balmaceda; e que muitos dêsses juízos po-

deriam modificar-se pelo conhecimento direto do Chile, dos seus homens, do seu estado social. Em certos pontos importantes, contudo, me admiraria muito se eu chegasse algum dia a vacilar, como entre outros: a responsabilidade de Balmaceda no rompimento entre o Govêrno e a sociedade chilena; a inconstitucionalidade de sua atitude; a impraticabilidade de qualquer evolução vantajosa para o Chile pelo meio revolucionário que êle preferiu e com os elementos pessoais de que se cercou; por último, o caráter desnecessário, indefensável, de proscrição e tirania que reveste a sua Ditadura.

Quem hoje ler seguidamente estas páginas verá que não pretendi, como aliás alguns pensavam, expor, a pretexto e a coberto do incidente chileno, os fatos, os personagens, e as teorias da Ditadura a que estivemos sujeitos, nem confrontar as duas revoluções. Se eu me propusesse estudar, em vez da do Chile, a crise brasileira de 1893-94 — da qual não se pode dizer que tenhamos inteiramente saído, e que ninguém negará ter sido um desenvolvimento da situação militar de 15 de Novembro — o meu comentário recairia sôbre pontos diversos dos que me chamaram a atenção no Chile. Certamente, há grandes semelhanças entre o que se passou ali e o que, depois, nós mesmos presenciamos, e neste livro se encontrarão a miúdo juízos que se aplicam perfeitamente a coisas nossas; as diferenças, porém, têm muito maior importância do que as semelhanças; estas são superficiais, externas, casuais; aquelas, pelo contrário, são profundas, vitais, extremas, e seriam estas últimas, mais do que as primeiras, que eu procuraria analisar, se escrevesse um ensaio sôbre o Jacobinismo brasileiro, *tão caracterìsticamente diferente das outras formas de opressão e desgovernos sul-americanas.*

JOAQUIM NABUCO

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1895.

O LIVRO E O AUTOR

Entre as cartas deixadas por Balmaceda havia uma dirigida ao seu lugar-tenente político, o sr. Julio Bañados Espinosa. Despedindo-se dêle *usque ad aeternum* Balmaceda lhe recomendava: « Escreva, da administração que fizemos juntos, a história verdadeira. Deixo dito a Emília que lhe preste todos os recursos necessários para uma publicação abundante e completa. Com as mensagens, os relatórios ministeriais, o *Diário Oficial* e o *Ferro-carril,* pode fazer a obra. Não a demore, nem a precipite. Faça-a bem. » Parece ter sido a preocupação de Balmaceda, depois que resolveu matar-se, essa de se justificar perante os seus contemporâneos. « Encarrego a Julio Bañados que faça a história da minha administração, escreve êle aos irmãos. Não descansem nessa tarefa. É necessária. Digo a Emília que dê todos os recursos para isso. » Em obediência à última ordem do chefe, a quem serviu até à catástrofe com inteira fidelidade, o sr. Bañados, fugido do Chile, tratou de desempenhar a missão que recebera, e agora acaba de publicar em Paris dois grossos volumes com o título *Balmaceda, seu Govêrno e a Revolução de 1891.*

Para mim a obra era do maior interêsse; eu ainda não tinha lido uma exposição clara da última guerra civil chilena, nem tinha visto nada a que pudesse dar o nome de Oração *pro* Balmaceda. Durante a Revolução, em dias que passei em Buenos Aires, tive a fortuna de encontrar na casa de um amigo chileno, G. Puelma Tupper, alguns dos principais emigrados, e ouvi dêles, de modo fragmentado, como sempre acontece na conversação, os motivos da luta em que estavam empenhados. Por essa ocasião, li na *Prensa* os artigos em que F. Valdés Vergara, figura saliente do radicalismo transandino, procurava captar a opinião argentina. Nada disto me habilitava a converter em razão suficiente a predileção espontânea que desde o princípio senti pela causa revolucionária.

Infelizmente eu nem tinha do Chile o conhecimento, superficial, puramente exterior, que como viajante cheguei a formar do Prata e do Paraguai, mas que tanto ajuda a compreensão dos fatos. A feição do pessoal governante de Santiago não me era, é certo, inteiramente estranha; no Rio de Janeiro, em Washington, em Londres, a bordo de paquetes do Pacífico, e em Buenos Aires, encontrei em diversas épocas chilenos dos mais eminentes; mas êsse conhecimento, feito fora do Chile, era tão insuficiente para os apreciar na cena política como se eu pretendesse julgar de um ator por o ter visto em alguma reunião. Da história parlamentar chilena, posso dizê-lo, eu também não conhecia mais do que as linhas gerais e os grandes relevos; dos seus vultos notáveis, dos O'Higgins, dos Portales, dos Montts, senão o perfil que se encontra nos compêndios de história da América do Sul — rudimentares todos — no *Dicionário Biográfico Americano* de Cortés, ou em artigos de revistas estrangeiras.

Pelo Chile senti sempre grande admiração. Há mais energia nacional, quer me parecer, nessa estreita faixa comprimida entre a Cordilheira e o Pacífico do que em todo o resto da América do Sul. Sem nenhum pensamento de desconfiança contra o nosso vizinho do Prata que nos faça cultivar, por motivo político, a amizade do Chile, temos, para procurar essa amizade, as mais elevadas razões que se possam dar entre dois países. Não sei que homem de espírito disse, há anos, que só encontrara duas nações organizadas e livres na América Latina: *o Império do Chile e a República do Brasil.* Apesar de sermos nós (a história dirá se apesar da monarquia, se devido a ela) a sociedade, sem exceção alguma, mais igualitária do mundo, e de ser o Chile, pelo contrário, uma aristocracia política, tínhamos a mesma continuidade de ordem, de govêrno parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decôro e dignidade oficial. Um e outro govêrno eram exceções genuínas na América do Sul, saliências de terra firme entre ondas revôltas e ensangüentadas.

Mostrou sentir bem isto o próprio Balmaceda quando a 16 de novembro telegrafou ao ministro chileno no Brasil que pusesse às ordens de Dom Pedro II para transportá-lo ao exílio o encouraçado *Cochrane,* então em nossa baía. O sr. Villamil, vendo a revolução consolidada, hesitou em dar cumprimento a uma ordem que podia despertar a suscetibilidade da nova república e acentuar a inversão da diplomacia brasileira, sensível desde as primeiras horas do Govêrno Provisório. Devido talvez a êste receio do representante do Chile, digo *talvez,* porque o Imperador provàvelmente teria preferido seguir viagem para o destêrro a bordo mesmo do *Alagoas,* na esperança de adiar, por uma ficção, a sua separação definitiva do Brasil; devido àquele receio foi que a dinastia brasileira não teve a honra de ser transportada para fora do Continente americano sob a generosa guarda da bandeira chilena. Êste último preito honraria tanto o Brasil como o Chile. Republicanos de instinto e educação, os chilenos acolhêram simpàticamente o 15 de Novembro como a data final do ciclo republicano, com a intuição prática do seu temperamento positivo, a obra democrática e nacional da monarquia no Brasil — obra singular de paciência, constância, desinterêsse e patriotismo, que ficará sendo, na atmosfera agitada e convulsa dêste século na América Latina, um fenômeno quase inexplicável.

Por êsses motivos, interessava-me profundamente formar um juízo sôbre o govêrno de Balmaceda e a Revolução, conhecer a verdade tôda, a verdade dos fatos e a verdade dos sentimentos, que êles umas vêzes revelam, e outras encobrem; interessava-me a análise da esfinge que era para mim Balmaceda; os intuitos, o objetivo, o segrêdo de sua Presidência, e o conjunto de emoções que determinaram nêle o abatimento e o desespêro da manhã de 19 de Setembro. Interessava-me mais, se é possível, o resultado ulterior da tremenda luta, a influência que ela terá sôbre a sorte do Chile: saber se foi um episódio sòmente em sua história política, se uma modificação da

sua energia patriótica, e portanto da missão que lhe parecia reservada na anfictionia sul-americana.

Por isso, a obra do sr. Bañados tinha para mim grande valor. Era a primeira defesa que eu lia da política de Balmaceda, e o meu espírito não só estava preparado para êsse *audi alteram partem,* mas sentia necessidade de não se julgar parcial entre dois partidos chilenos. Espectador sul-americano, eu tinha visto representar no teatro aberto dos Andes uma só tragédia, a do Chile, e queria poder escrever para mim mesmo o argumento dela, recolher a nota de todos os seus terrores e agonias, como o brilho de todos os seus heroísmos, e reduzir tudo, sujeito naturalmente aos erros de uma perspectiva tão afastada, às gradações de minha própria consciência.

O livro do sr. Bañados não me habilita por si só a resolver nenhuma das questões que eu já tinha formulado antes de o ler, mas lança muita luz sôbre tôdas elas; faz surgir outras; introduz-me no mundo político chileno; faz-me compreender a Revolução e, quanto à figura central do grande drama, presta-me todos os esclarecimentos quase que Balmaceda quisera sujeitar à posteridade. Para se ter uma idéia completa dêsse período seria preciso que outro político fizesse a respeito da Revolução o mesmo que o sr. Bañados fêz por Balmaceda, e que um terceiro reunisse o que os advogados de uma e outra parte tivessem omitido no interêsse da defesa de cada uma.

Suponho que é grande entre nós o número de espíritos a quem êste assunto atrai. De dia em dia torna-se mais importante para nós conhecer o estado político da América do Sul, os homens capazes de traçar para ela uma larga estrada, de apontar às suas ambições legítimas um alto objetivo. Nessa convicção, penso que despertará interêsse o resumo de um livro do qual se pode dizer que é a palavra de além-túmulo de Balmaceda. A obra do sr. Bañados tem a ambição, vê-se-o exterior e interiormente, de ser definitiva. O autor é um homem, visìvelmente, de grande capacidade, de múltiplas aptidões, de rara facilidade de trabalho, de compreensão rápida e fecunda assimilação, de leitura política e literária muito extensa, de lar-

gas passadas intelectuais, pode-se dizer de ubiqüidade de pensamento; tem abundância natural, exuberância mesmo, de expressão e de raciocínio; como recursos literários de escritor político, possui clareza de forma, movimento no estilo, grande perícia na apresentação de fatos, o talento de disfarçar as reconvenções, o manejo do claro-escuro, por último a arte do lugar-comum escolhido e a falsa lógica, que são os dois principais efeitos do advogado.

De tudo isso se conclui que êle é uma natureza de lutador incansável e apto para todos os combates. A condição de êxito, de triunfo, nessa espécie de vocação, que se pode chamar universal, como a do sr. Bañados, professor, deputado, jornalista, ministro, literato, financeiro, homem de guerra, advogado, etc., é a mobilização instantânea do espírito. Pode-se dizer que não há em uma vida assim cheia tempo para pensar. O pensamento supõe grandes economias de tempo. Para a luta política quer-se coisa muito diversa do pensamento, que é em última análise a concentração, a absorção do espírito. Assim como se impõe ao chefe de partido que seja sempre acessível a todos, exige-se também dêle que só pense alto. Nas democracias o estadista que se fecha para trabalhar já não está em contato com o movimento político; o pensamento para êle é a ação, que não pode parar um instante, como um rio, sem transbordar. Mesmo no acampamento, quem é César ou Marco Aurélio, escreve os *Comentários* e os *Pensamentos.* Mas muito homem de talento superior nunca produzirá uma obra, uma página, um pensamento, que dê a medida exata do seu valor, por não ter podido *parar* um instante na vida. Eu calculo que o sr. Bañados é um dêsses que não tiveram um dia de retiro interior, que viveram sempre no torvelinho. Seria injusto, porém, imaginar que o seu livro apresenta êsse caráter de superficialidade brilhante, própria do jornalismo político. Não há nêle, é certo, em ponto algum, o traço profundo que caracteriza o biógrafo, não há nenhuma dessas adivinhações do gênio de uma raça, ou do amálgama de uma sociedade. O sr. Bañados não é um filósofo, um historiador, um poe-

ta; o que êle é, o que êle quis ser, é sòmente o defensor de Balmaceda e o acusador da Revolução, e assim a sua obra deve ser julgada como uma defesa política, quando muito como uma apologia histórica.

Como advogado, êle possui um talento de primeira ordem, uma verdadeira mestria. Ora, a arte do advogado está, acima de tudo, em apresentar os fatos complicados do processo de modo a deixar na sombra tudo que lhe pareça contrário, e em formar com êles um conjunto de impressão favorável ao seu cliente, impressão que deve ser composta em forma de *crescendo*. Tratando-se de Balmaceda e da sua responsabilidade — a guerra civil de 1891 — o ponto de verdadeiro litígio, o Rubicon chileno, é o ato pelo qual o Presidente da República passou da constitucionalidade duvidosa em que se mantinha até então à inconstitucionalidade flagrante, decretando por si só as leis de fôrças e de despesa. Reduzida a questão a êste ponto, o julgamento não teria nada de complexo, ou pelo menos seria muito mais simples, mas por isso mesmo a condenação seria mais arriscada. O melhor plano figurou-se então ao sr. Bañados, como tinha parecido ao próprio Balmaceda em diversas mensagens, não ser êsse de apresentar em sua nudez a situação constitucional a 1º de janeiro de 1891, mas, sim, o de chegar a ela através de uma demonstração de que a história do Chile convergia tôda para a condenação do govêrno parlamentar, e de que na presidência de Balmaceda êsse sistema caíra em completo colapso do qual era impossível reanimá-lo. Dêsse modo Balmaceda adquiria a justificação geralmente aceita de homem necessário. A sua carreira ficaria então dividida em dois períodos: no primeiro, êle é o brilhante percursor de si mesmo, o elo mais forte, porque fôra o elo de transformação liberal, na vida constitucional chilena; no segundo, êle é o reformador audaz, a quem cabe a missão de substituir por um govêrno puramente democrático o parlamentarismo, cujo esfacelamento se nos vem contando, o novo Manuel Montt, chamado a reconstruir com a sua energia e o seu patriotismo o princípio da autoridade ameaçado pela anarquia de partidos

pessoais, o *Presidente-Mártir,* que não tendo podido fazer triunfar a sua fé *morre voluntàriamente sôbre a pira que lhe levantaram os seus adversários.*

É essa defesa que pretendo estudar, no seu plano, na sua justificação, nas suas conclusões. Previno o leitor de que é uma extensa sessão de júri, e que não entre para o conselho se o processo não lhe inspira irresistível interêsse, tanto mais quanto poderia chegar, como eu, apenas a um juízo provisório, sujeito a revisão, precisando esclarecimentos que faltam para se converter em uma dessas sentenças com que todos os dias cada um de nós encerra no seu fôro íntimo as causas definitivamente julgadas. Acompanharei o sr. Bañados na sua versão dos acontecimentos, não fazendo mais que notar as dúvidas que êle próprio me sugeriu, as revelações que saem por assim dizer das lacunas de sua defesa. Com êste ensaio não pretendo compor uma lição de Revolução comparada, cadeira que entretanto seria talvez útil criar nas universidades sul-americanas, como complemento do nosso Direito Constitucional.

ATÉ SER ELEITO PRESIDENTE

NA INTRODUÇÃO, o sr. Bañados procura assentar, entre outras teses, que o programa de todos os governos que se sucederam depois da batalha de Maipo em 1818 foi robustecer a autoridade. A Constituição de 1833 é a *tradução escrita dêsse programa e das tendências reinantes na sociedade, prostrada por tantos distúrbios e tanta instabilidade governamental.* Essa idéia é um dos alicerces do seu sistema de defesa. A sociedade política chilena foi edificada sôbre a base de uma *autoridade vigorosa e suficientemente armada para conservar a paz interna.* O grande homem da história do Chile é Portales, *o chanceler de ferro do Novo Mundo.* Portales, o ministro de 1833, representa para o Chile as idéias de ordem, honestidade, justiça, patriotismo e liberdade constitucional. Conseguir ligar através de meio século o nome de Balmaceda ao do primeiro estadista chileno, fazendo-os representantes do mesmo pensamento, não seria para a defesa um mau comêço. « Portales, diz-nos ela, ao morrer mártir nas alturas de Barón, legou aos homens de Estado do Chile um compromisso heróico e um dever sublime: o compromisso de afiançar a todo custo a ordem pública, como único meio de chegar à liberdade, e o dever de dar até a vida em defesa do princípio da autoridade ». Não é entretanto fácil converter em testamento de intransigência a última palavra escrita por Portales no lugar mesmo em que foi morto e que traz o cunho autêntico do seu raro patriotismo: « Um ano de guerra atrasaria de vinte anos a República; com uma transação podem evitar-se desgraças e conservar o país, o que deve ser o nosso primeiro fim. » O sr. Bañados não cita essa frase; como, porém, de Balmaceda, que na fase litigiosa da sua carreira os seus partidários transformaram em protomártir de um novo sistema de govêrno, fazer o her-

deiro político do autor da Constituição que tornou o Chile a aristocracia parlamentar que foi por tanto tempo?

Outro personagem que o sr. Bañados quisera também converter em precursor de Balmaceda é Manuel Montt. Ainda desta vez a tradição de Montt é oposta à de Balmaceda. Montt, um conservador, fechou em 1859 o período revolucionário do Chile, mas não representa, pelo contrário, a ruptura do govêrno com a cultura social do país, como Balmaceda. Na Revolução de 1891, pode-se afirmar, o antigo espírito chileno, os Portales e os Montts, estariam resolutamente com a sociedade contra Balmaceda. A tarefa de achar antecedentes para êste pode tentar os eruditos do seu partido, mas é de todo baldada. Balmaceda irrompe na História chilena, como uma aparição imprevista; é uma evocação, pode-se dizer, na presidência do Chile, do gênio sul-americano da ditadura que nunca havia penetrado nela. Justificá-lo como estando dentro da linha seguida pelo país desde 1833, é fazer ato de cepticismo. A sua defesa pode ser radical, democrática, científica, como se queira, mas não pode ser histórica, conservadora, constitucional, sobretudo tomando-se a Constituição como a soma das conquistas tácitas feitas pelo espírito das instituições sôbre a letra do foral. O sr. Bañados, é certo, traça um perfil da história do Chile para mostrar a *unidade de vistas desde Prieto, vencedor em Lircay, até Balmaceda, vencido em Placilla,* e acrescenta: « O programa político de todos os presidentes do Chile nestes sessenta anos foi vazado em idêntico molde. » Não há, porém, em todos êsses sessenta anos um caso de estremecimento entre o Chefe do Executivo e o Congresso; as lutas foram sempre entre o presidente, representando a totalidade das influências sociais encasteladas no govêrno, e a revolução que as queria desalojar, quando muito, poder-se-ia dizer, entre o espírito de tradição e o de inovação, ao qual o Chile oficial era refratário. O caso de Balmaceda é inteiramente outro; a inovação é êle; o assalto da turbamulta às posições defendidas pela antiga sociedade, é êle quem o comanda. Quanto ao terreno que êle escolheu para o combate, êsse é constitucionalmente o mesmo em que

se feriu na Inglaterra a grande luta entre a Realeza e o Parlamento, da qual se faz datar a maioridade do Govêrno representativo. Existirá na história do Chile antes de Balmaceda um presidente que tivesse pensado alguma vez em assumir a atitude de Carlos I? Deixemos, porém, para o fim o pedestal da *Introdução*, e estudemos a estátua que o sr. Bañados modelou.

Balmaceda, nascido em Santiago, em 1838, foi filho de um rico *hacendado* chileno, íntimo partidário de Manuel Montt. Educado no seminário pensou na adolescência seguir a vida sacerdotal, mas não tardou muito que se desfizesse em seu espírito a impressão do claustro. Em 1864 o pai conseguiu do seu amigo Manuel Montt, nomeado representante do Chile no Congresso Americano de Lima, que tomasse o filho para seu auxiliar na Missão Extraordinária. O secretário era Zenteno, e à sedução dêste espírito fascinador atribui o sr. Bañados as primeiras reações de Balmaceda contra a sua formação eclesiástica. Para isso também teria concorrido a sociedade de Lima, *tão espirituosa, tão bem educada, e tão fina,* testemunho que é agradável recolher da pena de um chileno. Em 1865, de volta ao Chile, Balmaceda resolveu dedicar-se aos interêsses que seu pai tinha na agricultura. Alguns anos depois casava com a sra. dona Emília Toro Herrera, de uma das velhas famílias de Santiago. Já nesse tempo, porém, revelara êle o seu ardente temperamento político, fazendo-se membro do partido chamado Reformista, no qual sobrevivia o pessoal e o espírito da Revolução Liberal de 1859. Em 1870 Balmaceda entra para o Congresso, eleito pelo departamento de Carelmapu, e faz parte durante dez anos da oposição Reformista, nas presidências de Pérez (últimos dias), Errázuriz, e Pinto. O antigo seminarista estréia como um Radical para quem o sistema de conciliação daqueles três estadistas não se diferença em nada do antigo exclusivismo Conservador. O que o fascina nessa quadra de 1870 a 1878, em que êle lança as bases de sua popularidade e forma a sua reputação parlamentar, é o manejo de idéias

novas, essa espécie de exercício, tão atraente para os principiantes, ao qual se pode dar o nome de política silogística. É uma pura arte de construção no vácuo. A base, são teses, e não fatos; o material, idéias, e não homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais. Dêstes dez anos basta reter que Balmaceda fêz o seu nome no papel de reformador político da escola ultra-liberal. Os Conservadores, erradamente, não esperavam isso de um antigo seminarista, mas de certo nesse Radical não se pode adivinhar o perfil de um Strafford.

Em 1879 rompe a guerra do Chile contra a Bolívia e o Peru. É um momento de união nacional, em que se apagam tôdas as divisas. Balmaceda é encarregado de uma missão delicada — a de conciliar as boas graças da República Argentina. Em 1880 êle volta ao Chile, tendo conseguido o fim da sua ida a Buenos Aires, e no Congresso pronuncia-se com a maior energia pela terminação pronta da guerra que se achava estacionária, pedindo « golpes definitivos, diz o sr. Bañados, no coração dos que, por desgraça, se obstinavam além do humano e do possível, inspirados por nobre amor à sua pátria. » Êsse pronunciamento não foi baldado, as operações recomeçaram para terminarem com o completo aniquilamento do Peru. Acabada a guerra, surgiu a candidatura de Baquedano, o general em chefe vencedor em Chorrillos e Miraflores. Balmaceda opõe-se a ela com tôdas as fôrças. Com a desconfiança que lhe é própria, o radicalismo fingia ver nessa candidatura natural o comêço da caudilhagem, mais ou menos como entre nós os Liberais em 1869 na influência de Caxias; e o próprio Baquedano, não querendo comprometer a unanimidade da sua glória em uma aventura eleitoral quase perdida, retirou-se da luta. Santa María foi eleito sem oposição, e a 18 de setembro de 1881 tomou conta da presidência.

No Govêrno de Santa María — as presidências no Chile são de cinco anos — Balmaceda teve primeiro a pasta das Relações Exteriores e pela renúncia de José Francisco Vergara mais tarde a do Interior, que é o pôsto político mais elevado

do país depois da presidência. O Congresso de 1882, composto quase que inteiramente de Liberais, Nacionais e Radicais, as três frações em que se dividia o liberalismo chileno, é um dos marcos políticos do Chile. Na sua Mensagem de 1883, Santa María diz « ter batido no relógio dos acontecimentos a hora de realizar as quatro aspirações mais antigas e mais queridas do Liberalismo chileno: cemitério comum, casamento civil, registro civil e liberdade de consciência. » Êste grupo de reformas foi sustentado com a maior tenacidade por Balmaceda, e deve ser inscrito em seu nome. Êle teve que se justificar ainda mais perante os Radicais de haver abandonado a sua propaganda de 1874 a favor da separação da Igreja e do Estado, do que perante os Conservadores por intentar aquelas inovações no velho estatuto religioso do Chile.

No Congresso de 1885 os Conservadores, que se haviam abstido nas eleições de 1882, apresentam-se em maior fôrça, e desde logo a oposição concentra-se tôda na candidatura presidencial do ministro do Interior. Balmaceda deixa o gabinete para ficar livre e deixar livre o Presidente. Em vão Santa María quer congraçar os quatro grupos liberais do Congresso, Liberais de Govêrno, Radicais, Nacionais e Dissidentes, para a escolha de um candidato único, por meio de uma Convenção à maneira dos Estados-Unidos. Os Liberais, os Nacionais e uma parte dos Radicais formam uma liga oficial situacionista, como se diz no vocabulário platino que ùltimamente temos adotado. Os Dissidentes e a outra parte dos Radicais, por seu lado, formam outro grupo, ao qual os Conservadores se inclinam. Havia assim de um lado o partido da administração, do outro as oposições coligadas; entre êsses dois campos travou-se uma guerra parlamentar desabrida, na qual o sr. Bañados vê o prenúncio da Revolução de 1891, *o seu ponto de partida.*

O atentado não passa de uma protelação, do abuso das formas parlamentares a que recentemente se deu na Inglaterra o nome de *obstrução.* A lei de orçamento no Chile é votada por dezoito meses e a de 1884 acabava à meia-noite de 5 de janeiro de 1886. A oposição, usando do direito que tinham

os deputados de falar duas vêzes sôbre cada artigo, prolongou a votação do orçamento até a expiração do prazo constitucional. No dia 6 de janeiro, funcionando o Congresso, o Chile achou-se sem lei de impostos. O presidente da Câmara *vacilava,* diz-nos o sr. Bañados, e *era vítima de cruéis dúvidas.* A 8, porém, o deputado Isidoro Errázuriz, em nome da maioria, apresentou uma declaração, assinada por quarenta e oito deputados, de que a Câmara estava no propósito de votar a lei de contribuições, vendo-se tolhida de o fazer sòmente pela obstrução da minoria. Bañados cita êsse discurso como uma defesa antecipada de Balmaceda, opondo o Errázuriz de 1886 ao de 1891. A verdade, porém, é que o discurso não contém outro princípio senão o da defesa da Constituição em todos os terrenos e contra todos os inimigos. A revolução que êle condena *in limine,* qualquer que seja o motivo ou a bandeira, é a tentativa de derribar pela fôrça a autoridade legítima. Para quem se apossar bem do espírito dêsse discurso, o revolucionário de 1891 não é de certo o Congresso, que assumiu exatamente a mesma atitude de 1886 e reivindicou os mesmos direitos. O que sobressai dêle é esta nota, imprescindível para quem quer julgar Balmaceda: o orgulho que os chilenos tinham da sua estabilidade política.

A protelação deixando o país sem impostos legalmente decretados tornava indispensável a ditadura, e essa aparição da ditadura em plena reunião do Congresso era a condenação da minoria, que assim reduzia à impotência a Representação Nacional. Contra isso era preciso reagir, era preciso subordinar o Regulamento à Constituição, salvar o princípio, a razão de ser, do sistema representativo, sujeitando a vontade da minoria à da maioria.

Não há nesta atitude do Congresso chileno nada que não seja da mais perfeita teoria constitucional: a protelação sistemática força o Congresso à inação, transforma-o em uma espécie de teatro de declamação, faz com que, funcionando, êle se sinta tão paralisado e inútil como se não estivesse reunido. Os partidos que deliberaram seguir essa estratégia dilatória

foram em parte os mesmos que em 1891 recorreram às armas para fazer vingar a autoridade do Congresso, mas só em parte. Em um sentido a alegação do sr. Bañados é fundada: se êle quer dizer que muitos adversários do ditador Balmaceda não mostraram na administração de Santa María êsse respeito religioso pela Constituição que depois invocaram, acho-lhe perfeita razão. A verdade, entretanto, é que a protelação, por mais grave que seja, nunca é, senão em sentido figurado, uma *revolução;* o abuso das minorias tem sempre corretivo na resolução da maioria. Se alguma falta houve em 1886, foi, por parte da maioria, o não ter suspenso o Regimento na noite de 5 de janeiro para se desobrigar do seu dever absoluto de não deixar a Nação no prazo constitucional sem lei de meios. Pode-se dizer que a minoria, protelando, e a maioria, deixando protelar, mostravam pràticamente uma e outra o ânimo de fazer continuar em 1886, até ser votada outra, a mesma lei de 1885. Nessa demora consentida havia já um acôrdo de prorrogação tácita, que exclui a idéia de ditadura. Coisa muito diferente seria se o Congresso e o Presidente estivessem em antagonismo. Esta hipótese nós a encontraremos mais longe, durante o ano de 1890. O fato de 1886 não foi um conflito entre o Congresso e o Presidente, foi um simples caso de paralisia do Regimento; nenhuma de suas feições tem semelhança com o que se deu depois com Balmaceda.

Quaisquer, porém, que fôssem as incoerências dos indivíduos ou dos partidos, — aliás elas não têm importância quando se estudam os precedentes dos dois poderes, — a atitude do Congresso, como instituição, como depositário de princípios constitucionais, é a mesma de 1886 que será em 1891. A do primeiro magistrado da República, essa, sim, é que não é em 1891 a que foi em 1886. O golpe de Estado regimental de 9 de janeiro não passou do que se tem visto em todos os parlamentos. Na Câmara dos Comuns, mais de uma vez, quando não existia ainda o encerramento forçado, a maioria teve de recorrer a êsse arbítrio, para não se ver condenada à desídia pela tenacidade de uma minoria até insignificante.

Dividido como estava o Partido Liberal na administração Santa María, organizaram-se para a eleição do novo Presidente duas convenções, uma Liberal-Radical-Nacional, que era a governista, outra Liberal-Radical, contrária ao grupo dominante. Esta última designou como seu candidato a João Francisco Vergara; a primeira, a Balmaceda. Os Conservadores, que eram o complemento indispensável da vitória oposicionista, caso esta fôsse possível, não aderiram à candidatura de Vergara, tornando-a assim impraticável e forçando-o a retirar-se do pleito. Balmaceda, representando a situação Liberal consolidada, viu-se dêsse modo aceito sem oposição, candidato único.

Êsse assentimento unânime vai refletir nas primeiras atitudes do Presidente eleito. Os seus partidários mais íntimos oferecem-lhe um banquete e êle declina-o, escrevendo-lhes: « Desejo conservar em benefício dos meus concidadãos a situação de comum confiança que criou para mim o voto dos chilenos. » O sr. Bañados pretende que essa resposta feriu a suscetibilidade dos amigos e deu azo às esperanças da oposição. Era a afirmação do futuro Presidente de que não queria governar adstrito a um partido, pelo menos a nenhum grupo. Comentando a posição do Presidente para com o partido que o elegeu, o seu defensor procura traçar esta linha divisória na consciência do magistrado nacional: « Nos atos da administração pública devem êles separar-se das paixões e dos interêsses do partidarismo para se fixar sòmente no frio cumprimento das leis, na eqüidade e na justiça para todos. No conjunto porém de procedimentos de puro caráter político, não podem nem devem esquecer que são homens de partido e que subiram ao poder para realizar aspirações e ideais também de partido. »

É uma questão delicada. Se nas repúblicas, por um motivo ou por outro, os presidentes têm forçosamente que ser chefes de partido, pode-se dizer que falta à testa dêsses governos o chefe da nação, a qual nunca se pode compreender como um partido triunfante. Seria uma inferioridade para o govêrno republicano essa de não poder dar à magistratura suprema os seus atributos essenciais de dignidade, independência e neutralidade.

Nos chamados governos presidenciais o presidente está muito mais adstrito ao jugo partidário do que nas repúblicas parlamentares, onde êle representa o papel de um soberano constitucional, cingindo-se à vontade das maiorias. Mesmo nos Estados Unidos, porém, qualquer chefe de partido, uma vez na Casa Branca, sente que a sua responsabilidade perante o país pretere qualquer outra. Daí, para expressar êsse sentimento de responsabilidade maior, de primeira hipoteca, para com a nação, tantas frases cunhadas por êles mesmos no gênero da de Hayes: « Quem serve melhor ao seu partido é quem serve melhor ao país ». O presidente deve supor que foi indicado pelos seus correligionários por ser o homem mais próprio para exercer a função nacional da presidência, que é essencialmente arbitral; se no exercício dela êle tiver que contrariar e afastar de si os que o elegeram, fá-lo em virtude do dever que êles mesmos lhe impuseram, exercita o seu critério individual, que êles reputaram o mais elevado e o mais seguro de todos. De outra forma, o contrato entre êles teria sido desonesto; assentindo à sua escolha, êle teria feito promessa tácita de atraiçoar o país, sempre que o exigisse o interêsse do partido. A liberação do partidário eleito para qualquer magistratura faz-se no ato mesmo da eleição; todo *munus republicae* supõe um funcionário sem compromissos. O presidente é um homem que o partido cede à nação e não tem mais o direito de reclamar dela. Era êste também o sentimento de Balmaceda ao assumir a presidência da República a 18 de setembro de 1886.

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL

ENTRAMOS na administração Balmaceda e o primeiro capítulo do sr. Bañados sôbre ela traz o auspicioso título de *Pacificação*. « A administração Balmaceda, diz êle, inaugurou-se entre as esperanças gerais dos partidos ». Para bem compreender tudo o que se vai seguir é melhor talvez conhecer a origem e o equilíbrio dos partidos chilenos. A respeito dêles o sr. Bañados faz um interessante retrospecto. De 1833 a 1861 o Chile estêve entregue ao Partido Conservador, que em 1859 esmaga pela mão de Montt a última revolução armada dos Liberais. Na administração Montt, porém, os Conservadores dividiram-se em dois campos. Um conservou o nome do partido, e o outro, o sustentáculo da administração, ficou se chamando Nacional. Na extensa administração de Pérez, que durou até 1871, continuaram a existir aquêles dois partidos, e mais o Liberal-Histórico, representante do espírito da Carta de 1828 e das revoluções mal sucedidas contra o predomínio Conservador — do seio do qual saiu o Partido Radical. Na presidência de Errázuriz, eleito com o apoio de Liberais e Conservadores, dá-se a ruptura dos dois grupos, e os Radicais tomam no Govêrno o lugar deixado pelos Conservadores. A presidência de Aníbal Pinto, ocupada quase pela guerra com o Peru, representa a aliança Liberal-Radical, fortalecida com o grupo Nacional. Esta foi a mesma combinação que sustentou Santa María, tendo-se separado dêle entretanto um grupo de Dissidentes (Liberais) e parte dos Radicais. Êstes e os Conservadores eram os elementos inclinados à oposição, quando subiu Balmaceda.

O sr. Bañados faz notar um fenômeno curioso na evolução do Partido Conservador. « Por um lado, êle fêz-se partido religioso-político e por outro declarou-se radical absoluto nas questões que não interessavam às suas crenças ». Essa estranha

palinódia, como êle diz, não seria porém o processo de recuperação que o instinto sugere aos organismos feridos? O mesmo viu-se entre nós com a escravidão. Quando a monarquia se sentiu obrigada a tocar nesse ponto delicado da economia social, o partido ultraconservador, os antigos *Saquaremas* do Rio de Janeiro, educados por Tôrres, Paulino de Sousa e Eusébio de Queirós, passaram todos estrepitosamente para a república.

A verdade talvez seja que na administração Balmaceda o Chile já tinha entrado em uma nova fase de sua história. Há épocas, às vêzes chamadas imprópriamente de anarquia, em que os elementos sociais até então combinados de certo modo começam a desligar-se uns dos outros, em que as afinidades primitivas perdem a fôrça e tornam-se inertes, seja pelo predomínio de novos característicos nacionais, resultantes da incessante fusão étnica, seja pela intervenção de outros reagentes intelectuais, como são as teorias, as idéias, o espírito do tempo, de sorte que mesmo as rochas se volatilizam.

Para dar um exemplo nosso, há na atual fase brasileira uma série de elementos em estado de liberdade, portanto, de agitação, sem que se possa formar a síntese de sua combinação definitiva. Tome-se o elemento militar, que assumiu o principal papel: quem pode determinar hoje a sua fixação futura? É evidente que a sua aliança com o elemento político exaltado seria uma combinação transitória, porque não há afinidade entre o espírito de subordinação voluntária, que é a alma do exército, e o temperamento ingovernável dos revolucionários. Quanto à aliança com o Comtismo, quem não sabe qual seria a sua sorte? Outro elemento isolado, à espera da base indispensável, é o Positivismo, que tanto influiu no destino do país, e que forneceu os primeiros ideais provisórios da República e o seu simbolismo nacional, mas que não encontra na sociedade elementos permanentes a que se possa incorporar. No Chile quem sabe se a sociedade não entrou como a nossa em uma dessas fases em que tudo se separa para unir-se diferentemente? É a crise do crescimento, mas em todo o caso é um período de profundo desequilíbrio, do qual o organismo pode

sair preparado para maiores coisas, mas em que também lhe pode faltar a nova coesão de que precisa para não se dissolver.

Se a atitude do Partido Conservador, ofendido pelas reformas religiosas, era essa de desencadear o radicalismo no seio da sociedade chilena, onde estava a representação do princípio conservador? Entre os diversos grupos liberais havia um, o Nacional, que o sr. Bañados descreve com a frase conhecida — *um estado-maior sem soldados,* mas que me parece ser, pelo que leio, o que, no meio de todo êsse enrêdo, conservava melhor a sobriedade chilena. « Era um núcleo, são palavras do autor, pequeno em número, porém compacto, com homens resolutos, com adeptos possuidores de grandes fortunas e com poderosas influências no mundo financeiro ». A luta de predomínio social dava-se entre êsse grupo assim caracterizado e os Conservadores; a maioria liberal representava, pode-se dizer, uma formação oficial fortuita, sem os grandes pontos de apoio na sociedade que tinham os Nacionais e os Conservadores; os Radicais eram meros *pioneers.* Se Nacionais e Conservadores se unissem, a massa dos interêsses consolidados do Chile estaria de acôrdo entre si e os acompanharia.

A primeira idéia de Balmaceda foi unir todo o Partido Liberal e conciliar as boas graças dos Conservadores, para dêsse modo, sem oposição, realizar uma grande política de desenvolvimento material. Estamos em setembro de 1886, note-se bem. O sr. Bañados diz-nos que um dos fins dêsses grandes empreendimentos — os louros da República Argentina não deixavam dormir o novo Chile — *era aplicar com proveito nacional o saldo que aumentava de ano em ano nas arcas do Tesouro.* Era a mesma feliz dificuldade que nos Estados Unidos. Seria muito longo acompanhar a administração Balmaceda, estudando os manejos parlamentares, as táticas dos partidos, os rompimentos pessoais, sob cada um dos muitos ministérios que se sucederam de 1886 a 1891. É preciso porém para qualquer juízo sôbre a Revolução ter idéia do declive gradual da sua Presidência.

O primeiro gabinete de Balmaceda teve por ministro do Interior, que — já o vimos — é o *leader* do ministério, Eusé-

bio Lillo, e compôs-se mais dos seguintes nomes: — Godoy (que abre e fecha a Administração), Pedro Montt, Agostín Edwards e Evaristo Sánchez. Montt e Edwards eram dois altos personagens no grupo Nacional; Lillo, Godoy e Sánchez eram Liberais, mas figuras sem significação política, neutros nas lutas dos últimos anos. Não havia no ministério nenhum Radical. A existência dêsse gabinete foi curta. Aos Dissidentes e Conservadores, que formavam juntos a oposição permanente ao Govêrno Nacional-Liberal, ligaram-se alguns descontentes da maioria Liberal, guiados por Demétrio Lastarría, queixoso do relêvo desproporcionado dos Nacionais no Gabinete; e na eleição do presidente da Câmara o candidato ministerial ficou em minoria de um voto. Lillo imediatamente demitiu-se, e durante sete dias, de 23 a 30 de novembro, Balmaceda, que tinha apenas dois meses de presidente, tratou de impedir que Nacionais e Liberais se desligassem, deixando-o sem maioria fixa de govêrno.

A crise resolveu-se, continuando o grupo Nacional na posse de dois lugares no gabinete com a cláusula de fundir-se no Partido Liberal, deixando de ser um partido autônomo. Edwards continuou na pasta da Fazenda, substituindo Adolfo Valderrama a Pedro Montt. Os novos ministros Liberais eram o do Interior, chefe do gabinete, Carlos Antúnez e mais Francisco Freire e Nicolau Peña Vicuña.

O ministério Antúnez viu-se a braços no Congresso com uma minoria obstinada que deixou o Presidente até fevereiro de 1887 sem lei de orçamento. Balmaceda lembrará em 1891 no seu Manifesto êsse precedente para mostrar que não é ditadura governar sem lei de meios, porque isso lhe tinha acontecido no comêço de sua administração, sem que ninguém o culpasse. É sensível, entretanto, a diferença dos dois casos: quando o Presidente, à espera da lei de meios que o Congresso lhe quer dar, mas que a minoria consegue protelar, arrecada a receita e paga as despesas do país, não faz senão cumprir a vontade do Congresso, tem-no a seu lado, conta com êle, e se há ditadura ou usurpação não é sua e sim da minoria que impede

o exercício da atribuição constitucional. Já vimos anteriormente êsse caso. Havendo perfeita unidade de vistas entre o Executivo e a Legislatura, a falta é da maioria que se deixa estorvar e da minoria que a estorva, e não do Presidente, que se mantém no seu pôsto aguardando a lei. Todavia, mesmo assim, nos Estados Unidos o Presidente se absteria da função legislativa e proclamaria ao país que, quem o quisesse fazer voluntàriamente, pagasse impostos e servisse à União, no exército, ou no funcionalismo.

Em comêço de 1887, o pensamento de Balmaceda, segundo o sr. Bañados, era a *unificação* dos diversos elementos do Liberalismo, alguns até afastados do govêrno. A Mensagem de 1º de junho de 1887, primeira vez que Balmaceda se apresentava no Congresso, formula essa aspiração. Balmaceda mostra-se, como todos os antigos Presidentes, partidário sincero do govêrno parlamentar, que foi sempre o govêrno do Chile. « Desejo, dizia êle, a realização prática do govêrno parlamentar, com partidos de idéias e organizados, que vivam da discussão livre, da fiscalização vigilante dos atos dos funcionários públicos, do respeito e da justiça recíproca, do exercício pleno de seus direitos... » Foi a sua experiência no govêrno, segundo o sr. Bañados, que o fêz mais tarde abandonar essas idéias parlamentares e *morrer empunhando a bandeira do sistema representativo*. É uma sutileza, um tanto ingênua, essa de opor o fundo à forma e fazer do sistema presidencial a alternativa democrática do govêrno parlamentar, que, precisamente, pretende ser o único mecanismo perfeito do sistema representativo. Mas a êsse respeito há uma preliminar intuitiva. Se foi no exercício da presidência que Balmaceda se convenceu de que o govêrno parlamentar não convém ao Chile, é que êle achou o Chile na posse e na prática dêsse govêrno. Quem é então o revolucionário de 1891?

O ministério Antúnez, para deixar ao Presidente unificador e aos chefes políticos maior liberdade de ação, demite-se em junho de 1887 e forma-se o gabinete Zañartu. A importância da nova organização consistia em que dois dos ministros eram

Dissidentes, pertenciam a um elemento que, desde o govêrno de Santa María, se pusera em oposição ao domínio Nacional-Liberal. Êsse gabinete representava a unificação do Liberalismo todo, exceto um grupo de Radicais. Balmaceda realizava o seu plano; não havia, porém, aproximação real e sincera. O elemento chamado Liberal prestava-se a tudo que dêle queria Balmaceda, mas os outros que não eram bafejados pela administração, êsses entravam para o poder com tôdas as suas prevenções e natureza própria. O gabinete Zañartu foi recebido lisonjeiramente por tôda a imprensa Liberal, saudado como uma conquista pacífica pela Dissidente, como a realização de um pensamento generoso pela Nacional, mas a falta de homogeneidade era visível. A morte de Amunátegui ameaçou logo destruir o equilíbrio da combinação, mas Balmaceda deu-lhe por sucessor Augusto Mate, representante do mesmo grupo dissidente, e o Gabinete pôde presidir às eleições de 25 de março de 1888, das quais saiu o Congresso chamado *revolucionário.*

Por uma questão que o sr. Bañados diz ter sido mais pessoal do que política, o sr. Zañartu rompeu com o Presidente em abril. A essa ruptura, chama o autor *a primeira chispa do grande incêndio que arrasou o sólido edifício em que se asilavam as velhas instituições do Chile.* A importância entretanto dêsse incidente parece ser a de um simples episódio parlamentar. O ministério Zañartu quis continuar, passando para o Interior Lucio Cuadra; na substituição dêste, porém, manifestou-se a rivalidade dos Dissidentes, representados por Mate e García de la Huerta, com os Nacionais ou Montt-Varistas, representados por Pedro Montt e Agostín Edwards, e Balmaceda, depois de várias tentativas para estabelecer o equilíbrio entre êles, resolveu sacrificar os dois grupos, organizando um ministério tirado do núcleo sólido da maioria, isto é, dos Liberais de Govêrno.

Foi êste o gabinete de 12 de abril de 1888. A exclusão dos Nacionais, que apesar do seu pequeno número tinham tido o predomínio na administração Balmaceda desde o primeiro mi-

nistério, foi acolhida pelos seus inimigos todos, Dissidentes, Radicais, alguns Liberais mesmo, como uma vitória comum. Os Nacionais souberam, porém, não se mostrar ressentidos; o seu órgão, a *Época,* elogiou francamente a formação do Gabinete. A dureza do ostracismo era, entretanto, intolerável para um grupo que tão poderosos elementos contava no país e que até ali arrastara sempre após si a maioria. A ruptura era inevitável, e foi se acentuando pela imprensa. No fim da Sessão cada câmara do Congresso elege no Chile uma comissão de sete membros, chamada Comissão Conservadora, a qual na ausência do Poder Legislativo exerce sôbre a administração o direito de fiscalização de que êle está investido. A importância dessa Comissão ver-se-á mais tarde durante o conflito do Congresso com o Presidente. Os liberais, magoados pela atitude cada vez mais hostil dos Nacionais, resolveram separar-se abertamente dêles. Para isso convocaram uma reunião da maioria, excluindo-os, e decidiu-se que nenhum Nacional faria parte da Comissão Conservadora. A 29 de agôsto os Nacionais recebiam das mãos do Govêrno os seus passaportes. Assim eliminados, aceitaram êles a luta e na seguinte sessão do Congresso romperam as hostilidades, afastando da presidência e vice-presidência do Senado dois altos personagens consulares, seus aliados de outrora, Santa María e José Ignacio Vergara. Por uma desavença intestina dissolveu-se o ministério Cuadra, e a 2 de novembro o sr. Barros Luco, presidente da Câmara, formava outro gabinete.

A exclusão dos Nacionais foi um acontecimento parlamentar, mas nenhum dos incidentes que tenho até aqui resumido tem a meu ver, ao contrário do que pretende o sr. Bañados, relação com a resolução de Balmaceda de arrostar a guerra civil. Para quem fôr acompanhando o sr. Bañados, tornar-se-á cada vez mais claro que o procedimento do Presidente em 1891 está em violento e inesperado contraste com tôdas as tradições, não sòmente de seu ofício, mas até de sua pessoa. Que o chamado presidencialismo não era o tipo do govêrno chileno para o próprio Balmaceda, mostra-o de sobra a seguinte admissão

do sr. Bañados a respeito de um fato que, a seu ver, decidiu da sorte da administração. « Tenho razões para assegurar, diz êle, que Balmaceda repeliu, em sua consciência de homem e de estadista, a declaração de 29 de agôsto » — a que eliminou da maioria os Nacionais. « Uma vez, porém, feita essa declaração, nada podia êle fazer, e muito menos manifestá-lo ao Gabinete. » É a mais completa confissão de que Balmaceda reconhecia ser o govêrno parlamentar o govêrno consuetudinário do Chile, a conquista de uma longa série de legislaturas. O autor figurando o Presidente impedido de pronunciar-se sôbre uma resolução de que dependia o seu govêrno, fá-lo mais meticuloso do que a rainha Vitória.

No ministério Barros Luco começa a espalhar-se a notícia que Balmaceda tinha escolhido *in petto* o seu sucessor, e que êste era o seu íntimo Henrique Sanfuentes. O sr. Sanfuentes substituíra no gabinete Barros Luco a Prudêncio Lazcano. A primeira impressão dêsse rumor político foi tal que o próprio Sanfuentes, para evitar maiores dificuldades ao Presidente, deu a sua demissão, e Barros Luco teve que reorganizar o gabinete Dêsse modo, à distância ainda de mais de dois anos, a futura eleição presidencial começava a agitar o fundo dos partidos. Mais tarde veremos os resultados dessa candidatura, reputada pelos velhos partidos chilenos uma afronta ao país.

O ministério Barros Luco dissolveu-se pela eleição do candidato dos Nacionais à presidência do Senado, da qual foi desalojado Adolfo Valderrama. Balmaceda, diz-nos o sr. Bañados, tinha dois caminhos a seguir, ou a aliança dos Nacionais e Nacionalizados com os Liberais, ou a aliança dêstes com Radicais e Dissidentes. O sr. Bañados acrescenta que para promover a primeira dessas alianças, aliás repelida por muitos Liberais, Balmaceda teria que renunciar à idéia de unificação e que principalmente por isso êle preferiu a segunda. Não importava, porém, a escolha feita o sacrifício daquela mesma idéia? Era por acaso unificar o partido excluir dêle um dos seus grupos mais prestigiosos? Adotado entretanto êsse pensamento, Demétrio Lastarría encarregou-se de formar o gabinete e fê-lo

a 9 de junho com três Liberais, dois Dissidentes e um Radical. A entrada do elemento Radical congraçou os elementos mais exaltados do Liberalismo, mas os Nacionais receberam o gabinete como um cartel que lhes fôsse endereçado.

A sessão de 1889 foi muito agitada. A maioria Liberal-Radical defendia com ardor a Balmaceda, tratando de afastar da luta o nome do Presidente. Os mesmos homens que veremos dentro de um ano assinando a ata da deposição, estão ainda unidos em tôrno dêle. A sinceridade dos ministros não era, entretanto, um ponto de fé entre os íntimos da Moneda. O sr. Bañados, por exemplo, diz que Eduardo Mate só aceitou uma pasta para descobrir os fios da presumida candidatura Sanfuentes. O fato é que, por causa dessa candidatura, se tornaram impraticáveis as relações entre Balmaceda e o ministro influente do gabinete, que suspeitava o Presidente de protegê-la, inspirando-se em uma camarilha, cujo valimento era maior do que a influência do ministério. Lastarría não pensou que o gabinete devesse continuar, sacrificando Mate, incompatível com Balmaceda, e assim todo êle demitiu-se.

A demissão dêsse ministério abre, pode-se dizer, a crise presidencial. Até aí Balmaceda só tinha tido a dificuldade de escolher com quem governar; todos os grupos da Câmara se lhe ofereciam, e êle possuía no partido chamado Liberal de Govêrno o quadro de uma maioria sólida. Em outubro de 1889, porém, depois da ruptura com Mate e do sacrifício do ministério Lastarría, êle vê-se de repente sem maioria. A sua situação é esta: êle tem por si um fragmento de partido; todos os elementos conhecidos, feitos de alta classe da política chilena, estão contra êle; o sentimento geral é que êle não tem outro pensamento senão fabricar, na presidência, à última maneira dos argentinos, um partido seu, pessoal, anônimo, composto de elementos inferiores da sociedade, dos repelidos de todos os partidos independentes. Êle tem ainda por si o grosso do Partido Liberal, mas já em minoria no Congresso, e prestes a desagregar-se. Os outros grupos estão coligados para dar combate ao Presidente, em pessoa, para resistir à sua

política individual. Dessa atitude resulta uma transação; ainda uma vez Balmaceda tratará de ganhar tempo, até as futuras eleições.

A oposição coligada tinha exigido que se tirasse de um de seus grupos o ministro do Interior; a isto o Presidente não se sujeitou; concordaram, porém, afinal, em aceitar quatro pastas, ficando para os Liberais a do Interior, que vale por tôdas. Sôbre esta base organizou-se a 23 de outubro de 1889 o ministério Donoso Vergara. Era êste porém logo à primeira vista um ministério de desconfiança. « Como poderia esperar a confiança dos membros da oposição conservadora, dizia um dêles no Senado, um gabinete organizado sôbre a base da mais absoluta desconfiança, desconfiança recíproca entre os grupos liberais representados nêle, desconfiança total do ministério a respeito dos propósitos que se atribuem ao Presidente da República?» Balmaceda havia-se submetido, mas a sua suscetibilidade estava ferida; êle sentia-se prisioneiro da Coalizão parlamentar; o Partido Liberal, que era a sua coorte, tinha sofrido nova defecção, com o afastamento de homens como Lastarría, Zegers, Luís Errázuriz, Máximo Lira, Jorge Riesco e outros. O sr. Bañados qualifica êsse grupo de Convencionalistas, porque divergiram a propósito da Convenção Eleitoral de 1890. O ministério de outubro logo mudou de chefe em novembro, passando a dirigi-lo em lugar de Ramón Donoso, outro Liberal, Sánchez Fontecilla. O sr. Bañados menciona o boato, contestando-o, que Balmaceda e o ministro Valdés Carrera estavam de acôrdo para êste provocar crise no gabinete depois de votado o orçamento. O certo é que, vendo uma desconsideração em um voto da Câmara, Valdés Carrera deu a sua demissão, e os outros membros do Gabinete tiveram que o acompanhar, por entender Balmaceda que a renúncia devia ser coletiva.

Eliminando o ministério da Coalizão, Balmaceda resolveu formar outro exclusivamente de Liberais fiéis, de amigos seus. Foi o ministério de 21 de janeiro, o ministério Ibáñez. Já é o pessoal pròpriamente balmacedista que entra em cena. É a di-

tadura que se revela incerta, trêmula ainda, tateando os primeiros passos, temendo estar, nesse terreno novo para um presidente chileno, a demasiada distância da eleição, precisando experimentar a fidelidade do exército e a resistência do país, mas com tenção firme de ganhar a partida, quando mesmo fôsse preciso recuar, reunido o Congresso, para evitar a acusação e deixá-lo concluir em paz.

ENSAIO GERAL DA DITADURA

ATÉ o primeiro gabinete balmacedista, o de Adolfo Ibáñez, o Presidente preferira governar com os homens de maior situação pessoal no Chile; realizava as suas vistas, tendo por auxiliares os chefes dos grandes grupos em que se distribuía pollticamente a velha « sociedade » chilena; eram êsses os seus amigos e camaradas das lutas passadas. Agora, porém, tomava êle mesmo a direção de tudo, por meio de homens de sua confiança pessoal; surgia um partido seu, do seio da antiga maioria. Semelhante mudança era o esfacelamento da União liberal. Os Conservadores jubilavam. Ambos os grupos, o ministerial e o coligado, procuravam captar-lhe as boas graças, e podiam êles aproveitar-se da situação para exigirem em troca de sua neutralidade a lei chamada da Comuna Autônoma. Diz o sr. Bañados que essa reforma lhes entregaria a administração dos municípios, onde o Partido Católico, em tôda a parte arregimentado, estava em maioria. O arrastamento para a oposição era, porém, mais forte do que todo cálculo político, e cedo os Conservadores por sua vez entraram para a Coalizão. A sessão ordinária de 1890 tinha que ser decisiva: ou triunfava, ou se extinguia no Chile o govêrno parlamentar.

Num banquete dado a 12 de fevereiro pelo Intendente de Valparaíso, Ibáñez lança em nome do Presidente o programa das reformas constitucionais. « O Presidente, disse o ministro do Interior, pensa que chegou para êle a hora solene de cumprir um alto dever cívico, despojando-se de uma grande parte de suas atribuições constitucionais, de tôdas aquelas que não sejam absolutamente indispensáveis para o govêrno geral da nação, porém, não, pràticamente ou de fato, em favor dos partidos pessoais, que pretendem o poder para tomarem em benefício próprio a influência do Presidente, mas, sim, em benefício do povo, por meio da reforma radical da Constituição. »

É sempre a mesma linguagem: os partidos que disputam o poder são partidos pessoais; o partido, porém, que o Presidente trata de fundar, êsse é o partido nacional. O Presidente está pronto a desistir de parte de suas atribuições, contanto que tornem o seu poder independente, como se essa « independência » não reduzisse tudo o mais a completa subserviência. Destruir os partidos que se formaram em diferentes momentos da História chilena para substituí-los por um grande partido novo, que teria tantos adeptos quantos fôssem os empregos e fornecimentos públicos multiplicados pelo pessoal votante, era cobrir o Chile inteiro de uma lepra tanto mais lastimável quanto a chaga seria tôda artificial e de criação exclusiva do govêrno.

O ministério Ibáñez não chegou a apresentar a reforma arquitetada por Balmaceda; nas vésperas da reunião do Congresso, o Chile foi surpreendido por êste telegrama expedido, a 30 de maio, da Moneda aos intendentes e governadores: — « Fui chamado a organizar o ministério e ficou constituído com os srs. Mackenna, Julio Bañados Espinosa, Gandarillas, Valdés Carrera, Velásquez, e o abaixo assinado. Esta organização ministerial tem o seguinte significado político: eliminação irrevogável e absoluta de minha pessoa, quaisquer que sejam as emergências futuras, de todo trabalho a meu favor, na designação de candidato à eleição de Presidente da República. Henrique Sanfuentes ». Era um perfeito golpe de teatro.

A circular era antes de tudo o reconhecimento da candidatura que ela eliminava, candidatura tão positiva que só podia ser apagada do espírito público, fazendo-se do candidato o primeiro ministro que ia presidir à eleição. Era mais ainda, era um desafio àqueles mesmos a quem o Presidente sacrificava o seu candidato, porque dava a Sanfuentes, senão desde logo a presidência, o primeiro lugar na eleição do novo presidente, isto é, o mesmo ascendente pessoal na futura administração que êle tinha na de Balmaceda. Em uma palavra, era fundar no Chile a transmissão da primeira magistratura dentro da intimidade dos presidentes; era converter a sucessão presidencial em uma espécie de morgadio, cobrindo o período de

três administrações consecutivas, talvez mais, permitida que fôsse a reeleição. O Chile importava assim as piores práticas da América do Sul, onde a passagem do poder supremo se tem tantas vêzes feito por meio de uma convenção verbal entre as partes, com a cláusula até de retrocessão. Como fôra diferente a conduta de Errázuriz, fazendo reconhecer no seu govêrno o princípio da inelegibilidade do Presidente! Como o novo plano se apartava dessa tradição chilena, celebrada no Congresso pelo sr. Valdés Carrera, de que todos os presidentes, desde Bulnes até Santa María, com exceção apenas de Aníbal Pinto, não foram os candidatos preferidos por seus antecessores!

O ministério Sanfuentes, chamado também o ministério de maio (1), representaria uma das maiores ingenuidades na história da política, se se pudesse conceber um partido capaz de ingenuidades dessa ordem. A causa da coalizão dos antigos partidos, da dissidência no seio do Liberal, diz-nos o sr. Bañados, era a candidatura Sanfuentes. « Levando em holocausto ao altar dos sacrifícios essa candidatura », o Partido Liberal e Balmaceda acreditavam tirar à oposição o pretexto que ela alegava e chamá-la « nobres idéias de transação ». A oposição não julgou que o ministério do Interior, a lugar-tenência presidencial, fôsse êsse *altar dos holocaustos* que o sr. Bañados figura, nem que o candidato à imolação tivesse a pureza das vítimas. A nomeação de Sanfuentes longe de ser um sacrifício era o comêço da ação. Até à sessão anterior, o Presidente procurara de um modo ou de outro apoiar-se em maiorias do Congresso, governar de acôrdo com êle, conforme o espírito e a tradição do sistema parlamentar. Com o ministério Sanfuentes, porém, êle desafiava o Congresso a medirem armas.

Ibáñez, já vimos, anunciara o projeto de reforma que devia estabelecer a independência perfeita do Executivo, substituindo as instituições parlamentares do Chile por uma adaptação do sistema norte-americano. De fato, ao abrir o Congresso a 1º de junho de 1890, Balmaceda faz na Mensagem a mais ardente

(1) 30 de maio de 1890.

apologia dêsse plano. É uma revolução completa no govêrno do Chile, o que êle quer. Sob pretexto de fundar a descentralização, por uma organização provincial muito menos extensa do que nós tínhamos no Império, êle propunha pràticamente a onipotência do Poder Executivo e a degradação do Congresso, ao qual chegava a tirar a prerrogativa de votar os impostos, desde que tornava permanente a autorização para cobrá-los. Era um retrocesso considerável na marcha do Chile, o abandono das liberdades adquiridas, a confissão da incapacidade do país para se governar por si, para o funcionamento de instituições que são o último progresso a que atingiu a representação dos povos livres. Em nossos países, onde a nação se mantém em menoridade permanente, as liberdades, os direitos de cada um, o patrimônio de todos, vivem resguardados apenas por alguns princípios, por algumas tradições ou costumes, que não passam de barreiras morais, sem resistência e que o menor abalo deita por terra. A êsses países, onde a liberdade carece do amparo do poder, onde a lei é frágil, não se adaptam instituições que só pode tolerar uma nação como a norte-americana, cuja opinião é uma fôrça que levaria de vencida qualquer govêrno, cujos partidos são exércitos que dentro de horas se levantariam armados sob o comando de seus chefes, e que, por isso mesmo, se respeitam como duas grandes potências.

É singular que, nessa Mensagem, Balmaceda tenha recordado tudo o que o Chile conseguiu ser sob a Constituição que êle pretendia destruir. « O Chile, disse êle, foi no período da sua organização uma exceção entre as repúblicas fundadas no século XIX, e nos últimos trinta anos êle oferece um exemplo sem igual no continente das duas Américas e talvez sem paralelo no resto do mundo. Enquanto as outras nações sofreram graves agitações sociais e políticas, mudanças imprevistas de govêrno e profundas revoluções, a República do Chile, apesar da situação extraordinária criada por uma formidável guerra externa, não sofreu um único transtôrno, um único motim militar. Nem por um instante perturbou-se a marcha de sólido progresso realizado por uma e outra geração. » O Presi-

dente que dizia isso, com o característico amor-próprio chileno, devia prever, dados êstes precedentes do seu país e a têmpera nacional, a resistência que havia de encontrar a sua iniciativa demolidora. Para recomendar, porém, a subversão total de um regime, não deixa de ser curiosamente inconsciente, — só essa inconsciência explica tudo o que se seguiu, — tão brilhante apologia. A teoria da Mensagem parece ser que o regime daí em diante seria estéril. Chegara o momento histórico — evidentemente à precisão do momento não era estranho para Balmaceda o fato de estar o seu partido no poder — de substituir o govêrno parlamentar pelo que êle chama representativo, como se o govêrno parlamentar não fôsse precisamente o govêrno da representação nacional. « Se queremos a República, diz a Mensagem, como expressão da ciência e da experiência do govêrno de liberdade, é necessário reformar, desde a sua base, a Constituição de 1833. » É a propaganda científica contra o parlamentarismo que se reflete no Chile no seio do partido chamado Liberal, antitèticamente, porquanto foi o liberalismo que ideou e aperfeiçoou, peça por peça, o sistema parlamentar até torná-lo, como na Inglaterra, um relógio que marca os minutos da opinião, e não sòmente as horas, como o govêrno presidencial americano.

Não há em política pretensão mais fútil do que essa apresentada em nome da ciência. A ciência pode tanto criar uma sociedade como a glótica pode inventar uma língua, ou a filosofia uma religião. A política chamada *científica* propõe-se poupar a cada sociedade as contingências da experiência própria, guiá-la por uma sabedoria abstrata, síntese das experiências havidas, o que seria enfraquecer e destruir o regulador da conduta humana, que é exatamente a experiência individual de cada um. Certas leis existem em política que se podem chamar científicas, no sentido em que a economia política, a moral, a estatística, são ciências, mas a política em si mesma é uma arte tão prática como a conduta do homem na vida. O estadista que aprendeu a governar nos livros é um mito, e provàvelmente os Pitts, os Bismarcks, os Cavours do futuro hão

de se formar na mesma escola que êles. Conhecer o seu país, conhecer os homens, conhecer-se a si mesmo, há de ser sempre a parte principal da ciência do homem de Estado. Era um rei sábio o que dizia que para castigar uma província, o melhor seria entregá-la a filósofos políticos. Entre o espírito de reforma levado mesmo à utopia e o de sistema, há a mesma diferença que entre a fisiologia e a matemática. Há até diferença de temperamento. Os reformadores pertencem principalmente a duas classes, os sentimentais e os juristas. A tradição tôda da palavra *reforma,* tomada primeiro à mais tranqüila de tôdas as histórias, a dos mosteiros, é conservadora, e encerra em si dois grandes sentimentos: o de veneração e o de perfeição. Perguntaram a Pausânias por que entre os lacedemônios não era permitido a ninguém tocar nas antigas leis: « Porque as leis, respondeu êle, devem ser senhoras dos homens e não os homens senhores das leis. » Êste é o espírito de imobilidade voluntária, espírito enérgico de uma raça forte. « Há um povo, diziam os deputados de Corinto, que não respira senão a novidade, que não conhece o repouso, e não pode suportá-lo nos outros. » Êste é o espírito de inspiração transbordante e de eterno movimento das raças de gênio, como a ateniense, a florentina, a francesa. Entre os dois extremos há o espírito combinado de conservação e aperfeiçoamento, privilégio superior das instituições muitas vêzes seculares, como é, por exemplo, o Papado, na ordem religiosa, e, na ordem política, a constituição inglêsa, ou a democracia suíça.

Entre êsse espírito de aperfeiçoamento gradual e o espírito sistemático, científico, radical, não há afinidade; há pelo contrário antagonismo, mesmo, como eu disse antes, de naturezas. O reformador em geral detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito; respeita, como relíquias do passado, tudo que não é indispensável alterar; inspira-se na idéia de identidade, de permanência; tem, no fundo, a superstição chinesa — que não se deve deitar abaixo um velho edifício, porque os espíritos enterrados debaixo dêle perseguirão o demolidor até a morte. A natureza intransigen-

te é exatamente o oposto; mesmo o Racionalismo Jacobino de 1793 não é porém sistemático, arrasador, como o metodismo científico. Não há paixão, por mais feroz, que se possa comparar em seus efeitos destruidores à inocência da infalibilidade. Os Terroristas de Paris, « massacravam » brutalmente como assassinos ébrios; os Teoristas inovadores amputam com a calma e o interêsse frio de cirurgiões. Êstes não conhecem a dificuldade que sentia Catarina da Rússia; escrevem as suas constituições na pele humana tão bem como no papel; lavram suas utopias na sociedade, a tiros de canhão, quando é preciso.

Essa sugestão científica a que obedece Balmaceda mostra a superficialidade da segunda natureza que êle adquiriu no govêrno. O espírito dos estadistas chilenos não pode deixar de ser refratário a saturações dessa ordem, sobretudo quando alheias a tôda a sua formação anterior. Uma vez eu observava ao meu querido mestre, o barão de Tautphœus, o que me parecia ser uma inferioridade na raça inglêsa, a sua dificuldade de apreender idéias estranhas. Êle fêz-me a êsse respeito, com a vivacidade e prontidão do seu espírito que não envelheceu nunca, uma brilhante demonstração de que essa impermeabilidade era exatamente a qualidade mestra dos inglêses, a causa de sua primazia, o característico de sua originalidade e do seu gênio. Também os chilenos, quer-me parecer, devem parte da sua fôrça à resistência que oferecem a idéias de importação, a modos de pensar e de sentir alheios.

A atitude assumida por Balmaceda era um precedente cheio de grandes perigos. Dado que a nação chilena sentisse a necessidade de fortalecer, contra o Congresso, o Poder Executivo — pràticamente absoluto — a alteração constitucional devia ser iniciada pela nação, e não pelo Presidente. Não era êste o mais apto para propor em benefício do seu cargo semelhante mudança. A alegação de que sem a intervenção das Câmaras haveria dois partidos « de idéias », ao passo que no regime parlamentar o que havia eram numerosos grupos pessoais, não tinha base na experiência. Os partidos tanto se fracionam em um regime como em outro, e tanto em um como em

outro se uniformizam. A existência de dois partidos únicos é um fato que teve explicação histórica na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas que hoje não corresponde à fragmentação da opinião. Nem a subdivisão dos partidos é necessàriamente um mal; pelo contrário, muitas vêzes a minoria independente é que salva o bom princípio e causa a reforma do partido. Em tudo isto a irregularidade era visível. Não cabia ao Poder Executivo anular o Congresso para o fim de normalizar a função dos partidos. Em países, como o Chile, onde a opinião não pode ainda tanto como o Govêrno, o regime presidencial, êsse sim, é que só produziria partidos pessoais, de ocasião, que seria preciso refazer a cada nova presidência. Nem o caráter pessoal atribuído por Balmaceda aos partidos contrários provava, a ser exato, senão essa mesma influência presidencial, que êle procurava aumentar. Êsses partidos eram com efeito remanescentes das diversas administrações.

Aberto o Congresso, o ministério Sanfuentes viu-se repelido, por assim dizer, da soleira das duas Câmaras. No Senado, Altamirano propôs logo um voto de censura aos ministros; Sanfuentes levantou a luva. « Enquanto tivermos a confiança do Presidente da República, disse êle, manter-nos-emos nos nossos postos ». Era o repúdio absoluto do regime parlamentar. « Se o Chile, dissera êle, estivesse constituído debaixo do sistema parlamentar... », rejeitando a hipótese. O gabinete ficaria até as futuras eleições, e o país então pronunciaria a sua decisão final entre o Presidente e o Congresso. Era um plebiscito napoleônico; era atribuir ao Congresso eleito por êle, Sanfuentes, a prerrogativa de julgá-lo, que êle negava ao Congresso existente. Dizer que o gabinete só era responsável perante Câmaras ainda por eleger, era proclamar que até lá ficava suspensa a responsabilidade ministerial. Essas novidades ecoaram no Senado como insultos a tudo o que o Chile se habituara a respeitar, a tudo de que êle se orgulhava.

Por 25 votos contra 8, foi adotada a censura proposta. Dos que a rejeitaram, quase todos julgaram preciso manifestar que repudiavam a teoria constitucional do gabinete. O sr. Vi-

cente Balmaceda, que se queria abster, declarou que *depois das palavras do ministro do Interior acreditava dever de patriotismo votar a censura.* Era pràticamente o Senado todo. Na Câmara as coisas passaram-se ainda pior. O sr. Mac-Iver formulou uma moção, censurando as declarações anticonstitucionais feitas no Senado pelos dois ministros do Interior e de Relações Exteriores, e as manifestações contra o gabinete foram tão desabridas que êste se prevaleceu delas para declarar que não compareceria mais às sessões. A minoria Liberal retirou-se, pretextando coação, e o voto de censura de Mac-Iver foi adotado por 70 deputados contra 1. A 14 de junho a Câmara, por 69 votos contra 29, decide adiar a discussão da lei de meios « até que o Presidente da República nomeie um ministério que dê garantias de respeito às instituições, e mereça por isso a confiança do Congresso Nacional. » O mesmo faz o Senado a 18. « As moções aprovadas continham implícita a Revolução », diz o sr. Bañados; também a atitude do govêrno continha implícita a ditadura.

O direito das Câmaras de negar os meios a um gabinete que ela supunha fatal às instituições é um direito perfeito. As Câmaras são a Representação Nacional; a ficção é que elas são o país, ao passo que o Presidente não é senão um magistrado. Entre a Representação Nacional de um lado e o Presidente do outro, presume-se, havendo conflito, que a nação está com os seus representantes e não com o seu delegado, e tanto assim que a Representação Nacional tem em certos casos, deixados exclusivamente ao seu critério, o direito até de o suspender e de o depor. Ela é o Poder mais alto de todos. No caso de ruptura, não se compreenderia na Inglaterra um Parlamento, nem nos Estados Unidos, um Congresso, *rebelde.* De certo o presidente tem o direito de escolher livremente os seus ministros, mas êsse livremente entende-se dentro de normas, de convenções consagradas, que formam a Constituição não escrita de cada país. Não é sòmente na Inglaterra que a Constituição não é escrita; escrevam-na como quiserem, imaginem os modos mais decisivos de demarcar os limites de cada poder, a Cons-

tituição terá sempre que ser o *modus-vivendi* que êles assentarem entre si e que o país tiver sancionado. Nada mais prepóstero do que, em um país onde êsse *modus-vivendi* estava desde tantos anos profundamente radicado, surgir de repente um gabinete pretendendo governar sem as Câmaras e invocando para isso fragmentos arqueológicos ou postulados da ciência moderna.

Em julho, continuando o conflito, a Câmara chama por duas vêzes os ministros a dar conta dos seus atos, e êles recusam comparecer. A situação é da maior gravidade, todos vêem a guerra civil aproximar-se. Os amigos que Balmaceda ainda tinha nos diversos partidos, assustados com as conseqüências ulteriores da ruptura, dirigem-se a êle para lhe pedirem que chegue a um acôrdo com o Congresso, sacrificando o Gabinete. « Qual seria a situação do Presidente do Chile, retorquiu-lhes Balmaceda, se nestas condições eu cedesse do exercício de minhas prerrogativas constitucionais? » « Seria o maior homem do Chile », interrompeu o sr. Francisco Puelma. Depois, êste mesmo respeitável delegado do povo de Santiago insinuou a Balmaceda que renunciasse a presidência. « Evocou-se em minha presença », foi a resposta do Presidente, « a lembrança da abdicação de O'Higgins. Era essa uma época de anarquia e de revolução. Nós nos achamos em presença de uma situação regular, na qual exercito minhas atribuições constitucionais. Ninguém tem o direito de pedir-me o sacrifício de minhas prerrogativas como Chefe de Estado no Chile. Eu vos declaro com tôda a convicção: não abaterei nenhuma de minhas atribuições, não representarei em caso algum o papel de vítima, porque o Chefe de Estado que a isso se prestasse vitimaria a nação que manda e representa ». A abdicação de O'Higgins, que êle assim repelia, quantas vêzes não lhe terá parecido mais tarde a saída ampla que se abria então à sua dignidade, à sua reputação, e ao seu patriotismo?

A luta com o Congresso reunido era entretanto impossível, porque o Congresso tinha até o direito de acusar e julgar os ministros, e pretendia, se não houvesse outro meio, suspen-

dê-los dessa forma. Nesse momento, Balmaceda não podia ainda assumir a ditadura; para assumi-la precisava poder adiar o Congresso, como fêz em outubro, ou que êste não se reunisse mais. A transação impunha-se como uma medida de prudência, enquanto fôsse preciso contar com êle. Tôda resistência nesse momento era uma loucura, queria dizer a partida perdida. O golpe de Estado, que estava assentado, como veremos mais longe, foi abandonado. Ceder, era da parte de Balmaceda ganhar terreno para a luta eleitoral de março, que era o que lhe importava. Temendo todos o desenvolvimento da crise, o Arcebispo de Santiago prestou-se ao papel de mediador, e, depois de diversas negociações com Balmaceda, dirigidas pelo sr. Álvaro Covarrubias, o Congresso e o Presidente chegaram a um acôrdo: o ministério de maio demitia-se, e o Congresso votava a lei de meios, formando o Presidente um gabinete neutro. O ensaio geral da ditadura estava feito. A representação se realizaria, se fôsse preciso, quando o Congresso não pudesse mais reunir-se *jure proprio*.

DITADOR

SEPARANDO-SE do gabinete Sanfuentes, Balmaceda deu-lhe as maiores demonstrações de solidariedade e reconhecimento. No banquete de despedida, na Moneda, êle proferiu, diz-nos o sr. Bañados, « um dos mais belos discursos que jamais lhe ouvi, expressando sua gratidão aos amigos que com tanta abnegação, energia, e patriotismo, tinham defendido o princípio da autoridade e as prerrogativas constitucionais do Chefe do Estado. » Por seu lado, os Liberais de Santiago felicitavam o ministério de maio *pelo triunfo das prerrogativas do Presidente da República contra as invasões inconstitucionais do Congresso.* Não era um ministério que caía, era um interregno que se anunciava; os ministros demissionários conservavam a confiança, a gratidão do Presidente; o Congresso estava a expirar, o partido balmacedista iria às urnas com a certeza da vitória. O que era preciso, era atravessar do melhor modo o resto da Sessão ordinária; encerrado o Congresso, o campo ficava livre para a ação, e o Presidente poderia ter ao seu lado os homens de sua confiança.

O ministério de transação formado em agôsto sob a direção de Belisário Prats compunha-se de pessoas estranhas ao Congresso e ao conflito travado entre o Presidente e a maioria. O Congresso votou imediatamente a lei de meios; uma acusação proposta contra os membros do ministério Sanfuentes pelo deputado F. Puelma Tupper foi rejeitada por 56 votos contra 6: havia o propósito de evitar qualquer novo motivo de queixa, de apagar, no ânimo de Balmaceda, os ressentimentos do conflito havido, de cooperar com êle. Infelizmente o ministério Prats estava, por sua natureza, com os dias contados. O partido balmacedista tinha uma organização e chefes que valiam mais do que os ministros. As eleições dar-lhe-iam imensa vitória no país, e, certos disto, o funcionalismo todo e todos

os pretendentes preferiam as boas graças do *Comité* executivo liberal às do ministério. A situação do Gabinete era impossível, e cada dia se agravava; êle sentia que não governava; que a administração tôda estava montada, como um poderoso mecanismo eleitoral, que a mais delicada pressão punha em movimento. A posição dos ministros era mesmo ridícula, êles sabiam o que se estava fazendo em todo o país, e não podiam alegar nenhum fato, porque mesmo não havia outra coisa senão a influência intangível, pessoal, silenciosa, exercida pela vontade conhecida, pelo interêsse evidente, pelas intimidades políticas, do Presidente da República, e mais do que bastante para dar a vitória aos seus candidatos prediletos e aos princípios sustentados por êle, com o ardor de uma defesa própria, no último conflito com o Congresso. Os ministros não tinham fatos que levar ao conhecimento do Presidente de que êle não pudesse rir com êles; não havia nada que êles lhe pudessem denunciar como violação da neutralidade; o maquinismo funcionava sem um atrito, um rangido, uma comoção; a mudar uma peça, seria preciso mudar tôdas, isto é, organizar uma administração antibalmacedista para hostilizar o balmacedismo sob a presidência de Balmaceda. Ainda assim, quem sabe? mas, a não ser isso, nada contrabalançaria a influência do Presidente, mesmo quando êste não quisesse exercê-la, posta como estava nas mãos dos seus amigos.

Entre o Presidente e os ministros demissionários, — não se sabia isto então, é desnecessário dizê-lo, e o sr. Bañados não o refere no seu livro, — havia um laço oculto que não se podia mais quebrar. Êsse laço era o segrêdo de um golpe de Estado abortado. A Revolução vitoriosa encontrou em 1891 um documento curioso, o *Diário* do ministério de maio de 1890, escrito pelo próprio sr. Bañados Espinosa. Nesse *Diário,* que vem junto ao processo instaurado ao gabinete Vicuña, encontra-se a narração minuciosa de uma conspiração tramada em julho entre o Presidente, os Ministros, o Intendente de Valparaíso, e diversos comandantes de corpos, para dissolver o Congresso que estava funcionando, e proclamar a ditadura. Para um

documento dêstes só há uma resposta, mostrar que é apócrifo; a sua autenticidade, porém, parece fora de dúvida. Há trechos característicos nesse *Diário*. A 27 de julho consta que o Congresso vai acusar os ministros, e na Moneda se espalha que, uma vez postos os ministros em acusação, o Congresso declararia a deposição do Presidente. « Em presença dêsse plano, diz no seu *Diário* o sr. Bañados, o Presidente da República e o Gabinete resolveram por unanimidade de votos que, apresentada a acusação, se procederia imediatamente à dissolução do Congresso, se proclamaria a Ditadura e se procederia à nova eleição no período de que fala a lei eleitoral. O Presidente da República encarregou-me de redigir o projeto de Manifesto. O Presidente da República encarregou-se por sua parte de redigir os considerandos e o decreto de dissolução ». A 28 de julho há no *Diário*, entre outras, estas revelações importantes: « De manhã redigi o projeto de Manifesto. Ditei-o ao escrevente do Presidente da República e conservo-o entre os meus papéis. » É preciso notar que nesse tempo Balmaceda estava em negociações com o Arcebispo de Santiago. Às 9½ da noite reúne-se o Conselho de Ministros. « Todos estiveram acordes em preparar desde logo o golpe, por existir conhecimento unânime de que, atrás da acusação dos ministros, viria a deposição do Presidente. Pensou-se, entretanto, que era melhor esperar o começo da acusação, e que no dia seguinte às 8 horas da manhã se lacrariam as portas do Congresso e se faria o bando pelo Comandante geral das armas, acompanhado por todos os chefes de corpos. O Presidente da República disse que imediatamente falaria a alguns chefes de corpos e que às 10 ½ chegaria o Intendente de Valparaíso, mandado chamar expressamente para receber as instruções. Nessa mesma noite deram-se instruções a Barbosa, e falou-se a Marzán, comandante de caçadores, a Lopétegui, comandante do Buín, e a Polo Zaldivar, comandante do 4º de linha. Todos aceitaram com prazer o movimento e prestaram-se com entusiasmo ».

E segue assim o plano. A 29, porém, um ministro, Gandarillas, retrai-se, e declara a Sanfuentes, *cheio de mêdo e soçôbro de ânimo*, diz o *Diário*, que renuncia o ministério. « A todos os argumentos de Sanfuentes, diz êste que êle replicava: « Don Henrique, não sou o homem de ontem, não me atrevo, não posso dar o golpe ». No dia 30, assenta-se o plano definitivo. Sanfuentes inculpa Gandarillas de ter esperado o último momento para dar « tão vergonhoso passo ». Balmaceda, pondo-se de pé, declara « que dissolveria o Congresso mesmo que o deixassem só ». Bañados pede « o pôsto de maior perigo e responsabilidade ». O Presidente e os ministros rogam a Gandarillas que permaneça no gabinete « até à meia-noite do dia anterior ao golpe de Estado », ao que êle acede. « Seguiu-se então o debate, diz o *Diário,* acêrca do melhor momento para dissolver o Congresso. Houve discrepância de opiniões. O Presidente da República, Velásquez, Bañados e Valdés Carrera inclinam-se a dissolver no momento de se romperem as negociações, e antes da acusação. » O golpe de Estado, para o qual tinham marcado dia e hora, não foi levado a efeito, mas um fato secreto dessa natureza entre o Presidente da República e os ministros, altos funcionários, e chefes de corpos, tornava Balmaceda prisioneiro do seu partido. Prats não conhecia êsses antecedentes; se os conhecesse, não teria aceito o govêrno. O Presidente não poderia, quando o quisesse, separar-se dos que conjuraram com êle e tirar-lhes o poder efetivo.

A 6 de outubro o gabinete Prats apresenta a sua renúncia coletiva, e Balmaceda encarrega do govêrno a Cláudio Vicuña. Era uma nova edição do ministério de maio, um ministério de combate. A sessão ordinária do Congresso tinha acabado. « Sabendo o Presidente, confessa o sr. Bañados, que a combinação não podia ser do agrado da maioria parlamentar, resolve encerrar a sessão extraordinária. » A 14 de outubro, com efeito, foi encerrado o Congresso, ficando por votar a lei de orçamento e a lei de fôrças. Encerrado o Congresso, Balmaceda manifestava claramente o pensamento de que não o deixaria mais reunir-se, e de que até às novas eleições governaria por sua

conta e risco, certo da legitimação ou desculpa de seus atos pelo Congresso que ia eleger. Separando-se provisòriamente do ministério de maio, ao qual o ligava a conspiração de julho, o Presidente, é agora visível, não tinha querido senão evitar a acusação dos ministros ou o golpe de Estado combinado.

A formação do gabinete Vicuña além do mais foi um grave êrro de tática política. Balmaceda podia, sem perigo para o seu partido, contemporizar até o fim, descansar no seu prestígio, na fôrça do poder; o rompimento em outubro demonstrava excessiva inquietação eleitoral, receio de complicações fortuitas, necessidade de aproveitar a ocasião, de impedir a oposição de se armar e fazer prosélitos no país. Ligados os dois fatos, a formação do gabinete Vicuña e o encerramento do Congresso, a intenção da Ditadura está patente: o Presidente vai impedir por ato seu a Representação Nacional de votar os orçamentos, de prover à segurança externa e interna do país. Se o Congresso não estivesse reunido, era dever dêle convocá-lo. Despachá-lo, quando funcionava, era ostentar que prescindia dêle.

Desde êsse momento, pode-se dizer, o Chile está em guerra civil. A Comissão Conservadora acudiu logo em defesa das prerrogativas do Congresso e constituiu-se quase em sessão permanente. O seu primeiro ato foi admitir a tomar parte nos seus debates a todos os senadores e deputados que a quisessem auxiliar, o que era dar às suas reuniões caráter de sessões públicas do Congresso em assembléia geral. O principal ponto do conflito constitucional era a usurpação, pelo Presidente, das atribuições privativas do Congresso relativamente à defesa pública e às fôrças de mar e terra. A 10 de dezembro, Pedro Montt apresenta esta moção que é votada: « A Comissão Conservadora resolve manifestar ao Presidente da República que a manutenção das fôrças de mar e terra além de 31 de dezembro, sem que o Poder Legislativo o autorize, importa em violação aberta do art. 28 da Constituição ».

Essa era a grave, a grande questão, mas Balmaceda já a tinha cortado ditatorialmente. Aqui as afirmações do sr. Ba-

ñados são terminantes por insuspeitas. É êle quem nos diz que na conferência dos ministros, dois ministros, Casanova e Allendes, opinaram que se devia convocar o Congresso, ao passo que o Presidente e os demais ministros opinaram em sentido contrário, fundados em três razões, que do ponto de vista constitucional parecerão bem estranhas. A primeira, porque o Congresso não daria nunca a lei de orçamento, sem que prèviamente o Presidente mudasse de política e aceitasse um ministério impôsto pela maioria; a segunda, porque a maioria aproveitaria as sessões para proceder imediatamente à acusação dos ministros de maio e de outubro e à deposição do chefe do Estado; a terceira, porque uma vez produzida a acusação e a deposição, não cabia ao Presidente da República outra solução senão dissolver o Congresso, medida que era conveniente evitar quanto possível. Um Presidente de República que não convoca o Congresso, estando a ficar sem orçamento e leis de fôrças, para não haver acusações contra os ministros, e que tem propósito feito de o dissolver, não é mais um Poder constitucional que delibera na raia de suas atribuições; é um ditador que se sente o único poder no país.

O testemunho do sr. Bañados está corroborado por diversos outros. Assim o ministro alemão em Santiago escreve ao seu govêrno em data de 9 de dezembro de 1890 (1):

« Há alguns dias me disse S. Ex. [Balmaceda] que a convocação do Corpo Legislativo seria inútil, porque, em vez de discutir o orçamento do ano vindouro, êle apresentaria, segundo informações que tem, desde a primeira sessão, a acusação contra os membros do último ministério Sanfuentes-Mackenna e se conservaria por êsse meio em permanência. » Com receio da acusação dos ministros, o Presidente resolve não convocar o Congresso. Que pode acontecer de pior? Êle não acreditou nunca na guerra civil. « Nem Balmaceda nem muitos dos que o acompanharam em suas horas de amargura », depõe no seu livro o sr. Bañados, « julgaram capazes os diretores da Coalizão

---

(1) *Documentos publicados por la Cancilleria Alemana,* Valparaíso, Imprensa de *La Pátria.*

parlamentar de chegar até a Revolução». O homem de pulso do gabinete Vicuña é Domingo Godoy. Nos primeiros dias do seu ministério confessa êle a um amigo que o seu govêrno tem por fim, entre outras coisas, «a anulação do Congresso». «Outros mais ousados e mais poderosos do que tu, diz-lhe o seu interlocutor, o sr. Larraín, empreenderam a mesma aventura e foram vencidos. Olha; o que tu chamas desdenhosamente oposição, é o Congresso, o clero, a mulher, a imprensa, a sociedade, tudo que tem vida e valor no Chile». «Que me importa, respondeu-lhe Godoy, eu baterei todos êsses elementos e os farei fugir, *sin usar mas que las dragonas de los sables*» (1). Contando com o entusiasmo da tropa e com um partido numeroso, como são os partidos oficiais sempre que o govêrno manda abrir as portas e deixar entrar todo o mundo, Balmaceda não pode imaginar que a oposição parlamentar cometa o suicídio de levantar-se a peito descoberto contra um exército de veteranos, cuja firmeza nenhum chileno punha em dúvida. Por isso deixa êle passar, dia por dia, êsse mês de dezembro, ansioso pela terminação do prazo.

Afinal chegou o dia 1º de janeiro e Balmaceda achou-se na situação que tinha planejado: sem lei de orçamento, nem de fôrças, êle vai decretá-las por si, isto é, investir-se das mais altas atribuições do Poder Legislativo. Isto o condenava a ser parte no pleito eleitoral de março, forçava-o a vencer as eleições do novo Congresso, que o tinha de julgar. Resolvido a tudo, êle dirige ao país o Manifesto de 1º de janeiro. O Manifesto tem o caráter comum a todos os papéis dêsse gênero, que formam a seção mais importante nos arquivos sul-americanos. Balmaceda diz nêle que diversos Presidentes do Chile governaram por algum tempo sem lei de orçamento e que isso nunca foi qualificado de ditadura. Não lhe ocorreu especificar que a demora na votação dessas leis nunca significou desinteligência entre o Congresso e o Presidente, e que não podia haver ditadura estando o Congresso reunido e procedendo em

(1) Depoimento do Sr. J. Larraín Zañartu, *Accusación a los ex-Ministros del Despacho Don Claudio Vicuña,* e outros, pág. 142.

tudo de acôrdo com o Presidente. A demora causada pela protelação era um atentado da minoria contra ambos os poderes. Com Balmaceda o caso era diferente, e para êsse êle não podia achar um só precedente. Êle não convocara o Congresso por não lhe convir que o Congresso se reunisse mais, por temer a acusação dos ministros. Os autores dessas peças históricas fazem mal em compô-las, porque são elas quase sempre que os condenam, mostrando, através das razões fúteis que êles alegam, a resolução em que estavam de aproveitar qualquer pretexto, falhando o que tomaram, para proceder do mesmo modo. Também entre nós, no Manifesto com que o general Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso em 1891, apresentavam-se, como motivos para a dissolução, além da infalível conspiração monárquica, uma série de queixas contra o Congresso, que não passam entretanto de uma crítica do modo por que êle exercitara atribuições exclusivas suas. Do que se queixa Balmaceda é também do exercício constitucional de atribuições legislativas, como se um poder que exerce as suas faculdades pudesse ofender a algum dos outros, e dar-lhe causa para atentar contra êle.

Pelo Manifesto de 1º de janeiro vê-se claramente a situação da véspera: um homem enérgico, decidido, certo de que as eleições de março lhe mandarão um Congresso à sua feição, em frente de uma oposição, ameaçada de aniquilamento eleitoral, ansiosa pela convocação extraordinária, para se salvar ao menos por uma transação. Diante do Presidente havia um único obstáculo, o Congresso que o queria coagir, mas que só podia durar até março. Não o convocando, eram três meses de luta com a Comissão Conservadora, o que êle teria contra si, na pior hipótese; depois viria a justificação, a solidariedade, a glorificação das urnas, a eleição do seu sucessor. Se convocasse o Congresso extraordinàriamente, tôda essa perspectiva podia desfazer-se. Dependia só dêle convocá-lo. A questão era: Que convinha mais, — arriscar-se à acusação dos ministros, reunindo o Congresso, ou não o reunir e assumir a ditadura? Se tudo se passasse bem a 1º de janeiro, a situação em março

estaria *normalizada;* o novo Congresso restabeleceria a constitucionalidade de todos os atos, retrospectivamente. Foi por esta última alternativa que Balmaceda se decidiu. Por quê?

Porque, já o vimos, certo do grande poder militar que tinha nas mãos, êle não julgou possível a revolução; não lhe veio à imaginação nada do que devia acontecer. É o engano próprio dos governantes cegamente obedecidos, que vivem entre muralhas de adulação, onde tudo, — como para o rei a galeria de espelhos de Versalhes, os homens e as leis, os jornais e as baionetas, a roda íntima e a oposição, — reflete sòmente a sua imagem. Balmaceda de certo conheceu êsse deslumbramento causado pela subserviência de tôdas as ambições. No Manifesto êle afirma que a revolução não terá lugar. « Mesmo na suposição », são palavras suas, « que sejam imputáveis ao Chefe da Nação os desvios da maioria do Congresso, não se pode proclamar a revolta. A Constituição contemplou o caso em que o Presidente da República ou seus ministros infringissem a Constituição e as leis, e para essa eventualidade previu o modo e a forma em que ùnicamente se podem tornar responsáveis o Presidente e os ministros ». Pela Constituição chilena o Presidente é irresponsável durante a presidência. Era demais pretender que se êle suspendesse a Constituição e abolisse o Congresso dentro dêsse prazo, ainda assim a revolução não tinha razão de ser. Balmaceda podia assumir a ditadura, como o jogador pode fazer uma parada; era, porém, sair fora do seu papel, pregar a Constituição ao Congresso que anulara A revolução não era um caso de consciência para o Ditador, mas para o Congresso.

Balmaceda assumiu a ditadura, segundo se alega, pelo receio de que o Congresso o quisesse depor, se fôsse convocado. « Por suspeitas e temores não se fazem revoluções» , diz o sr. Bañados, aludindo ao receio da Coalizão de que seriam violentadas e falsificadas as eleições de março; por suspeitas e temores, pode-se dizer com mais propriedade ainda, não se assume a ditadura. O Presidente devia prever a resistência do Poder Judicial à absorção que êle ia fazer do Legislativo; sabia

portanto que até março pelo menos êle seria o único Poder do Estado e que as eleições se realizariam sob essa concentração de todos os poderes em um só. E se dessa situação violenta resultasse a revolução, que faria êle? Esmagava-a com a fôrça pública. A questão única era a fidelidade da tropa, exatamente como para um imperador romano do século III.

Essa confiança exclusiva nos quadros militares revela-se por um ato quase reflexo. No momento mesmo em que a Esquadra toma a bordo os chefes do Congresso, Balmaceda expede êste decreto: « Declara-se o exército permanente em campanha, elevando-se o sôldo a cinqüenta por cento mais do que goza na atualidade ». A primeira idéia da chamada *Defesa Nacional* é aumentar os soldos. Não era isto introduzir insidiosamente no esplêndido organismo chileno o gérmen do militarismo político, que torna os exércitos impróprios para a guerra estrangeira, indiferentes à glória militar, e os converte em uma espécie de partido armado, a sôldo do govêrno? E o pescador infeliz, cuja rêde apanhara no fundo do mar a garrafa em que estava encerrado o terrível gênio sul-americano, e que o soltara em terra chilena, onde logo não se viu senão sua gigantesca figura, foi o próprio Balmaceda, que tanto combateu em 1881 a candidatura Baquedano, por ver na eleição do general vitorioso a insinuação do militarismo na história do Chile. O declive da ditadura estava patente ao seu espírito, êle não podia ignorar que ela o levava à tirania. A Mensagem está cheia de afirmações de patriotismo, mas a nota que domina em tôda ela é a intransigência, certa da vitória e do império. « Pode-se empreender a ditadura para subir ao poder, diz Balmaceda, porém não está na lógica da política, nem na natureza das coisas, que um homem que viveu um quarto de século nas contendas regulares da vida pública, empreenda a ditadura para deixar o poder ». Para deixar o poder? Por que não? Nisto estaria o verdadeiro desinterêsse. Por que excluía êle a idéia de ser um ditador desinteressado? Empreender a ditadura, porém, para eleger o seu sucessor e vincular a presi-

dência da República no seu partido, é a história tôda sul-americana.

Os acontecimentos todos mostram que Balmaceda, quando escreveu a sua Mensagem, estava já nas mãos do mau destino que durante êsse ano de 1891 ia açoitar implacàvelmente o Chile. Quem habitava a Moneda, não era mais o orador que havia chegado às primeiras posições pelo ascendente de sua palavra; o publicista que dirigira na imprensa as campanhas da opinião; o parlamentar que se impusera a todos os partidos pelos muitos prestígios de sua pessoa; era um caráter imperioso em quem o mando absoluto embotara tôdas as outras faculdades. Se não fôsse asim, se êle não tivesse conhecido a grosseira embriaguez que produz nos melhores a sujeição de todos, não teria êle recuado diante das medidas que lhe haviam de ser reclamadas? Não teria pelo menos parado na linha que une a ditadura à tirania? Êle porém não tinha mais a liberdade de si mesmo; entrara em uma dessas situações que tornam o homem um autômato moral, que o condenam a representar ao vivo, num palco improvisado, o papel de protagonista em uma peça composta, ao acaso dos acontecimentos, pela massa anônima que o acompanha. De outra forma não se compreende a transformação havida. No comêço da sua presidência, o que o anima é a ambição de deixar o seu nome, na História do Chile, ligado a uma série de iniciativas e esforços que o fizessem soletrar no futuro em cada escola pública, em cada estação de estrada de ferro, em cada grande encouraçado, em tudo que exprima, para chilenos, cultura, expansão, ou fôrça nacional. No ponto em que estamos, tudo isto se torna para êle secundário, quase estranho. Essa esquadra que era o seu orgulho, da qual êle fazia depender a defesa, a segurança, a honra do Chile, e que sabia ser impossível reconstruir mais, agora o objeto mais ardente dos seus votos é que a ponham tôda a pique. Não o preocupa que a delação mercenária converta cada habitação em um cárcere; que as prisões se encham com o que a sociedade chilena conta de melhor; que se levante a bandeira da guerra social para popularizar, entre a

massa recrutável e no meio da ruína pública, o partido da resistência; que a lei marcial funcione em tôda a extensão do Chile com a rapidez, a inclemência, o irreparável, dos processos sumários; que não se ouça outra voz na imprensa senão a do extermínio, como se funcionassem nas redações dos jornais os tribunais de sangue; que os chilenos todos sejam declarados suspeitos; sujeitos, se se movem, ao salvo-conduto, se permanecem em suas casas, à espionagem, se procuram salvar filhos, parentes, amigos, à inculpação; um estado social, enfim, em que tôdas as cabeças estão a prêmio.

Se tivesse a legalidade por si, ainda assim devia parar diante do desmantelamento total do país, da inversão da sociedade pelo predomínio inevitável dos elementos anti-sociais que tôdas contêm no seu fundo, e que aparecem quando a tempestade o revolve; para não dar a provar aos soldados da República o sangue da guerra civil, para não imprimir na marinha chilena o estigma de pirataria; para não expor o Chile, desarmado, ferido, desfeito, à audácia estrangeira, e sobretudo para evitar para o seu nome a tirania. O que distingue a tragédia antiga é o caráter intransigente das paixões que levam à destruição de todos os personagens. O nosso tempo não admite mais essa lógica inexorável. Mesmo com o inimigo estrangeiro, quando a luta é inútil, trata-se, para evitar maiores sacrifícios. A monarquia seria infinitamente mais humana do que a república, se o sentimento que tem feito tanto monarca abdicar, de preferência a aceitar a guerra civil, fôsse reputado indigno de um presidente. A guerra civil teria um caráter satânico, se não fôsse suscetível, como a estrangeira, de ser regulada por instruções que proscrevam a crueldade, de ser interrompida por um armistício, e concluída por um tratado de paz. O espírito de transação não falta neste grave transe a Balmaceda senão porque êle não é o mesmo homem: êle não pode ver claro o interêsse do seu país, porque já não divisa o seu próprio.

A AÇÃO DA ESQUADRA

O QUE há mais triste em tudo o que vai seguir é o caráter voluntário, caprichoso, pessoal, dessa tremenda crise; a absoluta falta de necessidade, a inutilidade, mesmo do ponto de vista balmacedista, de qualquer procedimento violento na vizinhança tão próxima das eleições de março. Com mais três meses de prudência, de simples inação, Balmaceda teria visto chegar o dia salvador da eleição do novo Congresso. Quando mesmo os ministros lhe fôssem contrários, — os partidos não podiam exigir dêle mais do que a neutralidade, uma neutralidade régia, — o partido do Presidente levaria de vencida os seus contrários, ainda que ministeriais. Em vez disso êle preferiu o golpe de Estado, chamar a si atribuições legislativas inteiramente fora da sua esfera constitucional. Em que se fiava para fazê-lo?

Materialmente confiava no exército, já o vimos; legalmente, em que o Congresso, assim espoliado, não podia reunir-se sem convocação sua. Por quê? Se o Congresso não tivesse o direito de funcionar sem ser convocado, senão nos meses de junho, julho e agôsto, sendo, por exemplo, dissolvido em outubro ou novembro, que meios teria de reagir? Balmaceda não podia desconhecer o princípio jurídico elementar, — que todos os poderes têm, para defender a sua existência e manter a posse de suas atribuições, um direito que não depende das formas ideadas para resguardá-lo. De outro modo não havia organização possível. O direito de defesa é inerente ao funcionamento de todos os poderes do Estado, e inseparável da autonomia de cada um. Se isto está implícito em tôda a parte, na Constituição do Chile parece estar até expresso.

De fato, de que serviria essa Comissão Conservadora, que no intervalo das sessões representa o Congresso e exerce por êle funções de vigilância, se diante de uma dissolução ou de

uma usurpação, que se equivalem, não pudesse chamá-lo a postos? Cingir-se ao texto, aos trâmites, aos prazos regimentais, é proceder como a côrte de Filipe II, deixando adoecer gravemente o rei por ninguém ousar, na ausência do camarista a quem êsse serviço incumbia, remover o braseiro que o sufocava. Tivemos em nossa história um precedente igual, o do presidente do Senado, a 16 de Novembro, — quando a República já estava proclamada no *Diário Oficial* e o Imperador prisioneiro — respondendo a um senador que lhe perguntava se o Senado não devia fazer alguma demonstração: « O Senado está em sessões preparatórias... Mantendo hoje, como sempre, a estrita legalidade constitucional e observando o regimento, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restrito à constituição desta Câmara ». O Congresso chileno, porém, não professava a etiquêta do Escorial. Nem *essa estrita legalidade constitucional* do sr. Paulino de Sousa, era um corpo cheio de vida e de fôrça, capaz de ocorrer ao perigo no momento oportuno e com os meios adequados.

Nunca Balmaceda imaginou a defecção da armada chilena — o sr. Bañados Espinosa di-lo lastimando-o — e essa surprêsa revela-se no fato de estar a esquadra tôda pronta para qualquer emergência, em vez de estar pràticamente desarmada, imobilizada, ou afastada do Chile, como estaria se Balmaceda imaginasse que dela pudesse partir a reação. A verdade é que um *pronunciamento* naval era novidade para a América, onde não havia ainda surgido um Topete. Sempre que os partidos enumeram seus recursos põem de parte a fôrça naval, e de fato por sua natureza a esquadra é em política um elemento neutro. O caráter nacional da armada é em tôda parte mais acentuado do que o do exército, quando sejam igualmente patrióticos. O marinheiro é um ausente; tem que ser, pelo seu gênero de vida, muito menos regional do que o soldado, vinculado à guarnição. A luta do homem do mar é na maior parte do tempo contra os elementos, pelo menos o era na antiga marinha de vela, da qual êle vem, e isto imprime à sua energia um caráter de grandeza que amesquinha as dissensões civis. Para um sen-

timento se apossar do seu coração é preciso que tenha alguma coisa de vasto, de insondável. O oceano é o molde em que é lançada a sua individualidade. Daí resulta uma grande extensão de horizonte interior. A bandeira tem sôbre êle uma influência que só pode ter no exército entre os soldados que alguma vez entraram em combate; para os que nunca viram as bandeiras do inimigo, ondeando ao longe como um desafio de valor, a nacional não pode ser o objeto que é para os marinheiros, habituados a levá-la aos confins do mundo, como o distintivo do seu país distante. Há no desenrolar do pavilhão na solidão do oceano, quando dois navios se encontram, uma sugestão de patriotismo que cala na alma até ao fundo. É diante do estrangeiro que se educa, se corrige, se apura o sentimento patriótico, e o marinheiro está sempre diante do estrangeiro. Daí o seu afastamento natural, a sua incompreensão de tudo que divide o país; o seu amor a tudo que o une. Êle tem o sentimento da pátria, unitário, nacional, impessoal; por isso as velhas tradições do país conservam-se vivas nos navios depois de quase apagadas em terra. A êsse sentimento une-se a sua simpatia pelas idéias e pelas coisas que êle sabe ser universais, porque as encontrou, à volta do globo, nas diversas escalas do seu navio.

Em todos os países a marinha tem uma popularidade sua, um prestígio próprio sôbre as massas. O exército é outra coisa; popular, como se vai êle tornando em nossos dias, ainda assim não foi possível ao povo, em parte alguma, desprender da farda militar a antiga idéia de opressão, resto do uso, que os governos fizeram sempre, da tropa para se imporem. Uma revolução militar, por mais liberal que fôsse o seu intuito, teria sempre contra si um preconceito, o caráter autoritário da fôrça armada. A tendência do govêrno militar é o militarismo. Não pode, porém, haver despotismo naval. Tem havido até hoje tôdas as espécies de tirania, mas não se viu um tirano embarcado. Do mar ainda não se governou a terra. De bordo pode partir a iniciativa de um movimento, como na Espanha partiu de um sinal da *Saragoça* a revolução de Setembro, mas não foi Topete, foi Serrano, foi Prim, foi o exército, que tomou conta

do govêrno. A marinha não tem meios de ação em terra. Os sineiros de Santiago não receiam que o canhoneio de tôdas as esquadras do mundo interrompa uma nota do seu carrilhão. Daí a certeza de que de um movimento da esquadra não pode resultar uma tirania, e a presunção de que êle procede de um impulso nacional desinteressado.

A 6 de janeiro de 1891 embarcam a bordo dos navios Waldo Silva, vice-presidente do Senado, e Barros Luco, presidente da Câmara. Está declarada a revolução. É uma antinomia dizer revolução do Congresso. A Representação nacional não se insurge. Chamando revolucionários os Congressistas, emprego apenas a expressão que em geral se aplica, tenham por si a legalidade ou não, a movimentos armados contra o govêrno de fato. A oposição contava com o efeito moral da sublevação da esquadra, pensou que ao movimento do mar responderia o de terra. O candidato antibalmacedista à presidência seria o general Baquedano, e o prestígio do vencedor do Peru era grande na tropa; êle, porém, não se moveu, e esta ficou sólida até o fim.

A esquadra não podia pensar em bombardear Valparaíso. O bombardeio de Valparaíso em 1865 pelo almirante Méndez Núñez levantou contra a Espanha a reprovação unânime do mundo civilizado. Que se diria agora se os chilenos fizessem o que fizeram os espanhóis, e a cidade fôsse incendiada pelas bombas do *Blanco Encalada* e do *Cochrane*, como escapou de o ser na manhã de 31 de março pelas da *Numancia?* « Uma tal barbaria, dissera Mr. Layard na Câmara dos Comuns a propósito do bombardeamento de Valparaíso, é absolutamente indigna de uma grande nação como a Espanha ». Apesar de envolvidos nós mesmos em uma guerra estrangeira, não deixou o Govêrno brasileiro de protestar contra o atentado cometido. « O Brasil e a maior parte dos Estados americanos, disse o sr. Saraiva em uma brilhante nota, novos ainda, não dispõem de todos os recursos precisos para se fazerem respeitar, e, disseminada a sua riqueza e a sua população ao longo de costas extensas e indefesas, estão sujeitos ao abuso da fôrça e necessitam

por isso que sejam mantidas as máximas da civilização moderna, que constituem a sua principal e mais eficaz proteção ». Bombardear Valparaíso seria, por parte da esquadra revoltada, o mesmo que assinar uma autorização ao inimigo estrangeiro para destruir as cidades tôdas do litoral chileno, em caso de guerra. No entanto essa esquadra, que assim procede, é declarada por decreto de 9 de janeiro fora da lei, depois de eliminados dos quadros da armada Jorge Montt, o atual Presidente, e Xavier Molinas, por « traidores à pátria ».

« *A esquadra revolucionária,* dizia o ministro das Relações Exteriores, Godoy, aos representantes da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, *foi declarada fora da lei pelo Govêrno, e todo ato de hostilidade que ela execute deverá ser considerado em virtude disso como pirataria* » (1). O apêlo à intervenção estrangeira nas lutas civis do Chile mostrava, só por si, que no país, distinto entre todos pelo seu amor-próprio nacional, o espírito de facção sobrepujaria o de pátria, exclusivo, exagerado, cioso, como êste é, da menor insinuação. De fato, era um apêlo às grandes potências européias, únicas que podiam mandar às águas do Pacífico navios capazes de destruir os poderosos encouraçados chilenos. As esquadras européias podiam afundar a chilena, mas não haviam de entregá-la a Balmaceda, em Valparaíso, defronte do monumento de Arturo Prat, como entregaram a *Victoria* e a *Almanza* ao govêrno de Madrid. Por tudo que se sabe dos marinheiros chilenos, pelos feitos mesmos da *Lynch* e da *Condell*, pode-se assegurar que os navios europeus não lograriam fazer boa prêsa da esquadra do Chile. Para que os neutros, entretanto, tratassem como piratas navios de guerra chilenos, que tinham a bordo a representação do Congresso, era preciso que êles, sim, estivessem eivados do espírito de rapina.

No Direito das Gentes já estava encerrado êsse capítulo aberto pela Espanha durante as convulsões de uma guerra civil tripla. Desde a França pelo duque Broglie, até o Brasil pelo vis-

(1) *Documentos oficiales de la Cancilleria Alemana,* pág. 17.

conde de Caravelas em 1873 e pelo barão de Cotegipe em 1877 (1), a questão ficou resolvida para o mundo civilizado... « Piratas, dizia o visconde de Caravelas, no caso do *Porteña*, pròpriamente são aquêles que correm os mares com o fim de se apropriarem pela fôrça dos navios que encontram, exercendo depredações contra tôdas as nações *indistintamente*... Se isto não bastasse, eu rogaria ao sr. ministro da República Oriental que se dignasse atender ao exemplo de atitude inteiramente negativa que nos deram as potências européias, quando foram ùltimamente convidadas pelo Govêrno espanhol a tratar como piratas os navios que os insurgentes daquele país haviam apreendido » (2). « De certo, replicou com veemência o barão de Cotegipe ao representante da Espanha, nenhuma nação da América pretenderá estabelecer regras novas e especiais nesta matéria; mas também nenhuma delas pode esquecer que quando pugnou pela sua independência se achou em circunstâncias semelhantes às de Cuba, e não admitiu que aos seus atos se aplicasse a qualificação de *pirataria* do Direito Internacional. Portanto, ainda que nenhum autor ressalvasse, como Calvo ressalva, o caráter político das rebeliões, na história das guerras da independência desta parte do mundo se acharia a verdadeira doutrina » (3).

Declarar a esquadra nacional *fora da lei* no sentido revolucionário de 1793, era, para Balmaceda, apenas aparecer perante o mundo como um govêrno tirânico. Mesmo o pirata não está fora da lei, que o alcança e o pune; *fora da lei* não há nenhum criminoso no direito penal moderno. Essa fórmula do Terror é obsoleta como a tortura.

Parece que um dos fins do lançamento *fora da lei* era repudiar a responsabilidade do Govêrno chileno por atos praticados pela esquadra contra a propriedade neutra. Era claro, entretanto, que pela mesma razão por que não bombardeara Valparaíso, a esquadra abster-se-ia de atos que, de qualquer

---

(1) Ver Ch. Calvo, *Le Droit International*, §§ 499, 502 e 503.
(2) *Relatório dos Estrangeiros* de 1877, pág. 388.
(3) *Relatório dos Estrangeiros* de 1874, pág. 183.

modo, ferissem interêsses estrangeiros. O interêsse do Partido congressista era ser reconhecido beligerante, e não seria procedendo os seus navios como corsários que êle se imporia ao respeito do mundo. Era evidente que oficiais de marinha da escola e tradição dos comandantes chilenos e um govêrno que continha no seu seio, ou ao qual aderiam, quase todos os homens de Estado de um país altamente reputado, como o Chile, não se haviam de entregar à pirataria. A *Nación*, o *Comércio* e os outros jornais balmacedistas podiam escrever diàriamente neste gênero: « Não deve haver conciliação com os que rasgando o pavilhão nacional o converteram na desprezível insígnia do pirata » (1). « Ai dos traidores, naquela hora que a passos agigantados se aproxima, ai dos traidores, nesse dia terrível e próximo do castigo, porque verão então que com seu sangue malvado se lavará a afronta do Chile! » (2). Essa é a linguagem local, contemporânea, cadenciada pelos *morras* das ruas, colorida de sangue, visando cada manhã a efeitos de metralhadora; não é, porém, a linguagem do estrangeiro. A justificação ostensiva do decreto era contraproducente. Se os navios eram realmente piratas que se atiravam sôbre a propriedade estrangeira, o Chile era o foco donde essa pirataria se irradiava, fôra êle que a armara, era êle a causa dos prejuízos havidos. Que garantia havia de que sua esquadra não se rebelaria outras vêzes, caindo como um raio sôbre o comércio estrangeiro? Era então o caso de policiar essa costa, de vigiar êsses navios, de extinguir êsse foco. Se um regimento de desertores chilenos invadisse a Bolívia com as armas que lhe dera o Chile, sob os seus chefes regulares, tudo como em uma expedição militar, não haveria responsabilidade para o país que tornou possível essa invasão, armando superiormente e exercitando êsses batalhões de bandidos? Da mesma forma com os encouraçados que êle não podia conter. O motivo alegado para a irresponsabilidade tornava-se a acusação do Govêrno que tinha educado marinheiros para piratas, e dado à pirataria a sólida

(1) Editorial do *Comércio*, de 15 de janeiro.
(2) *La Nación*, de 15 de janeiro.

organização e o irresistível armamento de uma marinha de guerra de primeira classe.

O princípio em si nem mesmo era aceito pelas nações estrangeiras. A Alemanha, notàvelmente, protestou pela sua parte. « Diga que não será possível ao Govêrno Imperial, ordenava o Chanceler do Império ao barão de Gutschmid, em data de 14 de abril, reconhecer como obrigatória em direito a dita declaração, no que possa afetar interêsses alemães, e que êle se reserva o direito de fazer valer tôdas as ações que possam derivar de qualquer prejuízo causado a êsses interêsses » (1). Qualquer que seja a verdadeira opinião sôbre a responsabilidade de um país por prejuízos causados pela guerra civil, o modo de afastá-la do Chile, relativamente a atos da esquadra contra propriedade neutra, era pelo contrário contestar aos navios a qualidade de piratas. Pô-los *fora da lei,* era deixá-los livres para o saque e a depredação, se o elevado caráter da Armada chilena e do Congresso, de que êle levantava a insígnia, não repelisse essa carta forçada de corso.

Conhecida a revolta naval, Balmaceda calcula as probabilidades da luta; tôdas são por êle. A esquadra só pode causar dano ao litoral, não conseguiria desembarcar um só homem. O pior que podia acontecer era a ocupação das alfândegas de Talcahuano, Valparaíso, Coquimbo, Antofagasta e Iquique, mas ainda assim o seu poder militar ficava intacto; com o telégrafo às ordens, êle esperava comprar navios na Europa e nos Estados Unidos, « à custa dos maiores sacrifícios pecuniários », disse êle a 17 de janeiro ao barão de Gutschmid, e reunir, nos portos, elementos de defesa que tornassem impossível a aproximação dos navios. Sem portos onde se abrigar, que poderiam fazer os revoltosos? Uma vez que em terra não houvesse movimentos sérios, tinha êle por si todo o poder do Chile. O recrutamento dava-lhe o exército de que precisasse, cinqüenta, cem, duzentos mil homens. Que valiam contra êsse exército, que só dependia dêle aumentar, alguns navios repelidos da costa pela

---

(1) *Documentos oficiales de la Cancilleria Alemana,* pág. 52.

artilharia de terra, e a pobre gente que êles recolhessem no Norte? As disposições do Govêrno são por isso de resistência, de repressão implacável; êle parece não querer a vitória senão pelo prazer de esmagar, de uma vez por tôdas, a revolta, de firmar indestrutìvelmente o domínio do seu partido. Tendo por certo o triunfo, o ministro do Interior, Cláudio Vicuña, dizia ao ministro alemão « que então seria chegado o momento de castigar os traidores da pátria de modo que servisse de exemplo até às futuras gerações » (1). « Ainda que custasse muito sangue e dinheiro, replicava êle, nessa ocasião, ao barão de Gutschmid, que se oferecera para alguma mediação possível, era preferível para a sorte futura do país que o levantamento da esquadra fôsse sufocado pela fôrça e que se limpasse de uma vez o campo ao desenlace momentâneo de uma paz interior vergonhosa ».

Em vão Aníbal Zañartu pede a Balmaceda que não se sacrifique, e não sacrifique o país, e entregue o poder a Baquedano. Balmaceda responde-lhe: — « Hoje não cabe senão cumprir o dever », e a Sanfuentes que se oferece para promover um acôrdo: — « Se eu fôsse pedir à esquadra sublevada e a meus implacáveis inimigos acordos, que seriam minha perdição e a do Chile por muitos anos, mereceria o desprêzo de quantos me conhecem, e o da História ».

É uma luta de morte que se vai travar, e êle entra nela com certeza de vitória, com absoluta confiança em si. Até a derrota de Concón não lhe passa pelo pensamento a idéia de ser vencido; durante meses, o que o preocupa são as negociações dos seus agentes, no Rio da Prata e na Europa, para lhe mandarem navios; êle segue dia a dia o movimento dos dois cruzadores, o *Presidente Errázuriz* e o *Presidente Pinto,* esperados de Toulon; reunidos os meios de ação por mar, desembarcaria um exército em Tarapacá, para aniquilar os bandos indisciplinados que a revolução, protegida pelo deserto de Atacama, tinha recrutado nos portos salitreiros. Desde a manhã de 7 de janei-

(1) Ofício do barão de Gutschmid ao Chanceler do Império, de 14 de janeiro de 1891.

ro, em que recebe a notícia da sublevação da esquadra, até à noite de 28 de agôsto em que lhe telegrafam a derrota final de Placilla, Balmaceda, encerrado no palácio da Moneda, não tem outro pensamento senão subjugar a Revolução. É um drama histórico, o que se desenrola então diante do mundo. De um lado, vê-se em Balmaceda o que, nos países sul-americanos, pode o mando de um homem; por outro lado, na Revolução, o que vale o Chile.

Para mim, são os dois maiores esforços de energia que a América do Sul desenvolveu neste meio século: a resistência paraguaia e a Revolução chilena. Um, bárbaro, fanático, horrível, mas ainda assim sublime, alguma coisa de parecido com o incêndio de Moscou, porém mais vivo, mais palpitante, mais trágico, porque era com vidas humanas, e não com labaredas, que a nação fazia o deserto diante do invasor. A resistência paraguaia até o último homem, sinistra como se torna pela loucura do tirano, quando se apossa do seu ânimo a suspeita de todos, é o grau de maior intensidade, o grau absoluto, a que o sentimento de pátria possa chegar. A Revolução chilena não traz êsse cunho sombrio, exclusivo, intransigente, do gênio de Francia. É um fato de ordem moderna, jôgo de molas inteiramente outras, resultado de educação oposta, corresponde a uma ordem superior de sentimentos, a outra classe de homens, mas, como esfôrço nacional, é também o atual limite humano.

A TIRANIA

Apenas se declara, a 7 de janeiro, a revolta da esquadra, Balmaceda no mesmo dia se constitui a si mesmo Ditador. « Desde esta data, diz o decreto, assumo o exercício de todo o poder público necessário para a administração e o govêrno do Estado e a manutenção da ordem interna. » Imediatamente ordena a prisão dos principais indivíduos da oposição, a saber, dos chefes dos antigos partidos, dos antigos ministros, dos *leaders* da sociedade. O prefeito de polícia de Santiago recebe na manhã de 7 uma lista de cêrca de sessenta pessoas que deviam ser prêsas; nesta lista figuravam quase todos os homens de primeira classe do Chile, como Irarrázaval, Mate, os Walker Martínez, Besa, Zegers, Errázuriz, Altamirano, Ventura Blanco, Lastarría, Barros Arana, Enrique Mac-Iver, Pedro Montt, Máximo Lira, Jovino Novoa, Gregorio Donoso, König, Mac-Clure, Barros Borgoño. No mesmo dia se expede um decreto declarando que nenhuma pessoa poderá sair de Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, Quillota, Talca, Concepción, Talcahuano, sem o correspondente passaporte, isto é, sem o salvo-conduto militar. O Chile todo é pôsto em estado de sítio; o exército declarado em campanha; o sôldo aumentado de cinqüenta por cento, grandes prêmios oferecidos por todos os atos de coragem, pensões decretadas para as famílias dos que morressem ao serviço do govêrno. « Não produz tudo isto no espírito a triste convicção de que o dinheiro influiu poderosamente para que a Ditadura obtivesse o concurso da fôrça armada? » — dirá no processo dos ministros no Senado o sr. Mathieu.

O Chile tinha um organismo são e vigoroso. A resistência portanto devia manifestar-se pelo Poder Judiciário e dêle descer até as últimas camadas. Com efeito, os magistrados desconhecem o direito da Ditadura. A 10 de janeiro, a propósito de

um recurso de *amparo,* o Tribunal Supremo declara que, havendo expirado a 31 de dezembro a lei de fôrças e não tendo sido decretada outra para o ano de 1891, o exército que se *conservava organizado carecia de existência legal.* A essa atitude, Balmaceda responde mandando fechar, pela polícia, a Côrte Suprema e as Côrtes de apelação. A coexistência da autocracia e do Poder Judicial era impossível por honra do Chile. Repudiar o Congresso, era eliminar a magistratura. Em vez dos tribunais constitucionais surgem tribunais militares. A jurisdição criminal passa para a administração. « Assumi o conhecimento privativo das causas crimes que se relacionam com a ordem e tranqüilidade pública; apesar disto julgo necessário formar um tribunal que pelo número de membros dê garantias », telegrafa um dos intendentes, Aldunate, ao ministro da Guerra. A 29 de janeiro decreta-se um tribunal militar para a província de Santiago.

As prisões não se efetuam sempre com facilidade. Ao prenderem o sr. Alfredo Irarrázaval, por exemplo, os agentes ferem-no gravemente a bala, de dia, em plena rua. Havia em Santiago duas seções de pesquisas, uma funcionando sob as ordens do ministério da Guerra, outra sob as do ministro do Interior. Era grande o interêsse em descobrir os chefes ocultos do movimento, Carlos Walker Martínez, Gregorio Donoso Vergara e Carlos Lira, que formavam o Comité Revolucionário da Capital. Interêsse talvez maior havia em prender a Agostín Edwards, cuja imensa fortuna se julgava posta ao serviço da causa congressista. As buscas são dadas a tôda hora, de casa em casa, porque a boa sociedade formava quase um só partido. A altas horas da noite as paredes eram escaladas, ou forçando portas, os agentes secretos, sem nada que os fizesse reconhecer senão a impunidade de que estavam certos, penetravam nos quartos de dormir, devassavam tudo. A senhora de don Agostín Edwards tem a sua habitação varejada diversas vêzes. Cinco mil pesos (diz no processo Vicuña a testemunha don Ezequiel Rodríguez, da Seção de Pesquisas Judiciais) foram oferecidos pelo intendente de Santiago pela apreensão de

Carlos Walker; outra testemunha diz que ofereciam três mil pesos por Edwards, Walker, ou Melchior Concha y Toro; chegaram a oferecer até dez mil por Edwards e Walker (testemunha don Tomás II Arenas). Eram grandes as listas de proscrição. Na prisão de Santiago, só de janeiro a maio, passam 279 presos políticos. O telégrafo estava contìnuamente a transmitir recados dêstes: — « Sr. Governador de Collipuli, sirva-se remeter imediatamente a Angol as seguintes pessoas... ».

Nem sempre, porém, os presos chegam ao seu destino. Na província de Cautín uma tropa de carabineiros conduzia uns presos de Nueva Imperial para pô-los à disposição do comandante geral das armas em Temuco. Não voltando a tropa ao quartel, telegrafou o comandante para perguntar se ela tinha chegado ao seu destino, e o comandante geral respondeu: « A comissão chegou, os réus quiseram sublevar-se em caminho, em conivência com os bandidos que os auxiliavam, e todos êles foram vítimas de sua temeridade ».

Nas prisões, às vêzes, aplicava-se bàrbaramente a pena de açoites. O Comité Executivo funcionava escondido, em Santiago mesmo, na vizinhança da Moneda, animando a resistência, expedindo ordens, comunicando-se com a Junta de Iquique. Nada faz mais honra ao caráter chileno do que o segrêdo inviolável mantido por tão grande número de pessoas a respeito do local onde trabalhava o Comité. Em *La Revolución Chilena* de Gil Juan, pseudônimo de Javier Vial Solar, há uma página sôbre o *sanctum sanctorum* dos revolucionários. « Há dois dias, disse-lhe o amigo que o introduziu no ádito, vivemos nesta cova; outro dia, talvez, te possamos receber em um palácio; mais tarde, quem sabe, se no rancho de algum dos nossos empregados, e depois em outro palácio, ou quem sabe onde » (1). A essas reuniões acudiam, para receber ordens e comunicar notícias, pessoas de tôdas as categorias. Em geral eram as senhoras que se prestavam a levar os recados, a correspondência secreta, e a distribuir as fôlhas da imprensa clandestina,

---

(1) Pág. 72.

como o *Constitucional* e a *Revolución*. Essas relações nunca interrompidas da oposição em Santiago e Valparaíso com os revolucionários do Norte eram conhecidas na Moneda; visìvelmente, havia uma correspondência oculta que contrariava a ação do Govêrno. Descobrir a rêde subterrânea e submarina seria uma diligência do maior alcance. Para levá-la a cabo as autoridades deviam recuar ante os açoites e os tormentos? Quando o segrêdo de que dependia a vitória estava à flor dos lábios do prisioneiro, por que não o arrancar, fôsse como fôsse? Só por uma sentimentalidade viciosa deixaria um partidário da Ditadura de empregar em um indivíduo poucos minutos de sofrimento para obter um resultado nacional tão considerável. Daí o interrogatório, acompanhado de tortura, dos presos que podiam talvez saber e não queriam dizer.

Alguns dêstes têm importância social. José Luís Vergara, ex-intendente de província, é ameaçado de pancadas, se não declarar onde estão ocultos os seus amigos, e com efeito dão-lhe cem açoites, pelo braço de quatro soldados, depois de lhe porem ferros aos pés e de o levarem a um calabouço. E à testemunha consta que também foram flagelados em Valparaíso os srs. Stuven, Daniel Fernández e José M. Muñoz, por terem sido seus companheiros na prisão e terem visto os sinais que os açoites lhe deixaram. O mesmo acontece a don José María Barahona, ajudante de campo do Congresso: também querem que êle faça revelações, e por se negar, põem-lhe ferros aos pés, algemam-no, com os braços amarrados para trás, mais tarde estendem-no no chão e começam a castigá-lo, repetindo as perguntas a cada cinco ou seis açoites, até duzentos. Depois fingem que vão fuzilá-lo, ou de fato deixam de o fazer. Don José Toro Fernández recebeu cem açoites, viu açoitar outros. Às vêzes, dos açoites resultava a morte, como de uma pobre mulher de Concepción porque gritara: *Abaixo Balmaceda!* Os soldados, diz uma testemunha, lastimavam-se de não haver carrascos nos quartéis que desempenhassem êsse ofício e que fôssem encarregados de açoitar mulheres.

O chileno não é um prêso político cômodo, é pelo contrário perigoso, porque afronta a prisão e desafia o pior. Diante dessa sobranceria o Govêrno, a não querer uma carnificina nas prisões, como nas Setembrizadas, só tinha uma coisa a fazer, que era afastar do país essa gente. Com efeito, causavam-lhe grande incômodo. Um intendente chegava a telegrafar a um dos seus governadores: « Não tome presos. Aplique a lei militar, se tem evidência de que são culpados. Não há quartel para bandidos. » Em julho, Balmaceda embarca setenta dos presos de Santiago para Iquique. « Não foi um móvel generoso, diz o barão Gutschmid, que produziu êste ato de aparente humanidade. » O ministro Aldunate dissera-lhe que o Govêrno procedera assim por ser a conservação dos presos penosa ao Tesouro e por parecer vantajoso que êsse elemento « politiqueiro » fôsse paralisar a atividade da Junta (1). O preço das comedorias pago pelo Estado podia ser excessivo, mas o pensamento de dividir a oposição com semelhante refôrço político, parece um simples gracejo de Aldunate (O Ministro alemão, segundo o sr. Bañados, era considerado quase um membro da Junta revolucionária). A humanidade do ato é incontestável; o que se pode dizer, é que o Govêrno via um perigo fortuito na presença de tais elementos em Santiago, ainda que nas prisões.

Dois dos presos, porém, o vigário da província de Valparaíso, don Salvador Donoso, e um filho do Presidente Pinto, foram expatriados para a Europa. Eis como o intendente de Concepción, encarregado de despachá-los, telegrafa ao de Santiago a respeito dêles: « O trem com os infames traidores chegou e como não é possível que *estos peines* vão juntos com os marinheiros que tenho que mandar a Montevidéu para os navios, tenha-os colocados em um cômodo calabouço na cadeia até que chegue algum vapor », e depois: « Os réus Donoso e Pinto embarcaram ontem no *Cambises,* depois de terem estado dois dias incomunicáveis e a pão e água na prisão desta cida-

(1) Gutschmid, 7 de julho — *Documentos oficiales de la Cancilleria Alemana.*

de. Creio que terão durante a viagem bem boas recordações da sua estada na Pérola do Bio-Bio. »

Com tais carcereiros, a ordem de soltura era um bem inapreciável; também, às vêzes podia ser obtida por dinheiro, outras vêzes davam-na mediante caução. A 10 de abril, por exemplo, publica-se um decreto concedendo soltura e passaporte para a Europa a Vial, Barríos, Castellón, e Riesco, dando êles palavra de honra de não se envolverem na contenda, e depositando cada um 50.000 pesos no Banco Nacional à ordem do ministro do Interior.

Além da pessoa, a ditadura põe a mão sôbre os bens dos que lhe são contrários. Por dois decretos, de 30 de janeiro e 5 de fevereiro, ela proíbe hipotecar ou alienar bens a 67 cidadãos. « O disposto, escreve o Ministro alemão ao seu govêrno, afeta umas sessenta pessoas, grandes proprietários, banqueiros, etc., entre as quais figuram os indivíduos os mais respeitáveis e até aqui os mais influentes, que apoiam o movimento revolucionário. » E acrescenta: « Espera-se em breve a publicação de um novo decreto em que se proibirá a transferência dos títulos que estejam em nome dêles, e quanto possível dos títulos que tenham ao portador ». Era o que pedia tôdas as manhãs em altas vozes a imprensa ditatorial, a única, está visto, que existia, todos os outros jornais tendo sido fechados. Êsse é o espírito do partido. O ódio contra os chamados *milionários*, como o ódio do estrangeiro, é pregado diàriamente. São aquêles que sustentam a Revolução, é preciso, portanto, confiscar-lhes a propriedade. A grande casa Besa & Cia. é fechada pela polícia. « Sirva-se dispor, foi a ordem de Godoy ao intendente de Santiago, que se proceda com a maior brevidade ao fechamento dos armazéns de Besa & Cia., desta capital, devendo ser lacradas e fechadas as portas ». A 27 de janeiro, nomeia-se um interventor para dar conta, dia por dia, das operações do Banco A. Edwards & Cia., forçado a liquidar em março. Mesma intervenção nos bancos de Valparaíso e de Santiago. Não se contentam, porém, com a ruína dos capitalistas e proprietários que auxiliam a Revolução, querem pior. *Judeus e traidores*, é

o título de um editorial da *Nación* (1) em que se escreve neste gênero: « Mate, Edwards, e Ross devem ser julgados com relação às leis, e suas feias e repugnantes pessoas enforcadas no meio da rua para futuro e perpétuo escarmento dos traficantes da paz e da honra da Pátria ».

E' a guerra social pregada em linguagem propositadamente vulgar. A riqueza é considerada inimiga da nova democracia balmacedista. No Congresso apresenta-se um projeto autorizando o Presidente a exigir dos cidadãos, que êle houvesse por bem designar, uma contribuição de guerra de vinte milhões de pesos. A 22 de julho uma lei autorizará o Presidente a ocupar as propriedades particulares, impondo as requisições, de animais, meios de transporte, e provisões, que julgar necessárias para equipar e manter o exército e a polícia. O Chile todo estava assim à disposição do Govêrno e das autoridades subalternas de tôda a ordem que quisessem, por inveja, ganância, ou vindita, atirar-se à propriedade alheia. Com efeito, as ricas propriedades que faziam a admiração dos estrangeiros são entregues ao vandalismo. No estabelecimento dos Errázuriz põe-se fogo em grandes pilhas de carvão, e destroem-se as máquinas que extraíam a água das minas, causando um prejuízo de 1.250.000 pesos. Há ordem de tomar os melhores animais aos partidários da revolta, sem lhes dar recibo. Os cavalos das propriedades de Agostín Edwards, como La Peña, que tem uma reputação sul-americana, são roubados, remetidos para Los Andes, donde passam à República Argentina. O gado tirado aos adversários da situação é vendido secretamente aos marchantes. A destruição era às vêzes sistemática. Godoy dá ordem ao Governador de Casablanca que arrase completamente, *sem deixar pedra sôbre pedra,* a propriedade *Las Pedras.* Na propriedade da senhora de Ortúzar põem fogo às lanchas, a um molhe no valor de cem mil pesos, e levam todo o gado que encontram. O mesmo em Bella Vista, propriedade de Juan Castellón. A tropa encarregada dessas depredações banqueteia-

(1) 12 de junho.

-se com os animais, os vinhos, os licores que encontra, e às vêzes, como no povoado de Pichilemu, não respeita as mulheres. As propriedades sofrem por todos os modos, os animais trazidos de fora consomem os pastos, destroem as semeaduras, deterioram as plantações.

Além disso o trabalho tem forçosamente que parar nas propriedades mal vistas. O Govêrno faz de contínuo agarrar tôda a gente que nelas se encontra. O intendente Aldunate telegrafa assim a um governador: « Mande esta noite em grande sigilo à propriedade *(fundo)* de Carlos Carvallo e Isidora Cousiño e recrute tôda a gente sem trégua e remeta-a para aqui em trem especial. Não há que ter contemplação com nenhum adversário. Recrute e recrute (*Enganche y enganche*) ». E de outra vez: « *Não deixe voluntários* em propriedades de contrários. Há urgência de levantar esta semana quinhentos homens ». Os *inquilinos* e os *peones* seguiam a sorte do *hacendado,* eram inimigos como êle.

No meio dessa situação violenta, Balmaceda convoca, em fevereiro, um congresso constituinte. Para a Ditadura a Constituição já não existia, era preciso aproveitar a ausência da Nação e forjar outra. « A Revolução de janeiro tinha deitado por terra o mecanismo da Constituição », diz o sr. Bañados. Então a Revolução estava triunfante? Tudo é pôsto em discussão pelos ministros de Balmaceda, tudo é revolvido até o fundo. Se êle era o representante da Constituição, nada mais natural do que deixar eleger o Congresso na forma da Constituição. Para o espírito agitado, desorientado do Gabinete, tudo, porém, entrava em dúvida, a Constituição era um perfeito remoinho. « A Revolução armada trazia como conseqüência lógica a Revolução legal », diz o sr. Bañados. A revolução legal, isto é, do Govêrno, conseqüência lógica da Revolução armada, que êle tratava de suplantar! Estamos em Atenas, em uma escola de sofistas.

As eleições são uma pantomina mal ensaiada. « Aqui em Collipuli, telegrafa a um dos governadores da província o intendente Aldunate, não existe um só exemplar da lei de elei-

ções, nem da Constituição. Parece-me que um que tenha basta e sobra para fazer as eleições. Não se perca em detalhes insignificantes que por enquanto não se podem sanar. » A eleição é feita à pena. « Sirva-se chamar F. e diga-lhe que faça a votação pondo Zañartu em lugar de Méndez » (1). Há vários telegramas nesse sentido, mandando substituir nomes, até na impressão. « É preciso em geral fazer votar a todos, para provar que a maioria do país e sua quase totalidade é amante da ordem e do Govêrno constituído, » telegrafa Aldunate. As indicações para senadores e deputados vêm de Santiago. « Sirva-se, se entender conveniente, comunicar-me o mais depressa os nomes dos candidatos, » pedia ao ministro do Interior o intendente de Concepción. O Ministro responde, e êle transmite a lista aos governadores. Ao governador de Traiguén comunica: « Sr. Governador, o senador pela província é agora don José María Balmaceda. Tenha isto presente *para as publicações* ». A Balmaceda telegrafa Aldunate: « Candidatos para o próximo Congresso foram recebidos com entusiasmo. Nas eleições haverá absoluta unanimidade. » A unanimidade era natural; havia ordem de prender todos os oposicionistas. « É possível que se tenha prendido a don Frederico, diz um telegrama do mesmo Aldunate, porque ordenei que prendessem todos os oposicionistas da província, e êle o é em Collipuli ». Há numerosas ordens aos governadores para fazer os delegados eleitorais do departamento cingirem-se às instruções do Intendente.

Bastava o estado de sítio em todo o país, estarem fugidos os homens conhecidos e disperso o pessoal militante da oposição, ser um crime combater a Ditadura, para o processo eleitoral se tornar impossível. « Eleições feitas sob um regímen de opressão arbitrária não poderiam conferir os direitos que a Convenção do Armistício reconhece aos deputados livremente eleitos. » Foram êstes os têrmos do protesto de Bismarck mandado em 1871 a Gambetta, e Gambetta havia decretado ape-

(1) Telegrama de José Echeverría ao comandante Marchant.

nas a inelegibilidade de algumas categorias. Que dizer da eleição de um congresso constituinte na situação em que se achava o Chile? Foram as eleições anteriores do Chile tôdas assim? Se foram, que direito, — digo direito, porque êle quer colocar a sua defesa em um terreno elevado, — tinha Balmaceda de derramar o sangue de um só chileno para defender a autoridade que lhe tinha vindo por ato também seu, de uma origem tão impura?

Dessas eleições, entretanto, é que saiu a Constituinte ditatorial e a nomeação de Claudio Vicuña. A 20 de abril Balmaceda abre o novo Congresso, *com solenidade poucas vêzes vista,* diz o sr. Bañados. Eis como o Ministro alemão descreve ao seu govêrno essa solenidade rara: « Por motivo dêsse acontecimento saiu o Chefe de Estado *pela primeira vez em quatro meses* do palácio do Govêrno. As medidas tomadas para segurança do sr. Balmaceda, e dos ministros que o acompanhavam ao edifício do Congresso, ofereciam um espetáculo próprio para envergonhar o país. O Primeiro Magistrado da República teve que atravessar as ruas da Capital literalmente entre baionetas, afastada para os lados a população. »

A atitude de Balmaceda ia arrastá-lo à mais terrível das situações. Os fuzilamentos dos sargentos de Santiago, dos marinheiros da *Guale,* de Cumming e seus associados de Valparaíso, devem ter abalado a sua consciência, mas eu acredito que Lo Cañas a teria abatido mesmo sem a derrota de Placilla. « Para mim é questão gravíssima, respondia Balmaceda a Aníbal Zañartu que intercedia por Cumming, desautorizar as sentenças dos tribunais militares e as resoluções definitivas do general em chefe ». « Cumming morreu, confessa o sr. Bañados, com a energia que sòmente uma convicção sincera sabe inspirar. » « Assim morreram, diz-nos o sr. Vial Solar, os marinheiros da *Guale,* os quais « de pé sôbre a banqueta, rasgam com as mãos as camisas que os cobriam e atiram fora os pedaços, dizendo que não queriam levar consigo nada que viesse do Ditador ». Corajosamente, diz-nos a mesma autoridade, morreram os sargentos da conspiração de Santiago, « saudando, galhardos e

triunfantes, os seus companheiros de prisão». Lo Cañas, porém, é pior.

A vitória de Balmaceda dependia da concentração dos diferentes corpos do exército no menor número de horas, e era preciso que as estradas de ferro e o telégrafo funcionassem com precisão; uma ponte destruída, um túnel interceptado, pontes abatidas, podiam inutilizar-lhe o plano estratégico. O exército Congressista estava para operar o desembarque e apelava para a dedicação dos seus partidários em terra para que criassem todos os obstáculos possíveis à concentração eventual das fôrças de Balmaceda. Era preciso cortar as duas pontes do Maipo na noite de 19 a 20 de agôsto, e outras, se fôsse possível. Quarenta moços, quase meninos, alguns das principais famílias de Santiago, acompanhados de uns vinte trabalhadores ofereceram-se para êsse cometimento. Essa gente foi surpreendida pelas tropas governistas na propriedade Lo Cañas, do sr. C. Walker Martínez, e aí passada pelas armas. Avalia-se a impressão causada em Santiago por essa desgraça que se repartia por tantas famílias. Mesmo entre estrangeiros a emoção é tal que o ministro da Alemanha interrompe suas relações pessoais com o Presidente.

A posição de Balmaceda nestes casos, colocado entre a Revolução e a autoridade militar a quem entregara sua causa, era cruel, mas o que constitui a tirania é exatamente a obrigação em que o governante se coloca de defender a sua autoridade a todo custo. Que fêz de Rosas um tirano senão o número dos inimigos que êle tinha forçosamente que destruir para não ser derribado por êles? Tôda essa gente que se levantava contra Balmaceda, que fazia causa comum com a Revolução, que estava disposta a ajudá-la, expunha-se, está visto, a morrer; o número dêsses, pode-se dizer, não tinha conta; devia êle, porém, colocar-se na posição de exterminar todos os chilenos que tivessem a coragem de repudiar a sua Ditadura? No entanto foi esta a posição em que se colocou. A intransigência, mesmo do poder legítimo, não pode ser levada sem crime até o extermínio do país. Os chefes de Estado têm o direito de defender a

sua autoridade legal, — não era o caso de Balmaceda, — mas êsse direito não vai ao ponto de acumular por tôda parte ruínas sôbre ruínas, de arrasar a sociedade, de proscrever a opinião oposta, de privar a nação do direito de se inclinar para o lado contrário e dos meios de gritar pela paz.

A REVOLUÇÃO

O CONTRASTE é grande entre o que se passa na Moneda e o que se dá em Iquique. Na Moneda a ação é triste, desalentada, acabrunhadora, trata-se de salvar o poder de um homem; o balmacedismo não conta um estímulo capaz de levantar o espírito; algum entusiasmo que possa causar encerra-se no estreito raio de uma classe; a ação revolucionária, pelo contrário, tem todo o caráter de uma eletrização nacional. É certo que a Revolução não foi, a princípio, um movimento popular; nos primeiros meses o povo mostrou-se indiferente (1). O Govêrno do Chile não era uma democracia que tivesse associado as massas à vida política do país. Elas conservavam-se fora da organização, e o que sentiam pelas classes governantes era o respeito de quem sempre obedeceu. Quando se manifesta a guerra civil, o povo não imagina nenhuma oportunidade para si, não pensa em aproveitar-se da crise para tomar a sua parte, fica imóvel diante dêsse rompimento, como ficará o Peru, ao qual não ocorre nenhum modo de utilizar a profunda dilaceração intestina do inimigo que o desmembrou.

Naturalmente a dissensão na oligarquia enfraquecia o exclusivismo do seu domínio, e abria espaço a novas aspirações; a antiga « sociedade » rompera com Balmaceda, de modo que o partido do govêrno tinha forçosamente que se formar com elementos desconhecidos, anônimos, democráticos, a começar pela forte argamassa que o segurava, o exército, tirado todo do povo. As circunstâncias faziam assim do balmacedismo o núcleo de uma nova fundação política, e, se de fato a oligarquia pesava sôbre o país, as massas deviam inclinar no conflito para o lado do Govêrno. Pela fôrça das coisas, a inovação social seria Balmaceda.

---

(1) VALENTIM LETELIER.

O poderio político do antigo Chile tinha, porém, ainda raízes fundas, mesmo populares. O povo não estava minado pela inveja, estava longe da teoria, não conhecia o ressentimento que torna simpáticas as idéias de cunho socialista. A aristocracia chilena, que é real e que existe em virtude principalmente de grandes fortunas territoriais, tem alguma coisa do espírito nacional da aristocracia inglêsa; mantém-se em contacto, em comunhão de interêsse, com as camadas populares, e procura de cada vez mais apoiar-se nelas. Os processos da Ditadura tornavam-se odiosos ao povo, nesse estado de espírito. Em França, durante a Revolução, os camponeses aplaudiam a venda dos antigos castelos à burguesia enriquecida; no Chile, os *inquilinos* não estão no ponto da cobiça ou do rancor. Havia também pela Revolução a influência do clero, incluído pela imprensa balmacedista no número dos inimigos a combater. Essa guerra indistinta à propriedade, à Igreja, às posições, encontra grande resistência nas massas; não há simpatia por nenhuma forma de confisco ou de apropriação; o povo é desinteressado, o seu pouco desenvolvimento intelectual não permite que se enxerte nêle a cultura revolucionária de 93. Do lado de Balmaceda há uma enorme e constante distribuição de dinheiro, tudo se faz por êsse meio, que presume o mercenarismo em todos, mas a guerra civil e as emissões trazem a carestia; por outro lado, o recrutamento funciona como uma perseguição incessante, uma caçada humana, não poupando ninguém.

Era possível que de tudo isso saísse depois a democracia, mas o processo era tão duro e intolerável que o povo instintivamente preferia o caminho mais longo. Daí, pouco e pouco, a impopularidade real, positiva, da Ditadura e a popularidade da Revolução. O pessoal da Ditadura era, aos olhos de todos, inferior ao que se separou dela; o povo sentia essa diferença, diferença não só de posição social e de cultura, diferença moral também, de patriotismo, de caráter, de abnegação. Depois a história, as tradições, a ambição nacional, tudo que

fazia o orgulho chileno, o povo indistintamente o percebia, estava com a Revolução. O encontro mesmo de tantos homens de política contrária em um só exército, o sacrifício que faziam de tudo, a sua vida de emigrados, de proscritos, de condenados, o abandono de suas grandes fortunas e vastas propriedades, o perigo que deixavam suas famílias correr como reféns, a formação popular, quase voluntária, dêsse exército de Iquique, cujos soldados são mineiros, cuja oficialidade era a primeira sociedade de Santiago, tudo isto no sentir do povo, eram outras tantas provas da superioridade da Revolução. Dêsse modo a aristocracia e as massas acabaram coincidindo no mesmo pensamento. As grandes páginas da história de um país são quase tôdas escritas assim, e sòmente essa coincidência explica a vitória da Revolução. Se Balmaceda tivesse por si o interêsse, o sentimento, a intuição popular, a sua causa teria vencido, ou pelo menos êle teria podido sustentar-se. A sua derrota é a melhor prova de que o Chile não se dividiu.

Vejamos, em um só quadro, a marcha dessa Revolução restauradora. Logo que Balmaceda assume a Ditadura, a 1º de janeiro de 1891, o Partido Congressista decide-se pela revolução. Foi na casa do senador Irarrázaval, o eminente pensador político que serve de oráculo ao Partido Conservador, que se assinou a ata preliminar da deposição de Balmaceda. « O honrado sr. Irarrázaval recebia no salão principal de sua esplêndida biblioteca os seus colegas, introduzidos secretamente nessa peça da casa, e aí, tirando a ata de dentro de um dos livros da estante, apresentava-a a cada um dos signatários, à medida que iam chegando, para que a subscrevesse em dois exemplares, destinado um ao exército de terra e o outro a ser remetido para Valparaíso e dado a conhecer aos chefes e tripulação da Esquadra (1). » Essa ata, notável pelas assinaturas, é uma espécie de *Libro de Oro* chileno. Nela o Congresso designa a Jorge Montt para *restabelecer o império da Constituição.*

(1) VIAL SOLAR, *La Revolución Chilena*, pág. 144.

Havia um homem que podia pôr-se à frente do exército como Montt se colocou à frente da esquadra; era o general Baquedano. Baquedano, porém, não tinha, como os generais mais valentes muitas vêzes não têm, a coragem da aventura política. Não há nada que paralise tanto a ação individual como a glória. Eu calculo que foram as vitórias do Peru que impediram Baquedano de se apresentar às tropas. Êsses homens, de algum modo consagrados pela nação, consideram-se como relíquias do patriotismo, sôbre as quais é um sacrilégio atirar, e respeitam supersticiosamente em si mesmos a veneração que infundem. Os que têm ainda um nome a criar, que nunca se sentiram pessoas coletivas, os que não têm associações históricas com o país, são os que podem tudo ousar. É certo que o impulso revolucionário aparece às vêzes em temperamentos militares, mas a combinação é rara; a afinidade entre o heroísmo e a obediência é característica do soldado, e essa repele a iniciativa dos *pronunciamentos,* qualquer que seja a causa nacional. Se Baquedano estivesse à frente do exército, teria reconhecido a autoridade do Congresso; isso estava no seu caráter, era o seu dever intuitivo, evi dente. Forçar, porém, as portas de um quartel, apresentar-se às tropas em seu nome próprio, conspirar a abrigo do seu passado, estava fora de sua esfera, destruía a sua gloriosa mumificação, a unanimidade em que vivia envolto, e exigia outra espécie de organização. Quando êle tivesse a coragem própria do sublevador, o receio de degenerar, de vencedor do Peru em um caudilho sul-americano, bastaria para o paralisar. O horror à caudilhagem é tão forte no Chile que, em Iquique mesmo, haverá quem receie a nomeação de Jorge Montt para o primeiro pôsto da Junta. A posição de Baquedano no exército era, entretanto, tal que Balmaceda respeitará até o fim a sua neutralidade declarada.

Para Jorge Montt a tarefa era mais simples, além de mais fácil. Havia uniformidade de sentimento na Armada. O espírito constitucional que a animava era notório, e, quanto aos perigos da sublevação, os navios defendiam-se por si mesmos;

não era o mesmo que nos quartéis. Demais Montt, que tinha tradições de família, revoltando-se, de fato obedecia. Êle foi o que se pode chamar um revolucionário por modéstia. Desde 21 de dezembro êle respondera ao comissário da oposição em Valparaíso, Enrique Valdés Vergara, tão desastradamente morto no *Blanco*, que, se Balmaceda pensava governar depois de 1.º de janeiro sem as leis de orçamento e de fôrças, havia que lhe resistir pelas armas. O que prevalece em Montt é o seu desinterêsse pessoal, unido à imposição da consciência. Êle aceita o papel que lhe conferem os poderes legítimos do Estado. Como êle, pensa a Marinha. Os chefes da Esquadra só impõem uma condição: que os presidentes das duas Câmaras tomem a responsabilidade do movimento, embarcando no navio-almirante. Assim se fêz.

Na manhã de 7 de janeiro, na câmara principal do *Blanco Encalada,* reúnem-se, em Quinteros, os comandantes dos navios, Luís Goñi, do *Blanco,* Valenzuela Day, do *Cochrane,* P. Martínez, da *Esmeralda,* Hurtado, da *Magallanes,* Gacitúa, da *O'Higgins;* lê-se a nota dos presidentes do Congresso, ordenando a organização de uma divisão naval, « para fazer compreender ao Presidente da República que a Armada obedece à Constituição e que portanto é indispensável que se decrete a lei anual que autoriza a sua existência ». Depois, a narração é tomada pelo sr. Bañados dos documentos oficiais, deu-se a conhecer a nota a todos os tripulantes dos diversos navios, reunidos à mesma hora na tôlda de cada um dêles; em seguida, içaram-se no navio-almirante as insígnias de Presidente da República e as do chefe da esquadra, e postos em linha o *Blanco Encalada,* o *Cochrane,* a *Esmeralda,* a *O'Higgins* e a *Magallanes* dirigiram-se a Valparaíso e desfilaram pelo centro da baía com o maior aparato exterior.

Não é pròpriamente uma revolução, é antes uma *Grand Remonstrance,* como a de 1641 na Inglaterra; é um movimento organizado com a calma, a ordem, o sangue frio, a atenção aos menores detalhes, a unidade de vistas, o con-

curso de todos, a graduação hierárquica, como uma grande deliberação nacional. A Armada, desde o primeiro momento, não aparece só, isolada, agindo por si; aparece cercada do que há de mais prestigioso, de mais considerável no país; desde logo, há a bordo a Delegação do Congresso, os homens que pelo seu caráter representativo ou pessoal se impõem à sociedade, os procuradores naturais dos seus maiores interêsses. Para quem conhece o espírito chileno, prático, sólido, positivo, calculador, alheio a quimeras, incapaz de esmorecimentos, que são retratações, a demonstração naval de Valparaíso encerra por si só o prenúncio da vitória.

A esquadra sublevada divide-se logo: o *Blanco* e o *Huascar,* que é tomado a 7, ficam em Valparaíso, a *Esmeralda* é despachada para Talcahuano, o *Cochrane* segue para Iquique, a *O'Higgins* e o *Amazonas* operam sôbre Coquimbo, tomada e logo perdida. O plano é percorrer a costa do Chile, ver onde a Revolução pode encontrar elementos, surpreender as fôıças isoladas, recolher armas, destruir meios de ação do Govêrno. Essas explorações dão pouco resultado. Ao romper a Revolução, os fortes de Valparaíso não estavam quase em estado de repelir os navios, e as pequenas embarcações da esquadra, que atiravam sôbre as fôrças de terra para facilitar o embarque dos seus, não eram sèriamente afastadas. Às trincheiras provisórias sucedeu, porém, logo a montagem de grandes canhões, e, ao amanhecer de 16 de janeiro, o *Blanco,* amarrado tranqüilamente às suas bóias, acordava ao estampido do canhoneio dos fortes. Dois projéteis penetram-lhe a couraça. Um dêles, de um canhão Krupp, destrói em parte a câmara do comandante onde dormia o vice-presidente do senado, Waldo Silva, que todavia não é ferido. O *Blanco* em poucos momentos abrigou-se por trás dos navios mercantes, e nessa noite saiu da baía com as luzes apagadas. Em um ponto ou outro, a esquadra consegue alguma vantagem, em Taltal, por exemplo, toma mais de quinhentos homens que hão de aparecer na batalha de Concón. A mais importante prêsa foi feita nas águas de Valpa-

raíso, onde se encontram a bordo de um vapor quatro mil e quinhentas espingardas Mannlicher, que acabavam de chegar para o Govêrno, e se aprisiona o vapor *Aconcagua*, navio rápido, da Companhia Sul-Americana. O objetivo da Revolução, porém, era o extremo Norte, as províncias que o Chile tomou ao Peru, separadas do resto do país por desertos intransitáveis. Aí jazia a principal riqueza do Chile, as salitreiras; estavam lá os recursos de que a Revolução precisava para se manter, além da população mineira, na sua quase totalidade chilenos, da qual devia sair o núcleo do novo exército. A primeira campanha dos revolucionários tinha que ser a conquista de Tarapacá.

Teve muitos incidentes essa campanha do Norte, preparatória da de Valparaíso. Balmaceda compreendeu desde o princípio a importância capital de defender êsse ponto vulnerável. Desde a partida do *Cochrane* para Iquique, êle pensa nos meios de impedir a ocupação da província. Se fôr ocupada, para que a Revolução não possa tirar recurso da venda do salitre, Godoy chega a dar ordem que se destruam os estabelecimentos salitreiros, quase todos de companhias inglêsas. A Inglaterra reclama. Há dez milhões de esterlinos de propriedade inglêsa nesses estabelecimentos. « É de temer, diz o sr. Gutschmid, dada a energia que não recua diante de nada do ministro Godoy, o qual é a alma do ministério e exerce uma influência irresistível, que chegado o caso, as coisas passem de meras ameaças. » A ameaça porém não se realiza; tão pouco, a proibição decretada de tocarem os navios mercantes estrangeiros nos portos do Norte ocupados pelos revoltosos, mesmo nos do Peru e Equador.

As remessas de gente para o Norte são constantes. Balmaceda, servindo-se do *Imperial*, um paquete veloz da Companhia Sul-Americana, consegue fazer diversas expedições, ao passo que por terra manda também reforços. Tôdas essas tentativas arriscadas foram perdidas, serviram sòmente para dar armas e triunfos à Revolução, que pôs o pé no território ambicionado com muito pouca gente. Balmaceda entre outros

mandara para o Norte o general Robles, soldado da maior bravura. A 16 de fevereiro Iquique é timada; a 17, porém, os revolucionários atacam, em número de 1.200, as fôrças de Robles em Huara e são batidos. A retirada converte-se em uma terrível fuga. Os destroços do pequeno exército refugiam-se em Pisagua. « *A Revolução quase fenece no berço* » (1), com êsse pânico, para o qual decerto concorreu a sensação do deserto. Alguns revolucionários, como o comandante Aguirre, desapareceram na confusão, e no exército revoltoso, dizia-se que Robles os mandara fuzilar e enterrar nus, de modo a não poderem ser reconhecidos mais tarde, em covas abertas à vista dêles. Não conheço nenhuma prova contra Robles dessa imputação que lhe devia custar a vida.

Depois da derrota os revolucionários concentram-se em Iquique, e Robles traz o seu quartel general para Pozo Almonte, pedindo reforços a Balmaceda. Antes que o coronel Camus, que tem ordem de seguir, a marchas forçadas, de Antofagasta para Tarapacá, chegue ao seu destino, ao amanhecer de 7 de março, a artilharia revolucionária rompe o fogo. É o combate de Pozo Almonte, que termina pela derrota completa das fôrças governistas. Nessa batalha, Robles, depois de ferido, é morto no leito para onde o transportaram, e o seu corpo é despedaçado, como que para mostrar que lhe queriam dar muitas mortes. Essa horrível crueldade era a reação, igualmente inconsciente, do pânico de Huara, a explosão do instinto de vingança, ingovernável em tropas irregulares.

Essa primeira vitória deu imenso alento aos revolucionários. Dos restos do exército de Robles, a divisão Arrate interna-se no Peru; a divisão Camus, que vinha em socorro de Robles, retira-se sem combater, para a Bolívia, onde é desarmada, voltando a Santiago pela República Argentina.

Essa marcha de Antofagasta a Santiago é um fato singular na história militar, e faz a maior honra ao comandante

(1) *La Revolución Chilena.*

que atravessa, a pé, pelo sol e pela neve, com a sua tropa, trezentas léguas de deserto e de cordilheira, os relevos mais abruptos de um grande mapa montanhoso e estéril, internando-se em dois países estrangeiros, a Bolívia e a República Argentina, percorrendo-os com os seus soldados desarmados, mas sempre debaixo da maior disciplina, para afinal chegar a Santiago com tôda a sua gente quase, depois de um percurso total, compreendido o das estradas de ferro, de cêrca de mil léguas.

Os revolucionários ficavam senhores de todo o norte peruano e boliviano do Chile, e a 23 de março a Delegação do Congresso telegrafava às potências estrangeiras nestes têrmos, pedindo que se proibisse a venda de armas « ao *ditador* Balmaceda ». « Exercemos domínio completo sôbre os departamentos de Pisagua, Tarapacá, Tocopilla, Taltal, Chañaral e Antofagasta, e bloqueamos os portos. O exército constitucional ocupa a costa em uma extensão de 480 milhas, com uma superfície de 65.000 ». Os Congressistas, entretanto, não se iludem quanto à situação. A sua defesa é a Esquadra. O território que êles ocupam não chega a ter duzentos mil habitantes, o Chile tem três milhões. Se a Revolução pode levantar, havendo armas, uns quinze mil homens, Balmaceda pode levantar duzentos mil; se ela tem o rendimento mensal de um a dois milhões de pesos, além das contribuições generosas de seus partidários, Balmaceda tem o crédito, a riqueza, o papel-moeda do Chile, e pode ter o confisco. Não era impossível com o tempo a Balmaceda obter transportes rápidos e desembarcar um forte exército em Tarapacá. Êsses navios, êle tratava de os adquirir, e por último conseguira comprar o *Aquila* em Montevidéu, enquanto que, o *Mapocho* e o *Laja*, só por esforços de diplomacia o Govêrno peruano, desejoso de não ter contra si a Revolução, os conseguia deter. O que a Revolução portanto tinha a fazer era no mais breve prazo levar o ataque às posições de Balmaceda, servir-se da esquadra para multiplicar as suas fôrças desembarcando-as ora em um, ora em outro ponto, se um golpe único fôsse impossível; antes

de tudo, porém, era preciso organizar um Govêrno Provisório, se queriam ter as vantagens de beligerante.

É isso que se faz a 12 de abril em Iquique, a Meca da Revolução chilena, para onde vão afluir os emigrados, os que podem escapar do Chile, os que se sentem com fôrças para combater, os que querem ter em sua vida essa recordação patriótica. Nas ruas e praças da pequena cidade encontram-se os velhos parlamentares e os jovens da Alameda, como se Santiago se tivesse mudado para Tarapacá. Nesse tempo ainda não era grande a afluência de políticos e de voluntários, a Revolução sondava o seu ancoradouro, mas mesmo nessa reunião de 12 de abril figuram muitos homens públicos eminentes. O novo Govêrno é uma Junta de três, tendo à frente Jorge Montt, como chefe do Poder Executivo; os outros dois membros são Waldo Silva, vice-presidente do Senado e Barros Luco, presidente da Câmara. A Junta compõe o seu ministério: é M. J. Irarrázaval, é Isidoro Errázuriz, é Joaquim Walker Martínez, é o coronel Adolfo Holley, todos homens de valor e reputação nacional. A Junta trata logo de nomear agentes no exterior; a sorte da Revolução depende dêles, e são êles com efeito que a salvam. No Peru, Vial Solar consegue de dia em dia impedir a partida do *Mapocho*, ansiosamente esperado por Balmaceda, e o embarque da divisão Arrate: o Govêrno peruano conserva-se neutro por paralisia. Gonzalo Mate obtém o reconhecimento pela Bolívia, único país que dá êsse passo, tão grande é o receio de todo o mundo de ofender o Chile. Em França e na Inglaterra, Augusto Mate e Agostinho Ross prestam serviços incomparáveis, conseguem um importante embargo judicial de quarenta dias sôbre o *Errázuriz* e o *Pinto*, e enviam (algumas remessas chegaram depois de acabada a campanha) importantes carregamentos de armas que os revoltosos esperavam no Deserto para abrirem uma entrada no Chile. Nos Estados-Unidos houve verdadeira luta de influência e atividade comercial entre a casa Grace & Cº, auxiliar da Revolução, e Charles Flint, Cônsul chileno em Nova York, decidido sustentador de Bal-

maceda. Por êsse lado a Revolução só consegue liquidar perdas, como a demora forçada do *Esmeralda* em Acapulco, e a entrega ao comandante norte-americano, no pôrto mesmo de Iquique, do *Itata*, com todo o carregamento que trazia.

« Os meses de abril, maio e junho, diz o sr. Bañados, foram para os diretores da Revolução lúgubres como os dias de oratório que precedem o patíbulo... Êste período foi para os Revolucionários a Noite Triste... Se tivesse existido uma linha férrea entre Tarapacá e o centro da República, ou não teria havido Revolução ou teria sido sufocada ao nascer, como se fazia em Esparta com as crianças mal formadas. » Teria sido assim? De abril a julho a situação era com efeito arriscada, mas não há a menor prova de que o ânimo revolucionário não se sustentasse todo o tempo.

O afundamento do *Blanco* a 23 de abril foi um grande desastre compensado pela confiança ilusória que produziu entre os balmacedistas. O encouraçado estava de fogos apagados, amarrado a uma bóia, nas águas calmas da baía de Caldera. A esquadrilha governista, composta do vapor *Imperial*, da *Lynch* e da *Condell*, tinha saído dois dias antes de Quinteros, ao saber Balmaceda que a esquadra vinha ocupar Caldera. Às 4 da manhã entram as torpedeiras na baía, com a lua quase cheia, dirigindo-se sôbre o vulto que destacam desde a entrada. A *Condell*, a uma distância de cem metros, dispara três torpedos Whitehead que se perdem, o *Blanco* rompe fogo com os canhões de tiro rápido e as metralhadoras; não obstante, a *Lynch*, comandada por Fuentes, aproxima-se dêle com uma temeridade heróica e lança o seu primeiro torpedo, que passa roçando o alvo, e depois um segundo, a trinta metros, que o alcança em cheio. Em cinco minutos o encouraçado voltava-se sôbre o lado ferido, e afundava silenciosamente. No naufrágio do *Blanco* pereceu a tripulação, salvando-se só algumas pessoas, entre as quais o comandante Goñi e o presidente da Câmara, Barros Luco. Os dois presidentes do Congresso tinham assim escapado do modo mais extraordinário, um depois do outro, dos desastres do navio-

-almirante. Dir-se-ia um presságio auspicioso para a causa congressista. A perda do *Blanco* deve ser tomada como um dêsses avisos essenciais para a vitória dos que confiam demasiado em si. A Esquadra podia ter perdido tudo, desprezando os meios de ataque de Balmaceda contra ela. Entre as causas a que o sr. Bañados atribui as derrotas do seu partido, cita êle por vêzes o desprêzo que o exército regular tinha pelas tropas da Revolução. A precaução faltou no ato final a Balmaceda, talvez por não ter tido, como a Revolução, uma catástrofe, como a do *Blanco,* para o advertir a tempo.

A grande questão era o armamento. Êste não podia demorar; Ross e Mate tinham todos os recursos para o comprar e remeter. Enquanto, porém, não chegava, a Revolução sentia-se sem defesa, exposta a uma surprêsa, além de que era impossível começar a formação do exército. A 3 de julho, chega o *Maipo* a Iquique, trazendo o armamento ansiosamente esperado. Êsse fato equivalia a uma grande vitória. O primeiro carregamento constava de cinco mil espingardas Grass, como as do exército governista, com dois milhões de cartuchos; vinham, porém, mais quase dois milhões de cartuchos Mannlicher para as quatro mil armas apresadas pela Revolução em Valparaíso, a 8 de janeiro. Vinham também seis canhões Krupp. Êsse armamento com o que fôra tomado em Tarapacá dava para levantar um exército de 12.000 homens. A Revolução entrava em nova fase.

Também ao acampamento revolucionário estavam agora continuamente chegando, de Santiago a Valparaíso, amigos e partidários, que vinham tomar lugar nas fileiras. A aquisição mais importante de tôdas fôra, em maio, a do tenente-coronel Körner, o Moltke dessa campanha. Será êle o disciplinador, o organizador, do exército que o coronel Canto há de levar à vitória; é êle quem planeja o embarque, o desembarque, as operações tôdas que se vão efetuar, com a certeza que dá a êsses movimentos a precisão prussiana de jogadas de xadrez. Com a chegada próxima do *Errázuriz* e do *Pinto,* do *Aquila* e do *Mapocho,* o Govêrno ia disputar o mar à es-

quadra congressista, e, ganhando êle a partida, que recursos teria nas províncias do Norte o exército revolucionário? Custasse o que custasse, era no Chile mesmo, levantando o país, que se devia ferir o grande combate. A ansiedade por um ataque em fôrça às posições de Balmaceda crescia entre os revolucionários; de tôda parte imploravam aos chefes que não perdessem tempo, porque o tempo era o aliado principal do Ditador. Não tinha havido demora ainda, mas agora cumpria que se economizassem os dias. Por isso era crença geral, que apenas chegadas as armas, o exército estaria de pé, pronto a entrar em ação. Em junho o barão de Gutschmid comunica ao seu Govêrno ter ouvido de um membro influente da Junta Executiva ser certo o ataque, em agôsto, por Valparaíso ou Coquimbo; e em agôsto o ataque se efetuará. A Junta revolucionária tanta confiança sente que anuncia os planos com antecedência aos seus partidários de Santiago e Valparaíso.

Em agôsto o exército tinha já descido do extremo Norte e estava concentrado em Vallenar, pronto para a expedição esperada. Com efeito, a 14, 15 e 16, embarcam as tropas em Caldera e Huasco. A esquadra é composta de uma vanguarda e de duas divisões, ao todo dezesseis navios. A bordo do *Cochrane* estão os representantes da Junta, o comandante em chefe, coronel Canto, o chefe do estado-maior, Körner. Tudo se faz na mais perfeita ordem, todos os detalhes são previstos, tudo é obra de cálculo, ciência, estudo; em tudo se reconhece a ação de um espírito sistemático e criador, que pretende tirar a unidade do seu plano estratégico, não de um exército militarmente preparado como o prussiano, mas do assentimento, da sofreguidão mesmo, de um corpo improvisado de voluntários, que obedecem para vencer.

Parecia uma loucura a expedição. « O embarque de um corpo de 10.000 homens, escrevia o almirante alemão a 9 de agôsto ao barão de Gutschmid, com os cavalos, a artilharia e respectiva viatura, e uma expedição à costa de mar ao Sul, tendo Valparaíso pelo flanco, parece-me uma emprêsa tão árdua e tão arriscada que não a considero provável. » « Em-

preender o ataque, escrevia o mesmo almirante a 20 de agôsto, contra o próprio centro de tôdas as fontes de recursos do Govêrno, significa aventurar o todo em uma só parada.» O sr. Bañados diz que para tentar êsse golpe temerário a Revolução contou ao certo com dois fatôres: o primeiro, a traição entre a tropa de Balmaceda; o segundo, a interrupção dos caminhos de ferro, da qual dependia a concentração governista. Traição, não se viu; interrupção, não houve; no entanto deu-se a vitória.

É que o plano tinha outra base, outra inspiração, outra certeza: — a confiança dos chefes, primeiro em si, depois no exército que tinham criado, acima de tudo, no efeito moral da sua causa. Balmaceda dispunha, para se defender dêsses 9.000 homens, que ousavam vir atacá-lo nas suas próprias posições, de cêrca de 32.000 soldados. Êsses 32.000 homens de tropa formavam quatro divisões: a de Coquimbo, ao Norte, mais afastada, de 9.000 homens; a de Santiago, de 6.000; a de Valparaíso, de 7.000, e a de Concepción, de 10.000. Se o desembarque tivesse lugar em Coquimbo, as fôrças revolucionárias batiam-se contra a divisão Coquimbo isoladamente, porque esta não podia ser auxiliada em menos de dez dias. Seriam fôrças iguais. Êsse plano foi, porém, abandonado; o golpe tinha que ser dado no centro mesmo. Desembarcando as tropas em Valparaíso ou para o Sul, as três divisões, fortes de 23.000 homens, tinham ordem de se concentrarem imediatamente no ponto ameaçado, o que podiam fazer em horas: à de Santiago bastavam dez horas para se reunir à de Valparaíso; e a de Concepción em vinte e quatro horas podia estar em Valparaíso e em trinta em Santiago. Senhor dos telégrafos e dos caminhos de ferro, no máximo em quarenta e oito horas depois de iniciado o desembarque, Balmaceda podia opor aos 9.000 mineiros de Tarapacá não menos de 20.000 homens de tropa sólida, aguerrida, pode-se dizer, porque o núcleo de tôda ela era formado dos veteranos, dos *invencíveis*, do Peru. No terreno em que podia ter lugar o desembarque faziam-se manobras para familiarizar a tropa com as opera-

ções que teria de executar ali mesmo. Para a divisão de Concepción partira o principal ministro, Bañados, para a de Coquimbo o ministro do Exterior, Aldunate, como desdobramentos de Balmaceda mesmo. Nenhum dêsses preparativos de resistência perturbou a serenidade do estado-maior revolucionário. Não há, ao que parece, na ciência do instinto animal nenhum segrêdo mais maravilhoso do que a certeza dos golpes com que o *sphex* paralisa a prêsa que dá a devorar viva às suas larvas. Quando a vítima é um verme, são nove golpes de aguilhão nos nove centros nervosos do corpo, nem um de mais, nem um de menos, diz o observador. Quando é a aranha, é uma só picada no grande gânglio em que se acha reunida a maior parte da substância nervosa (1). O golpe do estado-maior congressista sôbre o poderio militar de Balmaceda faz lembrar a precisão instintiva do *sphex* ferindo a aranha; é um golpe só no grande gânglio em que está reunida tôda a sua fôrça.

A 16, 17, 18 e 19 de agôsto, por um mar afortunadamente calmo, a esquadra navega para o Sul, e a 19 à tarde reúne-se à altura de Quinteros, a cinqüenta milhas da costa. Por todo o mundo circula a notícia da expedição; em Buenos Aires, em Paris, em Londres, a impaciência dos amigos da Revolução é a mesma. A 18 a *Esmeralda* entra em Valparaíso e dispara três tiros em direção ao vale do Aconcagua. Era o sinal, convencionado com os revolucionários da terra, de que dentro de quarenta e oito horas teria lugar o desembarque nas vizinhanças da cidade. O Chile todo está de pé, à espera do resultado, com o coração contraído. Foi a hora de maior ansiedade da sua vida. O que se sabe é sòmente que o choque será terrível, que nenhum dos lados dará quartel ao outro. Na Moneda a ousadia do cometimento impressiona, mas apesar da primeira dúvida, inevitável diante de um ataque dessa ordem, Balmaceda mostra-se certo de esmagar a Revolução. Os seus ge-

(1) ALF. FOUILLIÉ.

nerais, diz-nos o sr. Bañados, sentiam pelas levas de Iquique e Antofagasta « profundo desprêzo e tinham absoluta confiança no velho exército. » « A operação de desembarcar um exército e proceder a um ataque imediato, telegrafa o general Alcérrica a Balmaceda, é coisa que os inimigos não farão, não têm qualidade para isso. » Nem Barbosa nem Alcérrica tinham idéia da *qualidade* do exército improvisado que devia destruir as suas divisões em Concón e Placilla. « A organização administrativa foi irrepreensível na guerra; faltaram-nos os generais », dirá Balmaceda em uma das cartas que deixou. Teriam faltado os generais? No lugar dêsses que se fizeram matar pelo seu crítico, infeliz também como êles, teriam tido melhor fortuna Canto e Körner? Na própria obra de Moltke, pode-se acaso isolar o gênio do general do espírito do exército? Quanto a mim, na luta que vai agora concluir, entre 20 e 28 de agôsto, nas batalhas em redor de Valparaíso, o que dá a vitória à Revolução, é a inspiração donde êsse imenso esfôrço procede; o que causa a derrota da Ditadura, é o fatalismo sem fé com que as suas fôrças combatem; o que explica tudo, é que a estrêla do Chile está em plena ascensão.

A VITÓRIA NACIONAL

BALMACEDA acompanha, há dias, o movimento da esquadra; a princípio (15) supõe que é um ataque a Coquimbo, depois pensa em Concepción; o que lhe parece menos possível é que os revolucionários tragam o seu pequeno exército para o centro do poder militar da República. A 20, porém, não resta mais dúvida. O telégrafo anuncia de Quinteros, pela manhã, dezessete navios à vista, calculando as fôrças em 8.000 homens, com cavalaria e artilharia.

O desembarque não é impedido; não há em Quinteros as grandes tropas do Govêrno que o almirante Viel, intendente de Valparaíso, anunciara ao almirante americano Brown. O exército de Balmaceda ocupava fortes posições, coberto pela frente pelo rio Aconcagua. As fôrças revolucionárias desembarcaram na melhor ordem. « A operação, diz o barão de Gutschmid — que fala com as informações do Almirante alemão — foi bem preparada sob todos os aspectos. » À medida que desembarcavam, as tropas, que tinham recebido de véspera munições e víveres para dois dias, iam marchando sôbre Concón. Sabia-se entre os revolucionários, por ter funcionado até o último momento a estação telegráfica de Quinteros, que o Govêrno estava informado de tudo e que as divisões de Valparaíso e de Santiago tinham tido tempo de reunir-se. De fato, às 8½ horas da manhã de 20 os chefes de tôdas as divisões conheciam a situação. O exército revolucionário tinha que se apressar, se não queria combater também com a divisão de Concepción, que não podia tardar.

Na manhã de 21 os exércitos achavam-se frente a frente, nas alturas que dominam o Aconcagua. Do lado de Balmaceda, o comando estava dividido; comandava o general Orozimbo Barbosa a divisão de Santiago, e o general Alcérrica a de Valparaíso. Segundo o sr. Bañados, não se reuniram dessas

duas divisões, na manhã de 21, senão 6.327 homens; segundo o coronel Canto, o exército inimigo excedia de 11.000 homens, Körner o calcula em 8.000 no mínimo. A artilharia governista era de dezoito canhões e quatro metralhadoras; a contrária de trinta e dois canhões e seis metralhadoras, nem tôda porém entrou na ação. A superioridade de armamento da infantaria revoltosa era grande, estando armada, uma metade, de espingardas Mannlicher, com o alcance de três mil metros, ao passo que as tropas balmacedistas tinham Comblains e Grass, de mil e duzentos a mil oitocentos metros de alcance. O sr. Bañados baseia principalmente a derrota das tropas balmacedistas na inferioridade de número e de armamento, mas essa inferioridade era compensada pela vantagem das posições, pela defesa do Aconcagua, e pela fadiga das tropas revolucionárias, que, além disso, estão em terreno inteiramente desconhecido para elas. « Se eu tivesse que dar uma batalha no dia seguinte, do que tratava antes de tudo era de fazer a minha tropa dormir uma boa noite », disse uma vez no Reichstag o conde Caprivi. As fôrças congressistas, em vez de dormir, tinham feito na noite do desembarque uma marcha forçada.

A preocupação de Balmaceda é demorar o combate até a concentração do seu exército ficar terminada. A 20, às 9 horas da manhã, Bañados que estava em Concepción, recebe êste telegrama: « Sr. Ministro Bañados. Em marcha e imediatamente com tôda a sua divisão. Quando chegue a Chillán, avise. Balmaceda. » No dia seguinte, às 11½, Bañados está na Moneda e Balmaceda manda-o imediatamente para o teatro das operações, como ministro da Guerra em campanha, dando-lhes instruções que o sr. Bañados fotograva no seu livro. Essas instruções são que a linha do Aconcagua é muito extensa e muito distante da estrada de ferro, com três ou quatro passos; que é preciso tomar como linha definitiva a de Viña del Mar, fora dos fogos da esquadra, próxima à estrada de ferro, fácil para a cavalaria, e dar aí a batalha *no dia seguinte* 22 — depois de chegados os reforços do Sul. Ao coronel Pinto êle telegrafa: « Amanhã chegarão aí reforços poderosos, con-

vêm demorar a batalha». Quando isto era telegrafado, a batalha de Concón já estava empenhada. As instruções a Bañados tinham êste fecho: « Pelear a muerte, porque no ha mas dilema que vencir o morir ». Tudo isso revela sobressalto, pressentimento de que não há mais tempo, de que tudo está comprometido.

A batalha de Concón durou todo o dia de 21. As fôrças revolucionárias estavam fatigadíssimas com os vinte e cinco quilômetros de marcha forçada da véspera; para chegar ao inimigo tinham que atravessar o Aconcagua, com água às vêzes pela cintura e debaixo de fogo, e depois escalar as posições fortemente defendidas. Parar, porém, na outra margem, sem rancho, porque os víveres ficaram a bordo, em Quinteros, além de tempo dado ao inimigo para reunir maior fôrça, era perigoso para o moral da tropa que os chefes ainda não conheciam. « A passagem do rio Aconcagua, diz o sr. Bañados, era uma enormidade. » Era preciso, porém, a todo o custo, tentar com essas fôrças extenuadas, o esfôrço de passar o rio naquele mesmo dia. A 1.ª brigada, perto da costa, longe das vistas do inimigo tinha achado um excelente vau; com Körner à frente ela atravessa o Aconcagua por aí, atacando o flanco esquerdo dos balmacedistas, auxiliada pelos fogos do *Esmeralda*. A batalha começa dêsse modo; debaixo do mais nutrido fogo de fuzilaria, a 2ª brigada passa por sua vez o rio por diversos pontos, suspendendo os soldados as espingardas no meio da corrente, que arrebatou a muitos. Uma circunstância fortuita favorece o ataque. Na noite de 20 dois corpos da 3ª brigada, o *Taltal* e o *Tarapacá*, tinham-se extraviado, seguindo pela costa. Eis como Körner descreve a inesperada aparição dêles no meio da batalha: « Nesses momentos críticos não só para o Iquique, mas também para o Antofagasta e o Constitución [isto é, para os três corpos de infantaria da 1ª brigada], os quais rendidos por uma marcha forçada de légua e meia, em terrenos aspérrimos e com os sapatos cheios de água, se batiam corpo a corpo com o inimigo tenaz, tendo as munições quase

esgotadas, chegaram em refôrço da 1ª brigada o *Taltal* e o *Tarapacá*, e um regimento da 2.ª brigada, o *Chañaral*. Com êsse refôrço os revolucionários avançam, tornando impraticável a retirada dos governistas sôbre Viña del Mar, forçando-os assim, no caso de derrota, contra o terreno montanhoso de Quilpué, isto é, a abandonarem Valparaíso. Desde as 3 horas escasseiam as munições às tropas do Govêrno; às 4½ pronuncia-se a derrota, o exército balmacedista está em fuga, perseguido, até curta distância sòmente pelo vencedor, que não pode mais.

A perda de ambos os lados é grande, mas a dos governistas é dobrada. Nessa ação, em que se empenham de 18 a 20.000 homens, os mortos e feridos são computados em 3.000. O prejuízo mais considerável, porém, que sofre o Govêrno é a destruição do prestígio do seu exército, reputado invencível pelos que se lembravam do Peru; é a confusão que vai reinar na tropa, o seu desânimo. Ao exército revolucionário incorporam-se os prisioneiros, os que podem fugir do exército legal e que até ali se haviam mantido por disciplina nas fileiras do Ditador, a despeito dos seus sentimentos e dos seus desejos. « Nosso exército, pôde dizer o secretário geral da esquadra, tinha antes da batalha um efetivo de 9.500 homens; as baixas em Concón o reduziaram a menos de 9.000, e algumas horas depois aumentava o efetivo a cêrca de 11.000. Isto quer dizer que os soldados vencidos da Ditadura tomavam lugar nas colunas da Revolução, e que 2.000 dos que se bateram contra esta em Concón vão bater-se por ela em Placilla. » É inútil querer aplicar, como faz o sr. Bañados, o epíteto de *traição* a êsses movimentos produzidos na tropa, que combatia forçada. Entre ela e Balmaceda não existia mais, desde o golpe de Estado, o laço da honra militar; havia apenas a sujeição passiva, o cativeiro dos quartéis.

Se o exército revolucionário não entrou no dia seguinte em Valparaíso, diz na sua parte oficial o coronel Canto, foi sòmente por falta de munições. Pode-se dizer que tudo estava perdido para Balmaceda. O efeito da primeira comunicação

mandada à Moneda é desesperador. É o general Alcérrica quem informa ao Presidente que se salvaram uns 4.000 homens, muito fatigados, mal municiados. Balmaceda chama-o ao telégrafo, e há entre êles êste diálogo que o sr. Bañados reconstruiu:

« — Também entrou na ação a divisão de Santiago? — Ficaram sòmente três corpos em Viña del Mar: o resto da divisão pelejou tôda. — E as fôrças do inimigo? — A infantaria inimiga superior à nossa e pelejou bem. — E a cavalaria inimiga? — Não chegou ao alcance da nossa. — E a artilharia? — Numerosa. Trinta canhões. — E a nossa artilharia? — Perdeu-se tôda. — E o parque? — O parque que assistiu ao combate perdeu-se todo; salvámos sòmente uma parte das mulas. — De maneira que a tropa está sem munições? — Há apenas um maço para cada soldado. — E nossa cavalaria? — Completamente extenuada e aniquilada. Aqui não há pasto para cavalaria. — E quanta tropa poderia reunir-se do que resta? — Cêrca de 2.000 homens, porque se calcula em 4.000 ou 5.000 os dispersos e 2.000 os mortos; ambos os exércitos bateram-se desesperadamente, houve um momento em que faziam fogo a seis metros de distância. — E a esquadra que papel desempenhou? — A esquadra fêz-nos fogo cada vez que teve oportunidade de dizimar nossas fileiras. — Logo, o campo ficou em poder do inimigo? — Ficou, porém em grande confusão. — Então êles marcharão sôbre Valparaíso? — Julgo impossível, porque têm que recolher feridos e que refazer; ficou tudo em grande desordem. — E que resolução tomou com Barbosa? — Retirar para Quilota, fazer aí nosso quartel-general, e reorganizar-nos, aumentando as nossas fôrças com a divisão de Concepción. — Não julgam, porém, perigoso abandonar Valparaíso, que será impossível recuperar, uma vez tomada? — Estamos sem munições, a tropa desalentada, a resistência é impossível. Seria expor-nos. »

Balmaceda, porém, não está por isso, não pode resignar-se a perder desde logo Valparaíso, — seria a vitória da Revolução — e assim ordena que Barbosa fique em Quilota com as tropas que forem chegando, e Alcérrica vá defender Valparaí-

so. O exército revolucionário, entretanto, prevendo a concentração, decide-se a não marchar sôbre Valparaíso, e sim a forçar o inimigo a abandonar as posições, preferidas de Balmaceda, de Viña del Mar. A primeira idéia do coronel Canto fôra ocupar Quilpué e interromper as comunicações entre Santiago e Valparaíso, ameaçando ambas as cidades e obrigando as fôrças ditatoriais a deixar Viña del Mar, para defender a capital desprotegida. A 26 de agôsto, porém, êle abandona Quilpe para tomar o caminho antigo que vai de Santiago a Valparaíso. Foi essa, diz o coronel Canto, a marcha mais penosa de tôda a campanha, e demorou um dia a batalha. A noite veio fria e tenebrosa. Em meio da escuridão, tinham os soldados que marchar, silenciosamente para não serem surpreendidos, por terrenos desconhecidos, difíceis, ladeados de precipícios. Rendidos de sono e de fadiga, muitos ficaram pela estrada, dormindo entre o arvoredo. No dia 27, porém, refizeram-se, reuniram-se em Las Cadenas, a dez quilômetros de Placilla, onde o exército de Balmaceda tinha tomado fortes posições nas alturas de Peñuelas, que dominam o povoado e a antiga estrada de rodagem de Santiago.

Às 7 horas e 30 minutos da manhã o inimigo rompe o fogo de artilharia sôbre o exército revolucionário, que avançava com entusiasmo pela planície, entre uma chuva de balas. A batalha durou sòmente três horas, mas ficou um instante incerta para os revoltosos; nesse momento o coronel Canto deu ordem à cavalaria de reforçar a infantaria, caindo sôbre o inimigo. Era uma resolução temerária, essa de lançar a cavalaria, de baixo para cima, contra fortes posições defendidas pela artilharia e infantaria; essa carga, porém, decidiu da vitória. A mortandade, apesar do pouco tempo, foi enorme. O exército de Balmaceda estava completamente destroçado, seus valentes generais mortos; o que restava, eram grupos em fuga, alcançados pela cavalaria inimiga. A Revolução tinha triunfado em tôda a linha; Valparaíso e Santiago estavam uma e outra à sua discrição.

A proporção de mortos e feridos mostra que se bateram encarniçadamente, de parte a parte, e destrói a idéia de traição que o sr. Bañados lança sôbre os seus. Havia de cada lado cêrca de 10.000 combatentes, e o número de mortos e feridos subiu a 5.000. Em Bull Run a perda foi igual, combatendo, porém, 70.000 homens. As duas batalhas custaram ao Chile 8.000 homens entre mortos e feridos.

Na Moneda, Balmaceda esperava ansiosamente o resultado da ação. Às 8 horas da manhã o Governador de Limache telegrafa-lhe que se ouvia um forte canhoneio na direção de Placilla, e, às 10½, que o fogo parecia ter cessado. Até a noite, Balmaceda, na maior incerteza, telegrafa continuamente, pedindo notícias, até que às 7½ recebe de Quilota o seguinte telegrama do coronel Vargas: « Acabam de chegar vários chefes nossos, derrotados. Dizem que a derrota é completa, que os nossos pelejaram sem valor, nem entusiasmo e no mais renhido do combate deitaram fora as armas, e passaram a engrossar as fileiras inimigas. Os generais Barbosa e Alcérrica mortos. Don Claudio Vicuña e Bañados encerrados na Intendência de Valparaíso, e a praça em poder da oposição. » Era o ruído longínquo da avalanche que se precipitava na direção de Santiago.

A *Nación* dêsse dia pressentira a possibilidade da catástrofe. « O que mais preocupa a S. Ex. o Presidente da República, dissera o órgão oficial, é evitar quanto possível o derramamento de sangue, e para isso o nosso exército está sendo reforçado de hora em hora por novas tropas que chegam ao campo de batalha e fecham todos os caminhos ao inimigo. » « Espero que esta luta que já se prolonga demasiado, dissera Balmaceda na antevéspera, 26, em uma proclamação, não termine com os prejuízos e as vexações pessoais que nas horas de transtôrno mancham os homens e aviltam os povos. » Isto era escrito na semana de Lo Cañas. É nessa hora de dúvida, se não já de desespêro, — depois de Concón e da conversa telegráfica com o general Alcérrica, a probabilidade é que o ânimo de Balmaceda tinha já sucumbido, — é nessa hora extrema que êle

aconselha a moderação e escreve, como que resguardando a sorte do seu partido: « ... não há, não pode haver desacôrdo, tratando-se do respeito que nas horas de crise devemos todos os chilenos, sem distinção de bandos políticos, à propriedade e às pessoas, ao sossêgo e à inviolabilidade dos lares ».

Como essa linguagem é significativa! Mas também como em todo o procedimento de Balmaceda se vê a diferença do modo por que se defendem os governos despóticos e os governos livres! Desde que lhe chega a primeira notícia da expedição para o Sul, êle sabe que soou a hora decisiva. Nessa crise, evidentemente final, apela êle acaso para o país, dá-lhe a conhecer, com confiança, a gravidade da situação, procura apoiar-se nêle; em uma palavra, procede como Lincoln, quando se viu isolado em Washington, exposto a ataque imediato, rodeado de fôrças separatistas, cujas bandeiras se avistavam do Capitólio, na outra margem do Potomac? Não; os despotismos não se defendem contando tudo ao país e contando com êle, defendem-se nas trevas, com o dinheiro, com o terror, com o silêncio. Por isso Santiago é posta em rigoroso estado de sítio; o tráfico de veículos é suspenso desde às seis horas da tarde; para sair à rua à noite é preciso licença especial; fazem-se centenas de prisões nos últimos oito dias, ao passo que a poucos quilômetros da capital, na manhã mesma do desembarque do exército revolucionário, dá-se a atrocidade de Lo Cañas. « O país acha-se submetido ao despotismo militar da pior espécie », escreve ao seu Govêrno, em data de 21, o Ministro alemão, resumindo a situação.

O que se segue a Placilla é o imediato colapso da Ditadura. Os principais balmacedistas, que se achavam em Valparaíso, refugiaram-se logo nos navios de guerra estrangeiros. Claudio Vicuña, Presidente eleito, o almirante Viel, Alberto Fuentes, comandante da *Lynch* — que dias antes trouxera de Coquimbo, a despeito do bloqueio, quinhentos mil tiros — acolhem-se ao navio-almirante alemão; Bañados, Godoy, os dois principais sustentáculos da Ditadura, refugiam-se nos navios norte-americanos, quando Balmaceda, logo que sabe do

desbarate completo, resolve deixar o poder e por sua vez esconder-se. Tinha ainda 4.500 homens em Santiago, sem contar a polícia, e em Coquimbo 6.000, mas era inútil tentar uma concentração, pensar em uma retirada. As retiradas são o supremo esfôrço do general e exigem a máxima solidez da tropa, para não se tornarem em um *sauve qui peut*. A um amigo que uma vez o comparava aos grandes generais da história, Moltke interrompeu dizendo: — «Ainda não comandei uma retirada». Se Balmaceda pensasse que representava a causa nacional, era lógico, com o que êle tinha feito até então, que pensasse em organizar a resistência. Se êle se sentisse a encarnação de um princípio, como Juárez no México, teria apelado para o país com o grito que lançara aos seus generais antes da batalha: *Vencer ou morrer!* Êle, porém, via distintamente que a sua causa era uma causa pessoal, sem irradiação alguma fora do círculo de baionetas dentro do qual se fechara. Daí a rapidez da resolução, tomada na noite de 28, de abandonar tudo, antes que a onda da reação popular, que se estava formando em todos os ângulos de Santiago, forçasse as reprêsas que já começavam a ceder e cobrisse a Moneda com um lençol de sangue. Às 10 horas da noite, Balmaceda e Baquedano têm uma entrevista, e o Presidente entrega o poder ao general, que se mantivera neutro em aparência, mas quanto possível auxiliara a Revolução. O sr. Bañados afirma que nessa conferência Baquedano se comprometera a impedir a perseguição dos partidários da Ditadura e a garantir a saída de Balmaceda para o estrangeiro.

Pelas duas horas da noite, acompanhado de alguns amigos fiéis, Balmaceda sai do palácio do Govêrno em busca do asilo prometido na Legação argentina. O grupo bate ansiosamente à porta da Legação; passados minutos, o sr. Uriburu vem abrir em pessoa. Tudo se passa com as maiores precauções. Alguém que encontrasse a essa hora o Presidente fugitivo diria que era algum revolucionário perseguido pela Ditadura, que mudava de abrigo. Houve nesse fato uma coincidência singular. Dias antes, pelo que refere o barão de Gutschmid, Balma-

ceda estranhara ao mesmo sr. Uriburu, decano do Corpo Diplomático, o asilo que concediam aos revolucionários certas legações, ameaçando tomar providências para impedi-lo. O Ministro americano, informado dessa conversa pelo sr. Uriburu, procurara o ministro do Exterior para dizer-lhe que na sua casa não se entraria senão usando de violência e que êle resistiria à fôrça com a fôrça. Balmaceda pensando em cercar as legações, em interceptá-las, para obstar ao agasalho que elas davam e horas depois valendo-se da proteção de uma delas, por último matando-se por não julgar bem garantido o seu refúgio, é a mais perfeita demonstração da necessidade e da conveniência de se manter na América Latina, com a maior largueza possível e de modo inviolável, o asilo das embaixadas. Em nossos países, é êsse com efeito, um benefício feito aos chefes de todos os partidos, a única e estreita tábua de salvação a que êles se possam entregar, e seria aumentar a barbaria e a crueldade das nossas lutas políticas, se o Direito Internacional, como parece ser a nova tendência das grandes potências, viesse a considerar aquêle refúgio como uma exceção obsoleta e caduca, por oposta à soberania das nações. Muito pelo contrário, em todos os países onde de repente se pode levantar, sem que nenhum sinal o anuncie, uma dessas « proscrições » sul-americanas, o direito de asilo, que é um privilégio histórico da humanidade, deverá ser cada vez mais um ponto de honra da civilização.

A TRAGÉDIA

FORAM cruéis os vinte dias que Balmaceda passou oculto na Legação argentina. Confesso não conhecer bem as circunstâncias dêsse final. A escolha da legação parece ter sido em mais de um sentido infeliz. A Legação argentina não oferecia segurança contra um ataque súbito de exaltados que adivinhassem que Balmaceda estava refugiado nela. O sr. Uriburu far-se-ia matar no limiar da sua casa, como homem de honra e de alto cavalheirismo que é, mas isto só serviria para tornar mais odiosa a execução popular. Aconteceria o mesmo na Legação norte-americana? Por minha parte duvido.

Decerto, o novo Govêrno revolucionário não consentiria que a multidão pretendesse arrancar Balmaceda de dentro da casa do sr. Uriburu, mas entre o povo chileno e o argentino existe uma antipatia agressiva inexplicável, a menos que o Chile esteja sendo insensìvelmente arrastado para o Atlântico, — o que seria uma imensa mudança; os argentinos, êsses não têm interêsse em se afastarem para o Pacífico. Durante a guerra civil o Govêrno de Buenos Aires, se não favorecera a Balmaceda, pelo menos não lhe criara dificuldades; deixara até passar pelo seu território, em ordem e aparato militar, ainda que sem armas, as duas divisões Camus e Stephan. O sr. Uriburu, pessoalmente, era um grande amigo dos Congressistas, mas isso era um segrêdo da Revolução e não podia influir sôbre as massas de Santiago. Estas, quer me parecer, por todos os motivos, mais fàcilmente se conteriam diante do escudo norte-americano do que do argentino.

Foi no interêsse do seu hóspede que o sr. Uriburu tomou extraordinárias precauções de segrêdo, mas essas precauções mesmas não podiam deixar de abater o ânimo de Balmaceda. Êle não era de fato um asilado do Direito Internacional, era um acoitado, um escondido; para um Chefe de Estado da

véspera, que ainda nem tinha concluído o seu período, tal posição era cruel e lancinante. Não era decerto culpa do sr. Uriburu, que tratava só de salvar Balmaceda, mas na Legação norte-americana, cheia de asilados políticos, êste teria de certo achado um ambiente menos depressor. Acontecia ser nesse tempo ministro dos Estados Unidos no Chile um dos chefes proeminentes do partido revolucionário irlandês, Mr. Patrick Egan. Nomeando-o para um lugar de ministro na América do Sul, Mr. Harrison quis reconhecer a importância do voto irlandês no triunfo da sua candidatura. Quem sabe a qualidade de homens que são os revolucionários norte-americanos da Irlanda, pode avaliar se Mr. Egan não teria feito sair incólume da Legação dos Estados Unidos o ex-Presidente do Chile, a menos que se desse dentro dessa Legação, defendida por marinheiros dos cruzadores então em Valparaíso, uma cena de todo indigna na civilização chilena, e que levantaria como um só homem o povo americano.

Onde está, Balmaceda vive todo o tempo na apreensão de uma desgraça que possa envolver a família Uriburu. Suas manifestações nesse sentido são numerosas. Aos irmãos, na carta de despedida, diz êle: « Já se fala da casa onde estou, e pode chegar um momento em que meus inimigos lancem partidas de povo *(pobladas)* ou do exército revolucionário, e façam uma tragédia, com dano irreparável nos que me serviram com tão generosa e boa vontade ». Ao sr. Uriburu mesmo êle escreve: « A exacerbação de meus inimigos é capaz, se descobrem minha residência, de extremos que evitarei mesmo com o maior sacrifício que possa fazer um homem de ânimo inteiro ». Decerto o sr. Uriburu tranqüilizou-o a êsse respeito, mas tôdas as seguranças do seu hóspede argentino não valiam um sêco e autoritário *Don't mind,* de Mr. Egan, pronto a receber, se preciso fôsse, os invasores da Legação americana com a marinhagem dos seus navios.

Como quer que seja, o espírito de Balmaceda, solitário, encerrado em um quarto, no alto da casa, começa a enfraquecer; perdido o movimento, sem poder renovar-se, estagna-se

e corrompe-se. Êle chega a pensar em entregar-se. O sr. Uriburu o refere em carta ao Presidente da Junta, dando conta do suicídio: « Nos dias seguintes manifestou-me êle o propósito de pôr têrmo ao asilo, apresentado-se à disposição da Exma. Junta para ser julgado conforme a Constituição e as leis. A fim de prevenir qualquer conflito pessoal, convencionou-se que depois de informar eu a Exma. Junta do Govêrno, e aceitando ela a proposta, eu o conduziria em carruagem a um lugar de detenção, podendo fazer-me acompanhar dos srs. Concha y Toro e Walker Martínez para não chamar atenção e evitar que se dessem atropelamentos e conflitos. Por minha parte propunha-me, chegado o momento, a dirigir-me à Exma. Junta e solicitar dela, interpondo os meios mais eficazes que me fôsse possível, que no caso de condenação, no processo que se houvesse de instaurar, a vida do sr. Balmaceda fôsse salva pelo exercício da alta atribuição de comutação das penas, que a Constituição conferiu à autoridade suprema da República. Quando acreditava que a solução adotada teria lugar mui pròximamente, fui surpreendido na manhã de hoje pela detonação de um tiro de revólver ». Essas negociações para a entrega de Balmaceda encobriam alguma tentativa para fazê-lo escapar com segurança. A responsabilidade do sr. Uriburu e do seu govêrno seria muito grande se acontecesse na prisão alguma desgraça ao hóspede que acolhêram sob sua bandeira. Se êle insistia em entregar-se, a posição do Ministro argentino era difícil; de qualquer modo que procedesse, expunha o nome de seu país a comentários pouco escrupulosos, sendo parte em negociações que o Govêrno revolucionário talvez não pudesse cumprir. A idéia de entregar-se era porém absurda e Balmaceda logo desistiu de confiar a guarda de sua pessoa aos seus inimigos da Junta. « Êstes não respeitam nada, escreve êle aos irmãos, zombariam de mim e encher-me-iam de imerecidos opróbrios. »

A outra solução era a fuga. Balmaceda, segundo diz na sua carta ao sr. Uriburu, teve possibilidade de evadir-se. « Sabe o senhor que desdenhei o caminho da evasão vulgar, porque

o julgo indigno do homem que regeu os destinos do Chile, sobretudo para evitar a mão da revolução triunfante. » Não havia porém nada de indigno nessa evasão, se era possível. Balmaceda decerto receou alguma circunstância adversa, ou alguma traição. Pela Cordilheira, quem sabe se êle não teria a sorte do pobre Demetrio Lastarría, quando fugia à Ditadura? Pela costa, se fôsse reconhecido, tê-lo-iam morto como ao seu ministro Aldunate, tê-lo-iam desfigurado mesmo. Todo o ódio dos vencedores condensava-se contra êle, estava convencido. « Poderia evadir-me, porém não correria jamais o risco do ridículo ou de um desastre que seria o princípio de vexames e humilhações que não posso consentir que cheguem até a minha pessoa e ao nome dos meus (1). » É essa a idéia que o domina, a crueldade dos inimigos nas guerras civis da América do Sul. « Todos os fundadores da Independência sul-americana morreram nos calabouços, nos cadafalsos, ou foram assassinados, ou sucumbiram na proscrição e no destêrro, dirá êle nas suas últimas palavras ao país. Só quando se vê e apalpa o furor a que se entregam os vencedores nas guerras civis compreende-se por que em outros tempos os vencidos políticos, mesmo quando tivessem sido os mais insignes servidores do Estado, acabavam por se precipitarem sôbre as suas espadas. »

Tôdas essas impressões atuam sôbre o seu espírito, e preparam o desfecho. Entregar-se, era-lhe vedado pela sua honra; fugir, seria arriscar a sua pessoa aos piores ultrajes; conservar-se asilado na Legação, era expor a casa e a família dos seus hóspedes a um ataque popular, ao incêndio, quem sabe. O que restava era talvez mudar de esconderijo, refugiar-se em casa de algum partidário obscuro e dedicado. Mas quanto tempo duraria essa posição angustiosa, e que segurança havia? O seu espírito, desde que começara a render-se à fascinação da morte, via tudo escuro. A vitória da Revolução era completa, absoluta, irreparável. Em breve não haveria quem ousas-

(1) *Carta aos irmãos.*

se pronunciar o seu nome; a sua pessoa estava banida da comunhão chilena, criminosa, carregada de responsabilidades tremendas, aos olhos dos que o combateram, fatídica, causa da ruína de todos, perante os que o acompanharam. « Sempre se necessita nas grandes crises ou dramas um protagonista ou uma grande vítima (1). » A solução era sair do Chile, sob a proteção das nações amigas em esfôrço comum, se o sr. Uriburu, reunindo os seus colegas, conseguisse garantir de alguma forma o embarque. Isso tinha Balmaceda o direito de esperar, como Chefe de Estado que fôra, do cavalheirismo dos representantes estrangeiros acreditados perante êle, e que, se não tinham o dever, tinham o direito de o fazer, porquanto todos, ou quase todos, tinham asilado e salvo, em suas legações, chefes revolucionários proscritos. É provável que pensassem nisto e que o suicídio tenha inutilizado todo o trabalho feito pelo próprio sr. Uriburu. Isso, porém, não lhe cabia, a êle Balmaceda, sugerir nem ativar, e ao seu amor-próprio não sorria talvez essa retirada espetaculosa para fora do Chile sob a guarda de nações estrangeiras. Mais fácil do que tudo para um espírito prostrado pela derrota era mesmo o tiro de revólver, *refugiar-se a um maior altar,* como diz Plutarco da morte de Demóstenes.

Desde que se insinua nêle, a idéia de suicídio faz todo o dia caminho; parece que êle a afaga, a idealiza, a aperfeiçoa, como o seu último ato público, a sua derradeira Mensagem ao país; êle trabalha essa idéia pològicamente, literàriamente, trata de pôr nela tudo que pode dar o seu cérebro de estadista e a sua energia de Chileno. É uma resolução amadurecida para a qual concorrem tôdas as impressões, como nas horas de inspiração tudo converge para produzir a obra-prima. Uma vez assentada a solução da morte, é preciso justificá-la, depois utilizá-la pològicamente, por último escolher o momento. O coração do pai, do espôso, do filho, é estòicamente reprimido; o político tem de representar o seu papel até o fim.

(1) *Carta a Julio Bañados.*

A data de 19 de setembro é escolhida porque expira na véspera o prazo de sua presidência. Não é um Presidente do Chile que se mata, é um simples particular. « Junto com a terminação constitucional do mando que recebi em 1886, tive que estudar a situação que me rodeia (1). » A justificação, é a impossibilidade de fugir, sem se expor a ser despedaçado pelos inimigos, se fôsse reconhecido; é a impossibilidade de prolongar o asilo sem comprometer os seus *generosos amparadores;* por último, é a impossibilidade de entregar-se aos adversários, « *um ato de insânia política* » (2). A morte é só o que lhe resta, e por que há de recuar dêsse passo, se a sua morte pode ser benfazeja ao seu partido, à causa comum? « Com meu sacrifício os amigos acharão em pouco tempo modo de reparar o seu infortúnio (3). » « Estou certo que com o meu sacrifício os amigos se verão menos perseguidos e humilhados (4). » « Estou convencido de que a perseguição universal é em ódio, ou temor a mim. Dada a ruína de todos e sem poder servir a meus amigos e correligionários, julgo que o meu sacrifício é o único meio de atenuar a perseguição e os sofrimentos, e a maneira também de habilitar os nossos amigos a voltarem em época próxima à vida do trabalho e da atividade política (5). » Balmaceda sente-se devedor para com a multidão dos sacrificados, dos arruinados por terem seguido a sua fortuna; como saldar essa dívida para com milhares de famílias em cujas casas reina agora a desolação e paira a ameaça? O suicídio era, se não o resgate dessa dívida enorme que em consciência lhe pesava, a única satisfação que êle podia dar a tantos infortúnios. « Só lhes posso oferecer o sacrifício de minha pessoa (6). » Matando-se, êle deixava livres os partidários de sua causa. De fato, tirava o pretexto a novas perseguições; morto êle, não havia receio de que se pu-

(1) *Carta aos irmãos.*
(2) *Carta a Claudio Vicuña e Julio Bañados.*
(3) *Carta a Julio Bañados.*
(4) *Carta aos irmãos.*
(5) *Carta a Julio Bañados.*
(6) *Carta aos irmãos.*

desse organizar uma revolução com os restos do exército e o prestígio do seu nome; tornar-se-ia mais fácil a volta do seu partido à vida política, suas vitórias parciais na eleição, que de fato se deram. O efeito do sacrifício era bem calculado.

Agora que a resolução extrema lhe parece justificada e êle sente que só pode resultar da sua eliminação, completa e pronta, benefício para os que foram envolvidos na sua desgraça, passa êle a cuidar do seu nome. Nesses últimos momentos, preocupa-o a idéia de comparecer perante a posteridade na mais perfeita atitude. Esta é a grande questão para êle. « Escrevi uma carta a Vicuña e a Bañados... É um documento histórico que se deve reproduzir íntegro na América e na Europa, para que se compreenda a minha situação e a minha conduta. Façam-no reproduzir. Não o deixem de publicar (1). » Além disso, já vimos, êle dava a Bañados Espinosa a tarefa de escrever a história completa da sua administração.

Na carta aos amigos, chamada hoje o Testamento de Balmaceda, há três partes: uma, é a revista do procedimento da Junta Revolucionária, para mostrar que não lhe era permitido esperar justiça de seus inimigos e que por isso não realizava a sua primeira idéia de entregar-se a êles; outra, é a sua defesa dos pontos de acusação que lhe ficaram mais sensíveis; a última, é um brado de esperança na vitória ulterior de sua causa.

« O regímen parlamentar triunfou nos campos de batalha, diz êle, mas esta vitória não prevalecerá. Ou o estudo, a convicção e o patriotismo abrem caminho razoável e tranqüilo, à reforma e à organização do govêrno representativo, ou novos distúrbios e dolorosas perturbações terão de produzir-se, entre os mesmos que fizeram a Revolução unidos e que mantêm a união para garantia do triunfo, mas que por fim acabarão por se dividirem e se chocarem... Se a nossa bandeira, encarnação do povo verdadeiramente republicano, caiu dobrada e ensangüentada nos campos de batalha, será de novo

(1) *Carta aos irmãos.*

levantada em tempo que não está longe e, com defensores numerosos e mais felizes do que nós, flutuará um dia para honra das instituições chilenas e felicidade da pátria, que amei acima de tudo. »

Êle não queria entrar na história sem uma legenda; esta seria a do Govêrno presidencial contra o parlamentar. Estava aí a sua justificação aos olhos de um numeroso partido e, um dia, esperava, aos olhos do país. Quando o Chile mudasse o eixo das suas instituições, seria êle proclamado o fundador da segunda República. Nesse dia ninguém perguntaria se êle estivera no seu papel servindo-se da Presidência para torná-la onipotente; se não era preferível deixar a reforma amadurecer na opinião a arrostar por causa dela uma guerra civil. Seria êle o precursor, o estadista de vistas largas, que de tão longe adivinhara o único meio de salvar a República, e nesse dia o Chile havia de honrar, no Ditador-mártir, o profeta do grandioso futuro nacional.

Não se pode estranhar que Balmaceda escolha por si mesmo o terreno em que prefere ser enterrado na história do Chile e componha o seu epitáfio político. Por mais singular que seja essa revelação, — que só lhe foi feita na presidência mesmo, — de que o futuro do Chile depende de substituir pelo sistema norte-americano, nunca ensaiado com sucesso em povo latino, as instituições que o fizeram chegar ao maior grau de ordem, de liberdade e de desenvolvimento, é incontestável que a êle Balmaceda pertence a iniciativa dêsse movimento retrógrado. O que mais interessa, porém, o que mais comove, é a preocupação que êle tem de que não adira ao seu nome nenhuma parcela de tirania. Por isso êle escreve esta página que transcrevo em sua parte essencial por dever de lealdade depois dos juízos que por vêzes emiti.

« As pessoas que formaram o elemento civil da Revolução, que a dirigiram e ampararam com seus recursos e esforços, foram inabilitadas pela prisão, por destêrro provisório, ou enviadas às fileiras do exército revolucionário. Procurou-se evitar quanto possível procedimentos que fizessem mais pro-

fundas as cisões que dividiam a sociedade chilena. A ação do Govêrno alcançou na realidade um número reduzido de pessoas comprometidas na Revolução.» É com êsses eufemismos que Balmaceda se refere ao sistema de terror que durante oito meses reinou em todo o Chile. Agora o modo por que alude às execuções militares que não ousou impedir:

«Os delitos de conspiração, subôrno ou insubordinação militar foram julgados pela Ordenança ùnicamente em casos provados e gravíssimos, pois na generalidade dos casos não se formou processo, ou fingiu-se ignorá-los, ou não prosseguiram os processos iniciados. Pensando o Govêrno em sua própria conservação, não julgou prudente comprometer, sem razões provadas, públicas e irrecusáveis, a confiança que lhe merecia o exército que guardava a sua existência.» Aqui há um evidente descarregar da responsabilidade do jogador sôbre o autômato: a comutação não podia ferir a suscetibilidade do exército mais do que entregar Balmaceda as duas divisões de Concepción e Coquimbo aos seus ministros Bañados e Aldunate; de fato, o exército era êle. Agora, o ponto mais sensível de todos, Lo Cañas.

«Quanto às *montoneras* que o Direito das Gentes põe fora da lei e que pela natureza das depredações que são chamadas a cometer, teriam sido causa de desgraças sociais, políticas e econômicas, julgou-se sempre que deviam ser batidas e julgadas estritamente segundo as disposições da Ordenança Militar... Se as fôrças destacadas em perseguição das *montoneras* e em defesa dos telégrafos e da linha férrea da qual dependia a existência do Govêrno e a vida do exército, não observaram estritamente a Ordenança Militar e cometeram abusos ou atos contrários a ela, eu os condeno e os execro...»

A respeito de Lo Cañas é preciso dizer que quando êsse horrível morticínio se deu, na vizinhança de Santiago, Balmaceda estava inteiramente ocupado com o desembarque do exército inimigo, e na véspera de uma batalha. Por mais que essa crueldade o contrariasse, não é natural que no momento ela pudesse desviar a sua atenção do combate iminente. O que

é altamente lamentável é que no meio mesmo de tôda essa ansiedade, êle não achasse uma palavra para condenar a atrocidade praticada em sua defesa. Mas, se as suas ordens foram as que êle mesmo reproduz, então a responsabilidade é dêle. O Direito das Gentes não põe de modo algum fora da lei as guerrilhas que, em defesa de uma causa, e para ajudar aos seus partidários, cortam telégrafos e destroem pontes. São serviços êstes máximos de guerra, e, uma vez a guerra empenhada, devem ser tratados como tais. Aos jovens que se prestavam à parte mais arriscada e mais meritória do serviço revolucionário, não se podia aplicar sem barbaridade a Ordenança Militar a que se refere Balmaceda e que o sr. Bañados copia, mandando tratar como salteadores ou piratas os indivíduos que, sem formar parte do exército organizado, cometessem hostilidades. Está longe de se poder fundar essa ordem na autoridade do Direito das Gentes. Êste pròpriamente ainda não tem uma seção relativa à guerra civil, mas, em guerra estrangeira moderna, a fôrça que surpreendesse a caminho uma pequena guerrilha, não a passaria sumàriamente pelas armas, como se fêz em Lo Cañas, seria isso desenvolver extremo rigor. « O caso de invasão de um país, diz Calvo, é o que melhor favorece e justifica o emprêgo de corpos francos e de indivíduos tomando parte isoladamente nas hostilidades. » Cortar pontes, estradas, canais, vias de comunicações, são necessidades militares, e, portanto, operações lícitas de guerra; isso está fora de questão (1). O caso de guerra civil é semelhante ao de invasão. Em um como em outro o impulso do cidadão é súbito, é uma inspiração própria, independente de imposição militar; não se pode assimilar êsse movimento espontâneo e patriótico, por mais errado que seja, ao procedimento de bandidos que atacam ou destroem para roubar. É uma ampliação igual à que já vimos da pirataria ao pronunciamento da esquadra. Pela própria confissão de Balmaceda foram dêle essas instruções inexoráveis que mandavam

---

(1) Ver § 15 das Instruções de 1863 para os exércitos em campanha dos Estados Unidos da América.

tratar as guerrilhas revolucionárias, isto é, a adversários políticos, a Chilenos como êle, pela Ordenança feita para a guerra do Peru, como *vagabundos armados,* e não como prisioneiros de guerra.

« Ainda que nós não aceitássemos nunca a aplicação dos açoites, insiste-se em imputar-nos os erros e as irregularidades dos subalternos, como se no território em que dominou a Revolução não se houvessem desgraçadamente produzido os mesmos fatos. »

Há aqui um desvio de responsabilidade e uma recriminação. Realmente o sr. Bañados cita-nos o açoite bárbaro de prisioneiros balmacedistas a bordo da *Abtao,* depois da perda do *Blanco.* É sempre um êrro de crítica quando se julga um partido supor o outro incapaz dos mesmos excessos; os partidos compõem-se quase dos mesmos elementos nacionais, os mesmos indivíduos passam de um para outro, em geral as seções políticas de um país têm o mesmo nível, como o líquido em vasos que se comunicam. O que faz a diferença entre êles nas épocas de crise social é quase sempre que um, representando o instinto conservador, reúne de preferência os elementos estáveis, receosos de mudança, associados entre si pelo perigo de seus interêsses, e que assim há nesse partido uma maior soma de responsabilidade e de verdadeira cultura, ao passo que o outro tem antes a natureza turva e mesclada de uma aluvião. O caso, entretanto, que o sr. Bañados refere é uma represália; é um oficial de marinha que, debaixo de uma terrível excitação pela catástrofe do *Blanco,* diz aos seus marinheiros: « São êstes os autores do afundamento do *Blanco,* os assassinos dos marinheiros da *Guale.* Esta noite devem ser todos castigados ». Os açoites de que temos notícias nas prisões da Ditadura têm outro caráter, partem de outro móvel. Não são uma crueldade sòmente, são uma baixeza, porque são aplicados para extorquir dos presos a revelação do esconderijo do *Comité,* isto é, a entrega de sua honra para sempre por meio da tortura. Nesses procedimentos tem conivência Balmaceda? ou são êles da responsabilidade privativa dos seus agen-

tes, interessados em efetuar a maior das diligências? Não tenho, pela minha parte, dúvida que Balmaceda não ordenou, não inspirou, não aprovou êsses excessos, mas não posso dizer que os não conhecesse, e não há prova de que procedesse sèriamente contra os autores; há prova, entretanto, de que dêsses tormentos tinham conhecimento, até como espectadores, homens importantes da situação.

Os preparativos da morte, pode-se dizer, estavam acabados, a sua defesa estava feita, a medida extrema justificada, o sacrifício oferecido à reconciliação do Chile, « que amei, dirá êle, sôbre tôdas as coisas da vida ». Não há propaganda pelo suicídio, êle o sente bem; a um homem de sua cultura não acode como recurso político essa espécie de *hara-kiri* do Japonês, que se mata para desagravar a honra, do mesmo modo que o Europeu se bate. Êle morre por não poder viver, por se sentir em um dêsses momentos « *en que el único sacrificio es lo único que queda al honor del caballero* » (1). É o *caballero*, com a elevação, a estreiteza, os preconceitos, dêsse tipo que absorveu uma raça; sombrio de pundonor; casuísta da honra, que é no fundo a sua única teologia; indiferente a tudo que não é o perfil exterior da sua pessoa, do seu caráter; é o *caballero*, que arrasta o chileno, frio, prático, positivo, pelo despenhadeiro das ficções que são para êle os Mandamentos supremos. E, dêsse modo, tendo levantado essa fantasia lógica do suicídio inevitável, obrigatório, expiatório, na vasta solidão do seu espírito deprimido, onde não penetra mais uma impressão exterior de bom senso, uma corrente de esperança que lhe refaça o moral destruído, um sôpro de verdadeira coragem, de verdadeira consciência, de verdadeiro amor, na manhã de 19 de setembro, Balmaceda põe têrmo à vida, disparando um tiro de revólver contra a fonte direita.

Para mim êsse fim trágico é a última prova de que a consciência de Balmaceda desde o golpe de Estado estêve sempre em dúvida e flutuação. Se êle tivesse vencido, teria tratado de

(1) *Carta aos irmãos.*

serená-la por um dêsses expedientes heróicos com que os inversores da sociedade procuram tranqüilizar-se a si mesmos ainda que perturbem o mundo, como é, por exemplo, uma guerra de conquista. No ponto duvidoso da consciência teria êle pôsto um grande remendo de glória, como Napoleão. Na boa fortuna, a subserviência de um grande partido adventício teria continuado a enganá-lo; homens de talento fariam dêle o destruidor popular da oligarquia, o criador do novo Chile. Na adversidade, êle pode pensar só. Se tivesse uma convicção sólida, calma, segura, de que só tinha feito o seu dever, essa convicção o teria sustentado contra tôdas as depressões. Até o procedimento das nações estrangeiras, deixando de interessar-se pela sua sorte, mostrava que para o mundo êle tinha atravessado imprudentemente a linha que separa o Chefe de Estado do aventureiro político. O suicídio nunca se ofereceria ao pensamento de um Presidente que se tivesse mantido estritamente no seu dever, na zona indisputável da lei, por maior que fôsse o tripúdio em tôrno dêle de seus inimigos triunfantes. A idéia da morte só ocorre ao seu sentimento porque êle jogara, em uma cartada terrível, a tranqüilidade sua, dos seus, do seu país, tudo que tinha acumulado, tudo que recebera do Chile, todos os afetos que possuía, a posição social inabalável que ocupava.

O seu suicídio é indiretamente uma homenagem à solidez do antigo Chile que o havia vencido. O sr. Bañados refere que, momentos antes da morte, Balmaceda estêve a contemplar da umbreira da janela a cordilheira dos Andes, coberta de neves perpétuas. Como é que êsse espetáculo não lhe sugeriu, por um contraste com as coisas humanas, a idéia de que a sua situação angustiosa seria passageira e que êle poderia ainda um dia olhar para o panorama familiar dos chilenos com o sentimento em que tantas vêzes se engolfara? É talvez porque êle visse na Cordilheira a imagem da antiga sociedade que pensara destruir, a sua formação áspera, a sua elevação lenta, por último a glória, a cultura, a riqueza que lhe revestira os cimos, como essa neve brilhante. Que fôra na vida

dessa sociedade, êle, o seu partido, a guerra civil? Uma avalanche — nada mais, que se desprendera com fragor dos cimos nevoados, deixando o panorama exatamente o mesmo aos olhos do observador, envolvido no mesmo silêncio e na mesma luz. Nesse momento êle deve ter-se sentido uma vítima da orgulhosa sociedade de que fôra o chefe, uma espécie de Marino Falieri moralmente executado nos degraus daquela Escadaria dos Gigantes e com o seu lugar vazio na galeria dos Presidentes chilenos.

Num instante, porém, o seu nome vai elevar-se acima da competição efêmera dos partidos, e entrar para a Tragédia, a mais alta região humana, — que o poeta disputará sempre ao historiador, e que de fato lhe pertence por uma prescrição imemorial. O seu suicídio revestirá então o caráter de uma expiação voluntária, excessiva, — de uma paz com o Chile.

BALMACEDA E O CHILE

A VITÓRIA da Revolução deu lugar em Santiago ao saqueio das residências dos principais balmacedistas. Baquedano, investido provisòriamente do Govêrno, não tendo autoridade real no dia do triunfo, porque se conservara neutro, teve receio de que as represálias, se êle interviesse com a tropa de Balmaceda, tomassem caráter pior recaindo sôbre as pessoas. É preciso em nossos países ter bem presente esta noção: — o Govêrno é o único meio de defesa das sociedades. Todos os jacobinos reunidos não chegam a trezentos mil; como é que êles se impõem, pergunta Taine, a uma nação de vinte e seis milhões, como era a França de 1792? « É porque contra a usurpação no interior, assim como no exterior contra a conquista, as nações não se podem defender senão por meio do seu Govêrno. Êste é o instrumento indispensável da ação comum; desde que êle não exista ou falte, a maioria deixa de ser um corpo, torna-se uma poeira (1). »

No Chile deixara de haver govêrno; tudo que se passa nesse interregno é conseqüência da ausência do órgão de direção e defesa social.

Em diversos pontos deram-se vinditas, que chegaram até o linchamento, como com o redator do *Comercio* de Valparaíso, León Lavín, e com o ministro do Exterior Aldunate, mas sôbre êsses fatos, que parece terem partido de partidários extremados, como o assassinato de Lincoln, não quisera eu emitir juízo incompleto, na falta de informações insuspeitas. O que surpreende a quem vem acompanhando a marcha da Revolução, é que a sua vitória não tenha dado ocasião às explosões que se temiam, aos desvarios inseparáveis, na América do Sul, dos triunfos partidários, mesmo quando é o govêrno quem vence. Depois de uma luta tão encarniçada, a vitória nacio-

(1) TAINE, *La Conquête Jacobine*, pág. 64.

nal pode-se dizer que foi assinalada por outra ainda maior: a do temperamento chileno sôbre si mesmo.

Há uma página na *História da Moral Européia* de Lecky que se poderia aplicar ao Chile; é um estudo sôbre a crueldade: « Há duas espécies de crueldade, diz êsse grande fisiologista da história; uma procede de um fundo brutal, outra de um fundo vingativo. A primeira é própria das naturezas duras, pesadas, um tanto letárgicas; aparece mais freqüentemente entre nações fortes e conquistadoras, em climas temperados, e é devida em alto grau à falta de imaginação. A segunda é antes um atributo feminino, e usualmente se mostra em povos oprimidos e sofredores, em naturezas apaixonadas, e em climas cálidos. A crueldade que provém da vingança alia-se, às vêzes, a grande ternura, e a que provém da dureza alia-se com grande magnanimidade; mas uma natureza vingativa é raramente magnânima, e uma natureza brutal ainda mais raramente é terna. Os antigos romanos oferecem uma combinação notável de grande endurecimento e grande magnanimidade, e, por um contraste curioso, o caráter italiano moderno tende a realizar a combinação oposta ».

Quanto a mim, a combinação chilena é, no todo, a dos romanos. Os traços salientes de uma e outra são os mesmos. O chileno é também um povo áspero, animoso, calejado, sério, letárgico, conquistador, habitando um país temperado, destituído de imaginação. Essa espécie de crueldade, resultante da incapacidade de imaginar o sofrimento alheio, é própria das raças de grande resistência, modifica-se, pensa o historiador irlandês, pelo desenvolvimento intelectual, que produz a sensitividade das imaginações cultivadas; não é um verdadeiro defeito nacional, pode-se dizer, porque a cultura a converte em uma grande e boa qualidade. Foi essa cultura da imaginação que modificou na raça anglo-saxônia a sua brutalidade primitiva, até fazê-la chegar ao grau talvez o mais elevado de sensibilidade que uma nação tenha atingido.

A crueldade dos caracteres nacionais fracos é de outra ordem, não entra nas duas classes estudadas por Lecky. Nós,

brasileiros, por exemplo, não possuímos o organismo preciso para sermos impunemente cruéis; em nós, a crueldade não poderia proceder nem da falta de imaginação, porque a temos em grau excessivo, nem da vingança, que não sentimos; só poderia ser uma perversão literária, um plágio de 1793, ou uma idiotia sanguinária, o que tudo quer dizer uma séria doença do cérebro ou do coração, o fim da raça.

O que resta nos dois volumes do sr. Bañados é a crítica da Aliança vitoriosa e do Parlamentarismo restaurado, mas essa não pode servir de base para um juízo, porque não dá idéia do plano de reconstrução adotado, nem do espírito que anima a nova situação chilena. Sôbre a defesa de um advogado hábil, que alega em favor dos seus associados tudo que os pode justificar, eu me arrisquei a formular uma sentença, ainda que apelando dela; da acusação apaixonada de uma das partes, eu não poderia nada concluir.

O livro do sr. Bañados não habilita a conhecer o círculo íntimo de Balmaceda, o ambiente moral da Moneda no seu tempo, nem o caráter da nova sociedade que devia substituir a antiga; sobretudo não dá a conhecer interiormente o homem. O escritor procurou apenas fotografar o político, mas o político não é senão o papel, um dos papéis, que o homem representa na vida. Há alguns traços, entretanto, apanhados naturalmente pelo sr. Bañados, que são sugestivos para o crítico. « Qualquer idéia que caía em seu cérebro, diz êle de Balmaceda, germinava e florescia aí como semente em terra tropical. Bastava insinuar-lhe problemas políticos, econômicos ou de ciência, para que logo se apossasse da idéia ou do projeto, que crescia em seu cérebro com raro poder de expansão... Tinha uma iniciativa devoradora... Era orador sem querer e sem o saber, em casa, nas tertúlias políticas e até nas reuniões de completa confiança... Era um falador (*charlador*) infatigável, ameno, de tôdas as horas... » A impressão que êle causa, em uma primeira entrevista, é a de um « *enthousiaste à froid* » (1). Ao que parece, é um espírito amigo da novidade,

(1) WIENER, *Chili et Chiliens.*

ao qual não ocorreu nunca a frase de Burke: — « Há uma sorte de presunção contra a novidade, tirada da observação profunda da natureza humana e dos negócios humanos ». A versatilidade dêsses espíritos alvissareiros não é um simples vício intelectual, ou uma doença atáxica do espírito. A novidade que os fascina é a que êles podem lançar em circulação como moeda sua, com a sua efígie. Se acontece ser a idéia nova lançada contra êles, qualquer superstição nacional, por mais antiga, lhes serve de reduto contra ela.

No fundo, o fenômeno é um relaxamento causado pela desordem das leituras; é a atrofia das defesas naturais do espírito; um gasto contínuo, inútil, de atividade mental, inabilitando o espírito para qualquer produção forte, o coração para todo sentimento seguido. O homem torna-se uma espécie de títere de biblioteca; deixa de pensar por si, de contar consigo; é o eterno sugestionado, em cujo cérebro se sucedem ràpidamente em combinações extravagantes as quimeras alheias, os sistemas antípodas; não é mais, em sentido algum, uma individualidade, é um feixe de incompatíveis. Um espírito assim, pôsto no govêrno do Estado, é o mais perigoso de todos; a sua marcha política só pode ser um perpétuo ziguezague, as suas construções um perfeito labirinto, até que de repente se vê sem saída, e então, se é um homem de ação e de vontade, além disso de orgulho, êle bater-se-á como um fanático até a morte, isto é, fará, sem o sentir, da última novidade que o seduziu a sua fé definitiva e imortal.

Daí talvez o naufrágio de Balmaceda como chefe de Estado. O sr. Bañados não conseguiu mostrar que antes dêle existisse no Chile outra coisa senão o sistema parlamentar, inteiramente desenvolvido; nem sequer insinuou que a substituição das instituições chilenas pelas norte-americanas tivesse sido nunca pensamento de algum partido ou individualidade notável. Pelo contrário, o que uniformemente se pensou sempre, é que no Chile o Govêrno era de fato onipotente. Sendo assim, não se compreende que o remédio para os males de um país onde o Executivo não tem limites, fôsse, ainda por cima, supri-

mir a responsabilidade dos ministros perante o Congresso e, com ela, as garantias de publicidade e fiscalização, que são o principal título do regímen parlamentar.

O Chile, tem sido sempre descrito como uma oligarquia, mas ninguém nunca imaginou que essa chamada oligarquia tivesse a forma veneziana, e que, ao lado do Presidente, houvesse uma espécie de Conselho dos Dez, incumbido de vigiá-lo dia e noite. Era êle, pelo contrário, quem podia tudo; e que êsse poder ilimitado lhe estava exclusivamente entregue, Balmaceda mesmo encarregou-se de o mostrar. Se havia no estado político do Chile alguma coisa que mudar, nada absolutamente indicava que o vício existisse na responsabilidade ministerial ou no govêrno parlamentar; mas, quando fôsse assim, quando o Congresso fôsse o instrumento da oligarquia, e o regime presidencial, — senão alguma forma de cesarismo, que seria evidentemente a cura radical, — parecesse o meio enérgico de destruí-la, o processo não podia ser o atropelamento das leis, a inversão social pela guerra civil. Não havia outro meio, — dirão os partidários de Balmaceda. Se esta é a defesa, se realmente não havia outro meio, o que se conclui é que essa guerra civil necessária foi artificialmente produzida. É preciso, entretanto, desconfiar de uma empreitada política que se diz ao mesmo tempo anti-oligárquica e salvadora do princípio da autoridade. A mim, pelo menos, não parece sincero êsse movimento em duas direções opostas, pretendendo destruir a oligarquia, e reconstruir de modo inabalável a ação do govêrno. Ação anti-oligárquica, partindo do govêrno; ação restauradora da autoridade, a que se associam os elementos radicais socialistas, são igualmente suspeitas.

Decerto Balmaceda, se tem transigido e esperado até às eleições, fiando-se em homens como o sr. Covarrubias, teria tido, em março, o Congresso de que precisava para demolir o antigo regímen e esculpir sem sangue as suas recentes teorias. « A Revolução teria vindo do mesmo modo », dirão os balmacedistas, mas não era pouco tirar-lhe a sua grande razão constitucional. A esquadra, sem o decreto ditatorial de janei-

ro, não se movia; pelo menos foi isto o que Jorge Montt disse aos que primeiro o convidaram em nome do Congresso. Não é tão insignificante, como parece, mesmo para homens dispostos a tudo, a natureza do motivo; é ao contrário da maior importância. Em tôda a América do Sul, há neste momento, como tem havido sempre, uma porção de revoluções à espera sòmente de um pretexto para rebentar. Os golpes de Estado são ocasiões preciosas, de primeira classe, que despertam o maior entusiasmo revolucionário, e por isso o presidente que fornece aos ânimos já mal refreados dos seus contrários um motivo dessa ordem, lança a um paiol de pólvora o morrão aceso.

Afastado tudo que seja questão de técnica constitucional, se Balmaceda não previu o efeito do seu ato — e eu creio que não previu — pode-se dizer que êle não conhecia o Chile, ou então que vivia na atmosfera de onipotência em que o político perde a sua agudeza. Se previu e não recuou, é que estava sob a influência dessa atmosfera desmoralizadora. Não podia êle ter convicção de que estava com a lei e o direito, a ponto de não admitir uma dúvida; quando mesmo a tivesse nesse grau, o que era estreiteza de espírito, o senso moral não lhe permitia resolver a questão pela fôrça. Era êsse exatamente o caso de um arbitramento nacional, desde que o Congresso entendia diferentemente. Querendo impor a sua opinião, êle podia ter contra si, além da Representação Nacional, os tribunais do país, como os teve. Que valor objetivo tinha o seu parecer individual contra todos os outros? O que distingue as sociedades e as pessoas cultas, é que nas grandes divergências de boa-fé, que só se podem resolver pela ruína de ambas as partes se lutarem, elas sujeitam-se a um laudo, ou, de alguma forma, transigem. Em 1787, por exemplo, os Estados Unidos só evitaram uma segunda guerra civil, por terem consentido os dois partidos em submeter a eleição disputada do Presidente à decisão de um tribunal *ad hoc*, que a Constituição não imaginara. Era porventura de menor importância a guerra civil chilena?

Admitamos que não fôsse prevista. Desde, porém, que rebentou, e pela forma por que foi iniciada, Balmaceda devia calcular que se tratava de uma dilaceração profunda. Primeiro que tudo, estava êle obrigado a destruir a poderosa marinha chilena, defesa essencial do Chile, base de sua supremacia. Quer isto dizer que êle tinha que preferir a vitória da sua facção, da sua autoridade, digamos, à consolidação do poder chileno. Depois, êle via que a « sociedade » inteira estava unida contra êle; que ela oferecia a sua adolescência, para o exército de Iquique uns, outros para as *montoneras;* que ela punha as suas riquezas ao serviço da causa revolucionária, como Edwards, que assina um milhão de pesos, dona Juana Ross, que dá um cheque em branco, Irarrázaval e Barros Luco, que afiançam trinta mil libras; que ela empregava a súplica, as obrigações de amizade, com as suas relações militares, como as senhoras e as filhas de don Julio Lira, as quais, agarrando--lhe as mãos, imploravam com lágrimas ao diretor da Fábrica de Cartuchos que não fizesse munição Mannlicher para Balmaceda; de fato, com vinte e cinco mil espingardas Mannlicher, êle não pôde utilizar uma só por falta de munição.

Para vencer êle tinha que destruir essa « sociedade », porque ela havia de bater-se bem. Se era uma oligarquia, tanto pior; as oligarquias em regra sabem defender as posições em que se encastelam; não lhes falta coragem. Mas essa « sociedade » era a sua, a mesma de que êle fazia parte; com que pessoal ia êle atacá-la, que gente ia pôr no lugar dela? É visível que êle tinha que aceitar para isso todos os elementos adventícios; que não podia fazer escolha; que tomaria até os piores, a quem viesse. Êle conhecia bastante o Chile para saber que a oligarquia, socialmente falando, era ainda indestrutível, e, polìticamente, que ela não passava de uma escola de govêrno. A fôrça do Chile, a sua sólida estrutura, já não está na grande propriedade, está no desenvolvimento progressivo, na propaganda insensível, da *hijuela* cobrindo o chão das grandes *haciendas.* Socialmente, a « oligarquia », que não é mantida artificialmente por privilégios e leis de exceção, mas que resulta

da formação histórica do país e conserva a sua influência sob um código liberal, e em virtude dos costumes e da forma da propriedade, não é uma usurpação. Pollticamente, o que se chama a « oligarquia » chilena, é apenas a tradição de govêrno transmitida de uma a outra geração pelos processos e com as cautelas que constituem a educação dos homens de Estado, em outras palavras, não é senão o *contrôle* indispensável à porta de cada instituição para que não entre indistintamente tôda a gente.

Entre nós a política era acessível a todos; quase sem exceção, os nossos estadistas foram homens que se fizeram por si, sem nome de família, sem fortuna, sem relações no Paço; o nosso Parlamento, onde, durante cinqüenta anos, se trataram os negócios do país e nada ficou oculto, não era decerto a Câmara dos Comuns; mas o historiador dessa instituição, que acompanhar o seu desenvolvimento desde 1828, dirá que era impossível aparecer ali um Vasconcelos, um Alves Branco, um Paula Sousa, um Paraná, que não chegasse um dia à posição que lhe competia pelo seu mérito. No entanto, a queixa contra a oligarquia, em um sentido, era real: quem não tivesse, em certa época, a boa vontade de Eusébio de Queirós, de Tôrres e de Paulino de Sousa desanimaria da carreira política. Qual é o modo entretanto de curar êsse defeito do patronato, que não é do sistema parlamentar só, mas de todo e qualquer govêrno? O método radical é mandar abrir as portas para que todos entrem, como a República fêz a 15 de novembro. Desde que fora há público desejoso de assistir também ao espetáculo, o meio de não haver descontentes parece que é retirar as cancelas. Infelizmente o gabinete, o parlamento, a administração, tudo tem uma lotação certa, como os teatros. Da primeira vez, escancarando as portas, o que se consegue é fazer entrar para o edifício renovado um pessoal inteiramente diverso, o dos que não receiam o atropêlo, dos que não sabem esperar a sua vez, dos que podem abrir caminho à fôrça; desde, porém, que a sala estiver outra vez completa, ninguém mais entrará; os que tomaram lugar, não quererão mais sair. É a princípio uma

multidão, de tôdas as procedências, pessoas ou que não se conhecem umas às outras, ou admiradas de se verem juntas naquele lugar, mas que em breve se tornam um partido, adquirem o tom de classe diretora, e ficam sendo, êles — os *parvenus,* — a oligarquia.

Para resultado tão negativo, valia a pena subverter o Chile? « Eu não hesito em dizer — é ainda uma lição de Burke — que a estrada que leva da condição obscura às alturas do poder não deve ser tornada demasiado fácil... O templo da honra deve estar colocado em uma eminência. » De que se tratava, efetivamente? Seria de trazer uma classe mais numerosa ou de maiores qualidades para o govêrno do Chile, ou sòmente de destruir a antiga iniciação nos mistérios do govêrno, a educação das novas ambições pelas velhas experiências?

« A vitória do Govêrno, diz um sagaz observador dos acontecimentos, o barão de Gutschmid, conduzirá o Chile ao domínio do populacho com um ditador à frente. Se, pela inversa, sair vitorioso do conflito, a oligarquia moderada que até o presente tem dominado [o partido congressista], regerá no Chile uma constituição oligárquico-parlamentar. » As palavras acima devem ser entendidas estritamente, no sentido alemão. O que elas querem dizer, é que um pessoal novo, sem preparo nem coesão, que não oferecia garantias ao país, saído provàvelmente dos restos das mesmas classes chamadas por êles de « oligarquia » os impacientes, os refratários, os perdidos, tomariam de repente conta do govêrno, em outros têrmos que os ingovernáveis se tornariam classe governante.

Balmaceda sente isso; vê que tem contra si os antigos partidos, os homens de reputação firmada, com raras exceções, a mocidade, a sociedade, a mulher, a Igreja. Como se êle fôsse um invasor estrangeiro, a resistência que encontrava tinha a unanimidade de uma guerra nacional. Ainda assim, êle insiste. Num momento dir-se-ia que o mundo inteiro tem mais pena do Chile do que êle. Os ministros dos Estados Unidos, da França e do Brasil, fazem-se mediadores, mas as confe-

rências são bruscamente concluídas, os salvo-condutos anulados, por se ter dado uma tentativa contra o sr. Godoy. « Para essa mesma tarde, às 4 1/2, diz o Ministro alemão, preparou o sr. Godoy a execução de um atentado contra a sua pessoa e a de seus colegas, que efetivamente se realizou *conforme o programa* ».

Em quem se apoiava Balmaceda para essa luta de morte? Apoiava-se no exército, nos cinco mil homens de tropa que lhe davam a fôrça precisa para *enganchar* outros cinco mil; com êstes, podia ter outros dez mil; com êstes, outros vinte mil. Se êle contava com o país, o meio de verificar e provar êsse apoio era chamar voluntários, levantar a opinião. O sr. Bañados compara diversas vêzes a posição de Balmaceda à de Lincoln; não há nada de semelhante nelas, mesmo deixando de parte a diferença das questões suscitadas. Para haver analogia, era preciso que Lincoln tivesse coagido o Norte, depois de fechar as tipografias e de encher as prisões, a dar-lhe homens e os meios para esmagar o Sul. Para haver analogia, era preciso que Balmaceda se tivesse apoiado em uma porção qualquer do Chile deixada livre e com o direito de resistir-lhe. A posição de Lincoln no Sul é a do general em chefe em território estrangeiro, tendo atrás de si o entusiasmo, a dedicação, os recursos todos de sua nação. O simples fato de tratar Balmaceda o Chile, enquanto se defende, como o conquistador trata o país que invade, receando em cada canto uma cilada, em cada vulto um inimigo, prova que êle sabia bem que o Chile não estava com êle. Se estivesse, é claro que o defenderia voluntàriamente; se estivesse, êle, Balmaceda, havia de deixá-lo, como decerto o deixaria em uma guerra estrangeira, no gôzo e na posse dos seus direitos, o que aumenta sempre o valor e o entusiasmo dos combatentes. Êle, porém, sente que tem contra si a opinião, e por isso a abafa por todos os modos, quando o direito do país de manifestar-se deve ser reputado ainda maior nas crises em que o poderio, a honra, a vida da nação, está em perigo, do que nos momentos de paz e tranqüilidade.

Desde que se sente em conflito com o Congresso, Balmaceda não procede como um presidente dos Estados Unidos, consultando as opiniões mais autorizadas e mais seguras em matéria constitucional; procede à verdadeira moda sul-americana, ouvindo os comandantes de Corpos. O seu procedimento ainda se agrava, tratando-se dos meios a empregar. Êsses meios estendem-se desde a prisão até o fuzilamento. É o regímen militar em todo o seu rigor, aumentado, porém, com os requintes do Terror político. Era-lhe lícito empregar essa severidade numa contenda que dependeu dêle evitar; fazer passar sumàriamente pelas armas dezenas de chilenos, — e se a guerra durasse teriam sido centenas, — para fazer vingar a sua interpretação duvidosa de um texto constitucional? Balmaceda reconheceu que a ditadura só se podia salvar pela tirania, e não recuou em princípio diante da odiosidade do meio. A execução das ordens não era sua, mas as ordens levavam implícita a crueldade que o emissário tinha forçosamente que desenvolver para as poder cumprir.

Lo Cañas é o auge do sistema adotado. Não é Balmaceda quem dá a ordem de matar essas crianças, êle não teria a crueldade de o fazer, mas é êle quem dita a Ordenança, que o executor bárbaro cumpre à medida de seu interêsse, da sua inteligência e do seu zêlo. Quando Chateaubriand escreveu no *Mercúrio* a frase estrondosa que fêz estremecer a França: — « É debalde que Nero prospera, Tácito já nasceu no Império, e cresce, desconhecido, junto das cinzas de Germânico », qual era o crime de Napoleão? Era o fuzilamento do duque d'Enghien; não era uma atrocidade lopesca como Lo Cañas, e Napoleão já tinha estado nas Pirâmides, já tinha passado o Grande São Bernardo, já tinha feito o Código Civil, já tinha esmagado a Áustria em Hohenlinden, a Prússia em Iena, a Rússia em Friedland. Mesmo nessa imensa coroa, a mancha de sangue aparecia.

Decerto, Balmaceda não é um tirano no sentido antigo, mas tornou-se o centro de uma verdadeira tirania, entendida a palavra no sentido moderno, isto é, no sentido de um poder

capaz de todos os extremos para se sustentar, antes que apelar para o país. Ninguém pensará, ao pronunciar-se o seu nome, em um Ezzelino da Romana, em um Segismundo Malatesta, em um Ferrante de Nápoles, « o qual gostava de ter na vizinhança os seus inimigos, ou vivos metidos em gaiolas de grande solidez, ou mortos e embalsamados, com as roupas que traziam em vida » (1). No govêrno moderno, um tirano à moda da Renascença seria um alienado, como seria um imbecil o soberano que, por falta de dinheiro, confiscasse a propriedade. Às antigas proscrições correspondem hoje os golpes de Estado; à confiscação, as largas emissões de papel-moeda. Não se mata, nem se rouba; — se acaso vem a revolução, trata-se como uma guerra estrangeira. Nesse regímen as atrocidades são de fato erros de ofício, porque são inúteis; representam um gênero grosseiro, primitivo, de tirania, de quando a arte do govêrno estava ainda em embrião.

Infelizmente Balmaceda não prestou a devida atenção ao perigo inerente a tôda ditadura, de ser servida com excesso de zêlo; ninguém o imagina tomando diretamente parte na repressão brutal e sanguinária, mas essa é, para empregar uma expressão vulgar, a *cozinha* da tirania, e Balmaceda nos salões da Moneda não tinha o direito de ignorar que alguém a faria. Da relação de tantos fatos odiosos só se pode concluir que êle era um caráter fraco, que o poder desequilibrou, no momento em que, na frase do sr. Francisco Puelma, êle podia ser o *maior homem do Chile,* e que, uma vez tendo reunido em tôrno de si o que havia de mais decidido, mais violento, mais encarniçado no seu partido, não quis ser tido por efeminado e frouxo, por um falso ambicioso, ou um pequeno « grande homem » que quer o fim e não quer os meios. Daí, as ordens abstratas que êle assina, tomando-as por matéria ordinária de expediente, e que se tornam barbaridades concretas; daí, tantos procedimentos em que êle não é autor nem cúmplice, mas cuja responsabilidade indireta é sua, porque foi êle a causa primeira de tudo. É dêsse modo que lhe fica pertencendo

(1) BURCKHARDT.

històricamente Lo Cañas, quando é de crer que, presente, êle se tivesse pôsto entre a soldadesca e a flor da adolescência chilena, que ali confessou a sua fé patriótica, *non loquendo sed moriendo.*

O sr. Bañados repele a idéia de *fuzilamentos misteriosos e assassinatos fantásticos,* denunciados pela imprensa revolucionária. Não se concilia bem com o caráter varonil dos chilenos êsse sonegar de vítimas à sociedade e às famílias no inventário da ditadura. Os fuzilamentos são públicos. No de Cumming e seus companheiros, o auto friamente refere: — « sendo conduzidos ao cemitério *uma vez concluída aquela cerimônia* ». A hipocrisia nesses casos seria, é certo, uma homenagem à própria verdade moral, um protesto involuntário da própria consciência, mas ao temperamento chileno repugna a tergiversação com a morte. Das execuções clandestinas do Destêrro aos assassinatos noturnos dos Bórgias não há distância moral apreciável. O nosso grande ato trágico do Paraná não tem semelhante na guerra civil do Chile; não se rolaram ocultamente corpos fuzilados pelos despenhadeiros dos Andes, como Luís XI fazia desaparecer as suas vítimas pelas *oubliettes* de Plessis--les-Tours.

O sr. Bañados alega em favor de Balmaceda a prosperidade do Chile durante o seu govêrno. Nesse ponto a réplica do sr. Zegers é magistral. « É fácil, disse êle perante o Senado, governar um país sensato e rico, habituado à ordem e à legalidade. Governá-lo bem, pode ser uma felicidade; não é claro que seja virtude. Em todo caso seria difícil demonstrar que os três anos de govêrno feliz, de 86 até 89, se deveram ao governante que rompeu essa situação legal, próspera e honrosa, para impor o despotismo ».

Estaria Balmaceda efetivamente convencido de que o país sofria os efeitos de uma oligarquia política? « Durante meio século, disse Condorcet falando da França, estivemos sofrendo os males da anarquia, pensando que sofríamos do despotismo ». Durante cinqüenta anos sofremos nós também os males da

anarquia, e julgávamos estar sofrendo os do govêrno pessoal. Não seria igual o caso do Chile?

Se o govêrno parlamentar, que tornara o país forte, livre, respeitado, se estava esfacelando, que se conseguiria com uma mudança violenta? Decerto, é fácil substituir artificialmente a classe diretora de um país, até mesmo a sua aristocracia territorial. Com uma grande emissão de papel-moeda, que reparta de repente a fortuna dos que acumularam com os que são incapazes de enriquecer pela atividade ou pela economia, faz-se passar hoje a grande propriedade territorial das mãos de uma categoria de indivíduos para as de outra com maior facilidade do que Guilherme o Conquistador fêz passar a terra inglêsa para os seus vassalos normandos.

Que podia, porém, esperar Balmaceda ao lançar fora da direção do país todos os que conheciam o segrêdo dessa ciência difícil? Repudiar a colaboração dos melhores; fazer nascer entre êles o descontentamento, o abandono pessimista, como nos Estados Unidos, dos mais altos interêsses públicos, os quais passariam aos ambiciosos que fazem profissão da política; forçá-los quem sabe, à conspiração permanente? Se o Chile estava realmente minado por uma séria doença orgânica, então dava-se a lei histórica de Döllinger, que uma vez citei (1): — que as repúblicas não têm a fôrça precisa para eliminar por si mesmas as causas de sua ruína, como não teve a República Romana, não teve a República Polaca, não teve a França sob o Diretório. Que milagre imaginava Balmaceda, do sistema presidencial? *O arxé tou prótou andrós*, o govêrno do primeiro cidadão? Era isto o que êle esperava? Se era, esquecia que êsse govêrno do melhor homem, que foi o ideal da democracia grega (2), tinha por primeira condição o ser uma oferta popular espontâneamente feita e livremente renovada. Esquecia que nos tempos modernos é no govêrno parlamentar, ou então nas monarquias temperadas, que se tem visto esta espécie de

---

(1) *Agradecimento aos Pernambucanos*, 1891.
(2) Curtius.

ditadores da opinião, como são os chefes de partido na Inglaterra, como foi Cavour, como foi, ou é ainda, Bismarck.

O Chile tinha um Govêrno forte como nós nunca tivemos. Durante cinqüenta anos a liberdade brasileira é uma teia de uma tenuidade invisível, possuindo apenas a resistência e a elasticidade da sêda, que a monarquia, como uma epeira doirada, tirou de si mesma e suspendeu entre a selva amazonense e os campos do Rio Grande. O Govêrno do Chile era obra mais sólida do que essa construção aérea delicada. A diferença das duas formas de govêrno é que uma, a república chilena, supõe o homem forte e justo, e a outra, a monarquia brasileira, fraco e bom. Destruir um govêrno que tem dado os mais admiráveis resultados para pôr em lugar dêle uma mera teoria, é ausência de senso prático. Os chilenos não fariam fàcilmente o que nós fizemos; êles gabam-se de ter o ponto de vista anglo-saxônio, o que em política é a melhor das educações.

A primeira objeção ao Balmaceda do sr. Bañados é ter sido, na frase de Antônio Carlos, um *teorista cru*... Dir-se-ia que êle não aprecia bastante o valor de uma tradição, como a chilena, capaz só por si de conter, de governar, de dirigir, de satisfazer um país; que êle acredita mais nas suas inspirações do que no inconsciente nacional. Em segundo lugar, é impossível não se notar a sua atitude no momento da ruptura; não é a maneira grave de um estadista, é o desafio de um caudilho. Por último, é lastimável não haver êle traçado para si mesmo uma linha além da qual não se prestasse a levar a repressão. A meu ver, faltou-lhe um alto objetivo, compreensão de si mesmo, o sentimento de que era um mero depositário da grandeza do Chile, por último, humanidade.

O valor dos chefes de Estado sul-americanos tem que ser julgado pelo resultado de sua administração; não deve ser medido pela sua tenacidade, — em tenacidade quem se compara com López? — nem pelo seu orgulho patriótico — em patriotismo agressivo quem se parece com Rosas? — nem mesmo pela sua honestidade — em honestidade quem excede a Francia? Para julgá-los é preciso comparar o estado em que

receberam o país e o estado em que o deixaram, o inventário nacional quando entram e quando saem. O presidente que recebe um país próspero, unido, pronto a auxiliá-lo, e o deixa, por sua culpa, dividido, dilacerado, enfraquecido, não tem direito à gratidão. Êles podem dizer, quando vencem, que salvaram a república, mas salvaram-na de uma crise que êles mesmos provocaram, ou, pelo menos, não quiseram evitar, e salvam-na quase sempre de modo a não poder ser salva segunda vez. Para mim a verdadeira elevação moral de um chefe de Estado estará sempre nas velhas palavras de Péricles no seu leito de morte, quando os amigos, à moda grega, imortalizavam suas vitórias e a grande autoridade que êle exercera quarenta anos: « O que há melhor em minha vida é que nenhum ateniense tomou luto por minha causa. »

« A pátria... que eu amei acima de tôdas as coisas da vida! » foram as últimas palavras que Balmaceda firmou; entretanto, o amor que êle teve ao Chile não é o verdadeiro amor de pátria, — sentimento talvez o mais raro que exista. A Igreja quer que se ame a Deus acima de tudo, mas São Paulo ensina que Deus não aceita o amor que nós lhe mandamos diretamente, mas sòmente o que lhe mandamos por meio do próximo. Amar o país acima de tudo, também, só é meritório, quando a pátria que se ama não é uma abstração, mas, nos têrmos precisos do poeta português, a *terra* e a *gente*. O mais é uma forma comum de egoísmo, uma paixão política, quando não é uma simples postura. « Amar o Chile acima de tudo », quer dizer amar mais que tudo os chilenos, — para Balmaceda, o povo que o elevara, e no meio do qual êle vivia, — e essa espécie de amor, feito de dedicação, de ternura, de sacrifícios varonilmente aceitos, se não reclamados, é incompatível com a aposta de extermínio que êle fêz com o Chile.

Não há mais bela ficção no Direito Constitucional do que a que imaginou Benjamin Constant com o seu Poder Moderador. O que a América do Sul precisa é um extenso Poder

Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes. De muitas doenças graves costuma-se dizer que foi no princípio um resfriamento mal curado; a história da América do Sul parece não ter sido outra coisa senão uma revolução mal curada. O meio, entretanto, de curar as revoluções que nascem dos erros e abusos de todos os partidos, não é a perseguição. É a reforma de cada um, o abandono das pretensões exageradas, anti-sociais, que, mesmo do ponto de vista do mais estreito e calculado egoísmo, são um êrro, porquanto elas não destroem sòmente a paz, o prestígio, o crédito, a grandeza da nação; ferem individualmente o filho do país, sobretudo se é chefe de família, com a ruína de sua existência, — se não para todos a ruína material, sempre a ruína moral. A Revolução vencedora compreendeu que, sobretudo em nossos países, ou há a anistia ou, de fato, continua a guerra civil, e não teve mêdo do perdão, fôsse ou não fôsse o esquecimento. Desde muito não há no Chile um só proscrito. A política, porém, de reconstrução, ou mais pròpriamente de apaziguamento, seguida depois da restauração do regímen parlamentar, excederia os limites dêste estudo sôbre Balmaceda.

POST - SCRIPTUM

*

A QUESTÃO DA AMÉRICA LATINA

Não dei no *Jornal do Comércio* todos os motivos que me sugeriram êste estudo sôbre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento. Sempre que, antes e depois de 15 de novembro, algum partidário do regímen monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um govêrno responsável, por não têrmos a têmpera dos países que modelam os seus governos à sua feição, a resposta era: « E o Chile? » Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade que nós? não gozava da mesma liberdade? não assistia à transmissão da primeira magistratura, como se ela fôsse hereditária, na maior paz e sossêgo? não havia entre os quartéis e o Govêrno a mesma camada sólida, impermeável, de consciência, de instinto, digamos de superstição civil, que no Brasil monárquico? e todavia não era o Chile uma república?

A mim figurava-se tão paradoxal animarem-se os Republicanos com os resultados do Chile como o se animarem com os da América do Norte, porque o Chile, ainda que de raça espanhola, era tanto uma exceção como os Estados Unidos, — exceção que se podia considerar um capricho de ordem moral na formação da América do Sul, como há aparentemente tanto capricho na sua estrutura geológica. Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabeleceria um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os monarquistas sempre sustentaram contra os republicanos de boa-fé, — isto é, os desejosos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente, a respeito do Brasil e do Chile.

É natural a hipertrofia do poder nas sociedades onde êle não encontra nada que o possa limitar. O Brasil era e é uma destas; no Chile, pelo contrário, a sociedade pode conter o govêrno, dentro de certos limites extremos. Se tivemos a liberdade na monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo. Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na monarquia, que era o govêrno pela fôrça moral sòmente; mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a fôrça material. Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que êle levaria tudo de rôjo, pela completa falta de resistência. A nossa submissão seria maior do que a das outras nações sul-americanas, porque estas, devastadas como estão pela guerra civil, ficaram também endurecidas por elas; os seus homens públicos, como os cônsules romanos, sabem todos manobrar legiões. Entre nós, declarada a ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro a passividade, a inércia do país. Se a ditadura assumisse o tipo sul-americano, a sociedade brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica, enervada por uma ausência total de perigo em mais de cinqüenta anos, habituada à atenção que o Imperador sempre mostrou a todos, muito maior do que a que êle recebia, tomada de pânico, faria renúncia da sua liberdade, dos seus interêsses, das suas propriedades, como nos últimos tempos do Império a velha sociedade romana abandonava os seus palácios dourados da cidade e as suas vilas de mármore, todo o seu sibaritismo refinado, para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes bárbaros.

Tudo isto se verificou, e muito mais. Com efeito, nenhum de nós previra o tipo que tivemos de ditadura e as atrocidades dos seus procônsules militares — que lembram tão vivamente as do major Caminos e do padre Maiz em San Fernando, que

se nos pode hoje aplicar, invertendo no sentido da vitória da dureza e da barbaria sôbre as artes e a civilização, o

Graecia capta ferum victorem coepit,

porque a tirania paraguaia reviveu entre nós na ponta das mesmas baionetas e lanças que a derribaram.

Por outro lado, tudo que nós dizíamos do Chile, e muito mais, ficou igualmente demonstrado pela Revolução. Ninguém que a tenha acompanhado duvidará hoje da capacidade do Chile para a república, nem do bem que a forma republicana fêz ao Chile, da escola de educação, da influência sã, varonil, patriótica, que foi para êle. A Revolução do Chile, como para a União americana a Guerra de Secessão, não serviu sòmente para revelar ao mundo o vigor dos alicerces e a perfeição do plano do seu edifício nacional; serviu, mais ainda, para cimentá-lo de novo e dar-lhe a sua estabilidade definitiva.

Outra razão tive para escrever êste ensaio. O interêsse que antes já me inspiravam as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de novembro. Desde então começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Com efeito, ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso país, mas sòmente pela circunstância de estar o Brasil na América. Dêsse modo o observador brasileiro, para ter idéia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental. Como a própria data do Centenário o indica, muito concorreu para o fato de 1889 a inflência literária da Revolução Francêsa sôbre a imaginação da nossa mocidade, mas não foi menor o arrastamento americano. Quaisquer que venham a ser os acidentes da República, seja o militarismo, a corrupção, o desmembramento, a anarquia, e, pior que tudo, o opróbrio da raça, é crença fatalista de muita gente que seria um esfôrço inteiramente estéril para o resto de razão e de bom senso do país querer lutar

contra o ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington. Muitos acreditam mesmo que se trata de uma fôrça cósmica, como se o oxigênio e o azôto formassem na América uma combinação especial dotada de vibrações republicanas.

Desde que é preciso aceitar o inelutável, o estudo da Revolução chilena têm grande interêsse para nós do ponto de vista da evolução política do hemisfério. De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de fôrça e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgovêrno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países centro e sul-americanos? Onde acharão êles amparo contra os seus governos extortores? Como se fará nascer e crescer em cada um dêles a consciência do Direito, da Liberdade, e da Lei, que nêles não existem, porque não podem ter sanção alguma?

Um problema de tal complexidade não poderá ser resolvido pela própria geração que o formular. À distância em que estamos do tempo em que êle há de amadurecer, a forte refração dos preconceitos atuais não deixa imaginar o modo que a civilização há de encontrar para se introduzir no nosso continente. O que êsse modo não há de ser, pode-se, porém, ver em parte. Não será a absorção pela Europa, a menos que se a entenda no sentido de uma recolonização européia da América com elementos que assegurem o predomínio das novas aluviões, porque é mais do que provável que a imigração se realize no próximo século em escala tal que os nossos organismos anêmicos, alguns mesmo raquíticos, não tenham capacidade para assimilá-la.

Quanto ao protetorado, é difícil imaginar uma alteração no equilíbrio europeu que forçasse a Europa a reconquistar

a América ou a sujeitá-la, como fêz com a África e a Ásia, à sua direção e ao seu govêrno. Pode-se ter como certo, a menos que se operem grandes mudanças no sistema geral do mundo, que a Europa deixará o Novo Mundo fazer bancarrota com os capitais e interêsses que ela lhe houver confiado, sem pensar um só instante em compensações territoriais ou em estender, através do Atlântico, a sua área de influência.

Se a solução não pode ser o protetorado europeu, será por acaso o Monroísmo? Os Estados Unidos, que já assumiram a proteção do continente, desde que se comprometeram a defendê-lo contra as invasões da Europa, sentirão um dia que essa garantia lhes dá direitos ou que lhes impõe deveres?

No fundo que é o Monroísmo? O Monroísmo parecia ser a promessa feita à América tôda pela União Americana, de que a Europa não adquiriria mais um palmo de terra no Novo Mundo; depois, porém, do fato do México, e agora recentemente do Brasil, quer-se entender o Monroísmo como uma garantia dada não só à independência, mas à forma republicana em todo o continente. Seria preciso desconhecer o caráter nacional do povo americano para se supor, por exemplo, que se o Brasil restaurasse a sua monarquia os Estados Unidos impugnariam essa volta às nossas antigas instituições. Se êles impedissem o Brasil de ter o govêrno que lhe parecesse melhor, estariam moralmente obrigados a governá-lo sob sua responsabilidade; não tinham o direito de condenar um povo ao despotismo e à anarquia por causa de um tipo de instituições, para as quais só êles possuem a resistência e o corretivo preciso. Governá-lo, porém, — como?

Os Estados Unidos nunca se decidiram a ter colônias e rejeitariam para Estados da União cada um dos candidatos da América Latina. A nação americana está convencida de que todo acréscimo de população, de hábitos, crenças, e índole inteiramente outras, causaria um profundo desequilíbrio em seu sistema de govêrno e uma incalculável deterioração de sua raça.

Mesmo como esfera de influência, a América Latina não conviria aos Estados Unidos. Os estadistas americanos sabem

que os protetorados só produziriam uma nova espécie de *carpet-baggers,* — praga cuja natureza compreende bem quem sabe o que foi, durante a conquista de Grant, a invasão dos Estados do Sul pelos aventureiros políticos do Norte. Antes do *carpet-bagger,* viria preparar-lhe a entrada o *flibusteiro,* e a América do Sul ficaria coberta de um enxame de especuladores da pior classe, os quais, dentro dos seus « sacos de tapête », trariam os germens de uma profunda corrupção, que havia mais tarde de se estender ao *Lobby* do Congresso.

A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em tôrno dêles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou, quando mais não seja, registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum. Em todos êsses países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do continente. A causa é, de fato, comum. A liberdade argentina tornou-se um interêsse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interêsse do boliviano e do peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, se não mesmo de vexame. Não é, porém, sòmente na fronteira que a irradiação se exerce; ela alcança o Continente todo. O efeito de um govêrno moralizado é ilimitado, e, de modo indireto, universal.

Por isso, se o Chile pollticamente se esfacelasse; se perdesse as noções de moral social que formam a sua coesão, a perda seria de tôda a civilização sul-americana. Desde que as nossas antigas instituições, em vez de serem aproveitadas com avareza, foram desdenhosamente lançadas fora, as do Chile ficaram sendo as únicas que na América Latina merecem realmente o belo nome de Instituições. Vê-las desaparecer quase em seguida às nossas, seria mais uma tristeza para os que acompanham a terrível dança macabra do continente. Felizmente o Chile mostrou, por instinto, apreciar, como o grande segrêdo da sua fôrça, a continuidade da sua liberdade,

imemorial hoje, desde que as gerações atuais não lhe conheceram a origem.

O fato devia ficar registrado em cada um dos países da América do Sul. Pela minha parte o assinalei no Brasil. O exemplo não será inútil na era republicana para um país do qual, mesmo no apogeu da liberdade e da ordem, dizia, no Parlamento, seu mais fecundo jornalista (1): « O espírito revolucionário ligou-se à existência da Nação brasileira, como o verme, desde que ela nasce, se liga à fruta que apodrece antes de passar pela madureza. Eu considero esta luta do espírito revolucionário com a autoridade no Brasil como uma luta permanente, como uma moléstia crônica, que atacou o doente desde a sua infância, cujos acessos têm sido reiterados, que nessas ocasiões é combatida, mas nunca perfeitamente curada. »

---

(1) J. J. da Rocha, 24 de janeiro de 1850.

A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA DURANTE A REVOLTA DE 1893

Ao Comandante da « Mindello »

AUGUSTO DE CASTILHO

Que, pela sua resolução pronta, sua firmeza inquebrantável, seu esplêndido desassombro e sua incomparável humanidade, impediu o dia 13 de março de 1894 de ficar para sempre nefasto no Brasil como o profetizado Dies irae *nacional* (1), *é êste livro dedicado em testemunho da mais alta admiração.*

(1) *Dies Irae,* artigo editorial de *O Paiz,* em 10 de março de 1894. *Vide* p. 214, nota.

PREFÁCIO

Nos artigos que publiquei no Jornal do Comércio *em agôsto dêste ano e que hoje reúno em livro, não me propus a escrever a história da revolta de 6 de setembro; quis sòmente contribuir para ela com a apreciação de um dos principais elementos da vitória do marechal Floriano Peixoto: a intervenção estrangeira. A origem dêsses artigos foi a seguinte:*

Nem por ocasião do processo de Augusto de Castilho, nem em outras discussões sôbre o procedimento do comandante português em 11 de março de 1894, dando asilo aos revoltosos brasileiros, vi eu nunca fazer-se referência a um ponto que me pareceu, entretanto, fundamental desde que li o Relatório do ministro do Exterior, a saber: a ligação entre aquêle procedimento e a parte que Castilho tivera na intimação ao almirante Melo de não atacar a cidade.

Para mim não era duvidoso que, tendo por motivos de humanidade *tirado a liberdade de ação à esquadra revoltosa, os comandantes estrangeiros estavam obrigados a não consentir que ela fôsse submergida pelas fortificações levantadas na cidade em violação do Acôrdo de que êles tinham sido medianeiros. Em caso algum se me afigurava possível que êles negassem abrigo e proteção na hora do naufrágio àqueles mesmos de quem haviam, por assim dizer, atado as mãos no momento em que eram os mais fortes.*

O dever de asilar os que recorriam a êle na véspera do ataque anunciado pelo Govêrno era tão imperioso para o comandante português como teria sido o de recolhê-los no mar, se os navios que êles guarneciam fôssem metidos a pique pela artilharia de terra. O objetivo do eminente advogado de Augusto de Castilho, Alves de Sá, fôra mostrar que o seu cliente praticara um ato glorioso para a Marinha portuguêsa e que salvara os restos da nossa Armada de um massacre, à moda de

1793, a bordo dos navios. A ferocidade exibida na mutilação do corpo de Saldanha da Gama um ano depois autoriza a pensar que êle teria tido a mesma sorte de Lorena, dos irmãos Artur a Álvaro de Carvalho, do marechal Batovy e dos outros militares feitos prisioneiros no Destêrro, se tivesse caído vivo em poder da Ditadura. Para o Conselho de Guerra que tinha de julgar Castilho essa nota de humanidade, a mais aguda de tôdas, dominava qualquer outra.

Pareceu-me, entretanto, que não devia permanecer para sempre na sombra a obrigação positiva que a meu ver decorria para o comandante da Mindello *da sua intervenção em outubro do ano anterior, e em um artigo no* Jornal do Brasil, *em maio último, referi-me incidentemente a ela. O assunto, uma vez tocado, apossou-se de mim e resolvi completar a minha exposição. A questão, que, por acaso, eu fôra o primeiro a suscitar (1), exigia maior desenvolvimento. Para torná-la apreensível e pô-la ao alcance da opinião, a qual não se dá nunca ao trabalho de formar o processo e só quer pronunciar a senten-*

---

(1) Em carta de 15 de agôsto a um amigo, Frederico Correia Lima, escreveu Augusto de Castilho:

> « A carta de Joaquim Nabuco sôbre a questão luso-brasileira, em que êle toma a minha defesa de uma maneira admirável, é um documento de alto valor político internacional. O argumento brilhante que êle emprega em meu favor, e que é absolutamente verdadeiro, revela o grande talento crítico com que êle o soube desentranhar da grande massa de fatos contidos nos meus livros... »

E em carta de 18 de julho a André Rebouças:

> « O artigo que Joaquim Nabuco escreveu para o *Jornal do Brasil,* acêrca da falta de motivo plausível para interrupção das relações entre os nossos dois países, está magnífico. E o novo argumento que êle emprega em minha defesa é de primeira ordem ».

Êsses dois trechos do comandante da *Mindello* me foram obsequiosamente comunicados. A prodigalidade dos qualificativos que me são pessoais, se indica que o meu argumento de algum modo o surpreendeu por inesperado, mostra bem, por outro lado, que êsse argumento feriu um motivo do seu procedimento, pode-se dizer, um ponto da sua fé de ofício, que ficara até então esquecido, mas que êle sentia ser-lhe altamente honroso.

ça, era preciso fazer o histórico, mostrar as cláusulas, produzir os documentos oficiais do compromisso. Ao terminar a análise dêsse caso de consciência *internacional, eu tinha feito um verdadeiro esbôço da história diplomática da revolta.*

Depois de publicado êsse estudo, tive ocasião de saber, por uma honrosa carta de Augusto de Castilho, que eu interpretara corretamente a sua situação em 11 de março e que êle sentira, no momento de dar asilo, que não fazia senão aceitar — aceitar incondicionalmente, como êle afirma — as conseqüências das tremendas responsabilidades *que assumira com os outros comandantes.*

É esta a carta do ilustre comandante da Mindello; *eu omitiria alguns trechos de maior liberalidade para comigo se não fôra o receio de parecer truncá-la:*

Lisboa, 13 de julho de 1895.
28 A, Estrada de Palhavã.

Ilmo. Exmo. Sr. Joaquim Nabuco.

E' com o mais sincero júbilo que daqui tenho acompanhado a modificação gradual que, na opinião pública brasileira, se tem ido operando depois do meu julgamento.

A princípio, enquanto o pensamento não podia manifestar--se, e enquanto a verdade tôda não era conhecida, vociferavam contra mim os meus infatigáveis inimigos, achando pronto eco em uma parte da população que detesta os estrangeiros.

Logo, porém, que raiou a luz sôbre o assunto em tôdas as suas minuciosidades e que a liberdade se firmou e robusteceu, começaram a surgir, de tôda a parte e de tôdas as classes sociais dêsse nobre país, os brados de simpatia pelo meu ato. Êsse ato em nada tinha pretendido ferir as boas relações entre Portugal e Brasil; pelo contrário: mais pôs em evidência os sentimentos fraternais e cordialíssimos que em todos os tempos os ligaram e que nunca, por mais que façam os mal-intencionados, serão quebrados.

Neste concêrto de entusiásticas saudações, amigáveis e conciliadoras, não podia faltar a voz eloqüente, respeitada e prestigiosa de V. E., apresentando com superior e imparcial critério, à luz de irrefutáveis documentos, a análise serena e inteligente da dificul-

dude que um momento toldou as relações diplomáticas entre os dois países.

Como português e principal interessado, agradeço a V. E. a carta que a respeito da questão luso-brasileira se dignou publicar no Jornal do Brasil, *e que é, do completo conjunto dos fatos, uma das mais lúcidas apreciações que têm aparecido a público.*

Êsse trabalho, executado em homenagem aos dois países, e em defesa dos meus atos no Rio de Janeiro, tem, sôbre todos os merecimentos, o da espontaneidade, o da intenção magnânima que o ditou, e o de provir de um brasileiro da grande estatura intelectual, social e política de V. E. — V. E. não me conhece pessoalmente, e por isso nem ao menos pode o seu coração ter sido movido por sentimentos de amizade.

Conseguiu V. E. pôr em relêvo, com admirável brilho, um dos episódios mais importantes da história da revolta naval brasileira, no qual o Conselho dos comandantes superiores estrangeiros mais tremendas responsabilidades assumiu, e de que eu, único que restava presente ao findar a luta, não podia deixar de aceitar incondicionalmente tôdas as conseqüências.

Agradeço muito comovido e ufano a justiça absoluta com que V. E. me trata e subscrevo-me com a mais distinta consideração,

de V. E. admirador respeitoso e amigo dedicado e eternamente grato — Augusto de Castilho.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1895.

JOAQUIM NABUCO

A INTERVENÇÃO

No começo da revolta, em setembro de 1893, o Rio de Janeiro estava completamente à mercê dos canhões da esquadra revoltada (1) e dias depois dos da fortaleza de Villegaignon também. Para resistir à ação dêsses canhões dirigidos sôbre a cidade, que podiam destruir, o govêrno legal só tinha um recurso — a intervenção da esquadra estrangeira. Essa intervenção (2) êle imediatamente a solicitou, vindo a obtê-la em outubro, mediante os bons ofícios da Inglaterra (3). Com efeito, na manhã de 6 de setembro o contra-almirante

---

(1) « No comêço da presente revolução, quando a cidade do Rio de Janeiro defendida apenas por alguns raros canhões de campanha, colocados em sua frente e colinas principais, estêve à mercê dos canhões da Esquadra... » Circular do almirante Saldanha da Gama, de 28 de janeiro de 1894, em Augusto de Castilho, *Portugal e Brasil, Conflito diplomático, Lisboa* (3 vols.), III, pág. 107.

(2) A expressão *intervenção*, além de ser a própria em Direito Internacional, foi usada pelo ministro das Relações Exteriores: « Assim ficou entendido que esta capital, considerada cidade aberta, não devia ser e não seria hostilizada pelos revoltosos; e assim se iniciou, na extensão admitida pelo Direito Internacional, a intervenção da fôrça e da diplomacia estrangeira em benefício, não só dos nacionais, mas também e principalmente dos estrangeiros ». *Relatório apresentado* ao *Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, Alexandre Cassiano do Nascimento, em maio de 1894*, pág. 6. O marechal Floriano, é preciso recordar, continuou a chamar-se e a ser chamado oficialmente Vice-Presidente da República em todo o tempo que exerceu a presidência. Não é essa a prática dos Estados Unidos, onde os vice-presidentes, desde que assumem a presidência, tomam o título de presidente. Nem é mesmo o que dispõe a nossa atual Constituição, art. 41, § 2º... « serão sucessivamente chamados à Presidência, etc. ». A Presidência não pode vagar.

(3) « Her Majesty's Government, having prevented the bombardment of the Capital...» (O govêrno de Sua Majestade tendo impedido o bombardeamento da Capital). Nota de Mr. Wyndham ao ministro das Relações Exteriores, em 21 de março, segundo instruções de Lord Kimberley. Ver adiante no texto o trecho da nota de Augusto de Castilho, relativa à iniciativa da Inglaterra.

Coelho Neto (1) foi a bordo do navio chefe inglês e de cada um dos navios das outras nações (2) « participar oficialmente, diz Castilho, o que se passava e perguntar se o Govêrno podia contar com o apoio moral de cada uma para que fôsse evitado o bombardeamento da cidade e os conseqüentes grandíssimos prejuízos para o comércio, propriedades e vidas de numerosíssimos estrangeiros e nacionais que a habitam » (3). No princípio da luta as potências, ainda incertas sôbre a sorte da revolução e o seu poder militar e dispondo de poucas fôrças na baía do Rio, preferiam não se envolver no conflito de modo algum. Levavam mesmo tão longe o escrúpulo da não intervenção que os seus representantes se recusaram a uma conferência pedida em nome do Presidente da República pelo ministro das Relações Exteriores (4). Essa abstenção denotava,

---

(1) Depois da publicação dêstes artigos, Felisberto Freire pretendeu provar que o contra-almirante Coelho Neto tinha ido a bordo dos navios estrangeiros simplesmente para comunicar-lhes que a esquadra se insurgira, — notícia que êles tinham sabido antes dêle e que não era justificado ir êle pessoalmente levar-lhes com risco iminente de ser feito prisioneiro.

O objeto da comissão Coelho Neto é uniformemente referido por todos os comandantes estrangeiros a quem êle se dirigiu. Êste é o testemunho italiano:

« Mais tarde de Libero me telegrafou que o Chefe do Estado-Maior da Armada federal tinha ido a bordo do *Bausan* pedir da parte do Govêrno apoio moral no caso de bombardeamento da cidade ». Ofício do ministro italiano Tugini ao Ministério de Estrangeiros em Roma. *Documenti Diplomatici* 1894, *Brasile Guerra Civile.*

(2) Os navios de guerra existentes na baía do Rio, quando rebentou a revolução, eram: o cruzador francês *Aréthuse;* o cruzador inglês *Sirius,* mais duas pequenas canhoneiras, o *Racer* e o *Beagle;* o cruzador italiano *Bausan* e a corveta portuguêsa *Mindello.*

(3) Nota ao Almirantado, Castilho, *obra citada,* II, pág. 21. « Foi esta a declaração que fizemos ao próprio sr. Chefe do Estado-Maior General da Armada quando, a 6 do mês passado, veio a esta fortaleza depois mesmo de ter solicitado prévia e oficialmente a intervenção dos navios estrangeiros para impedir as hostilidades da esquadra revoltada ». Comunicação do Corpo de Marinheiros Nacionais em Villegaignon em 8 de outubro de 1893 ao comandante e oficiais das fortalezas de Santa Cruz, Lage e São João.

(4) « O sr. João Filipe Pereira, então ministro das Relações Exteriores, cumpriu prontamente a vossa determinação a êsse respeito e em seguida, ainda em virtude de ordem, convidou para uma conferência convosco aquêles agentes que aqui tinham fôrças navais ou pròximamente as teriam. Êsse convite não foi aceito ». *Relatório* citado, pág. 5.

até da parte dos recusantes, um receio excessivo de ficarem tomando parte em uma dissenção intestina do Brasil sem o quererem. Êles temiam provàvelmente que um primeiro passo não autorizado pelos seus governos os envolvesse na contenda e receavam a exploração política que se podia fazer da conferência.

Durante todo o mês de setembro o govêrno do marechal Floriano Peixoto ficou sem a proteção positiva das Fôrças Navais estrangeiras e a linguagem da imprensa denunciava a mais profunda inquietação sôbre a atitude que elas assumiriam.

Em 8 de setembro teve lugar a primeira reunião dos comandantes estrangeiros a bordo do *Aréthuse*. « Ficou assente entre nós, escreve o Comandante da *Mindello* ao Conselho do Almirantado, que, caso o almirante Custódio José de Melo pretendesse bombardear a cidade do Rio de Janeiro, nós lhe dirigiríamos uma nota coletiva convidando-o a desistir do seu intento; e, caso êle insistisse, pedir-lhe-íamos um adiamento para nos reunirmos outra vez, e considerarmos o que melhor nos conviria fazer. E acrescentava: « E' minha opinião, porém, que o almirante revoltado não chegará a tão extraordinária e bárbara resolução » (1).

A Reunião dos Comandantes procura nessa primeira fase acautelar os interêsses do comércio e da população estrangeira, mas sem coagir o chefe da revolta. Aqui estão quatro casos bem distintos dessa conferência:

1º — Comunicando o contra-almirante Melo ao contra-almirante de Libran que os navios de comércio estrangeiros que entrassem na baía do Rio de Janeiro não poderiam aí demorar-se senão duas horas para tomar carvão e sob condição de não

---

« Os representantes das potências estrangeiras, convocados pelo Presidente da República para uma conferência política no Palácio Itamarati, recusaram-se a anuir a êsse convite, declarando que aguardariam o subseqüente desenvolvimento dos acontecimentos e ficaram em Petrópolis ». Nota de Castilho de 8 de setembro, Castilho, *obra citada*, II, pág. 31.

(1) *Ibid.*, mesma nota, pág. 33.

descarregar, a Reunião responde em 10 de setembro por nota coletiva: « A Reunião contesta ao senhor contra-almirante Melo o direito de formular semelhante proibição » (1), mas o chefe brasileiro replica por último afirmando o seu direito (2).

2º — Em 12 de setembro dá êle aviso aos comandantes estrangeiros de que desde as 9 horas da manhã do dia seguinte os navios de guerra sob o seu comando e a fortaleza de Villegaignon começariam a bombardear as fortalezas de Santa Cruz, Lage e São João, e êles limitam-se a observar que os navios de vela pertencentes ao comércio estrangeiro devem ser removidos da linha de fogo pelos rebocadores de que só a esquadra dispõe (3).

3º — Em 14 a Reunião dos Comandantes representa ao contra-almirante revoltoso contra os inconvenientes e prejuízos causados ao comércio estrangeiro pela incerteza do dia e hora em que podem ter lugar novas operações na baía, pedindo-lhes que lhes dê aviso prévio das operações que projetar e que marque em cada dia um prazo suficiente para os navios poderem entrar na baía ou sair com tôda segurança (4); o contra-almirante responde que lhes dará aviso de tudo, mas que lhe é impossível fixar o prazo pedido, porque os canhões dos morros do Castelo e São Bento têm feito sem provocação fogo sôbre os navios da esquadra, e acrescenta:

O contra-almirante Melo, dando parte aos senhores comandantes das Fôrças Navais estrangeiras de um fato tão irregular e desumano como é a colocação de canhões no meio de uma popu-

---

(1) *Ibid.*, II, pág. 45.

(2) « Finalement, en ce qui concerne le droit et le pouvoir qu'ont les forces révolutionnaires d'empêcher l'entrée dans cette baie des navires de commerce nationaux et étrangers, ou bien de leur accorder un délai plus ou moins grand pour stationner dans cette rade, c'est une question dont la solution est réglée par le Droit International ». Nota de 1 de setembro do contra-almirante Custódio de Melo à Reunião dos comandantes estrangeiros. Castilho, *obra citada*, II, pág. 52.

(3) *Ibid.*, pág. 53.

(4) *Ibid.*, pág. 57.

lação pacífica para praticar atos de guerra ao alcance dos canhões inimigos, aproveita esta ocasião para convidá-los a tomar as medidas que reputarem convenientes para salvaguardar a vida e os interêsses comerciais dos estrangeiros em geral, porque está decidido a responder aos insultos dos canhões de terra com a artilharia de bordo.

À vista dessa comunicação os comandantes estrangeiros resolvem: 1º, pedir aos agentes diplomáticos de suas respectivas nações que empreguem os seus esforços junto ao Govêrno brasileiro para se concluir o armistício diário que é absolutamente necessário aos navios mercantes; 2º, expor-lhes a situação em que ficariam os navios de guerra e mercantes estrangeiros em caso de bombardeio, e, em 16 de setembro, dirigem a seguinte nota coletiva ao contra-almirante Custódio de Melo:

Os comandantes das Fôrças Navais inglêsas, italianas, portuguêsas e francesas estacionadas na baía do Rio de Janeiro, reuniram-se hoje, 16 de setembro de 1893, a bordo do cruzador francês *Aréthuse*.

Êles têm a honra de informar ao sr. contra-almirante Melo que, baseando-se na declaração contida em sua nota de 15 de setembro de 1893, de que não atirará sôbre a cidade do Rio de Janeiro, se esta se abstiver de tôda hostilidade contra as fôrças do seu comando, pediram aos srs. ministros da Inglaterra, Itália, Portugal e França que tivessem a bondade, em nome dos interêsses superiores da humanidade tão sòmente, de representar ao govêrno do sr. marechal Floriano Peixoto as conseqüências fatais que pode trazer para a cidade o fogo das peças que êle fêz colocar nela desde a abertura das hostilidades.

Os srs. ministros precitados acabam de informar à Reunião dos Comandantes das Fôrças estrangeiras que obtiveram em nome dos mesmos princípios de humanidade do sr. ministro das Relações Exteriores, João Filipe Pereira, falando em nome do sr. marechal Peixoto:

que as peças colocadas na cidade do Rio de Janeiro não abrirão fogo sôbre as fôrças colocadas sob o comando do sr. contra-almirante Melo sem que estas pratiquem algum ato de hostilidade para com a dita cidade do Rio de Janeiro.

Levando esta declaração ao conhecimento do sr. comandante em chefe das Fôrças insurgentes, os comandantes das Fôrças Navais abaixo assinados manifestam ao sr. contra-almirante Melo

a sua firme esperança de que êle se absterá a respeito da cidade do Rio de Janeiro de tôda operação que pudesse ser considerada um ato de hostilidade contra ela. — *(assinados)* — O comandante da *Mindello,* Augusto de Castilho, capitão de fragata. — O comandante do *Bausan* e Fôrças Navais italianas, Alberto de Libero, capitão de mar e guerra. — O comandante do *Sirius* e Fôrças Navais britânicas, W. M. Lang, capitão de mar e guerra. — O contra-almirante comandante em chefe da divisão do Atlântico, Abel de Libran.

4º — Em 23 de setembro os mesmos comandantes estrangeiros, e mais o comandante das Fôrças Navais alemãs Hofmeyer, diziam, em resposta a uma nota em que o contra-almirante Melo lhes comunicava que faria fundear os navios de comércio estrangeiro entre a ilha das Enxadas e o fundo da baía, por ser impossível a visita dêsses navios ao ancoradouro usual (1):

1º — Que êle não é beligerante e, portanto, não tem nenhum dos direitos ligados a êsse caráter;

2º — Que os navios de comércio estrangeiros entrando no pôrto do Rio de Janeiro gozam de tôda a liberdade do tempo de paz e não podem, por conseqüência, sofrer nem estôrvo nem visita de espécie alguma da parte do sr. contra-almirante Melo.

O almirante Custódio de Melo ao receber essa nota responde que o seu direito de apreensão, nas lanchas que as transportassem à alfândega, de armas e munições, era « uma questão de fato »:

Ora, o fato é que a baía do Rio de Janeiro está hoje em poder dos navios comandados pelo contra-almirante Melo, de tal modo que o govêrno do marechal Peixoto não pode exercer nela nenhum direito de soberania.

Nessas condições, o pôrto do Rio de Janeiro, achando-se em estado de guerra (civil ou estrangeira, pouco importa) não pode

(1) O pensamento do almirante Melo não era exercer o direito de visita a bordo, mas verificar se havia na carga, desembarcada nas lanchas, armas ou munições para o Govêrno. Isto é o que foi declarado ao comandante Castilho pelo oficial que lhe entregou a nota, e o que se vê do texto português que lhe foi enviado: « visto como a fiscalização dêsses navios seria impossível no ancoradouro usual sob os canhões do Govêrno ». Nota de Castilho ao Almirantado em 27 de setembro.

existir nêle tôda a liberdade do tempo de paz, e os navios que se quiserem demorar nesse pôrto serão obrigados a sofrer os embaraços impostos pelas operações de guerra; de outro modo essas operações ficarão subordinadas à boa vontade dos comandantes dêsses navios, o que é inadmissível, mesmo quando, para criar dificuldades aos revolucionários, o govêrno do marechal Peixoto tivesse permitido às embarcações nacionais usar do pavilhão estrangeiro.

O dever do contra-almirante Melo em um pôrto de sua nacionalidade, do qual é senhor, é continuar a respeitar os direitos de vida e de propriedade dos estrangeiros, do mesmo modo que tem o direito de esperar dêles cumprimento o mais absoluto de uma neutralidade perfeita (1).

« Para não nos embrenharmos em uma polêmica embaraçosa e estéril, diz o comandante da *Mindello,* reunimo-nos em conferência e entendemos não dever replicar à nota do contra-almirante Melo, ficando contudo por nossa parte de vigiar atentamente o que se passasse, e impedir por qualquer forma todo ato que julgássemos atentatório do nosso direito » (2).

Para o fim de setembro, porém, essa disposição da esquadra estrangeira devia modificar-se sensìvelmente.

Em 29 o secretário do almirante Melo vai avisar verbalmente o almirante francês de que no dia seguinte Santa Cruz seria bombardeada, acrescentando que se os canhões de terra atirassem sôbre a esquadra, em defesa das fortalezas da barra, o bombardeamento do Rio de Janeiro seria inevitável. À vista disso reúnem-se os comandantes e « ali foi largamente debatido o assunto gravíssimo do possível bombardeamento da cidade, diz ao Almirantado o comandante da *Mindello,* sem que pudéssemos adotar um procedimento enérgico impeditivo por falta de instruções especiais ». Resolvem, entretanto, de comum acôrdo, que, no caso de se dar algum pânico em terra, de que resultasse a anarquia, saque e morticínio (3), as Fôrças estrangeiras,

---

(1) Nota de 23 de setembro, pág. 83.
(2) Nota ao Conselho do Almirantado, em 27 de setembro.
(3) *Ibid.,* pág. 112.

calculadas em setecentos e cinqüenta homens com treze bôcas de fogo, formando uma brigada sob o comando de Augusto de Castilho, ocupariam um lugar junto à linha do cais onde proporcionassem asilo aos fugitivos das suas nações (1). O ministro da Grã-Bretanha e o encarregado de negócios da França fizeram mesmo afixar à porta dos seus consulados aviso aos seus nacionais que, em caso de anarquia e saqueio, corressem ao largo do Paço onde seriam protegidos pelas Fôrças unidas da esquadra estrangeira.

A dúvida em que estavam os comandantes ia, porém, cessar de todo. « Em 30 [de setembro], escreve o capitão de fragata Augusto de Castilho, recebia o ministro da Inglaterra uma comunicação telegráfica do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, lord Rosebery, dizendo ter recomendado aos representantes da Inglaterra junto dos Governos de Lisboa, Paris, Roma, Berlim, Haia e Washington, para que recomendassem a cada um dêsses Governos que mandassem sem demora aos comandantes das suas Fôrças Navais estacionadas nesta baía ordem para se oporem por todos os modos, de mútuo acôrdo e chegando mesmo ao emprêgo da fôrça, ao bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro » (2). « Em 1 do corrente [outubro], continua a nota do comandante Castilho, os ministros da França, da Itália e dos Estados Unidos haviam recebido as necessárias instruções dos seus governos que nos eram comunicadas, e como o nosso ministro, na falta de instruções especiais, tem ordem para seguir os movimentos das outras potências, todos os representantes estrangeiros que aqui têm navios de guerra, com exceção apenas da Alemanha, nos comunicaram a necessária inspiração nesse sentido enérgico ».

« Em 2 de outubro de manhã, era com efeito mandada entregar ao almirante Custódio de Melo uma nota assinada pelo

---

(1) Nota de 3 de outubro.

(2) A consciência que o *Foreign Office* tem do serviço prestado ao Govêrno brasileiro é tal que êle não hesitará em apelar para a gratidão dêste quando se tratar do incidente português. Ver na pág. 217.

almirante francês, pelos comandantes superiores inglês, italiano, americano e por mim, na qual o convidávamos a não mais bombardear a cidade do Rio de Janeiro, sob pena de nós têrmos de nos opor a êsse movimento pela fôrça » (1).

Só a Alemanha, solicitada pela Inglaterra, negou-se a acompanhar as outras potências na intervenção armada para impedir o bombardeamento (2). « A Alemanha, diz Castilho, parece ter-se afastado um pouco do concêrto com as outras potências, e sei particularmente que as instruções que tem o seu representante são apenas para dar proteção aos seus nacionais ». A intervenção armada podia com efeito envolver as nações estrangeiras nas mais sérias complicações, e o que admira não é Portugal ter dado depois asilo aos revoltosos, é ter-se êle arriscado a tomar parte sòmente com uma pequena corveta, a *Mindello,* na intervenção armada das grandes potências. O desembarque no largo do Paço da brigada internacional comandada por Augusto de Castilho, ou uma colisão entre a *Mindello* e algum dos navios da esquadra revoltada, seria uma ruptura como nunca se deu igual entre as duas nacionalidades. Portugal tinha incomparàvelmente mais motivo que a Alemanha para abster-se de tomar parte no conflito, tanto mais quanto a sua presença só o podia complicar, e que o pequeno contingente da sua embarcação seria neutralizado pela atitude da sua grande colônia no Brasil. O conselheiro Hintze Ribeiro foi quem viu lùcidamente a questão (3). Para salvaguarda dos grandes interêsses que Portugal tem entre nós, a melhor política é diferençar o Govêrno português o menos possível entre os

---

(1) Nota de 3 de outubro de 1893.

(2) Foi-me competentemente referido que o encarregado de negócios da Alemanha, o conde Luxbourg, dissera na conferência não se poder opor a um bombardeio em nome « sòmente dos princípios superiores da humanidade » sem alegar um interêsse alemão suficiente.

(3) « Mantenho instruções dadas V. Ex. para proceder de acôrdo representantes outras potências. Devo, porém, advertir, como já declarei ao ministro de França e ministro de Inglaterra, que sôbre o assunto me procuraram para oferecer seus ofícios da parte de seus Governos, que, na minha opinião, deveriam as nações estrangeiras limitar-se a proteger a vida e a propriedade se seus súditos, reclamando oportuna-

seus nacionais e os brasileiros, deixá-los correr a mesma sorte que êstes, boa ou má. Portugal não tomou, entretanto, a resolução de proceder de acôrdo com a Alemanha; preferiu ceder à Inglaterra.

Estava assim efetuada com a intimação de 1 de outubro ao almirante brasileiro (1) a intervenção estrangeira, solicitada oficialmente a bordo dos navios desde o primeiro sinal da revolta, sugerida ao Corpo Diplomático com o convite para a conferência no Itamarati, advogada no Congresso (2), aplaudida, reclamada pela imprensa governista como *a solução imperiosa* (3), e aceita no silêncio do Terror quase sem protesto (4).

---

mente quaisquer indenizações devidas a interêsses, mas sem intervir diretamente e pela fôrça na contenda entre Floriano e Custódio, como questão que é de política interior do Brasil. — (assinado) Hintze Ribeiro». (Telegrama de 6 de outubro, Castilho, *obra citada,* I, pág. 94). Alves de Sá critica vivamente êste telegrama. Era, entretanto, a mesma ordem dada ao comandante alemão, e a atitude que, tudo considerado, parecia mais prudente. Hintze Ribeiro, entretanto, receou que a sua abstenção fôsse mal julgada pelo país.

(1) «Les commandants des Forces Navales anglaises, italiennes, américaines, portugaises et françaises, réunis aujourd'hui, 1er octobre 1893, à bord de l'*Aréthuse:* Considérant, que dans la journée d'hier l'aide de camp de monsieur le contre-amiral de Mello chargé de prévenir l'amiral de Libran que les forces insurgées allaient bombarder dans la journée le fort de Santa Cruz, a laissé entrevoir que des mesures plus graves pourraient être prises contre la ville de Rio de Janeiro; ont l'honneur d'informer monsieur le contre-amiral de Mello qu'ils s'opposeront par la force, s'il est nécessaire, à toutes ses entreprises contre la ville de Rio de Janeiro, Augusto de Castilho, Alberto de Libero, Picking, W. Lang, A. de Libran. Castilho, *obra citada,* II, pág. 124.

(2) O deputado Nilo Peçanha apresentou em setembro um projeto declarando piratas os navios revoltosos e no *País* justificou o seu alvitre, lembrando o efeito produzido pelo decreto espanhol de 1873. Evidentemente esperava que o mesmo se passaria na baía do Rio. « Poucos dias depois a esquadra estrangeira capturava os navios revoltosos, evitando o bombardeio de Málaga e outras cidades, recebia a indenização de um milhão de pesetas, e restituía à Espanha a parte da esquadra rebelde. E tudo isto se passou sem humilhação para a autoridade daquele país e sem enfraquecimento de sua soberania em face dos outros povos do mundo ». Que o apresamento dos navios revoltosos pela esquadra estrangeira seria aplaudido pela imprensa governista é fato incontestável, à vista do apoio que ela deu ao projeto Nilo Peçanha e do entusiasmo que lhe causou a ação do almirante Benham preparando-se para meter a pique diante da cidade os navios do almirante Saldanha da Gama.

(3) Sob o título *Solução Imperiosa,* o *Tempo* de 28 de setembro de 1893 reclama a intervenção da esquadra estrangeira. « Nestas cir-

---

cunstâncias a intervenção diplomática impõe-se soberanamente. O direito de uma nacionalidade, tão dc frente ferido por causas anormais e anacrônicas, não pode ficar por muito tempo sob a pressão de tais causas, sem que sofra também o direito de outras nacionalidades, intimamente ligadas pela comunhão de elevados interêsses de civilização e progresso»... *O País* também aplaude a intervenção: «Concluímos acentuando a alegria que êsse fato causara a quantos dêle tiveram imediato conhecimento». Editorial de 6 de outubro.

(4) A única manifestação em contrário é de Miguel Vieira Ferreira, cujas palavras eram sempre tomadas como as de Cassandra. «Recorrer à intervenção armada estrangeira, pedi-la como medida salvadora, é muito, muito e muito triste». Protesto no *País* de 7 de outubro. Os representantes das nações sul-americanas, desconfiados sempre em questão estrangeira, lavram uma ata declarando não ter tomado parte em deliberação alguma diplomática.

Outro protesto contra a intervenção, êste em uma repartição do Estado, que só recentemente foi tornado público, partiu de Carvalho Aragão, chefe de seção na Alfândega, e que por causa dêle foi imediatamente aposentado. O incidente consta da independente informação (*Jornal do Comércio* de 18 de setembro de 1895) que êle prestou a pedido do inspetor, que fôra logo interpelado no Itamarati a respeito do pronunciamento do seu subordinado.

Durante o estado de sítio foram suspensas ou amordaçadas quase tôdas as fôlhas da capital. A imprensa governista ficou só em campo. Essa imprensa, excluídas pequenas fôlhas, era composta d'*O País*, do *Tempo* e do *Diário de Notícias*. Êste último, pouco lido, não exercia influência alguma. Alguns dos seus números são, entretanto, preciosos espécimes da literatura revolucionária da época. Em um dêles (10 de outubro), C. Barata fala «*dos festins principescos de Versalhes com que a monarquia decaída do Brasil festeja em galas a revolta da Armada*»; em outro, Lopes Trovão tem esta reminiscência de 1793 dirigindo-se ao almirante Saldanha: *Vós vos chamais Luís Filipe, e Maria Antonieta se chama uma senhora de vossa preclara família... Também Maria Antonieta se chamava uma rainha infeliz de cujo colo de cisne não se merciou o aço temperado da guilhotina* (17 de dezembro). O *Tempo*, de maior circulação, escrito em estilo Fouquier-Tinville e *Père Duchêne*, representa o elemento *forceené* da situação.

Tomo ao acaso o número de 30 de setembro. O primeiro editorial, *Opinião Insuspeita, é* um apêlo impaciente à intervenção do Corpo Diplomático e da esquadra estrangeira. O segundo editorial, *A Nova Marinha*, é escrito neste gênero:

> «Os que lá estão a bordo são os mesmos homens do deboche financeiro de 1890... Felizmente, porém, a grande maioria da nossa esquadra não se deixou levar a reboque por um grupo de ambiciosos, bastante para preenchcr um museu de antropologia criminal: desde os ladrões até os bêbados e estupradores de donzelas, o pessoal da revolta tem de tudo!... Isto diz tudo. Os oficiais da marinha verdadeiramente brasileira, nada têm que ver com os galoados da esquadra pirata, os futuros almirantes do corsariado nacional.»

No meio dessas vozes roucas e estridentes distingue-se uma nota de timbre intelectual, a de Eduardo Salamonde, *o brilhante redator-chefe*

d'O País neste período crítico de nossa história, como o proclamou depois, na própria fôlha, Quintino Bocaiúva. A frase de inspiração francesa moderna, mas de construção e entonação portuguêsa; um abundante vocabulário novo; a adjetivação psicológica, caracterizada mesmo pela palavra *psicológica,* que repetidamente lhe vem à pena como sua *palavra especial* (Lombroso): «*faro psicológico, essa revolta que nos flagelou psicològicamente*»; a idéia de fundir o temperamento e a naturalidade de Camilo Castelo Branco com a análise e a nuance de Bourget; um talento que imita e supre a especialidade em tôda ordem de questões; a exposição metódica e lúcida dos assuntos e uma gradação certa dos efeitos davam aos panfletos diários do redator d'*O País* grande repercussão no espírito da mocidade republicana. Não havia nessas peças, impecáveis do ponto de vista do retórico e do acadêmico, sinceridade de paixão; o que arrastava nelas era a abundância de cultura. O escritor sacrifica ao paladar da multidão e serve-lhes os pratos sem se dar ao trabalho, como diria Renan, *d'éliminer les épluchures.* (Os trechos do *Dies irae* e outros citados neste livro bastam para dar a conhecer o estilo dos grandes dias adotado por Eduardo Salamonde). Durante os seis meses da revolta será êle o evangelista da ditadura, o doutrinador do patriotismo. Tudo mais se eclipsa diante da facilidade de composição, da riqueza de repertório, da variedade de técnica dêsse crítico cosmopolita, cujo *leitmotiv* jornalístico é, entretanto, o cosmopolitismo do Rio de Janeiro como incapacidade para expressar a alma nacional. Não há leitor, por menos perspicaz, que não veja transparentemente que o Camille Desmoulins do 93 brasileiro é um espírito cèpticamente indiferente a formas de govêrno e desdenhoso dos oráculos políticos a que o seu ofício de jornalista o condena; um virtuose, um *déraciné* (Bourget), que assim como compõe marchas triunfais republicanas, executaria brilhantes *rêveries* sôbre um tema religioso ou uma frase monárquica; um poeta, que quisera escrever um *Adonais* à morte de Saldanha da Gama com os seus marinheiros fiéis, de preferência às sátiras e epigramas com que o seu jornal o perseguiu e que ficarão sendo um

noteless blot on a remembered name.

Carl Schurz, alemão de nascimento e de formação, foi em uma época para o melhor da cultura norte-americana o seu *leader* em política. Não há que opor nenhum preconceito exclusivista ao ascendente que exerceu Eduardo Salamonde na fase de maior agitação e movimento da nossa época. E' um fato, entretanto, muito significativo que a expressão mais notável, mais constante e mais intransigente do *florianismo* fôsse a de um literato de estrutura visìvelmente portuguêsa e todavia inimigo declarado da influência estrangeira no Brasil; de um cosmopolita, preocupado em ressuscitar o preconceito de raça. Expressão viva êle mesmo do cosmopolitismo, conseguiu o redator d'*O País* passar a sua preocupação ao próprio marechal Floriano:

> A princípio, receei que o cosmopolitismo, dissolvido na densidade da alma nacional, lhe houvesse enfraquecido a coesão e as virtudes cívicas (Mensagem de 7 de maio de 1894).

O ACÔRDO DE 5 DE OUTUBRO

Ao mesmo tempo que resolviam intimar ao almirante Melo que não atacasse a cidade, « nessa mesma ocasião » (1), os comandantes estrangeiros dirigiam aos seus respectivos agentes diplomáticos a seguinte nota, por êles assinada:

Pedimos para dizer ao sr. Marechal que a esquadra estrangeira está autorizada a opor-se pela fôrça a tôda tentativa do sr. contra-almirante Melo dirigida contra a cidade, e isto não por desejo de se imiscuir nos negócios do Brasil, mas por causa dos interêsses superiores da humanidade relativamente a uma população sem defesa, da qual tão grande parte é composta de estrangeiros, cuja seguridade a esquadra tem o direito de garantir; pedimos como conseqüência ao sr. Marechal queira tirar ao sr. contra-almirante Melo todo pretexto de hostilidade contra a cidade, retirando as baterias que o Marechal fêz colocar nela e que a esquadra julga inúteis para a sua defesa.

Temos a honra de informar ao sr. Marechal que, para cobrir a responsabilidade dos nossos governos e a nossa perante êles, publicaremos a sua resposta, se êle não julgar dever aquiescer ao nosso pedido.

Voltando-nos para o lado do sr. contra-almirante Melo nós lhe diremos que achando-se a cidade desprovida de qualquer meio de exercer hostilidades contra êle, estamos autorizados a opor-nos pela fôrça a tôda tentativa de sua parte sôbre a cidade.

A bordo do *Aréthuse*, 1 de outubro de 1893.

Como se vê, a Reunião dos Comandantes sentia que não podia sustentar a intimação que ia ser feita ao almirante Melo se o marechal Floriano Peixoto não fizesse retirar as baterias que tinha feito montar na cidade e que, à vista da intervenção, « a esquadra estrangeira julgava inúteis para sua defesa ». Por isso, no caso de não ser atendida a representação, os comandan-

---

(1) Castilho, Nota de 3 de outubro.

tes estrangeiros julgavam-se na obrigação de fazer publicar a resposta do Marechal para salvar a responsabilidade dos seus governos e a sua própria perante êles. Para justificarem a intimação, precisavam poder dizer ao almirante Custódio de Melo « que a cidade estava desprovida de qualquer meio de exercer hostilidades contra êle ». Dessa comunicação aos agentes diplomáticos infere-se que a intimação ao almirante Melo só seria feita depois de recebida a resposta do marechal Floriano.

As duas comunicações, porém, foram entregues simultâneamente, talvez por não quererem os comandantes perder mais tempo. Essa precipitação deixou-os um momento apreensivos. Se não conseguissem do marechal Floriano o desarmamento da cidade! (1)

A apreensão ainda mais natural se tornava depois da resposta que, em 2 de outubro, o contra-almirante Melo deu à intimação da esquadra estrangeira, resposta que o comandante português com razão qualifica de *altiva* (2). Com efeito, êle estabelecia para não atacar a cidade precisamente a mesma condição que os comandantes estrangeiros exigiam do Govêrno Federal.

Eis o texto dessa resposta do almirante Melo, que, como todos os outros documentos de caráter internacional emanados dêle, é de uma redação irrepreensível:

---

(1) « A nossa ameaça de intervir pelo emprêgo da fôrça na hipótese de agredir êle [Melo] a cidade, podia conduzir-nos a uma extremidade gravíssima, e isto mostrava que tínhamos talvez sido um pouco precipitados em a fazer, antes pelo menos que tivéssemos conseguido do govêrno do marechal Presidente a promessa formal e séria da pronta retirada das baterias. Apreensivos com esta enorme responsabilidade que sôbre nós estava pesando... » Castilho, Nota de 10 de outubro ao Conselho do Almirantado.

(2) Castilho, *obra citada,* II, pág. 109 — E na nota seguinte: « Como se depreende do que ficou dito na minha nota n. 84, de 3 do corrente, a nota de 2 do corrente do almirante Custódio de Melo, pôsto que escrita em têrmos convenientes e corretos, era perfeitamente firme e decidida e mostrava a inabalável resolução em que êle estava de afrontar quaisquer conseqüências, caso as baterias do Rio de Janeiro pretendessem hostilizá-lo. Nota de 10 de outubro. *Ibid.,* II, pág. 13.

Comando das Fôrças Navais insurgentes da República dos Estados Unidos do Brasil, bordo do *Aquidabã,* 2 de outubro de 1893.

O contra-almirante Melo acaba de receber dos srs. comandantes das Fôrças Navais inglêsas, italianas, americanas, portuguêsas e francesas, estacionadas neste pôrto, uma nota dizendo-lhe que o seu ajudante de campo, por ocasião de prevenir o sr. contra-almirante de Libran que as Fôrças insurgentes iam bombardear a fortaleza de Santa Cruz, deixou entrever que *medidas mais graves poderiam ser tomadas contra a cidade do Rio de Janeiro,* e que em conseqüência êles o informam que se oporão pela fôrça, se fôr necessário, a tôdas as suas tentativas contra a cidade do Rio de Janeiro.

Se o pensamento dos srs. signatários desta nota é proteger a vida e os interêsses dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, o contra-almirante Melo tem a honra de recordar-lhes que a norma por êle até hoje seguida é uma prova irrecusável de que êle teve sempre o maior cuidado de poupar tanto quanto possível a vida dos habitantes e de prejudicar o menos possível os seus interêsses comerciais.

Entretanto desde que o govêrno do marechal Floriano Peixoto transformou a cidade do Rio de Janeiro em praça de guerra, como o provam entre outros fatos a nomeação de um comandante militar, a ordem escrita de fuzilar os cidadãos que cometerem certos delitos, e sobretudo a construção de baterias de artilharia nos montes que dominam a baía, os srs. signatários da nota em questão não terão dificuldade em compreender que o contra-almirante Melo está no seu pleno direito não só de responder ao ataque e ao bombardeamento dessas baterias, como de operar um desembarque na cidade e que a consciência dêsse direito deve ser tal que êle não pode ter o menor receio quanto às conseqüências que da sua atitude possam resultar. — *Custódio José de Melo.*

Os comandantes das Fôrças estrangeiras compreenderam que a sua missão em nossa baía não podia ser a de prender a esquadra revoltada enquanto os canhões de terra, livres de qualquer perigo, atirassem sôbre ela, e que os mesmos *interêsses superiores da humanidade,* em nome dos quais êles intervinham para salvar o Rio de Janeiro, lhes impunham o dever de evitar o fogo de terra contra a esquadra. Êles não podiam intimar o marechal Floriano Peixoto a não atirar sôbre os navios revoltosos, como de fato intimaram a êstes a não atirar sôbre a

cidade, mas podiam, no caso de o marechal Floriano reservar tôda a sua liberdade de ação, retirar a intimação feita ao almirante Custódio de Melo e deixar a cidade entregue a sua sorte. Por isso era para êles da maior importância a resolução do Itamarati.

No dia 2 os representantes estrangeiros comunicavam ao ministro das Relações Exteriores a intimação feita ao almirante Melo e, pedindo ao Govêrno que não desse a êste nenhum pretexto para hostilizar a cidade, concluíam dizendo que, no caso de o Govêrno Federal não aquiescer ao seu pedido, « êles comunicariam a resposta aos seus Governos e pediriam instruções ».

Eis o teor da nota verbal entregue ao ministro João Filipe Pereira:

Os comandantes das Fôrças Navais inglêsas, italianas, americanas, portuguêsas e francesas, na baía do Rio de Janeiro, declararam ao sr. contra-almirante Melo que se oporiam pela fôrça, se necessário fôsse, a tôdas as suas tentativas contra a cidade do Rio de Janeiro.

Os representantes da Inglaterra, Portugal, Itália, Estados Unidos da América do Norte e França, sem abandonarem a norma até hoje seguida de não se envolverem nos negócios internos do Brasil, mas sim de garantirem a proteção e segurança dos seus nacionais respectivos e dos interêsses superiores da humanidade, têm a honra, à vista da declaração precitada dos comandantes estrangeiros, de insistir junto ao Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil para que êle tire ao sr. contra-almirante Melo todo pretexto de hostilidade contra a cidade do Rio de Janeiro.

Os representantes das mesmas potências, no caso em que o Govêrno Federal julgue não dever aquiescer a êste pedido, comunicarão a sua resposta a seus Governos respectivos, pedindo-lhes instruções.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1893.

A intervenção estrangeira foi recebida no cais da Glória e no Itamarati como o náufrago recebe socorro inesperado (1).

---

(1) O *País,* em diversos números consigna essa satisfação visível para todos. O *País,* e com êle outros colegas da imprensa, noticiou que a esquadra estrangeira tinha intimado o contra-almirante Melo a não

Não havia perigo que o marechal Floriano rejeitasse a condição exigida pela esquadra estrangeira para salvar a cidade. A situação exata em que êle então se sentia evidencia-se até do modo por que foi sumàriamente liquidada à bôca da cova a indenização de cem contos pagos à família de um marinheiro do *Bausan,* casualmente morto por uma descarga de terra. É à coação daqueles primeiros tempos da revolta que êle aludirá na Mensagem de 4 de maio de 1894.

Durante a revolta deu-se uma singular controvérsia: a dos jornais governistas com os jornais estrangeiros, *Brésil Républicain* e *Rio News,* esforçando-se êstes por mostrar que a inviolabilidade da soberania nacional do Brasil não tolerava a espécie de intervenção que os outros pediam e que depois imaginaram a ver realizada pelo almirante Benham. O *Rio News,* notàvelmente, num artigo que a *Gazeta de Notícias* se aventurou a traduzir, fêz uma exposição muito clara do princípio de não intervenção, que prevalece hoje nos Estados Unidos e pelo qual êstes não podiam envolver-se na guerra civil brasileira (1).

Nem podia deixar de ser grande o contentamento na Secretaria de Estrangeiros quando lá chegou o portador da boa nova dos comandantes navais transmitida pelos agentes diplomáticos. Era o visconde de Cabo Frio, desde êsse tempo Joaquim Tomás do Amaral, com sua velha experiência e as

---

mais atirar para a Capital Federal, sob pena de ela intervir de modo direto. Acrescentámos que dessa resolução tinha sido notificado o govêrno do marechal Floriano e concluímos acentuando a alegria que êsse fato causara a quantos dêle tiveram imediato conhecimento» (6 de outubro). Em 4 de novembro a mesma fôlha escreve, como que repelindo êsses sentimentos: «Os brasileiros não pediram em tempo algum aos representantes dos Governos estrangeiros ou às suas esquadras que nos prestassem auxílio ou que evitassem o bombardeio da cidade;» — os brasileiros, não, mas quanto ao Govêrno, o fato é que a intervenção foi oficialmente solicitada desde o primeiro momento, — «e até preferíamos todos que a intervenção oficiosa dessas potências se não houvesse exercido e nos deixassem dirimir uns com os outros o nosso pleito. Parece-nos mesmo que nesse caso êle já estaria findo». De fato, estaria. A expressão *intervenção oficiosa* aplicada à cominação de empregar a fôrça, feita ao almirante Melo pelos comandantes dos vasos de guerra estrangeiros, será uma homenagem à susceptibilidade nacional, mas é um eufemismo um tanto forçado.

(1). *Gazeta de Notícias,* 6 de novembro, artigo *Coisas Políticas.*

tradições do seu ofício, quem assim ganhava a primeira vitória da Legalidade, vitória que devia ser decisiva. « O ministro dos Estrangeiros, escreve Augusto de Castilho para Lisboa, mostrou-se satisfeito com esta enérgica intervenção das cinco potências mencionadas; disse que a ia sem demora comunicar ao Marechal e terminou dizendo que, se lhe era permitido infringir um pouco as praxes diplomáticas, agradecia tão eficaz cooperação » (1).

Essa satisfação de um grande passo vencido transluz da nota, em data de 3 de outubro, de João Filipe Pereira aos representantes estrangeiros, nota que se pode chamar o recibo oficial, com agradecimentos, da intervenção solicitada:

O sr. Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil vê com satisfação que os srs. comandantes das Fôrças Navais inglêsas, italianas, americanas, portuguêsas e francesas declararam ao contra-almirante Custódio José de Melo que se fôr necessário se oporão pela fôrça a tôdas as suas emprêsas contra a cidade do Rio de Janeiro.

Os srs. representantes da Inglaterra, Portugal, Itália, Estados Unidos da América e França podem estar certos de que aquela intimação não será prejudicada por ato do Govêrno brasileiro, o qual há de tirar ao dito contra-almirante todo pretexto para hostilizar a mesma cidade.

Era com efeito uma intervenção salvadora. Desde êsse momento, o marechal Floriano podia respirar livremente: a posse militar da cidade do Rio de Janeiro estava-lhe garantida, não lhe podia mais ser disputada pelo lado do mar. Algum projétil viria ainda danificar um prédio, ferir e matar transeuntes, mas a tropa podia ficar com segurança nos quartéis e o Govêrno no Itamarati. Por isso no seu alvorôço, esqueceu êste, ou não entendeu logo, que a intervenção tinha uma cláusula e não atendeu à situação ansiosa em que estavam os comandantes estrangeiros, « apreensivos, dirá Castilho, com a enorme responsabilidade que sôbre nós estava pesando ». Êles tinham, cada

(1) Nota de 3 de outubro.

um dêles, o óculo de bordo assestado sôbre as baterias de São Bento e do Castelo à espera de ver retirar os canhões, e como o Govêrno durante todo o dia de 3 não procedesse ao desarmamento, « reunimo-nos em 4 a bordo da *Mindello,* e resolvemos instar novamente com o Corpo Diplomático para que ponderasse ainda uma vez ao Govêrno do país a urgente e indispensável necessidade de serem desmontadas as baterias provisórias da cidade. Acabava assim o Govêrno por uma vez e de boa fé, animado de verdadeiro patriotismo e despido de falsas exaltações prejudicialíssimas, com uma estulta provocação irritantíssima, que sèriamente estava comprometendo a segurança dos pacíficos habitantes da cidade, melhor escudados na sua própria situação inerme do que em uma defesa incompleta e inútil. No dia seguinte reuniam-se com efeito no palácio Itamarati, com o ministro das Relações Exteriores, os representantes das Potências e instavam com tôda a energia para que as baterias fôssem desmontadas, sem o que nós, os comandantes das Fôrças Navais, poderíamos ver-nos na necessidade de reconsiderar sôbre a intimação que havíamos feito ao contra-almirante Melo » (1).

A nota entregue pelos agentes diplomáticos consignava a profunda admiração, *le grand étonnement,* dos comandantes estrangeiros, vendo que o Govêrno, depois de lhes mandar declarar que tiraria ao contra-almirante Melo todo pretexto para hostilizar a cidade, « não tinha tomado medida alguma nesse sentido, e que, pelo contrário, não só continuava ativamente a aumentar o armamento das baterias existentes, mas também a construir novas baterias », e continuava desta forma:

Os comandantes das Fôrças Navais, levando êstes fatos ao conhecimento dos representantes dos seus respectivos Governos, rogaram-lhes que interviessem junto do Govêrno Federal, a fim de que êle dê as ordens necessárias para que sejam retirados os canhões que guarnecem as baterias atualmente na cidade, sem o que os comandantes poderiam ser obrigados a retirar a intimação

(1) Nota de 10 de outubro.

que dirigiram ao sr. contra-almirante Melo para que se abstenha de todo ato de hostilidade contra a cidade do Rio de Janeiro (1).

O efeito dessa nota, recebida na noite de 4, foi exatamente oposto ao que produzira no Itamarati a nota de 2. De um dia para outro a situação parecia mudar para o Govêrno, a imaginação se lhe perdia em conjecturas, figurava-se-lhe um movimento da esquadra estrangeira em sentido contrário (2), um começo de beligerância reconhecida aos revoltosos (3). Era, porém, êste um susto sem causa. Tinha havido, como se verá, cotejando-as, certa diferença de têrmos e mesmo de tom entre a comunicação dos agentes diplomáticos ao nosso Govêrno, em data de 2 de outubro, e a que êles tinham recebido da Reunião dos Comandantes. Enquanto êstes pediam formalmente a retirada das baterias estabelecidas na cidade, os agentes limitaram-se à formula geral — « tirar ao contra-almirante Melo todo pretexto de hostilidade ». Isto quanto aos têrmos; quanto ao tom, ao passo que os comandantes declaravam que publicariam a resposta negativa do Marechal, para salvar a responsabilidade dos seus Governos e a sua própria, os agentes diziam apenas que a comunicariam aos seus Governos, pedindo instruções. No fundo, porém, era a mesma coisa.

Na posição angustiosa em que se achava o Govêrno, o marechal Floriano compreendeu o alcance de ser retirada a intimação feita à esquadra revoltada e êle deixado só. Era quase um *placet* internacional dado ao bombardeamento do Rio; em todo o caso era para êle a impossibilidade de armar novas baterias, porque então deixaria de haver entre a esquadra revoltada e a terra um poder estranho, neutro, moderador como se-

---

(1) *Relatório* citado.

(2) « ... no dia 4, dirigiram-lhe os representantes outra [nota] que com razão vos causou alguma surprêsa, porque pareceu denunciar a mudança de resolução ». (*Relatório* citado). « O sr. Vice-Presidente da República não compreende o motivo de tão súbita mudança em resoluções que pareciam bem assentadas... » Nota de João Filipe Pereira.

(3) O Govêrno queixou-se « do apoio moral dado ao chefe da revolta que assim quase entra na posição de beligerante ». Mesma nota.

ria a Reunião dos Comandantes, — por trás do qual era mais fácil continuar, mediante subterfúgios diplomáticos, a obra em que realmente estava posta a confiança do Govêrno, a saber, a fortificação dos morros. Por isso o ministro das Relações Exteriores respondeu aos agentes diplomáticos, lastimando a sua nova atitude — que entretanto era a mesma — e fazendo ressalva dos direitos de soberania a que momentâneamente renunciava, mas assentindo inteiramente à condição imposta, para a intervenção.

A nota de João Filipe Pereira é a pedra fundamental do compromisso tomado. O ministro das Relações Exteriores recordava que, em conferência de 14 de setembro, os representantes tinham convidado o Govêrno a retirar as baterias estabelecidas nas alturas, a fim de conservar ao Rio de Janeiro o caráter da cidade aberta, mas que o vice-presidente da República não acedera a isso, prometendo sòmente ordenar que as baterias de terra não provocassem hostilidades da parte da esquadra revoltada, o que fôra aceito como suficiente. Viera depois o convite ao Govêrno da República para tirar ao almirante Melo todo pretexto para hostilizar a cidade. « O sr. vice-presidente da República não entendeu, nem podia entender, que era convidado a retirar os canhões. Primeiro, porque em assunto tão grave é indispensável a maior clareza, depois, porque considerava subsistente o acôrdo que mencionei », — o da conferência de 14 de setembro. Acrescentava: « Os srs. comandantes das Fôrças Navais não estão bem informados. As baterias existentes não foram aumentadas e nenhuma outra foi construída ». E concluía:

O sr. vice-presidente da República não compreende o motivo de tão súbita mudança em resoluções que pareciam bem assentadas e vê com pesar que essa mudança pode ser interpretada, contra a vontade dos srs. comandantes e representantes, como apoio moral dado ao chefe da revolta, que assim quase entra na posição de beligerante. Todavia, deixando aos mesmos senhores a responsabilidade das conseqüências de seu novo procedimento, vai ordenar que os canhões sejam retirados das referidas baterias.

A concessão era completa. Os membros do Corpo Diplomático tomaram nota dela, lembrando sòmente que, na conferência de 14 de setembro, êles já tinham manifestado ao Govêrno o pensamento dos comandantes de que o pretexto para o bombardeamento fôra sempre a presença na cidade do Rio de Janeiro das baterias improvisadas, e mantendo, por parte dêles, a sua afirmação quanto a novas baterias. Terminavam repelindo a frase em que o ministro do Exterior lançava sôbre êles a responsabilidade do que viesse a acontecer:

Os representantes da Inglaterra, de Portugal, da Itália, dos Estados Unidos da América do Norte e o encarregado de negócios da França, perseverando na norma de proceder de que jamais se desviaram, até hoje, de não se envolverem nos negócios internos do Brasil, têm a honra de declarar ao sr. ministro das Relações Exteriores que não podem aceitar outra responsabilidade senão a que possa resultar da necessidade de proteger os interêsses gerais da humanidade, a vida e propriedade dos seus nacionais.

A nota do ministro das Relações Exteriores foi imediatamente comunicada pelos comandantes estrangeiros ao contra-almirante Melo (1). Essa comunicação deve ser entendida como a aquiescência que êles davam à resposta daquele almirante de que não lhes reconhecia direito de obstarem ao bombardeamento, se a cidade continuasse fortificada.

A Reunião, porém, não se limitou a essa comunicação; delegou um dos seus membros para se entender com o almirante

---

(1) *Les commandants des Forces Navales anglaises, italiennes, américaines, portugaises et françaises stationnés dans la rade de Rio de Janeiro ont l'honneur d'informer Monsieur le Contre-Amiral de Mello: ... Qu'ils ont reçu aujourd'hui, 5 octobre 1893, par l'intermédiaire de MM. les ministres d'Angleterre, du Portugal, d'Italie, des Etats-Unis de l'Amérique du Nord et le chargé d'affaires de France, acrédités auprès du Gouvernement du Brésil, la communication suivante qui leur a été faite officiellement et par écrit en date 5 octobre 1893 par Monsieur le Ministre des Relations Extérieures du Gouvernement du Brésil. Elle est conçue en ces termes: « Le Gouvernement va ordonner que les canons soient retirés des batteries placées dans la ville de Rio de Janeiro ». Textuellement, en portugais:* « Vai ordenar que os canhões sejam retirados das referidas baterias ».

Melo. Foi êsse, Augusto de Castilho. Eis como êle refere o incidente às autoridades superiores em Lisboa:

Entenderam os meus colegas, todavia, que, à vista da aridez da nossa nota, não deixaria de ser conveniente que algum de nós fôsse pessoalmente avistar-se com o almirante Custódio de Melo, apresentar-lhe a nota, e expor-lhe claramente a nossa situação e os ponderosos motivos que determinavam a nossa atitude. Fui eu o escolhido para tal missão, chegando a bordo do couraçado *Aquidabã* perto das 8 horas da noite, e tendo com o contra-almirante chefe da revolta uma entrevista cordialíssima.

Expus-lhe bem a impreterível necessidade de não ordenar êle qualquer outro ataque contra a cidade do Rio de Janeiro, mesmo do gênero daquele que fôra tentado nesse dia, visto como um navio atracado a um cais devia fazer parte integrante da cidade. Acrescentava que, depois da grande responsabilidade que nós, comandantes estrangeiros, assumíramos levando o Govêrno a desmontar as suas baterias provisórias, ficaríamos em uma situação muito vulnerável, e seríamos alvo de severíssima crítica, assistindo indiferentes a outro ataque da esquadra contra a cidade. O almirante Custódio de Melo expôs-me sem demora, verbalmente, a firme intenção em que desde êsse momento ficava de não mais hostilizar a cidade (1).

Com efeito, em resposta à comunicação dos comandantes, o almirante Custódio de Melo escrevia-lhes em data de 7:

Bordo do *Aquidabã*. — 7 de outubro de 1893. — O contra-almirante Melo tem a honra de informar aos srs. comandantes das Fôrças Navais estrangeiras estacionadas neste pôrto, que toma nota da comunicação que êles tiveram a bondade de fazer-lhe em data de 5 do corrente, da decisão tomada pelo Govêrno do marechal Peixoto de fazer retirar os canhões que êle tinha feito colocar no litoral e nas alturas do Rio de Janeiro, graças à sua nobre e humanitária intervenção. — Custódio José de Melo.

E ao comandante da *Mindello* êle particularmente dizia:

Compreendendo todo o alcance da nota dos comandantes estrangeiros, de que vos dignastes de ser o portador, relativamente à retirada da artilharia das baterias de terra da cidade do Rio de

(1) Nota de 10 de outubro.

Janeiro, eu vos digo que era minha intenção não causar aos residentes desta cidade novos vexames com expedições daquele gênero, de que resultou a referida nota, salvo o caso muito especial de constar-me estar atracado ao litoral da cidade alguma máquina ou engenho de guerra destinado a servir contra os meus navios. Ficai, pois, tranqüilo a êste respeito, e como me parece que não é o caso para eu tomar um compromisso solene para convosco e os outros comandantes estrangeiros, limitar-me-ei a manifestar-lhes o meu reconhecimento como homem e brasileiro.

Há, tanto na nota anterior como nesta carta, uma demonstração de júbilo da parte do almirante Melo pelo que a esquadra estrangeira tinha obtido do marechal Floriano. Êle qualifica essa intervenção de *nobre e humanitária* e protesta aos comandantes estrangeiros o seu *reconhecimento como homem e brasileiro.* Essa linguagem, decerto, contrasta com a da sua nota de 2 de outubro, em resposta à intimação. O fato explica-se naturalmente. Ao receber aquela intimação o chefe da revolta imaginou que lhe atavam as mãos no mar deixando livres as do marechal Floriano em terra; sentiu-se objeto de uma intervenção parcial contra êle só, que o privava do meio único que êle tinha de coagir o Govêrno Federal ao desarmamento da cidade. Vendo, porém, que a pressão era feita igualmente sôbre o marechal Floriano, êle compreendeu que não se tratava de uma intervenção política, mas de uma simples medida de humanidade, e que a sua posição melhorava aos olhos de todos, do Govêrno como da própria esquadra estrangeira, sem falar da sua. Viu mais, que os comandantes se colocavam exatamente na mesma atitude que êle assumira na sua nota de 2 de outubro.

Não era mais uma intervenção contra êle só. A intervenção tornara-se em mediação, produzira um acôrdo solenemente registrado na nota do Govêrno ao Corpo Diplomático e nas atas da Reunião dos Comandantes. Êsse acôrdo o marechal Floriano o romperá sob fúteis pretextos, isso o contra-almirante Custódio de Melo não podia prever; êsse acôrdo limitava o poder da esquadra, mas, não há negar, também removia a possibilidade de uma ação que podia tornar-se fatal, que qualquer dos

seus subordinados podia precipitar sem querer, e que seria uma nódoa indelével na história da Marinha brasileira: o bombardeamento do Rio de Janeiro.

Estão aí, sem nenhuma omissão, os precedentes e os têrmos do acôrdo de 5 de outubro, *l'entente du 5 octobre,* como o chamaram os comandantes e agentes diplomáticos estrangeiros. Durante três meses assistir-se-á na baía do Rio de Janeiro a um verdadeiro duelo de artilharia, regulado, tiro por tiro, pelas testemunhas reunidas a bordo de um dos navios de guerra estrangeiros. São elas que dirão, quase diàriamente, a cada um dos combatentes o que lhes é lícito e o que lhes é defeso, o que cabe e o que não cabe no acôrdo que fizeram; são elas que marcarão a raia do tiro; que observarão donde partem as provocações; que decidirão, em uma palavra, as questões ocorrentes, tudo como os padrinhos em uma pendência de honra.

O CONTRÔLE DOS COMANDANTES ESTRANGEIROS

O REGÍMEN do acôrdo de 5 de outubro não era, seguramente, o que o nosso Govêrno preferia; êle quisera antes que a esquadra estrangeira tirasse aos revoltosos os meios de ação na baía, deixando-lhe, porém, a êle o direito de fortificar a cidade. Era isto o que queria dizer a sua admiração quando os comandantes estrangeiros insistiram pela efetividade da cláusula de desarmamento. Foi isto o que se esperou, quando, com o precedente espanhol de Cartagena, duas vêzes rejeitado por nós durante o Império (1), se fizeram no Parlamento e na imprensa tantos apelos às armadas estrangeiras, senão mesmo a flibusteiros e corsários norte-americanos, para capturarem como piratas os navios revoltosos. Entregando-os um por um ao govêrno do marechal Floriano, desde que perderam a esperança de vencer tanto Saldanha da Gama como depois Custódio de Melo (2) mostraram não ter perdido a noção de

---

(1) « Piratas, dizia o visconde de Caravelas, no caso do *Porteña*, pròpriamente são aquêles que correm os mares com o fim de se apropriarem, pela fôrça, dos navios que encontram, exercendo depredações contra tôdas as nações indistintamente... Se isto não bastasse eu rogaria ao sr. ministro da República Oriental que se dignasse atender ao exemplo de atitude inteiramente negativa que nos deram as potências européias, quando foram ùltimamente convidadas pelo Govêrno espanhol a tratar como piratas os navios que os insurgentes daquele país haviam apreendido ». (*Relatório dos Estrangeiros* de 1874, pág. 183.) « Decerto, replicava o barão de Cotegipe ao representante da Espanha, nenhuma nação da América pretenderá estabelecer regras novas e especiais nesta matéria: mas também nenhuma delas pode esquecer que quando pugnou pela sua Independência se achou em circunstâncias semelhantes às de Cuba, e não admitiu que aos seus atos se aplicasse a qualificação de *pirataria* do Direito Internacional. Portanto, ainda que nenhum autor ressalvasse, como Calvo ressalva, o caráter político das rebeliões, na história das guerras da Independência desta parte do mundo se acharia a verdadeira doutrina. (*Relatório dos Estrangeiros* de 1877, pág. 388). Ambos os casos, o do *Porteña* e o do *Montezuma,* vêm analisados em Calvo, *Droit International,* §§ 502 e 503; não estavam enterrados em antigos relatórios.

(2) Ùltimamente o senador Quintino Bocaiúva revelou ao Senado, a ser exato o resumo do seu discurso, que o almirante Melo entregara

que êsse material era da nação e lhe devia ser restituído com a mesma inteireza com que, em 1824, Manuel de Carvalho, vencida a Confederação do Equador, entregou ao ministro do Brasil em Londres a grande soma que ali tinha acumulado para armamentos da revolução.

Êsse concurso, porém, que o Govêrno queria, as nações estrangeiras não lhe podiam dar; elas compreendiam o funesto precedente que seria se tomassem o partido do Govêrno contra a revolta. O Govêrno que recorre ao estrangeiro, para tirá-lo de uma grave dificuldade interna, sacrifica sempre a sua altivez e pode muitas vêzes comprometer a soberania nacional. Há casos em que o socorro estranho em uma crise política não abate o país que o recebe. Êsses casos são raros e sempre delicados. Há, porém, uma preliminar para êles: é que o socorro não seja pedido pelo govêrno. Desde que êste precisa de fôrça armada de outra nação para debelar uma revolta, reconhece a sua impotência, e é preferível que faça concessões razoáveis aos seus conterrâneos.

O acôrdo era de imensa vantagem para o marechal Floriano, mesmo se êle não tivesse intenção de o violar. Da posse da capital depende cada vez mais a existência do poder central no Brasil. O telegrama que noticiasse a tomada do Rio de Janeiro pela revolta faria baquear em todos os Estados os governadores fiéis. O telégrafo é a principal de tôdas as máquinas políticas. Um operador, senhor dos fios desta cidade, que se quisesse divertir, podia de manhã depor e à noite restabelecer os governos de todos os Estados da União. Em certo sentido quem fêz vingar o 15 de Novembro foi Vinhais. O telegrama da suposta aceitação dos cinco mil contos pelo Imperador foi o golpe de morte do Império perante o país e perante o mundo. Essa

---

os seus navios ao Govêrno argentino dizendo a êste que fizesse dêles o que quisesse, o censurou-o por isso. À vista dos antecedentes conhecidos daquele almirante, se se lhe pode discutir a percepção política, só por uma interpretação errada se lhe poderia atribuir pouca susceptibilidade nacional.

posse da capital e do seu grande bulbo telegráfico, o acôrdo tornava-a imperturbável para o marechal Floriano.

Inatacável no centro da rêde política do país, podia êle agora organizar em tôda a parte a resistência, expedir tranqüilamente ordens para Londres, Toulon, Montevidéu e Nova York a fim de apressar a formação da sua esquadra; receber por mar todo o armamento e munições de que carecesse; recrutar no Norte a gente de que precisava no Sul, e, maior do que tôdas essas vantagens, comparável sòmente à posse do cabo transatlântico e dos telégrafos terrestres, podia êle, por último, dispor não só dos recursos *limitados* do Tesouro, mas também da massa ilimitada de notas, novas e velhas, que lhe forneceriam os gravadores estrangeiros e os depósitos da Caixa da Amortização. Como tudo seria diverso se o bombardeamento da cidade o desalojasse dela, ou o colocasse no meio de uma cena indescritível de pânico e confusão, de um novo sítio de Jerusalém, a não se imaginar o êxodo repentino de uma população de meio milhão de habitantes! Desde que do mar não podia surgir para a cidade mais nenhum perigo sério, só poderia vir algum da população, mas, para evitá-lo, aí estava o Terror.

Para a esquadra com o plano que a revolução adotou, de manter-se na posse da baía à espera de acontecimentos nos Estados e na própria Capital, a intervenção, mesmo modificada pelo acôrdo, era pràticamente a paralisação, o apodrecimento, a rendição ulterior. Decerto, a esquadra, mesmo tolhida de atacar a cidade do Rio, tinha ainda um grande campo de ação, se o plano preferido fôsse semelhante ao da revolução no Chile, se decidissem organizar, disciplinar e armar, em algum ponto do território, um exército que pudesse vir oferecer batalha ao exército legal. Neste caso, o seu papel seria transportar o exército revolucionário de uma parte para outra do litoral, e proteger-lhe os movimentos. Dois mil homens de desembarque forçavam o Govêrno a ter em armas, do Pará ao Rio Grande do Sul, uma fôrça muitas vêzes superior para poder guardar os pontos principais da costa, isolados todos uns dos outros, se os não quisesse perder, como perdera Santa Catarina. Fechada,

porém, na baía do Rio e sem sequer poder atacar a cidade, o espetáculo que ia dar a esquadra era profundamente desmoralizador para todos. Os seus navios davam a impressão de pequenas fortalezas flutuantes desmanteladas, sem artilheiros, comparadas com as amplas e seguras fortificações de terra. As vantagens de que, em combate, dispõem os navios em relação às fortificações desapareceriam tôdas, ficando sòmente as suas inferioridades. Êles não podiam mover-se sem perigo, nem mesmo comunicar-se entre si, e em breve não achariam onde abrigar-se no imenso recesso da baía. As tripulações, que não se podiam refazer, extenuavam-se em tiroteios que nenhum prejuízo causavam às fôrças legais, que o recrutamento renovava sempre. A esperança dos comandantes estava no que pudesse vir dos Estados, fora, na marcha dos federalistas sôbre São Paulo, e não mais pròpriamente nos seus navios. Desde que a esquadra estava proibida de bombardear a cidade, e não podia bloquear o pôrto, nem impedir de qualquer modo as operações dos navios mercantes estrangeiros, não podendo sequer aprisionar, nas águas da baía, nas lanchas que faziam a descarga, e em caminho da alfândega, o armamento e as munições de guerra que o Govêrno recebia do exterior, os seus movimentos na baía do Rio de Janeiro eram uma aflição inútil para a população da Capital, e não mais, de modo algum, uma ameaça ao marechal Floriano Peixoto.

Havia, no raro e espaçado canhoneio dos seus navios, alguma coisa de lúgubre; eram tiros em funeral, impressão monótona, só variada por alguma explosão fatal, ou pelo vazio de algum navio que afundava. Nas ocasiões de forçar a barra, o *Aquidabã* proporcionava um espetáculo imponente, único, aos diletantes matinais das praias e das montanhas; cada saída dos navios era uma página de grandiosa coragem náutica, mas a impressão que a vista da esquadra causava era de cansaço, de enervação, de tempo perdido. Essa impressão aumentava quando se via que o *Aquidabã* não podia interceptar as viagens diárias, em dia claro, da pequena lncha da Praia Vermelha que supria as fortalezas da barra!

Certamente nunca entrou como elemento de vitória nos cálculos de Custódio de Melo ou Saldanha da Gama o bombardeamento do Rio de Janeiro, que seria um ato de selvageria e desumanidade. Uma coisa, porém, não era bombardearem êles a cidade por não o quererem e outra ficarem impedidos de o fazer pela intervenção estrangeira. Deixando de bombardear por não querer fazê-lo, a esquadra revestia-se, por êsse mesmo fato, de maior fôrça moral, e adquiria a autoridade precisa para impor ao marechal Floriano que não expusesse a cidade, artilhando-a na área dos hospitais e dos mosteiros. Impedida, porém, e fiscalizada pela esquadra estrangeira, ela perdia desde logo metade de sua fôrça; a sua ação futura deixava de ser para o Marechal uma incógnita, com a qual era forçoso contar, tornava-se em uma quantidade negativa. De fato, foi na câmara do *Aréthuse* que se decidiu a sorte da revolta. Tudo que se vai seguir até à desfeita do almirante Benham, à proposta de capitulação, e ao pânico de 13 de março, é resultado do golpe de outubro que paralisou a esquadra revoltosa, e a fêz sùbitamente decair perante o estrangeiro, perante o inimigo, perante o país e, pior do que tudo, perante o seu próprio chefe e cada um dos seus auxiliares.

Entre a esquadra e o Itamarati haverá agora um medianeiro, um moderador — a Reunião dos Comandantes estrangeiros, representada em terra pelos agentes diplomáticos. Durante algum tempo o acôrdo funciona sem maior atrito, ainda que continue sempre a fortificação dos morros. O plano do marechal Floriano era rodear a baía de um círculo de fogo, e, quando completo, desmascarar as baterias da cidade sôbre o inimigo, mas êste assunto é melhor considerá-lo no seu conjunto por ocasião da ruptura do acôrdo. À Reunião dos Comandantes eram sujeitos todos os pontos de desinteligência entre as duas partes, tôdas as dúvidas sôbre o *modus vivendi.* O Govêrno recorria à intervenção dos agentes diplomáticos à menor dificuldade.

A QUESTÃO DE VILLEGAIGNON

O caso da fortaleza de Villegaignon é bem expressivo dessa dependência em que êle se achava. Eis como o ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, dá conta no seu Relatório dêsse episódio:

Três dias depois do incidente das baterias, — isto é, da aceitação da cláusula de desarmamento dos morros, — a fortaleza de Villegaignon, que se tinha conservado neutral, aderiu à revolta e a sua adesão veio mostrar que o armamento das alturas desta cidade era uma medida de bem entendida prudência, um recurso legítimo que poderia ser oportunamente aplicado. Se aquela fortaleza fizesse fogo para a cidade, não teria esta meio eficaz de defesa.

Mediante o obsequioso concurso de sir Hugh Wyndham, ministro de Sua Majestade Britânica e decano do Corpo Diplomático, ficou entendido que a dita fortaleza, desde que se declarava pela revolta, estava, como os navios, obrigada a se não servir dos seus canhões contra a cidade.

As três cartas do ministro da Inglaterra ao ministro das Relações Exteriores publicadas no Relatório mostram a prontidão com que a Inglaterra atendeu à solicitação do nosso Govêrno, e também a leal interpretação do acôrdo por parte do contra-almirante Melo, para cuja *alta generosidade* se apelou (1). Na

---

(1) « Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1893, às 8½ horas. — Sr. Ministro. — Volto agora mesmo do *Aréthuse;* os comandantes, que procedem de comum acôrdo, escreveram ao sr. contra-almirante Melo nos têrmos seguintes: « Firmando-se na declaração do sr. contra-almirante Melo de que se absterá de atacar a cidade, que, conforme as informações dêles, está dora em diante sem defesa, e confiando em sua alta generosidade e nos princípios de humanidade, exprimem a firme esperança de que a fortaleza de Villegaignon, que, segundo a declaração do próprio sr. contra-almirante Melo, se declarou pelo seu partido, não fará fogo sôbre a cidade. Apressar-me-ei em enviar a V. Ex. a resposta do sr. almirante Melo, logo que me seja comunicada. Rogo, etc. Hugh Wyndham ».

A segunda carta anuncia a resposta verbal satisfatória do almirante Melo. Esta é a terceira carta:

« Legação da Inglaterra. — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1893. — Sr. Ministro. — Em aditamento à minha carta desta manhã, tenho a honra de comunicar a V. Ex. a resposta dada por escrito à nota de ontem à noite dos comandantes das Fôrças Navais estrangeiras: — « *Aquidabã,* 9 de outubro de 1893. — Os Srs. comandantes das Fôrças

sua resposta de agradecimento, Carlos de Carvalho deixa consignada a importância dêsses bons ofícios do medianeiro inglês. É esta a carta do nosso ministro como vem no Relatório do seu sucessor:

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1893. — Sr. Ministro. — Recebi as três cartas que V. E. me fêz a honra de me dirigir a 8 e 9 dêste mês relativamente aos passos que, de ordem do sr. Vice--Presidente da República, lhe pedi que desse, a fim de que a fortaleza de Villegaignon, que se tinha declarado a favor do sr. Melo, fôsse compreendida, como devia sê-lo, no compromisso por êle contraído para com os srs. comandantes das Fôrças Navais estrangeiras, isto é, a fim de que nas hostilidades anunciadas contra as fortificações da barra não atirasse com os seus canhões contra esta cidade.

V. E. teve a bondade de comunicar-me que a fortaleza de Villegaignon estava compreendida no supracitado compromisso e S. E. o sr. marechal Floriano Peixoto encarrega-me de lhe oferecer os seus sinceros agradecimentos. Queira aceitar, sr. Ministro, as seguranças da minha alta consideração. Ao sr. Hugh Wyndham, etc — Carlos de Carvalho.

Francamente, havia de que se mostrar reconhecido. A posição de Villegaignon sob o acôrdo é o que se podia dar de mais excepcional e extraordinário em matéria de guerra, tão excepcional que não é verossímil. O Govêrno adquiriu o direito de desmoroná-la dia a dia com os seus canhões da barra e do outro lado da baía, enquanto preparava nos morros da cidade as

---

Navais francesas, inglêsas, italianas, portuguêsas e americanas estacionadas nesta baía, baseando-se nas declarações anteriores do contra-almirante Melo e confiando em sua alta generosidade e seus princípios de humanidade, exprimiram, em uma nota ontem entregue, a sua firme esperança de que a fortaleza de Villegaignon, que acaba de passar-se para os insurgentes, não atirará contra a cidade do Rio de Janeiro. Em resposta a esta nota o contra-almirante Melo tem a satisfação de anunciar aos seus signatários que a fortaleza de Villegaignon não será excetuada das declarações que êle tem feito até hoje e que êles podem tranqüilizar a êsse respeito os seus compatriotas residentes na cidade do Rio de Janeiro. — *Custódio José de Melo*. Conforme por cópia. — O contra-almirante comandante das Fôrças Navais francesas, A. de Libran ». Apressando-me a comunicar o texto dêste documento, rogo, etc. *Hugh Wyndham* ».

baterias que a haviam de ultimar, e a fortaleza aceitava êsse destino de ser destruída, sem voltar os seus canhões para o ponto de onde emanavam tôdas as ordens e onde se preparava o golpe final!

Ainda assim o Govêrno do marechal Floriano não estava inteiramente contente com essa atitude passiva. « Villegaignon, diz Cassiano do Nascimento, no seu Relatório, não tardou em criar-nos dificuldades com relação a esta Capital ». Que dificuldades eram essas de que se queixa o ministro do Exterior?

A QUESTÃO DO HOLOFOTE

O Govêrno tinha montado um holofote no morro da Glória e pretendia iluminar o alvo de Villegaignon, enquanto as fortalezas da barra atiravam sôbre ela, e como Villegaignon naturalmente fizesse fogo contra o projetor que a apontava ao inimigo que ela não podia visar, o Govêrno e a imprensa governista gritaram logo que o acôrdo não estava sendo cumprido. Nessa questão a Reunião dos Comandantes interveio, ao que parece espontâneamente, como protetores da cidade, reconhecidos que eram por ambas as partes. Eis o que escreve, ao Almirantado português, Augusto de Castilho sôbre a conferência de 19 de outubro a bordo do *Aréthuse:*

Falou-se largamente acêrca do projetor elétrico da Glória, ou holofote, como os brasileiros chamam a êste instrumento, e ficou assente, unânimemente, que tal meio não podia deixar de ser considerado como um verdadeiro engenho de guerra, e como tal tão perigoso como a artilharia, especialmente quando dêle se pretendesse fazer o uso hostil que há dias foi feito para habilitar as fortalezas da barra a bombardear a de Villegaignon, sùbitamente iluminada no meio da noite.

Em vista desta opinião decidiu-se que os ministros das diversas potências fôssem hoje procurar o ministro das Relações Exteriores, ponderando-lhe amigàvelmente, em conversação oficiosa e despida de qualquer caráter cominatório, a indispensável necessidade que o govêrno limitasse o uso daquele instrumento ao rápido iluminamento da baía e linha de cais, com o fim de defender a ci-

dade contra a fortaleza de Villegaignon, de concêrto com as fortalezas da barra (1).

O Govêrno cedeu neste ponto, como no do desarmamento (2). Os tiros, porém, da fortaleza Villegaignon sôbre o morro da Glória, sempre que a luz do holofote pousava um instante sôbre ela, deviam ser objeto de uma representação do Govêrno ao Corpo Diplomático (3), sujeita por êste à Reunião dos Comandantes. « Depois de discutirmos o assunto, refere Augusto de Castilho, respondemos ao Corpo Diplomático *que não julgávamos poder intervir de uma maneira eficaz em questões de tal natureza, porque, como temos tido ocasião de verificar, as faltas de compromisso dão-se de ambas as partes, tanto da cidade como dos insurgentes, e são atos do pessoal subalterno e por conseguinte muito difíceis de evitar* ». E acrescentava falando ao Almirantado:

---

(1) Nota de 19 de outubro.

(2) Eis a nota do ministro das Relações Exteriores ao ministro inglês em data de 19 de outubro de 1893:

> Sr. Ministro — O sr. Vice-Presidente da República, a quem acabo de comunicar o objeto da conversação que a vosso pedido tive hoje convosco e os srs. ministros de Portugal, Itália, Estados Unidos da América e encarregado de negócios de França, autoriza-me a declarar-vos, de acôrdo convosco, que o holofote colocado no morro da Glória, sendo destinado ao serviço da polícia do pôrto, não auxiliará as fortalezas da barra contra o forte de Villegaignon. — A S. E. o sr. Hugh Wyndham, etc. *Carlos de Carvalho.*

(3) A Nota de 23 de outubro do sr. Carlos de Carvalho ao sr. Wyndham caracteriza bem, pela sua linguagem flutuante, quase sibilina, a posição constrangida em que êle devia sentir-se como jurisconsulto durante essa sua primeira e curta passagem pelo Itamarati:

« Dando conhecimento a V. Ex. de tais ocorrências, dizia êle, abstenho-me de quaisquer comentários, e assim procedo simplesmente para que V. Ex. fique na posse de informações autênticas, sem querer de modo algum criar situações que não se expliquem convenientemente ou possam ser, ainda que de leve, suspeitadas de não ser a expressão dos direitos e deveres que às nações admitidas à comunhão do Direito Internacional do Ocidente cumpre defender e observar ».

Cassiano do Nascimento, no seu *Relatório,* (pág. 9) refere-se ao que o seu antecessor deixou de fazer, e que êle julgava fácil. « Não creio que fôsse muito difícil chamar os insurgentes ao cumprimento do seu dever, mas o meu predecessor não pedira que se fizesse isso; limitava-se a levar o fato, por via diplomática, ao conhecimento dos srs. comandantes, que pouco antes se haviam mostrado empenhados em que o holofote da Glória não auxiliasse as fortalezas da barra contra a de Villegaignon ».

« Além desta razão, que nós apresentamos, há ainda outra que não podíamos dizer ao Corpo Diplomático, mas que é a seguinte: se nós, comandantes estrangeiros, começamos a intrometer-nos em todos os pequeninos incidentes que podem ocorrer de natureza variadíssima nesta magna luta intestina, gastamos e tornamos inútil a nossa energia e a nossa influência para coisas verdadeiramente grandes e sérias. A nossa fôrça coletiva é muitíssimo grande, o nosso prestígio tem um considerável valor e alcance, mas é por isso mesmo necessário que o saibamos manter na devida e conveniente altura do decôro e respeitabilidade » (1).

ESPÍRITO QUE ANIMAVA A REUNIÃO

O espírito que animava a Reunião era diminuir o mais possível as contingências de um combate que interessasse a cidade. Assim, por exemplo, ela resolve, em 15 de novembro, sob proposta do almirante de Libran, não permitir o desembarque de um holofote que o vapor francês *Concórdia* trazia para o Govêrno (2). Igualmente o comandante inglês, o português e o alemão, que estava fora do acôrdo, não consentiram no desembarque de armas e munições vindas em navios das respectivas nações (3). « É bem possível, escrevia ao Almirantado o comandante da *Mindello,* explicando o ponto de vista da Reunião, que o almirante Melo, não tendo sido reconhecido como beligerante, não tenha em rigor direito a nenhuma dessas atenções; mas, como nós nos inspiramos principalmente nos grandes princípios humanitários e nos regemos em parte pelo nosso bom senso e critério de ocasião, ponderando tôdas as circunstâncias especialíssimas que nesta grande luta se têm dado em cada caso, e que devem fornecer com interessantes incidentes os futuros estudiosos do direito marítimo internacional, entendemos que, aconselhando êste procedimento (quanto ao desembarque do projetor elétrico) ao almirante de Libran, andávamos com mais imparcialidade » (4).

---

(1) Nota de 30 de outubro.
(2) Nota de Castilho de 16 de novembro.
(3) Mesma nota.
(4) Mesma nota.

Antes, o Corpo Diplomático, a pedido dos comandantes, tinha intervindo para que o Govêrno não fizesse preparar canhões e projéteis no Arsenal de Guerra, porque isso motivaria da parte dos insurgentes um ataque contra os arsenais, com conseqüências desastrosas, sobretudo para o Hospital da Misericórdia. « Os comandantes estrangeiros, diziam os ministros, não poderiam obstar da parte do sr. contra-almirante Melo essa ação militar motivada ». O Govêrno negou o fato, observando, porém, « que os direitos do govêrno legal ficariam singularmente limitados em proveito dos insurgentes se os seus meios de defesa fôssem sucessivamente considerados como perigosos » (1). Tomando nota da declaração, a Reunião, que agora deliberava a bordo do *Etna*, sob a presidência do almirante Magnaghi, comunicou-a logo ao almirante Melo, acompanhando-a destas palavras significativas: « Levando essa informação ao conhecimento do almirante Melo, sentimo-nos felizes de reconhecer que a cidade do Rio de Janeiro conserva sempre a sua qualidade de cidade sem defesa » (2).

A 8 de outubro o ministro do Exterior queixa-se ao ministro inglês do fogo por vêzes feito contra a cidade, tanto de Villegaignon como do *Aquidabã*, com canhões de tiro rápido e os ministros da Inglaterra, de Portugal, da Itália, dos Estados Unidos e o encarregado de negócios de França lhe respondiam que os comandantes superiores, tendo examinado essas queixas, *eram de opinião que o fogo fôra provocado pela incessante fuzilaria de tropas inexperientes, estacionadas no litoral da cidade.*

A nota em resposta, de Cassiano do Nascimento, revela, ainda que cuidadosamente encoberto, o comêço de uma nova política, um preparo para o rompimento do acôrdo. A expressão *queixas,* usada pelos agentes diplomáticos, não lhe agrada; o Govêrno não se *queixou* do procedimento dos revoltosos; quis

(1) Nota de Cassiano do Nascimento, de 27 de outubro.

(2) Nota de Castilho, de 30 de outubro.

sòmente que se soubesse « que êles continuavam a atirar sôbre a cidade sem defesa, apesar dos compromissos existentes » e terminava: « O sr. vice-presidente da República fica ciente de que, na opinião dos srs. comandantes, não é chegado o caso de chamar o sr. Melo ao respeito dos seus compromissos ». É evidente o que essa reserva quer dizer. Desde que os canhões de tiro rápido do mar respondiam à fuzilaria de terra, o compromisso estava violado e o Govêrno poderia, quando chegasse o momento, empregar a sua artilharia de posição. Enquanto êsse momento não chegava para êle, continuava, porém, a esquadra impedida de servir-se contra a cidade dos seus grossos canhões, porque êste era o compromisso tomado, e assim o armamento dos morros continuava a salvo!

Dêsse modo, pode-se dizer, o compromisso já era pràticamente letra morta para o Govêrno; não passava, de fato, de um armistício útil, que lhe dava tempo para desenvolver os seus meios de ataque, à espera da esquadra que estava organizando no Norte, ou, em outras palavras, para concluir e aperfeiçoar sem embaraço algum o vasto sistema de operações a que se refere Cassiano do Nascimento na sua nota de 13 de maio ao conde de Parati, quando diz « operações *com tanto custo* preparadas pelo Govêrno Federal », faltando-lhe sòmente acrescentar: « à sombra do acôrdo ».

Em 28 de novembro o almirante de Libran, que presidia à Reunião dos Comandantes e conhecia os precedentes do acôrdo, deixou o Rio de Janeiro a bordo do *Aréthuse* em viagem para o Cabo da Boa Esperança. Um incidente veio animar extraordinàriamente o Govêrno, a saber: a demissão telegráfica do almirante Stanton, o qual ao fundear em nosso pôrto a bordo do *Newark* tinha salvado ao pavilhão do almirante Melo. O *Herald* interpretava aquela demissão como uma prova da simpatia de Cleveland pelo govêrno do marechal Floriano. Ao mesmo tempo a presença de uma poderosa esquadrilha norte-americana, desproporcionada com a fôrça efetiva das outras potências que tinham muito maiores interêsses no Brasil, dava cor-

po à idéia de que os Estados Unidos estavam decididos a intervir, no momento oportuno, em favor da legalidade. Foi nessas circunstâncias que o contra-almirante Saldanha da Gama, saindo da neutralidade em que se mantivera até então, assumiu, em 10 de dezembro, o comando da Revolta na baía do Rio de Janeiro.

A VIOLAÇÃO DO ACÔRDO

DESDE que assume o comando das fôrças insurgentes na baía do Rio o contra-almirante Saldanha da Gama comunica aos comandantes estrangeiros: «... Por minha parte não há de ser quebrada a convenção aceita pelo meu antecessor de não fazer fogo sôbre a cidade com os grossos canhões da esquadra, salvo circunstâncias muito imperiosas ou a não ser que parta das baterias de terra a provocação». Pouco depois, porém, manifesta êle àqueles comandantes a resolução de romper fogo contra a cidade ao primeiro tiro de terra, mesmo da ilha do Bom Jesus, por causa das fortificações que se estavam levantando em roda do ancoradouro da baía. Eis a nota que dirige à Reunião:

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1893. — A S. Ex. o sr. contra-almirante comandante da Fôrça Naval da Real Marinha Italiana, surta no pôrto do Rio de Janeiro.

Em vista das disposições e atitude adotadas pelo govêrno do sr. marechal Floriano Peixoto, não pode por seu lado a esquadra do meu comando deixar de pôr em prática medidas correspondentes, embora de caráter e disposições que me repugnam. E' notório que tôdas as alturas que bordam a própria cidade estão guarnecidas de baterias de canhões. Não foram respeitados os lugares santificados e de benefício à humanidade sofredora. Está fortificado o morro do Castelo que domina o hospital da Santa Casa de Misericórdia, não o estão menos os morros de São Bento e da Conceição, o primeiro com o seu secular e histórico convento beneditino, o segundo com o palácio episcopal; finalmente também o está o morro do Bom Jesus, a cujo lado se ergue o recolhimento para os nossos próprios inválidos de terra e mar.

Nestas condições, V. E. compreenderá sem dúvida, há de ser difícil que a esquadra possa manter até o fim da contenda o prometido respeito pela cidade do Rio de Janeiro, que passou de cidade aberta a ser uma praça de guerra no sentido estrito do têrmo. Ao primeiro tiro de canhão, de qualquer dêsses pontos,

inclusive Bom Jesus, a esquadra responderá à agressão com a sua grossa artilharia.

Rogando a V. E. a fineza de dar conhecimento do conteúdo desta comunicação aos chefes das Fôrças Navais estrangeiras também surtas neste pôrto, prevaleço-me da oportunidade, etc. — *Luís Filipe de Saldanha da Gama.* — Comando em chefe das Fôrças Navais da revolução contra o govêrno do marechal Floriano Peixoto no pôrto do Rio de Janeiro — a bordo do cruzador *Liberdade.*

Os comandantes, porém, entenderam que o fogo sòmente da ilha do Bom Jesus não justificava um ataque contra a cidade, e assim o comunicaram a Saldanha da Gama, renovando a intimação de 1 de outubro, feita a Custódio de Melo:

Os comandantes superiores das Fôrças Navais da Itália, Inglaterra, França, Estados Unidos, Portugal, presentes no pôrto do Rio de Janeiro:

Tendo tomado conhecimento da nota do sr. almirante Saldanha, datada de 23 de dezembro, são de parecer que os fatos enumerados nessa nota não poderiam constituir uma provocação de natureza a justificar a ameaça de bombardeamento da cidade anunciada pelo almirante Saldanha.

Pensam especialmente que o fogo de Bom Jesus, que é uma ilha completamente fora e afastada da cidade, não pode ser considerado como uma das medidas de guerra de que o marechal Peixoto tomou perante os comandantes superiores das Fôrças Navais estrangeiras o compromisso de abster-se.

Por conseqüência, os comandantes precitados têm a honra de significar ao sr. almirante Saldanha que, por enquanto, pretendem conservar na questão do bombardeamento da cidade a atitude que tomaram para com o sr. almirante Melo pela nota de 1 de outubro de 1893, de que juntam cópia.

A bordo do cruzador italiano *Etna,* na baía do Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1893. — O comandante das Fôrças Navais portuguêsas, *Augusto de Castilho.* — O comandante das Fôrças Navais francesas, *de Barbevrac.* — O comandante das Fôrças Navais dos Estados Unidos da América, *H. Picking.* — O comandante das Fôrças Navais britânicas, *W. M. Lang.* — O comandante das Fôrças Navais italianas, *G. B. Magnaghi.*

Ao mesmo tempo, porém, reconhecendo o fundamento da queixa contra a fortificação da cidade e que essa fortificação

violava abertamente o acôrdo de 5 de outubro, pediam os mesmos comandantes a intervenção do Corpo Diplomático para fazer respeitar aquêle acôrdo « por se manter, diziam êles, subordinada a sorte da cidade do Rio de Janeiro à restrita observância do compromisso tomado pelo Govêrno Federal de não pôr em bateria canhões na cidade ». Dando conhecimento ao ministro das Relações Exteriores dêsse incidente, os agentes diplomáticos concluíam dêste modo a sua nota de 31 de dezembro:

No caso, contra tôda previsão, de tornar-se o bombardeamento inevitável, em conseqüência de provocação, os representantes das mencionadas potências pediriam que lhes fôsse feita uma notificação, com dois dias pelo menos de antecedência, a fim de proverem a segurança de seus nacionais que residem na cidade, assim como de todo o material flutuante.

A essa nota Cassiano do Nascimento respondia renovando o compromisso de 5 de outubro:

O sr. Vice-Presidente da República vê com prazer que os srs. comandantes não admitiram a estranha pretensão do sr. Saldanha da Gama relativa à ilha do Bom Jesus, mas crê de seu dever afastar tôda idéia de faltar êle ao compromisso de não pôr os canhões em bateria. Êste compromisso é respeitado, e os srs. representantes o reconhecem, quando pedem ao Govêrno Federal que continue a tirar todo pretexto ao sr. Saldanha da Gama.

E acrescentava, ocupando terreno novo:

Mas o Govêrno não se privou do direito de preparar-se para proceder enèrgicamente contra os insurgentes conforme as circunstâncias. Se, infelizmente, se der o caso, não de provocação, mas de ação, podem os srs. representantes estar certos de que serão informados em tempo útil. O Govêrno Federal o faria espontâneamente.

Esta nota é de 5 de janeiro de 1894. Nessa data, entretanto, o ministro das Relações Exteriores já estava de posse de outra nota do Corpo Diplomático, de 2 de janeiro, que dava o acôrdo por terminado à vista da atitude do Govêrno. Eis a origem

desta segunda nota. Em 30 de dezembro recebiam os comandantes estrangeiros a seguinte comunicação do comandante das Fôrças Navais norte-americanas, capitão de mar e guerra Picking, que, com a partida do almirante Magnaghi, tomou a presidência da Reunião, por se ter desculpado o comandante inglês, que logo se retira também:

Recebi um relatório de um oficial dêste navio sôbre os canhões e fortificações que êle observou no Morro do Castelo. Eu lembraria que nos reuníssemos amanhã, às 10 horas da manhã, a bordo do *Charleston*, para discutirmos se, devido a esta violação do acôrdo feito pelo Govêrno brasileiro em 5 de outubro de 1893, deveríamos retirar-nos ou não da posição que até aqui temos mantido de não permitir o bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro (1).

Era assim do comandante norte-americano que procedia a verificação de que o compromisso estava sendo violado e também a proposta para as Fôrças estrangeiras deixarem livre a ação da esquadra sitiada e permitirem o bombardeamento da cidade (2). Em 1 de janeiro, tendo conhecimento das informações dadas pelo comandante americano, a Reunião dirigia ao Corpo Diplomático a seguinte comunicação:

Bordo do Cruzador dos Estados Unidos *Charleston*. Rio de Janeiro, Brasil, 1 de janeiro de 1894. — Os comandantes superiores das Fôrças Navais dos Estados Unidos da América, França,

(1) Castilho, *obra citada*, III, pág. 16.

(2) *United States Cruiser*, Charleston. *Rio de Janeiro, Brazil, December, 30th 1893. Captain Picking. U. S. N., Commanding U. S. Naval Forces on South Atlantic to Captain Augusto de Castilho, Commanding Portuguese Naval Forces. — I have received an official report from an officer of this vessel regarding the guns and fortifications, which he has observed on Castle Hill. I would suggest that we convene at 10 a. m. to-morrow on board the* Charleston, *to discuss whether, owing to this violation of the agreement made by the Brazilian Government of October 1893 we should or should not withdraw from the position which we have heretofore held with regard to permitting the bombardment of the city of Rio de Janeiro. There are several other points, wich I should also like to discuss. Accept, Sir, etc. Henry F. Picking, Captain, U. S. Navy, Commanding U. S. Naval Forces, on Atlantic Station».* *Ibid.* III, pág. 16.

Portugal, Inglaterra e Itália têm a honra de trazer ao conhecimento do Corpo Diplomático que estão em posse de informação autêntica e positiva de que em uma das alturas da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Morro do Castelo, já foram montados alguns grossos canhões prontos para serem usados; que no mesmo lugar há também outros grandes canhões em via de serem montados e que há diversas peças de menor calibre em carretas de campanha; todos os canhões estando em baterias protegidas por grandes sacos de areia.

O vice-presidente da República do Brasil anunciou pelo seu ministro das Relações Exteriores ao Corpo Diplomático, e por intermédio dêste aos comandantes superiores, em uma nota datada de 5 de outubro de 1893, que o Govêrno ia dar ordem para retirar os canhões das baterias na cidade do Rio de Janeiro: *vai ordenar que os canhões sejam retirados das referidas baterias.*

Os comandantes superiores das referidas nações não podem, portanto, deixar de considerar a colocação dêsses canhões no Morro do Castelo como uma ruptura do acôrdo feito pelo Govêrno brasileiro em 5 de outubro de 1893 e como dando à cidade do Rio de Janeiro o caráter de cidade fortificada.

Nestas circunstâncias os comandantes superiores têm a honra de declarar que não se podem por mais tempo considerar na obrigação de manter a atitude que manifestaram na sua comunicação de 1 de outubro de 1893 ao contra-almirante Melo e que reiteraram na sua comunicação de 25 de dezembro de 1893 ao contra-almirante Saldanha da Gama.

O Corpo Diplomático deu imediatamente conhecimento ao ministro do Exterior dessa desobrigação dos comandantes estrangeiros de proteger por mais tempo a cidade do Rio de Janeiro. A essa nota de 2 de janeiro Cassiano do Nascimento responde em data de 8. A sua resposta à notificação de ficar a cidade entregue a si mesma é muito diferente da que João Filipe Pereira deu em 5 de outubro, quando primeiro se aludiu a essa eventualidade. Depois de resumir a nota que tinha recebido, o ministro do Exterior diz aos agentes diplomáticos:

Os srs. comandantes estão bem informados quando afirmam que foram colocados novos canhões no Morro do Castelo, mas permitirão esta retificação: que êstes canhões não estão postos em bateria; estão, como os antigos, atrás das baterias, o que não in-

dica intenção de usar dêles imediatamente, e não é contrário ao acôrdo de 5 de outubro.

O vice-presidente da República faltaria ao seu dever para com a Nação, se deixasse os insurgentes prosseguirem livremente na sua criminosa emprêsa. Quatro meses são decorridos desde que o sr. Melo se sublevou contra o Govêrno legal do seu país, e durante todo êsse tempo a cidade do Rio, que era considerada como aberta, não obstante a existência de canhões sôbre algumas de suas eminências, tem sido vivamente bombardeada.

Neste bombardeamento quase diário, os insurgentes não se limitaram a atacar as fôrças que defendem o litoral: atiraram para o centro da cidade. Agora o sr. Saldanha da Gama ameaça servir-se de seus canhões de grosso calibre. Mudaria assim de instrumentos de destruição, não de procedimento: há muito tempo que por êle foi rompido o acôrdo.

Os srs. representantes desejam, para segurança dos seus nacionais que residem na cidade do Rio de Janeiro e dos navios estrangeiros ancorados no pôrto, que o Govêrno Federal conceda um prazo de quarenta e oito horas, pelo menos, antes de fazer fogo com as baterias estabelecidas na mesma cidade. Sôbre êste ponto o ministro de Estado das Relações Exteriores se limita a reiterar as seguranças contidas em sua precedente nota. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1894.

Evidentemente o Govêrno já não tinha o mesmo terror do bombardeamento que revelara no princípio da luta. A sua defesa estava quase completa, os morros artilhados, Villegaignon em ruínas, o *Javari* debaixo d'água, o moral da revolta desfeito, os navios quase imprestáveis, a esquadra legal próxima, as munições acabadas.

Os comandantes estrangeiros limitaram-se a replicar em uma comunicação ao Corpo Diplomático mantendo as suas asserções. Desta resposta, porém, os representantes não deram conhecimento ao nosso Govêrno para não entreterem com êste uma controvérsia estéril desde que a intervenção tinha cessado. Como documento, entretanto, para o estudo da questão a nota dos comandantes é uma contribuição de valor.

Cruzador dos Estados Unidos *Charleston*. Rio de Janeiro, Brasil. — Os representantes dos Estados Unidos da América, França, Portugal, Inglaterra e Itália, reunidos em conferência,

leram a nota do ministro do Exterior do Govêrno brasileiro, datada de 8 de janeiro de 1894. Os comandantes superiores navais ficaram muito surpreendidos com a declaração feita nessa nota. Incluso se acha um desenho mostrando a posição exata dos canhões em bateria no Morro do Castelo, feito por dois oficiais da esquadra em diferentes ocasiões, em 28 de dezembro. Foi novamente afirmado por êsses oficiais que os canhões estão prontos para serem usados a qualquer momento. Tudo que é necessário fazer, o que tomaria apenas um minuto, é tirar alguns dos sacos de areia postos para mascará-los, e impedir que sejam vistos de fora, e êsses canhões poderão imediatamente fazer fogo. Os comandantes superiores e seus oficiais têm a miúdo observado o fogo da cidade e contra a cidade de fuzilaria e canhões de tiro rápido e freqüentemente se viu que o primeiro tiro partia da praia, direito que o Govêrno declarou oficialmente não abdicar. — *A. Aubry,* comandante das Fôrças Navais italianas. — *S. Rollestone,* comandante das Fôrças Navais inglêsas. — *Augusto de Castilho,* comandante das Fôrças Navais portuguêsas. — *de Barbeyrac,* comandante das Fôrças Navais francesas. — *Henry F. Picking,* comandante das Fôrças Navais dos Estados Unidos da América. — 11 de janeiro de 1894.

Referindo-se à nota do Govêrno brasileiro, o comandante português, que nesse ponto expressa o modo de sentir de tôda a Reunião, escreve assim às autoridades do Almirantado:

Ainda sôbre a mudança da atitude dos comandantes superiores das Fôrças Navais estrangeiras para com a esquadra revoltada, envio por cópia outra nota do ministro das Relações Exteriores aos representantes diplomáticos das potências acêrca do armamento da cidade, na qual o Govêrno apresenta argumentos débeis para justificar o seu procedimento clandestino e furtivo a fim de colocar a cidade em posição não só de se defender como também de atacar as Fôrças Navais alevantadas. A nota precedente do mesmo ministro tem incomparàvelmente mais valor político, porque ao menos revela uma coragem digna e resoluta sem procurar acobertar-se por detrás dos especiosos argumentos, que de modo nenhum explicam o seu ato. A esta nota entendemos nós ainda dever replicar com a nossa de 11 em que, em poucas palavras, restabelecíamos a verdade dos fatos, sem todavia desmentirmos o ministro. Alguém um dia poderá avaliar êstes documentos e julgar se fo-

mos nós, comandantes superiores, ou o Govêrno brasileiro quem teve razão(1).

E acrescentava, recordando os serviços prestados pelas Fôrças Navais estrangeiras à cidade do Rio de Janeiro:

O que ninguém poderá negar-nos é a decisão com que procuramos e conseguimos até êste momento histórico salvaguardar a cidade do Rio de Janeiro contra os ataques da esquadra, com os seus grossos canhões; e isto apesar das provocações de terra. Ainda há pouco tempo o almirante Saldanha nos declarou que faria fogo sôbre a cidade com a grossa artilharia, caso lhe dessem um tiro, mesmo que êste partisse da ilha do Bom Jesus; e tendo-se dado esta hipótese, êle não se atreveu a fazê-lo, porque nós lhe declaramos peremptòriamente que lho não consentiríamos, porque a ilha do Bom Jesus não fazia parte da cidade, e era, portanto, um dos pontos em que a ação do Govêrno estava absolutamente desligada de qualquer compromisso.

O comandante português e com êle os outros comandantes viam claro o plano do marechal Floriano Peixoto. « E' minha opinião, continua êle, que o Govêrno não se decidirá por enquanto a atacar a esquadra com a artilharia de terra, continuando a armar-se gradualmente e esperando talvez o momento da chegada dos navios, que está aprontando em diversos pontos e dos quais alguns já estão em Pernambuco. Nessa ocasião, quando êle tiver assim concentrados todos os seus elementos de ação, romperá resoluto um vigoroso ataque sôbre os navios rebeldes que aqui estiverem e sôbre as ilhas, provàvelmente com bom êxito. O que resta saber é se a esquadra poderá permanecer inativa até êsse momento ou se terá mantimentos, carvão e paciência para esperar essa ocasião » (2).

Como se tem visto, da antiga Reunião a bordo do *Aréthuse* só restavam no Rio de Janeiro o comandante do *Charleston*, capitão de mar e guerra Picking, e o da *Mindello*.

Depois do almirante francês de Libran e do almirante italiano Magnaghi, que o havia substituído na presidência, era a

(1) Nota de 14 de janeiro de 1894.
(2) Mesma nota.

vez de partir do comandante inglês, capitão de mar e guerra W. M. Lang, que seguiu para a Inglaterra em 11 de janeiro. O comandante Picking era também logo substituído. Em 12 chegava de Nova-York o *San Francisco,* tendo a seu bordo o novo comandante da divisão naval americana, o contra-almirante Benham. Assim, já no mês de janeiro, Augusto de Castilho era o único dos comandantes interventores que ficava no seu pôsto.

A situação na baía tinha inteiramente mudado. Ao passo que as outras nações diminuíam as suas fôrças, as dos Estados Unidos tornavam-se verdadeiramente imponentes. Ao *Charleston,* ao *Newark* e ao *Detroit* tinham vindo juntar-se mais dois grandes cruzadores, o *San Francisco* e o *New York*, formando, em nosso pôrto, uma grande esquadra branca. Era visìvelmente uma demonstração, devida, talvez, à desconfiança ou receio de preponderância européia no Brasil.

Não consta dos documentos publicados que os comandantes estrangeiros tivessem dado desde logo conhecimento ao contra-almirante Saldanha da Gama da declaração feita em 2 de janeiro ao Govêrno Federal, de que, tendo o Rio de Janeiro tomado o caráter de cidade fortificada, êles não se julgavam mais autorizados a impedir o bombardeamento. É certo que lhe tinham pedido em 25 de dezembro um prazo de quarenta e oito horas, caso o bombardeio se tornasse inevitável, mas ainda nessa nota êles declaravam reservar tôda a sua liberdade de ação. Sòmente, para o fim de janeiro, a julgar pela nota circular que dirigiu aos comandantes estrangeiros, Saldanha da Gama teria sabido da modificação profunda que se dera na atitude das potências. É êste o documento, cuja queixa amarga será avaliada pelos que tiverem acompanhado em todos os episódios a intervenção estrangeira:

A suas excelências os senhores comandantes das Fôrças Navais estrangeiras surtas no pôrto do Rio de Janeiro.

No comêço da presente revolução, quando a cidade do Rio de Janeiro, defendida apenas por alguns raros canhões de campanha, colocados em sua frente e colinas principais, estêve à mer-

cê dos canhões da esquadra, os chefes das Marinhas estrangeiras, então representados neste pôrto, em nota coletiva e unânime dirigida a S. E. o sr. contra-almirante Custódio José de Melo, declararam que se oporiam, mesmo pela fôrça, a qualquer tentativa de bombardeamento contra a cidade, a não ser que partisse antes de terra a provocação (1).

Aproveitando-se dessa resolução dos chefes navais estrangeiros, o govêrno do marechal Floriano Peixoto apressou-se em fazer retirar das colinas e da frente da cidade os seus pequenos canhões de campanha, não por certo para salvaguardar as inúmeras vidas e os altos interêsses comerciais que esta encerra, mas como ardil para armar os mesmos pontos novamente, e outros mais, de grande e numerosa artilharia.

Principiado à sorrelfa e com embuste, se ostenta êsse trabalho hoje, sem mais disfarce, em tôda a sua plenitude.

Tôdas as colinas adjacentes à frente da cidade se acham cobertas de baterias; os históricos e sacros mosteiros de São Bento e dos Capuchinhos no Castelo estão convertidos em fortalezas; as fábricas estabelecidas ao longo do litoral receberam ordem para cessar os respectivos trabalhos e retirar o pessoal a fim de serem transformadas em outros tantos pontos fortificados; estão levantadas trincheiras em todos os cais públicos, até mesmo em frente ao estabelecimento pio da Santa Casa da Misericórdia; numa palavra, é voz corrente que o Govêrno, uma vez que considere ultimado êsse trabalho, se apressará em dado momento a romper de tôdas essas fortificações fogo contra a esquadra. Suas excelências os senhores chefes navais estrangeiros não hão de certamente opor-se, e pela fôrça, a que a esquadra responda a essa falada agressão das baterias da cidade, ou mesmo que ela se antecipe. Seja-me, porém, lícito perguntar a suas excelências, homens de guerra conspícuos como são todos, se as condições da luta para a esquadra são presentemente as mesmas que em setembro, outubro, novembro e dezembro findo? E não foram suas excelências os culpados dessa situação desfavorável para a esquadra, com uma intimação que aliás não serviu para salvaguardar os altos interêsses comerciais da cidade, nem a vida e propriedade de uma população na maior parte estrangeira?

As mesmas razões em que suas excelências se estribaram para impedir por parte da esquadra um ataque de viva fôrça sôbre

---

(1) Na nota de 1 de outubro não havia essa condição, que, entretanto pode considerar-se subentendida e foi expressa em documentos posteriores.

a cidade do Rio de Janeiro, deviam agora pesar no sentido de tornar igualmente respeitado, mesmo à fôrça, pelo govêrno do marechal Floriano Peixoto um pacto que êle quebrara à falsa fé.

Por parte da esquadra sob o meu comando devo declarar a suas excelências que lamento, pela cidade do Rio de Janeiro e pelos seus mesmos habitantes, a ruptura dêsse benéfico compromisso, por nossa parte respeitado com todo o rigor até à presente data, mas aceito a contingência em que a intervenção de suas excelências a colocou.

A tarefa poderá ter-se tornado para nós, da revolução, mais árdua, mais perigosa, e mais sangrenta; contudo, nem assim nos fará recuar.

A esquadra sob o meu comando respeitará o pacto até o último momento; realizada, porém, que seja qualquer agressão por parte das baterias da cidade, eu me reservo o direito de resposta para quando e como entender conveniente, sem ulterior aviso.

Nesta hipótese, ficará também a suas excelências, perante a história desta revolução, a responsabilidade dos inevitáveis sucessos que, longe de impedirem, antes agravaram com a sua intervenção.

Nada disto me impede, entretanto, de prevalecer-me do ensejo para assegurar a suas excelências os meus protestos do mais alto respeito e consideração. — Bordo do cruzador *Liberdade*, 28 de janeiro de 1894 — *Luís Filipe de Saldanha da Gama*, comandante em chefe das Fôrças Navais da revolução contra o govêrno do marechal Floriano, no pôrto do Rio de Janeiro.

Era o simulacro apenas de uma fôrça que a dignidade da sua posição lhe fazia aparentar, mas que tanto os comandantes estrangeiros como o Govêrno em terra sabiam bem que êle não possuía. A intervenção tinha durante quatro longos meses aniquilado os recursos e destruído o alento da revolta, desenvolvendo pelo contrário a confiança e o poder do Govêrno. Graças a ela, ao passo que os elementos de combate da esquadra, dia por dia, se dispersavam, se desfalcavam, se incendiavam como os paióis, afundavam como o *Javari*, o Rio de Janeiro, com o círculo de suas defesas completo, surgia agora cidade fortificada. Decerto, fôra humilhante para o Govêrno a reunião quotidiana em nosso pôrto de um conselho superior de almirantes estrangeiros deferindo e indeferindo as queixas

dos dois combatentes: resolvendo entre si o que podiam tolerar e o que deviam proibir quer às fôrças legais quer às revoltosas; apreciando cada tiro segundo o interêsse comercial estrangeiro; verificando donde partia a provocação para decidir se a repulsa não a teria por acaso excedido. Foi, porém, êste regímen exclusivamente que tornou possível a fortificação dos morros sob os grossos canhões da esquadra e possível o arrasamento de Villegaignon — sem ela ter disparado contra a cidade um tiro sequer de sua poderosa artilharia. Não houve vanglória nem pretensão da parte do Govêrno inglês quando fêz repetir pelo sr. Hugh Wyndham ao sr. Cassiano do Nascimento que êle tinha « *evitado o bombardeamento e assim prestado auxílio material ao Govêrno do marechal Floriano Peixoto* », foi simples recordação de um fato histórico que não admite dúvida; de um concurso, verdadeiramente inapreciável do ponto de vista militar, de que resultou o ter podido o marechal Floriano sustentar a sua autoridade sem lhe ser preciso abandonar a cidade do Rio de Janeiro, e ter debelado a grande revolta naval, senhora do pôrto, sem ter tido necessidade de fechar a alfândega.

O que se segue é a agonia da revolta. O apêlo de Saldanha não tem outra resposta senão o *ato de fôrça* do almirante americano, que se verá mais longe, ameaçando meter a pique a esquadra revoltosa. « Afirma-se que nessa ocasião quis já o almirante Saldanha abandonar a luta, entregando a sua espada ao almirante Benham », diz o comandante português (1). Êsse último pensamento decerto não ocorreu a Saldanha, mas não

---

(1) « O que é curioso, diz Augusto de Castilho, mas honroso para o caráter brasileiro, é que aquêles mesmos que mais encarniçados governamentais costumavam manifestar-se e que deveriam por isso estimar êste choque sofrido pelo almirante revoltoso, mostraram senti-lo mais como brasileiros só, ou em primeiro lugar, e doeram-se por isso com o ultraje vindo da parte de estrangeiros contra patrícios seus, embora naquele momento inimigos. Essa apreciação não tem o menor fundamento. Todo o lado governista aplaudiu a esquadra americana. « Era muito já, escrevia o *País*, no dia seguinte: era demais para que a poderosa esquadra americana, fundeada a alguns metros do ponto em que se deu tão grave ocorrência, sôbre ela fizesse vista grossa, calasse a ofensa, sufocando o seu próprio patriotismo, tragando em silêncio inexplicável o ataque direto ao seu pavilhão, emblema sagrado do seu território, símbolo que-

deve estar muito longe da verdade o estado de espírito pintado daquele modo. « Diante do ato de fôrça contra o qual não posso pretender reagir também pela fôrça neste momento, foi a resposta do almirante brasileiro, tenho que consentir dora em diante na atracação aos trapiches da cidade dos navios mercantes norte-americanos, o que importa reconhecer a mesma vantagem a todos os mais navios mercantes estrangeiros que freqüentam êste pôrto » (1).

Estava assim o comando da esquadra revoltada desarmado diante do próprio contrabando de guerra. Que tinha mais que fazer na baía a esquadra, sitiada e impotente, quase sem munições, e que de repente podia achar-se até sem água? « O almirante Saldanha da Gama, é a triste pintura que nos faz das suas condições a mesma testemunha, encontrava-se isolado na baía do Rio de Janeiro, a bordo de alguns desmantelados navios e nas três ilhas que lhe obedeciam sem esperar nem poder receber recursos de fora, e vendo diminuírem-se-lhe ràpidamente as provisões de mantimentos e as munições de guerra... As guarnições exaustas por um serviço perigoso quase permanente, com um número sempre crescente de feridos, devastadas pelo beribéri e outras moléstias, apresentavam já um aspecto de resignação sombria e de quase desespêro, que contrastava notàvelmente com a impetuosidade e arrogância dos primeiros dias da luta » (2).

Pode-se dizer que desde então a fatalidade não o deixa mais; o dia brilhante da sua carreira tinha passado, começava

---

rido, etc. Era demais! » E o *Tempo* com êle: « ... os revoltosos levaram a sua audácia aos últimos limites, obrigando a uma justa represália ». O nome do almirante Benham tornou-se de repente popularíssimo entre os inimigos da revolta. No banquete que lhe foi oferecido em Nova York pelo *United States Service Club,* resumiu êle dêste modo entre gargalhadas e aplausos a sua ação no Rio de Janeiro: « Quanto ao meu procedimento no Brasil e aos efeitos que êle tenha produzido, penso que sem contestação concorreu para tornar-nos bons amigos daquele país. Esta amizade baseia-se no respeito e talvez em alguma coisa mais ». Correspondência de Nova York para o *País,* citada por Eduardo Prado em *A Ilusão Americana,* 2.ª edição, pág. 127.

(1) Nota circular aos comandantes estrangeiros em 30 de janeiro.

(2) Nota de 24 de maio.

agora a noite sombria e tempestuosa. E' a inspiração precipitada do desespêro que explica o ataque da Armação, improvisado em 9 de fevereiro, e do qual êle sai com três ferimentos. É ela que explica ter êle feito sair com os últimos recursos de que dispunha o *Aquidabã*, que não devia mais voltar, senão prisioneiro. Deve ter sido o pior momento de todos para Saldanha aquêle em que o viu virar de bordo para a estação fatal do Destêrro! A questão desde êsse momento para êle era: como abrigar tôda essa gente cujo comando aceitara quando tudo já estava comprometido? As potências mostravam desinteressar-se da questão, agora que o desfecho da luta era fatal. A opinião estrangeira era que os prejuízos teriam sido menores e a paz mais pronta, se se tivesse deixado à esquadra, seis meses antes, tôda liberdade de ação. « De dezenove navios que há pouco tempo aqui se encontravam pertencentes a nove nacionalidades diversas, diz Augusto de Castilho em 26 de fevereiro, estavam ontem no pôrto apenas um navio americano com o almirante, uma canhoneira inglêsa, e a *Mindello* ». A inação tinha-se prolongado demais, cansara a todos; de um modo ou de outro, era preciso concluir.

O FIM DA REVOLTA

A INTERVENÇÃO tinha produzido o seu efeito: por um lado, tinha gastado, dia por dia, os elementos ativos e destruído o moral da esquadra; por outro, tinha deixado completar-se, por trás dos sacos de areia e das notas diplomáticas, a fortificação da cidade e dado tempo ao Govêrno para organizar uma esquadrilha, ainda que improvisada, suficiente para dar combate aos navios desmantelados de que a revolta dispunha no pôrto. Nessas condições o Govêrno resolveu dar o golpe final. Em 11 de março os representantes das potências estrangeiras receberam todos comunicação oficial de que findas quarenta e oito horas começariam as operações da cidade contra os insurgentes.

Deu-se então um desenlace inesperado. Não podendo aceitar um combate tão desigual e que o forçaria, sem a mais remota possibilidade de êxito, a ligar o seu nome, e ainda pior a tradição da nossa Marinha de Guerra, a uma recordação perpètuamente odiosa, como seria o bombardeamento, Saldanha da Gama pediu asilo para si e a sua gente ao comandante português Augusto de Castilho.

A 9 ou 10 de março a *Mindello* estêve para partir do nosso pôrto em cruzeiro higiênico. « Teria ficado no Rio, escreveu no seu opúsculo o conde de Parati (1), só a corveta *Afonso de Albuquerque* comandada pelo valente e disciplinado oficial Teves, se o destino não tivesse marcado o sr. Castilho para os acontecimentos de março ». Não sei se o comandante Teves teria procedido diferentemente; mas quero persuadir-me de que não era Castilho, e sim a Marinha portuguêsa que *estava marcada pelo destino,* na frase do conde de Parati, *para os acontecimentos de março.*

---

(1) Conde de Parati, *Portugal e Brasil, Breves Explicações,* pág. 37.

Por que, porém, escolheu Saldanha da Gama aquela bandeira? Surpreendido pela intimação, que lhe constara, das quarenta e oito horas, êle não tinha tempo para hesitações nem tão pouco amplidão de escolha.

No dia 11 de março, diz-nos o distinto patrono de Castilho, Alves de Sá (1), no dia em que foi pedido o asilo, só estavam na baía do Rio de Janeiro a pequena canhoneira inglêsa *Beagle* e « *ao pé da baía da Jurujuba um navio dos Estados Unidos, os portalós fechados, incomunicável, quiçá inimigo* » (2). Ao navio norte-americano, depois do ato do almirante Benham, mal se podia dirigir Saldanha da Gama (3). A sua escolha era entre a Inglaterra e Portugal. O serviço, porém, que êle ia pedir era da ordem dêsses que quase não se pedem a estranhos. As noções tôdas pelas quais se regula o proceder público e privado da comunhão são tão diversas da Inglaterra para o Brasil que excluem qualquer aproximação; não há nada comum no sentir dos dois países; pertencem, pode-se dizer, a mundos diversos. Depois, a Inglaterra representava a fôrça (4). Se o pavilhão inglês cobrisse os asilados revoltosos, seria a proteção de uma potência naval de primeira ordem, o que podia despertar contra êles certo preconceito. Por último, a Inglaterra era o estrangeiro, na frase de Saldanha, perfeitamente estranho ao Brasil, o estrangeiro sem interêsse pelas nossas lutas, frio, indiferente diante dos vencidos; o grande amor-próprio dos brasileiros impedia-os de levar

---

(1) Castilho, *obra citada*, I, pág. 249.

(2) *Ibid*, pág. 260.

(3) « Saldanha da Gama declarou-me que preferia acolher-se à sombra da bandeira portuguêsa, por lhe ser mais agradável, e reputar que o seria igualmente a todos os brasileiros, o asilo dos navios de um povo amigo, irmão, não inteiramente estrangeiro, e que não se impunha naquelas circunstâncias pela fôrça, do que a proteção concedida por qualquer nação poderosa, mas perfeitamente estranha ao Brasil.

« Acrescentou que lhe teria sido excessivamente doloroso e humilhante sujeitar-se a agradecer a própria vida e as dos seus camaradas à esquadra americana, que tão dura e arrogantemente os tratara dias antes ». Parati, *obra citada*, pág. 59.

(4) Ver na nota anterior o sentimento de Saldanha da Gama, expresso a Parati, quanto a essa circunstância da fôrça.

para o tombadilho de um navio inglês o quadro de infortúnios, de miséria, de desalento, que tanto impressionou o próprio comandante português. Era um pudor natural o de não querer dar a verdadeiros estrangeiros tal espetáculo, assim como era um nobre orgulho não querer dever a proteção à fôrça, mas só a um direito que a civilização reconhece aos mais fracos: o direito de asilo.

Para poder, entretanto, pedir êsse asilo na iminência de um combate sem colocar a nação que o prestasse em condições de suspensão, senão de hostilidade, para com o govêrno legal, Saldanha compreendeu que não podia entrar no navio português como um revoltoso que queria continuar a luta, mas, sim, retirando-se dela. A nota em que êle pedia o asilo continha expressa essa declaração:

« Os oficiais da fração da Esquadra Libertadora, dizia êle, surta neste pôrto, resolvem pôr têrmo à luta, fazendo depor as armas aos seus bravos e dedicados comandados, e confiando-se à generosa hospitalidade da nação portuguêsa » (1).

E, para melhor acentuar a lealdade do seu procedimento, o seu pedido de asilo era no mesmo dia acompanhado da proposta de capitulação. As bases, assinadas por Saldanha, eram estas:

1ª) Retirada para o estrangeiro dos oficiais, assim como dos que com êles privam, sob a garantia e guarda da nação portuguêsa. 2ª) Garantia de vida para os inferiores e praças e bem assim para os voluntários que lhes estão assimilados. 3ª) Entrega das fortalezas, navios e mais material no pé em que se acham. 4ª) Restituição dos prisioneiros, exceto aquêles oficiais prisioneiros que queiram ou prefiram partilhar a sorte dos oficiais da esquadra (2).

O espírito que animava o Govêrno era de repressão implacável, que pode assinalar-se por um só traço. Ao conde de Parati declarou êle que « merecia ser destruído todo o mate-

(1) Castilho, *obra citada,* III, pág. 266.
(2) *Ibid.* pág. 267, *Relatório* de Cassiano do Nascimento, pág. 46.

rial manchado pelo serviço da revolta» (1). É êsse espírito que fará mudar o nome não só do *Aquidabã* e da *Trajano,* mas da própria cidade do Destêrro (2). Por isso, a resposta à capitulação é uma resposta curta, que, lida à luz dos acontecimentos posteriores de Santa Catarina (3), tem alguma

---

(1) Paraty, *obra citada,* pág. 50.

(2) É sempre uma homenagem mal-entendida mudar o nome de uma cidade. Essa mudança, além do mais, causa imensa confusão nos correios do mundo inteiro; obriga a alterar todos os guias postais e exige também a correção de geografias, mapas, cartas marítimas, etc., e se hoje é o nome de uma cidade, amanhã, sob autoridades ainda mais entusiastas, pode ser o do país. Não havia, porém, razão especial para dar-se o nome do marechal Floriano à cidade do Destêrro. Destêrro foi a principal causa do desastre da revolta, mas é uma homenagem duvidosa glorificar o vencedor pelo êrro fatal do vencido: é como se os romanos tivessem dado o nome de Cipião a Cápua. Havia, porém, outra razão para não se dar ao Destêrro o nome de Florianópolis antes que o de Cesaréia, se queriam perpetuar a odiosa lembrança da guerra civil. A capital de Santa Catarina é hoje, em linguagem popular, uma cidade mal-assombrada, e se a responsabilidade do morticínio que a ensangüenta não foi imputada pelo marechal Floriano ao seu lugar-tenente, também nunca foi reclamada por êle.

(3) Está ainda por escrever a narração das sanguinolentas represálias que se seguiram à vitória da legalidade. O que se conhece é sòmente a lista incompleta dos que foram sacrificados, a responsabilidade do coronel Moreira César no Destêrro e do general Quadros no Paraná, e que todos aquêles infelizes foram mortos escondidamente e, portanto, sem forma de processo, sem recurso de graça, sem se lhes permitir comunicar a ninguém as suas últimas vontades, sem o decôro da sentença última. Apenas uma ou outra circunstância dêsses morticínios é verìdicamente conhecida ainda hoje, e o *Jornal do Comércio,* sob o título ***Episódios da Guerra Civil,*** em artigos que resumem todo o horror dêsse hediondo canibalismo, publicou em 9 e 16 de maio de 1895 a investigação que fêz de tôdas elas. A Câmara dos Deputados ouviu em 2 de outubro de 1894 em uma vibrante catilinária o desafôgo do eloqüente Augusto de Freitas, cujo irmão, chefe do Corpo de Saúde em Santa Catarina, Augusto de Paula Freitas, foi fuzilado ali e a cujas indagações o coronel Moreira César respondera: «*Seu irmão fugido interior do Estado, talvez para as fôrças de Gumercindo*», respondendo mais tarde à viúva da vítima: «*Eu só sei que o seu espôso seguiu para o Rio. Lá não sei em que condição se acha. Foi prêso aqui, remetido para Santa Cruz e daí embarcou para o Rio*». Santa Cruz é a fortaleza em Santa Catarina onde se fizeram a maior parte das execuções secretas. No caso de Buette e Müller foi infelizmente sujeita à mais cruciante análise pelo representante da França essa evasiva oficial, copiada da diplomacia oriental, de que os fuzilados do Govêrno tinham ido reunir-se às fôrças inimigas:

> Quando, a meu pedido, o Ministério das Relações Exteriores o interrogou pela primeira vez, em 16 de junho último, sôbre o que era feito dêstes franceses, o coronel Moreira César, segundo

coisa de lúgubre: « O Govêrno não pode aceitar proposta de militares rebeldes » (1).

Qualquer que seja, em direito militar, o juízo sôbre o princípio envolvido naquela capitulação, de extremar-se a sorte da oficialidade da sorte dos soldados, princípio do qual, a meu ver, seria absurdo fazer-se um ponto de honra em uma guerra civil entre concidadãos como o é em uma guerra estrangeira, é incontestável que a capitulação dava ao Govêrno tudo que êle podia desejar. Entregava-lhe os navios, as fortalezas, o material de guerra todo, no estado em que se achava; entregava-lhe, destacando-os da revolta, os inferiores, praças e voluntários; só lhe arrebatava os oficiais que, todavia, ficariam afastados da luta, exilados, sob a garantia do Govêrno português. A êsses oficiais, porém, tinha sido prometido asilo, e, na noite de 11 de março em que foi ao Itamarati levar uma cópia da proposta de capitulação, Augusto de Castilho o declarara ao marechal Floriano Peixoto (2). Estava, portanto, fora do poder do Govêrno alcançar os oficiais rebeldes, mesmo porque, no primeiro momento, o asilo pareceu a todos

---

> se me assegurou, não respondeu. Depois de um mês de diligências infrutíferas e em conseqüência de informações que me chegaram do Prata, fui levado, em 15 de julho, a insistir de novo e com instância. O coronel Moreira César, de novo interrogado pelo antecessor de Vossa Excelência e não ousando confessar a verdade, afirmou que Buette e Müller se tinham evadido da fortaleza na noite de 16 para 17 de junho e que tinha sido impossível alcançá-los. A Vossa Excelência pareceu que essa versão, reproduzida em um relatório de 20 de junho, do qual o ministro das Relações Exteriores me enviou cópia em 7 de agôsto, não valia a pena ser discutida. Tôda a cidade do Destêrro se levantaria para atestar que os dois engenheiros franceses foram fuzilados, sem julgamento, por ordem do coronel Moreira César.

A França concordou em lançar um véu sôbre essas mortes mediante o pagamento de uma indenização de mil e dez contos de réis para as famílias dos dois franceses.

(1) *Relatório*, pág. 47.

(2) « O Marechal recebeu-me com tôda a sua calma cortesia, ouviu-me muito serenamente, recebeu uma cópia da proposta de capitulação, assentiu significativamente com a cabeça quando lhe declarei firmemente que o asilo estava em princípio e desde logo garantido por mim aos oficiais revoltosos ». Nota de Castilho, em 24 de maio.

um direito sacratíssimo (1). Os representantes das potências que haviam intervindo desde outubro apoiavam oficiosamente a proposta da capitulação (2). Não havia assim a menor dúvida de que o Govêrno não poderia apossar-se dos oficiais revoltosos no caso de recusar a capitulação. Que esperava êle? Esperaria que, rejeitada a capitulação, os oficiais, não vendo garantida a sorte dos seus inferiores, desprezassem o asilo para seguirem o destino daqueles? Ou, sem nenhuma animosidade contra êsses oficiais, queria salvar de modo intransigente o princípio da disciplina militar não tratando com rebeldes? Com rebeldes, entretanto, havia êle tratado no comêço da luta o acôrdo de 5 de outubro, ainda que indiretamente, por intermédio das potências estrangeiras, o que só acentua a transigência com o princípio da disciplina militar.

O que se seguiu não entra pròpriamente no objeto dêste estudo sôbre a intervenção. Em seus dois pequenos navios, destituídos de tôdas as comodidades e recursos, faltando tudo, em más condições de navegabilidade, desfalcados de oficialidade e tripulação, o comandante português recolheu tôda a gente que se quis refugiar. Êle havia prometido asilo a umas setenta pessoas, vieram mais de quinhentas. Só na *Mindello* ficaram duzentas e setenta e seis. Eis uma curta pintura por Augusto de Castilho do que era êsse amontoamento à noite:

Os toldos e os barracões do navio achavam-se desde muito em lastimoso estado de ruína, rotos, podres e insusceptíveis de qualquer consêrto; ofereciam, portanto, um irônico abrigo nega-

---

(1) « O Marechal assentiu significativamente com a cabeça... » (Vide nota anterior). « Declarou-me mais êste ministro [Cassiano do Nascimento] que quanto ao asilo prometido por mim aos revoltosos, era êsse um direito sacratíssimo que eu estava exercendo e que ninguém poderia questionar-me ». (Castilho, mesma nota.) O mesmo disse o ministro ao conde de Parati: « Nesta ocasião, na conferência que teve com o dr. Cassiano do Nascimento, em 12 de março, reconheceu S. Ex. que o direito de asilo era sagrado ». Parati, *obra citada,* pág. 51.

(2) « França, Inglaterra, Itália, Estados Unidos apoiam oficiosamente proposta sem se dirigir oficialmente ao Govêrno brasileiro ». Telegrama do conde de Parati de 12 de março, *Ibid.*

tivo à grandíssima maioria de gente que tinha que dormir em cima, na tolda, nos xadrezes do tombadilho, no convés, no castelo, por cima das antenas. Outros ainda, e não eram dos mais infelizes, dormiam dentro das embarcações miúdas, dentro das trincheiras e dentro dos escudos da artilharia. Os mais felizes dormiam nos beliches vagos do alojamento dos aspirantes, no chão de alguns camarotes, no chão e em macas na praça d'armas e na câmara dos oficiais, sôbre a mesa e nas almofadas dos sofás e no chão da câmara do comandante. As baldeações, lavagens e outras limpezas eram sempre um trabalho dificílimo, imperfeito, que só podia ser feito por partes, e que nunca podia dar resultado satisfatório. O navio estava em um estado que metia mêdo! (1).

Só portuguêses teriam, talvez, dado essa hospitalidade aos revoltosos.

Já uma vez, no *Jornal do Brasil* (2), acompanhei a saída das duas corvetas para os mares tempestuosos do Sul, com todo êsse excesso de passageiros e sob a ameaça iminente de

---

(1) Nota de 24 de maio. A invasão da *Mindello* deu-se no dia 13 de março, diz Castilho, desde às 8 horas da manhã até às 2 ou 3 da tarde — « o que foi perfeitamente presenciado de bordo de todos os navios surtos no pôrto e de tôdas as alturas da cidade. Sabia, portanto, o Govêrno brasileiro com certeza que as ilhas rebeldes e os navios que haviam obedecido ao almirante Saldanha da Gama não podiam opor-lhe qualquer resistência. Não obstante, rompeu pouco depois das 3 horas p. m. um vivíssimo canhoneio de tôdas as alturas da cidade e das fortalezas da barra e baterias de Niterói contra aquelas abandonadas ilhas e contra os navios que nada responderam nem podiam responder. Um homem armado com tôdas as armas que pudesse manejar, batendo em um cadáver, não faria mais brilhante figura. » Por seu lado, o Govêrno brasileiro torna responsável Augusto de Castilho, por êsse bombardeamento inútil, explicando-o pela conservação da bandeira branca nos navios e fortes abandonados: « Os rebeldes não respondiam [ao fogo das fortalezas], mas isso não era de estranhar, porque já nos dias anteriores o não faziam », — tinham feito uma proposta de capitulação e pedido e obtido asilo com ciência, desde 11 à noite, do Itamarati — « e demais a bandeira branca, distintivo da revolta, estava arvorada nos pontos por êles ocupados. Pouco tempo durou o engano. Os rebeldes não respondiam, porque se tinham refugiado a bordo das corvetas portuguêsas. A conservação da sua bandeira foi talvez um ardil que o sr. Castilho não percebeu e do qual, sem dúvida involuntàriamente, se tornou cúmplice. » Nota de Cassiano do Nascimento em 13 de maio ao conde de Parati, enviando-lhe os passaportes.

(2) *Jornal do Brasil* de 28 de maio de 1895.

mais de uma terrível epidemia, de que levavam acumulados os germens. Foi grande a onda de simpatia levantada em ambas as repúblicas do Prata a favor dos infelizes sul-americanos condenados à internação na Europa ou em África, onde Portugal os pudesse alojar e vigiar. Ali era inevitável a fuga, dada a insalubridade das embarcações, a insuficiência da guarnição portuguêsa, o número de asilados e o privilégio da soberania territorial argentina que dificultava a baldeação em suas águas de homens com direito à liberdade e ao *habeas-corpus* desde que saíssem dos navios portuguêses; dada, por último, a consciência nítida, positiva, do comandante Augusto de Castilho, mesmo obedecendo e cumprindo ordens, de que o asilo por êle concedido tinha sido amplo e incondicional (1).

Não me cabe escrever a página definitiva em que um dia se há de ler na história dos dois países o nome de Augusto de Castilho (2). Portugal não possui nos tempos mo-

---

(1) «A fuga era inevitável! e o que foi mais espantoso, ainda, foi não ter havido ou uma mortandade horribilíssima pelas doenças, ou uma revolta sanguinolenta a bordo, e a tomada dos navios portuguêses por todos êsses homens atirados para ali e contidos quase sôbre-humanamente, em condições tão incomportáveis, tão extremamente tensas». Alves de Sá, em defesa de Castilho, *obra citada,* I, pág. 343.

(2) Para bem se avaliar a ousadia do cometimento de Augusto de Castilho tomando e conservando a massa dos revoltosos foragidos a bordo das duas pequenas embarcações portuguêsas, dentro mesmo da baía, cujos formidáveis armamentos os haviam feito desistir da luta, e quando o Govêrno dispunha já, não só dos navios e fortificações abandonados da revolta, mas também da esquadra que lhes vinha oferecer combate, é preciso recordar a linguagem da imprensa legalista nos dias em que o Govêrno se sentia ludibriado e roubado da repressão que já prelibava o Itamarati.

Eis como *O País* refere a agitação que se notava no dia 15 de março:

> Cêrca de 1 hora da tarde, grande multidão de patriotas, bons republicanos de tôdas as classes, em número talvez de duas mil pessoas, dirigia-se à praça da República, e entre vivas entusiásticos mostrava a intenção de diretamente influir para que os oficiais revoltosos fugitivos viessem para a terra. Em frente ao nosso escritório tendo parado o enorme grupo popular para saudar-nos, como francamente transparecesse em todos os distintos concidadãos presentes o firme propósito de dirigir-se aos navios de guerra portuguêses e arrebatar a viva fôrça o sr. Saldanha da Gama e os

dernos outro espisódio que faça sobressair tantas das suas qualidades viris de ânimo e de coração.

Augusto de Castilho tinha sido um dos comandantes superiores que tomaram parte nas primeiras deliberações do *Aréthuse;* avaliava devidamente a importância da interven-

---

seus companheiros, tomou a palavra o sr. João Clapp. Em resumo, disse o sr. João Clapp que exortava aos seus compatriotas presentes tôda a prudência, que confiadamente esperassem o resultado da ação do govêrno do marechal Floriano Peixoto porque sabia estar iniciada ação diplomática, e a solução provàvelmente não excederia de hoje [16 de março].

Foi a confiança de que a ação diplomática do Govêrno daria resultado imediato o que impediu o desatino que se maquinava, sendo certo que à explosão dos patriotas de terra responderia logo a mocidade militar que guarnecia as fortificações e os navios legalistas. A linguagem dos jornais era da mais ilimitada segurança de que os prisioneiros seriam restituídos, e, se o não fôssem, de que o direito do Govêrno de os tomar à viva fôrça era perfeito. « As Fôrças Navais portuguêsas, dizia *O País,* tendo asilado a seu bordo os rebeldes no ancoradouro que a capitania do pôrto destinara para pôr a abrigo do combate a esquadra estrangeira, faltaram à confiança que o poder público brasileiro depositava na sua neutralidade... » Nesse mesmo artigo declarava que, ao cabo de uma luta tão encarniçada, a nação brasileira não tinha o espírito suficientemente calmo para debater a questão de direito. Se a embarcação que dava asilo fôsse, não a *Mindello* ou a *Afonso de Albuquerque,* mas a pequena canhoneira *Beagle,* a imprensa governista não nos teria dado essa pintura do Govêrno, tão enfadado que não podia atender a *um certo número de ponderações jurídicas.* É êste o trecho d'*O País*:

> Os representantes do Govêrno português deviam calcular, se não são em absoluto destituídos de faro psicológico, que o espírito público de uma nação depois de seis meses de luta, de bombardeios e de massacres, não tem a serenidade mental para atender a um certo número de ponderações jurídicas, e está sempre disposto a ver um agravo ou uma provocação naquilo que pode muito bem ser uma errada interpretação de direito. Editorial de 9 de março.

Tão tarde como em 7 de abril, quando os navios portuguêses já estavam em Buenos Aires, a mesma imprensa falava em abordá-los no alto mar e em tirar-lhes os refugiados. « E' preciso considerar bem nessas conseqüências. Não as desejamos de modo algum e estamos convencidos que o govêrno da República não as empregará senão em extremo, arrastado pela teimosia da parte que provocou o conflito. Convém, entretanto, que se diga alto e bom som: O govêrno da República conhece a extensão de seus direitos; sabe que pode mandar vasos da sua esquadra em demanda dos portuguêses, exigir dêles a entrega dos prisioneiros, abordando-os mesmo para tomá-los à viva fôrça no caso de recusa... » Editorial do *Tempo* de 7 de abril.

ção; sabia que se não fôsse ela a esquadra revoltada nunca teria sido forçada a lhe vir pedir refúgio; concorrera para o acôrdo feito entre os dois combatentes, de se conservar à cidade do Rio o caráter de cidade aberta, e, como todos os seus colegas, reconhecia que êsse acôrdo fôra rompido pelo marechal Floriano Peixoto quando mais não precisava da sua proteção; recordava-se que, por vêzes, em benefício da cidade e por insinuação do govêrno legal êle e os outros membros da Reunião tinham feito apêlo « à alta generosidade e aos sentimentos humanitários » do comandante da esquadra revoltada; e por isso, agora que essa esquadra, que desistira do direito de atacar, não se podia mais defender e o Govêrno provocava o bombardeamento que as potências tinham evitado quando êle estava sem defesa, em sua consciência de marinheiro não podia desconhecer a obrigação em que estava de salvar a vida àqueles que havia contribuído para colocar nessa situação desesperada. Sob êsse vínculo de honra e sem calcular as dimensões e recursos dos seus navios nem o número dos fugitivos, recolheu êle, sem hesitar um só instante, os centenares de fugitivos que lhe pediam asilo, isto no meio de um bombardeamento geral, quando os ódios de facção se preparavam para o *Dies irae* (1) e as bôcas dos ca-

---

(1) « *DIES IRÆ* — ... Não é o Juiz Supremo que vem chamar a humanidade a contas, como no hino maravilhoso do místico de Mogúncia, e perante o qual, num assombro trágico, o pecador implora salvação; mas é a pátria lutuosa e colérica que, pelo órgão da autoridade constituída, vem articular o libelo tremendo contra os cavadores da sua ruína, os culpados da sua miséria, e puni-los implacàvelmente, como essa misteriosa majestade, distribuidora de graças e de penas, para que o catolicismo da Idade Média apelava nesse cântico de morte, aguardando perdão para os crimes dos mortais...

Está próximo o dia de reivindicação e da justiça, tudo o faz prever. Êsse dia, a que os rebeldes tanto aludem, denominando *Dies irae*, há de ser na verdade um dia de formidáveis reparações, de terror talvez, de melancolia por certo, como sonhara êsse monge genial ao compor em latim bárbaro, num ritmo monótono de resignação e de dor, as estâncias dêsse poema sagrado, que o órgão das catedrais da Idade Média tornava mais lúgubre, cheio de lágrimas e de espanto ante a visão apocalíptica do Supremo Julgador. *Dies irae* será, sim, êsse dia memorável, porque, como no cântico religioso, a cólera da pátria punirá os réprobos

nhões de terra podiam errar o alvo e afundar em um momento as temerárias embarcações que lhes roubavam a prêsa, e cinco dias depois empreende uma viagem oceânica com todos os riscos de naufrágio, de insubordinação e de peste, para pôr a salvo êsses reféns da honra portuguêsa.

O primeiro grande sentimento que êsse procedimento de Augusto de Castilho põe em evidência, é a fidelidade aos compromissos tomados em nome do país. Outro, é a consciência de que as nações fracas e pequenas têm os mesmos privilégios que as nações fortes e arrogantes, demonstrada nessa impávida asserção de que o asilo é tão inviolável a bordo de duas pequenas corvetas portuguêsas como o poderia ser nos grandes couraçados da Inglaterra e da França. Outro, é o destemor que não mede as conseqüências de um ato de soberania nacional quando se tem a guarda da bandeira. Outro, a coragem náutica do comandante que realiza em circunstâncias extraordinárias aquela viagem de salvação. Outro, o espírito de humanidade que não deixa contar os náufragos antes de recolhê-los. Outro, o instinto que, de pólo a pólo, une em uma só família todos os homens do mar, criaturas do mesmo elemento, caravana do mesmo infinito Deserto. Outro, por último — e não será essa uma virtude em autoridades portuguêsas? — a obrigação maior para com brasileiros, a hospitalidade que reparte com êles tudo o que têm, e não se envergonha do pouco.

Essa questão do asilo, que é a última a que a intervenção deu lugar, devia colocar infelizmente o nosso Govêrno em posição de parecer até pouco generoso. A seguinte confissão é da maior importância. « Eu tinha por telegrama de 18 de março, diz Cassiano do Nascimento no seu Relatório, recomendado ao nosso ministro em Londres que, por meio do

---

e exterminará os culpados, e, entre o fracasso da grande luta, o direito profanado radiará num esplendor, e sôbre todos os corações que hoje sangram flechados assassinamente em seu afeto pela ambição impiedosa dos maus, descerá enfim o bálsamo espiritual da honra desagravada e da justiça satisfeita ». Artigo editorial d'*O País* em 10 de março.

Govêrno britânico, procurasse auxiliar a legação em Lisboa no encargo de obter que o Govêrno português ordenasse a restituição dos asilados». Na expressão de lord Palmerston, o Govêrno brasileiro queria que a Inglaterra induzisse Portugal a um ato *desonroso* (1). Não se pode conceber um mais extraordinário pedido, nem um passo mais arriscado para a dignidade de um govêrno. Pedir o Brasil à Grã-Bretanha que persuadisse Portugal a restituir-lhe os refugiados, era ir ao encontro, senão de uma repulsa humilhante, pelo menos de uma lição que a Chancelaria brasileira com as suas longas tradições de prudência podia bem dispensar. Eis a nota que o sr. Wyndham dirigia ao sr. Cassiano do Nascimento em nome de lord Kimberley:

Rio de Janeiro, 21 de março de 1894. — Senhor Ministro. — Tenho a honra de informar a V. E. que no meu regresso ontem à noite do Rio de Janeiro a Petrópolis, achei um telegrama do principal Secretário de Estado de Sua Majestade na Repartição dos Negócios Estrangeiros, comunicando-me que o representante do Brasil em Londres pediu, em virtude de instruções de V. E., os bons ofícios do Govêrno de Sua Majestade em apoio do passo dado pelo Govêrno Federal exigindo do português a entrega dos insurgentes que se refugiaram a bordo dos navios de guerra portuguêses.

Lord Kimberley diz-me ao mesmo tempo que não anuiu a êsse pedido, porque o Govêrno de Sua Majestade não entregaria indivíduos refugiados a bordo dos navios de Sua Majestade em circunstâncias semelhantes e sua senhoria deseja que eu faça ver

---

(1) «Se há atualmente uma regra que mais do que qualquer outra tenha sido observada nos tempos modernos por todos os Estados independentes, grandes ou pequenos do mundo civilizado, é a regra do não entregar os refugiados políticos, a menos que se seja a isso forçado por estipulações positivas de um tratado; e o Govêrno de Sua Majestade acredita que há poucos compromissos dêsse gênero, se algum existe. As leis da hospitalidade, as exigências da humanidade, os sentimentos naturais do homem reúnem-se para afastar tais extradições, e todo govêrno independente, que por si mesmo concedesse uma extradição dessa espécie seria com justiça e universalmente estigmatizado como se tendo desonrado». Lord Palmerston em 1849, a propósito da recusa da Turquia de entregar à Áustria insurgentes húngaros refugiados na Valáquia. Citado em Calvo, § 1.034.

a V. E. que seria excessivamente impolítico da parte do Govêrno Federal insistir na exigência feita ao de Sua Majestade Fidelíssima, porque isso envolveria o Govêrno da República em complicada discussão, não só com o de Sua Majestade Britânica, mas também com os das outras Potências.

Lord Kimberley também manda-me dizer que o Govêrno de Sua Majestade pode razoàvelmente esperar que o Govêrno Federal ouça o conselho amigável que tenho ordem de oferecer-lhe, à vista do fato de haver êle impedido o bombardeamento da Capital, ajudando assim materialmente ao Govêrno Federal.

Submetendo estas considerações à pronta e favorável consideração de V. E. e pedindo-lhe que tenha a bondade de habilitar-me a responder o mais brevemente possível ao Govêrno de Sua Majestade, que está ansioso por ver esta questão ràpidamente resolvida, aproveito a oportunidade etc.

A resposta não podia ser mais desfavorável; não só o Govêrno inglês não anuía em interpor os seus bons ofícios, porque no caso de Portugal êle também não entregaria os refugiados, mas avisava o nosso Govêrno de que, insistindo pela entrega dos asilados se envolveria em uma discussão complicada com a própria Inglaterra e com outras potências. Por sua vez era êle agora que pedia ao Govêrno brasileiro que desistisse do seu intento e resolvesse ràpidamente a questão, lembrando-lhe o auxílio que no comêço da revolta recebera da Inglaterra, quando ela impediu o bombardeamento do Rio de Janeiro!

Essa nota foi entregue em 21 de março e só em 5 de abril o nosso Govêrno declarou ao ministro inglês que não podia desistir da reclamação. Nesse tempo, porém, os navios portuguêses já se achavam, desde o dia 25 de março, em águas de Buenos Aires, e a questão não tinha mais para o estrangeiro a importância que tivera em 18 de março, data do telegrama de Cassiano do Nascimento, quando as corvetas ainda estavam em nossa baía, expostas a alguma represália, a um golpe de audácia e fanatismo, como tanto se receou.

Nessa discussão a respeito do asilo o que sobressai é a facilidade com que o Ministério das Relações Exteriores pre-

sume que o mundo inteiro há de esquecer ou suspender de repente os princípios mais obrigatórios do Direito Internacional para atender a uma dificuldade momentânea do Brasil. Assim como para a repressão da revolta julgou-se de nenhuma conseqüência o abrir o Govêrno mão do princípio de soberania para pedir e aceitar a intervenção estrangeira, submetendo-se às decisões de um conselho de comandantes estrangeiros encarregados de regular as condições do tiro, entendeu-se também que era legítimo sustentarmos para um efeito transitório as mais obsoletas teorias, que tantas vêzes havíamos nós mesmos repudiado como retrógradas. Isto quer dizer que as capitulações com o estrangeiro, quaisquer que fôssem, pareciam preferíveis ao menor ato de tolerância para com os adversários políticos.

Foi assim que em diversas notas saídas da Secretaria das Relações Exteriores apresentamo-nos contra Portugal perante o mundo com uma verdadeira *causa de sangue,* na frase do eminente jurisconsulto português, Martens Ferrão (1). Aqui estão alguns dos princípios da nota de 13 de maio, a que se pode chamar um terremoto por todo o Direito Internacional. Os princípios humanitários não podem aproveitar a rebeldes:

« O senhor conde de Parati invocou, na sua citada nota, os ditames do Direito Internacional e os princípios humanitários geralmente reconhecidos pelas nações civilizadas. Civilizado também é o Brasil, e por isso o Govêrno Federal não compreende que êsses princípios possam aproveitar aos rebeldes que, sem atender a êles, fizeram bàrbaramente tantas vítimas, atirando para esta cidade durante mais de seis meses com os próprios canhões que lhes tinham sido confiados para a conservação da ordem pública e a defesa do país ».

---

(1) « ... O rompimento de relações diplomáticas por uma causa de sangue não pode ser hoje, nas condições expostas, motivo de reclamação de uma nação culta como é a nação brasileira ». Ler o artigo todo do conselheiro Martens Ferrão em Augusto Forjaz, *Portugal e Brasil, Apontamentos para a história do nosso conflito com a República dos Estados Unidos do Brasil,* Lisboa, 1894.

« Se a nota do Govêrno brasileiro, escreverá Martens Ferrão, diz que os *princípios humanitários não são aplicáveis a rebeldes bárbaros,* essa nota merece ser reportada à Idade Média ». Os tratados de extradição não se aplicam a refugiados a bordo de navios de guerra; revoltosos não são criminosos políticos: « O tratado de extradição não é aplicável ao caso presente, porque se refere a indivíduos refugiados no território real e não no de ficção e que nêle se refugiam sem o prévio consentimento da autoridade local. E' verdade que aquêle tratado excetua os acusados de crimes políticos ou conexos com êles, mas há muito que dizer sôbre êste assunto... » O crime político é classificado pela legislação interna de cada país e o estrangeiro não pode ser juiz dela: « O sr. Augusto de Castilho considerou os seus protegidos como réus de crime político, sem atender, êle estrangeiro e estranho à questão, ao modo por que o Govêrno Federal, único competente, poderia qualificá-lo segundo a lei do seu país ». A tenacidade e a resistência à quase unanimidade do país convertem o crime político em crime comum: « Nas penas desta [da lei do país] estavam êles incursos desde o comêço e pôsto que se insurgissem proclamando idéias políticas, o seu procedimento degenerou em crime comum pela tenacidade com que se opuseram à manifestação quase unânime do país (1), e pela crueldade com que o hostilizaram ». O bombardeamento passa à categoria de pena: « O sr. vice-presidente da República não podia assistir impassível ao extraordinário ato que se praticava no pôrto da capital, debaixo de suas baterias, no momento em que êle exercia o direito, não de guerra, mas de repressão ».

---

(1) Eis como *O País,* fôlha insuspeita, pensa a respeito dessa unanimidade: « E' sabido que nesta Capital, onde o cosmopolitismo pela sua preponderância absorve a opinião caracterìsticamente nacional na onda dos seus interêsses, poucos eram e poucos são ainda os que não desejaram a vitória do federalismo ». Se essa apreciação é justa, a quase unanimidade estava do outro lado. Com efeito, qualquer que seja a explicação, em nossa história a regra tem sido sempre esta: o que o Rio de Janeiro pensa hoje é o que o Brasil inteiro pensará amanhã.

Por último, a mina parece inesgotável, a êsse comandante da *Mindello,* cuja intervenção com a dos outros comandantes superiores estrangeiros o govêrno do Marechal tantas vêzes solicitara quando a revolta estava senhora do pôrto, dirige agora Nascimento esta insinuação curiosa: « Mudara-se o estado das coisas. Os rebeldes passavam de bloqueadores a bloqueados e o sr. Augusto de Castilho que, como os outros comandantes estrangeiros, havia respeitado a situação anterior em que os rebeldes tinham tôdas as vantagens, não devia ampará-los no momento da mudança... » A êsses comandantes que haviam intervindo em 1 de outubro dava o representante do nosso Govêrno esta lição de inflexível ingratidão: « Iam começar as operações e cada um devia manter-se na posição que lhe competia. A dos comandantes das Fôrças Navais estrangeiras era de simples espectadores alheios à contenda! »

Essa nota devia ser o epílogo da questão da intervenção que temos acompanhado. Os fatos e os documentos estão agora todos diante do leitor, excluídos apenas episódios, aliás expressivos como o apresamento por um escaler do *Sirius* da lancha que levava para o *Aquidabã,* sob bandeira inglêsa, o aventureiro americano Boyton com o seu torpedo (1), e a

(1) Eis como Castilho descreve êste incidente:

Em um dos últimos dias do mês passado [setembro], estando no Banco inglês o comandante superior das Fôrças Navais inglêsas, foi confidencialmente avisado por um indivíduo que êle não conhecia — seria o próprio Boyton — de que um pequeno vapor, usando indevidamente da bandeira inglêsa, se estava preparando para ir colocar e fazer detonar um torpedo junto ao couraçado *Aquidabã.*

Indignado, o comandante do *Sirius,* de que assim pretendessem abusar da bandeira da sua nação, deu a seu bordo e a bordo dos seus outros navios ordens para que com muita atenção fôsse cuidadosamente vigiada a baía tôda, sendo pelas embarcações dos navios examinado qualquer vapor que parecesse suspeito e que tivesse a bandeira do seu país.

Em 27 foi avistado entre o *Aquidabã* e a fortaleza de Santa Cruz um vapor com a bandeira inglêsa, o qual não era conhecido. Partiu imediatamente ao seu encontro um escaler do *Sirius* armado em guerra e com um oficial, mas levando as armas ocultas para não excitar desconfianças. Quando o escaler se aproximou do va-

recusa ao correspondente do *Times,* sr. Akers, de facilidades para socorrer, sob a bandeira da Cruz Vermelha, os revoltosos feridos, alegando-se que os revoltosos podiam mandar os seus feridos para os hospitais do Govêrno onde seriam tratados em perfeita igualdade com os das fôrças legais! O ministro não disse o que se faria dos feridos da esquadra depois de curados (1). Podemos agora recapitular êsse longo e único episódio das nossas dissenções civis.

---

por suspeito, tirou a gente dêste a bandeira inglêsa e pegou em armas. Os marinheiros do escaler inglês fizeram outro tanto e atracaram ao vapor, o qual foi logo ocupado e capturado sem maior resistência. A bordo do vapor foi encontrado um enorme torpedo com cem quilos de dinamite, confessando ingênua e descaradamente o chefe dessa aventurosa expedição — que é americano e se chama Boyton — que ia encarregar-se dêste serviço, e dando as necessárias explicações sôbre a construção e modo de emprêgo do seu terrível instrumento. Os seus companheiros eram um belga, um desconhecido, e três brasileiros. O vaporzinho, que estava pintado de prêto, mas que por baixo fôra anteriormente pintado de verde, pertencera evidentemente ao Govêrno brasileiro, o qual certamente o não irá reclamar aos apresadores.

(1) «Os hospitais montados pelo Govêrno Federal nas melhores condições são suficientes para o tratamento dos seus militares feridos e dos revoltosos, e êstes últimos, S. Ex. o garante, aí serão recebidos e tratados em perfeita igualdade com os outros. O concurso do sr. Akers é, portanto, desnecessário...» Nota de Cassiano do Nascimento a Wyndham em 16 de dezembro. *Relatório.*

RETROSPECTO

Pode-se resumir dêste modo o episódio da intervenção estrangeira na última guerra civil:

1. — Sentindo-se impotente, ao rebentar a revolta de 6 de setembro, para manter a posse da cidade, se a esquadra revoltada se decidisse a atacá-la, o govêrno legal pediu logo o apoio das nações estrangeiras representadas em nosso pôrto. (Visita do contra-almirante Coelho Neto aos comandantes estrangeiros em 6 de setembro; convite aos membros do Corpo Diplomático para uma conferência no Itamarati) (1).

---

(1) Foram também publicados por Felisbelo Freire, ministro do marechal Floriano, o telegrama que o Govêrno expediu na manhã de 6 de setembro ao Corpo Diplomático e a carta em que o convidava para a reunião no Itamarati. O telegrama é êste:

> Gabinete do Presidente da República, 6 de setembro de 1893. — Sr. Ministro Inglês. — Petrópolis. — Comunico a V. Ex. que parte da esquadra sublevou-se, manifestando franca hostilidade contra o Govêrno legal, que se sente com fôrça para em terra manter a lei e a autoridade e garantir a ordem pública. Está fora dos recursos do Govêrno evitar a tentativa do bombardeio da cidade, hipótese esta de que o mesmo Govêrno não pode deixar de cogitar, e que o leva a comunicar a V. Ex. os acontecimentos que se estão dando, para que V. Ex. fique dêles ciente. João Filipe Pereira.

A carta de 6 de setembro de 1893 dizia:

> S. Ex. o Sr. Marechal Vice-Presidente da República, à vista dos últimos acontecimentos de que dei a V. Ex. conhecimento por telegrama de hoje, ordena-me que em seu nome convide V. Ex. para uma conferência imediata para a qual também se acham convidados os representantes da Inglaterra, Itália, Estados Unidos da América, Portugal, França e Alemanha, potências que atualmente têm Fôrça Naval nas águas brasileiras. Na referida conferência se deverá tratar dos melhores meios de garantir os direitos dos súditos da nação de V. Ex. aqui domiciliados. Reitero a V. Ex. os protestos de tôda a minha consideração. João Filipe Pereira.

A referência feita no telegrama à possibilidade de bombardeamento e a restrição do convite para a conferência aos agentes de potências que tinham fôrças na baía despertaram no espírito dêstes a desconfiança de

2. — No princípio êsse apoio foi-lhe recusado (Recusa dos diplomatas de assistir à conferência pedida. No Relatório de Cassiano do Nascimento, em nota de Augusto de Castilho, e neste telegrama do ministro americano ao Secretário de Estado:

Petrópolis, 7 de setembro de 1893. — Mr. Thompson comunica que na noite de ontem os representantes da França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Portugal, todos, com êle, recusaram pelo propósito de manter uma estrita reserva em relação aos acontecimentos políticos no Brasil, assistir a uma conferência para que foram convidados pelo Vice-Presidente do Brasil na qual se discutiriam com êle medidas a adotar em caso de bombardeamento (1).

3. — Para o fim de setembro, porém, lord Rosebery tomou a iniciativa de propor aos outros governos que autorizassem, conjuntamente com a Inglaterra, os seus comandantes navais no Rio de Janeiro a usar de fôrça, se preciso fôsse, para impedir a destruição de vida e propriedade estrangeira nessa cidade. (Ver iniciativa da Inglaterra em Castilho, nota citada, e nos papéis apresentados ao Congresso americano em 1893 contendo a correspondência entre o embaixador inglês e o Secretário de Estado: « Sir Julian Pauncefote a Mr. Gresham. — Tenho a honra de informar-vos de que recebi um telegrama de lord Rosebery dizendo que, à vista da atitude

---

que o Govêrno queria aproveitar a presença dos navios para dominar a revolta. Além de Thompson, ver Tugini, que escreve em data de 10 de setembro: « Quanto à hipótese de uma tentativa de bombardeamento da cidade, enunciada no telegrama do ministro brasileiro, essa não devia demover-nos da nossa reserva, porque descobríamos naquela enunciação o pensamento por parte do Govêrno de servir-se de nós para obter indiretamente o nosso apoio moral contra a esquadra rebelde ». *(Documenti)*.

O Vice-Presidente da República mandou na meia-noite de 6 o seu ajudante de ordens, o tenente Saddock de Sá, a Petrópolis buscar o Corpo Diplomático. O trem expresso àquela hora mostrava que se tratava da salvação do próprio Govêrno. Por isso o ministro italiano, declinando o convite, dizia ao ajudante de ordens do marechal Floriano *que a conferência poderia ser interpretada como um ato de ingerência das potências estrangeiras nos negócios internos do Brasil. (Documenti Diplomatici).*

(1) *Foreign Relations of the United States*, 1893.

dos navios rebeldes no Rio de Janeiro, parece desejável ao Govêrno de Sua Majestade que os comandantes navais estrangeiros na baía sejam autorizados a combinar os meios de obstar a destruição de vidas e propriedades de estrangeiros pela esquadra insurgente e empregar a fôrça se julgarem necessário e conveniente para aquêle fim. Sua senhoria deseja que eu peça ao Govêrno dos Estados Unidos que telegrafe instruções nesse sentido aos comandantes americanos nas águas do Rio »).

4. — O alvitre proposto por lord Rosebery foi sancionado por todos os Governos a quem êle se dirigiu, menos pelo da Alemanha que recusou intervir em uma questão estrangeira de caráter *puramente doméstico*. A Alemanha, com efeito, não figura na Reunião dos Comandantes estrangeiros (Ver a atitude negativa da Alemanha em Castilho, nota citada, e no *Times* de Londres. « Primeiramente, a luta entre o presidente Peixoto e o almirante Melo não é da competência das potências. E' uma questão puramente doméstica, em que, como tal, elas não têm o direito de interferir. Tão convictamente sente o Govêrno alemão a fôrça dêste argumento que, apesar de haver grande número de alemães estabelecidos no Brasil, êle recusou autorizar o comandante alemão no Rio de Janeiro a proceder conjuntamente com os outros comandantes ») (1).

5. — De posse da autorização telegrafada pelos seus Governos, os comandantes estrangeiros intimaram em 1 de outubro ao contra-almirante Melo que resistiriam pela fôrça a qualquer ataque seu contra a cidade e dessa intimação deram conhecimento ao Corpo Diplomático, que a transmitiu ao ministro do Exterior. Essa intervenção foi acolhida no Itamarati co mo maior contentamento (2).

---

(1) Artigo editorial do *Times*, de 5 de outubro.

(2) Notas: da Reunião, em Castilho; dos Agentes ao ministro do Exterior, no *Relatório*.

O contra-almirante Melo respondeu à Reunião que não atacaria a cidade por motivo de humanidade, mas que tinha como comandante das fôrças revolucionárias, tão perfeito direito de o fazer, desde que a tinham convertido em praça de guerra, que « não podia ter o mínimo receio das conseqüências do seu procedimento » (1).

6. — Na antecipação razoável dessa resposta que, em Direito Internacional não admitia réplica, os comandantes, não querendo ser suspeitos de intervenção direta em favor do Govêrno, obtiveram dêste — depois de diversas insistências, a última acompanhada da ameaça de retirarem a intimação feita ao almirante Melo — o compromisso de desarmar a cidade (2).

7. — Estabeleceu-se então o chamado acôrdo de 5 de outubro para que « a Capital Federal fôsse considerada cidade aberta » (3). Êsse acôrdo será reputado em vigor pelas potências até a declaração dos comandantes em 1 de janeiro de que o consideravam violado pelo govêrno do Marechal e sem mais efeito para a proteção da cidade (4).

8. — Sob êsse acôrdo funcionou durante três meses em nossa baía, para as operações de guerra, uma espécie de *contrôle* naval estrangeiro, no gênero do último *contrôle* dual da França e Inglaterra no Egito para questões administrativas. Êsse conselho decidia tôdas as questões ocorrentes entre os dois combatentes. A êle recorria o marechal Floriano para conseguir que se modificasse a severidade de qualquer ação da esquadra capaz de produzir pânico em terra ou de embaraçar os seus trabalhos ocultos de fortificação.

---

(1) Nota de Melo, de 2 de outubro, em Castilho.

(2) Nota da Reunião, em Castilho; notas dos Agentes e de João Filipe Pereira, no *Relatório*.

(3) « ... o acôrdo para que a Capital Federal fôsse considerada cidade aberta ». Nota de Cassiano do Nascimento ao conde de Parati em 13 de maio.

(4) Nota da Reunião, em Castilho.

9. — Sob êsse regímen a esquadra revoltada deixou-se colocar na posição a mais desvantajosa que se podia dar. Em parte por sua culpa e preferência, uma vez proibida de atacar a cidade, ela podia ter exigido passagem franca para fora da baía ou tentado o bloqueio, que só dependia, para ser respeitado pelas potências, de ser efetivo. « Se os insurgentes anunciarem o bloqueio do pôrto do Rio de Janeiro, dizia o Secretário de Estado ao ministro americano, em 11 de janeiro, a única prova da sua validade será o poderem êles torná-lo efetivo » (1). Os revoltosos chilenos, que nunca foram reconhecidos beligerantes, bloquearam os portos do Chile. O almirante podia também exigir dos interventores que lhe garantissem a passagem para fora da baía; resistindo o Govêrno a essa proposta, tinham êles que deixar livre a ação da esquadra, a não quererem concorrer para sitiá-la na baía, tirando-lhe os meios a seu alcance de exercer pressão para conseguir uma saída. Com efeito, o *Times* no seu editorial de 5 de outubro calculava que, depois da proibição, o almirante Melo levaria os seus navios para outro ponto (« Como o objeto das potências é proteger a cidade, os comandantes provàvelmente consentirão que a esquadra continue a bombardear os fortes. Talvez, porém, o almirante agora leve os seus navios para outro lugar »).

Em vez de qualquer dêsses alvitres o chefe da revolta pensou que valia a pena entreter uma luta parcial com o outro lado da baía e as fortalezas da barra. Nessa luta Villegaignon, proibida de voltar os seus canhões contra a cidade, donde saíam as munições de guerra despejadas sôbre ela, era reduzida a ruínas pela artilharia do Govêrno.

10. — Não creio que outro comandante, achando-se nas condições do almirante Melo, tivesse aceito, por excesso de generosidade, uma posição tão desvantajosa como a que êle aceitou, sobretudo para Villegaignon. A situação desta for-

---

(1) *Foreign Relations.*

taleza, isolada no meio do pôrto, era esta: as comunicações, com ela, tanto para supri-la de víveres e munições como para retirar os mortos e feridos, não se podiam fazer senão debaixo do fogo de terra, com imenso risco. Isto, porém, não era ainda o pior. Ao passo que, do outro lado da baía, as fortalezas da barra e os canhões do morro de São João atiravam, a grande distância sôbre ela, expondo-se sòmente ao fogo de sua artilharia, ela, para responder-lhes, tinha que expor os seus artilheiros à fuzilaria de terra, que os dizimava um após outro. De modo que se repetiam ali constantemente fatos como êste, referido pel'*O País*, insuspeito, em sua edição de 10 de novembro, e que basta para assinalar a desigualdade do combate estabelecida pelo acôrdo:

Às 5 horas vimos cair morto um marinheiro de grande coragem e calma. Uma bala da fortaleza de Santa Cruz cortou o mastro principal de Villegaignon onde estava arvorado o sinal branco dos revoltosos. Pouco depois subiu um marinheiro ao mastro em que estava a bandeira nacional, e, sob um chuveiro de balas de fuzilaria, levou um novo sinal, que atou ao lado da vêrga. Nada o perturbava, mas, ao terminar a operação, quando procurava descer, foi apanhado por uma bala que o banhou em sangue. Ainda assim agarrou-se ao mastro, mantendo-se por instantes abraçado à coluna em que fôra sacrificado, mas caindo por fim, e naturalmente sem vida, pois a altura da queda bastou talvez para matá-lo.

11. — Ao mesmo tempo que o material flutuante da esquadra — material fixo no pôrto, pode-se dizer — era desfalcado diàriamente por sinistros de tôda ordem, não podendo resistir à artilharia de terra as pequenas embarcações que a ela se expunham, o Govêrno recebia de fora quantidades enormes de armamento e preparava no Norte a sua esquadra auxiliar. No princípio a Reunião dos comandantes impedia o desembarque do contrabando de guerra por espírito de neutralidade e de eqüidade, desde que tinham tolhido a ação da esquadra. O comandante Lang, em outubro, tinha-se oposto ao desembarque de munições de guerra vindas da Euro-

pa a bordo do paquete inglês *De Bay,* alegando Wyndham « que poderia surgir algum conflito mesmo junto às alvarengas de descarga entre as lanchas dos revoltosos e as fôrças de terra do Govêrno... podendo essas munições de guerra cair nas mãos dos insurgentes » (1).

Êsse armamento teve que ser desembarcado no Rio Grande, como o do *Dryden* em Santos, etc. A atitude, porém, que se verá estudada mais longe, do almirante Benham destruiu êsse último empecilho aos aprovisionamentos do Govêrno, estabelecendo o princípio de que o contrabando de guerra estrangeiro, não sòmente o convencional, mas também o que em Direito Internacional é qualificado de *absoluto,* tinha direito à proteção armada da respectiva potência. Por outro lado, ao passo que, tendo o direito de bloquear o pôrto, a esquadra não usou dêle para não causar o menor inconveniente à população e não interferir com os seus suprimentos, para ela até o serviço da aguada, no Macacu, era precário, perigoso, além de ser insalubre.

12. — O resultado dessa posição, de alvo inerte, a que se pode chamar um suicídio militar, foi achar-se a esquadra em pouco tempo sem capacidade para danificar a cidade. O Govêrno, que se tinha aproveitado do acôrdo para preparar os seus meios de ataque, vendo que a capital não corria mais grande risco de bombardeamento, caso os morros tomassem a ofensiva, assumiu, quanto à proteção do Corpo Diplomático e da esquadra estrangeira, uma atitude mudada de indiferença. Sentindo a desigualdade da sua posição, o almirante Saldanha da Gama apelou então para os comandantes estrangeiros, pedindo aos mesmos que não tinham proibido à esquadra de bombardear a cidade, se não houvesse provocação de terra, que proibissem ao Govêrno bombardear a esquadra, não havendo provocação do mar. Êsse apêlo, porém, ficou sem resposta, entendendo os comandantes e os agentes

(1) Nota de Carlos de Carvalho, no Relatório da Marinha de 1894.

diplomáticos não ter, para impedir que o govêrno legal provocasse o bombardeamento da cidade, o mesmo direito que se arrogaram para impedir os revoltosos de atacá-la.

13. — Nesse momento, em que a revolta começa a agonizar, veio precipitar-lhe o fim a chegada ao Rio de Janeiro do almirante Benham. Adotando uma norma de proceder diferente da do seu antecessor, entrou êle logo, a propósito da atracação de navios mercantes americanos, em conflito com o almirante Saldanha da Gama, ameaçando afundar na baía do Rio os navios revoltosos.

A AÇÃO DO ALMIRANTE BENHAM

São êstes, segundo os documentos apresentados ao Congresso pelo Presidente dos Estados Unidos, os precedentes da ação do almirante americano. Em 6 de novembro os comandantes estrangeiros tinham dirigido ao almirante Melo uma nota declarando-lhe que protegeriam a mercadoria neutra, não sòmente a bordo dos navios de suas respectivas nações e dos que se pusessem sob a proteção delas, mas também nos saveiros, catraias e outros meios de transporte marítimo, de qualquer nacionalidade. Essa resolução do maior alcance para o Govêrno foi recebida pela imprensa governista como uma verdadeira vitória. O almirante Magnaghi, comunicando a resposta verbal do almirante Melo, escrevia aos seus colegas (1): « O oficial que entregou essa comunicação a bordo do *Aquidabã* refere que o almirante, depois de ter lido a nota em alta voz na sua presença, disse: Eu responderei por escrito amanhã aos comandantes. E acrescentara, deixando transparecer alguma excitação: O fato é que sou soberano neste pôrto. Estou pronto para tôdas as conseqüências, porque sou efetivamente o soberano neste pôrto nacional ». A nota dos comandantes tinha, porém, esta reserva importante quanto à proteção que êles se propunham garantir às operações co-

(1) Castilho, *obra citada*, II, pág. 310.

merciais na baía: « exceto nas zonas efetivamente abrangidas pelas baterias das fortificações de terra ».

Havia aí uma base para um *modus vivendi*. Durante o comando de Custódio de Melo, nenhum incidente teve lugar; quando Saldanha, porém, o substituiu, tratou logo de impedir o desembarque de mercadorias na alfândega e no litoral, e com essa medida conformou-se a legação inglêsa que deu aviso aos seus nacionais em 12 de dezembro: « Até o Govêrno designar algum ponto seguro de desembarque não haverá mais comunicações entre navios e a cidade. As embarcações que pretenderem desembarcar ao longo da praia do Rio expõem-se a grande risco de fogo e os navios de guerra não podem proteger quem quer que seja temerário bastante para correr semelhante perigo depois dêste aviso ». O procedimento da Inglaterra foi o mesmo dos Estados Unidos, quando comandava o capitão Picking, muito contra a opinião de Thompson.

A ordem expedida de Washington, em 1 de novembro, era que se resistisse a qualquer tentativa dos revoltosos contra saveiros ou catraias « que não atravessassem a linha de fogo de Melo ou não interferissem de qualquer outro modo com ela » (1). A questão entre o ministro americano e o seu comandante versava sôbre o que constituía aquela linha. O fundamento do comandante era que tendo o capitão do pôrto em 7 de dezembro mandado que os navios estrangeiros ancorados na proximidade da ilha das Enxadas, bem como os que se achassem entre aquela ilha, a das Cobras e a de Santa Bárbara, se afastassem dêsses ancoradouros *a fim de não ficarem expostos aos fogos de terra*, essa tinha-se tornado a linha de fogo e os navios ancorados aí ou nas docas vizinhas não podiam ser protegidos nos têrmos da ordem de 1 de novembro. O almirante Benham interpretou, porém, aquelas instruções de modo diferente e declarou que garantiria os navios americanos que quisessem atracar aos trapiches. Dessa resolução

---

(1) *Foreign Relations*, pág. 64.

resultou o conflito entre êle e Saldanha, no qual o *Detroit* ao passar pela *Trajano* ameaçou metê-la a pique, depois de disparar um tiro de peça, não de pólvora sêca, como diz o comandante Augusto de Castilho, mas de bala, e outro de mosqueteria, que ambos a alcançaram (1).

Essa atitude do almirante Benham estava em oposição à de todos os outros comandantes, os quais levavam em conta por eqüidade e *fair play* a posição em que a intervenção colocara a esquadra revoltada. Nas circunstâncias em que esta se achava no fim de janeiro, teria sido mais prudente não atirar sôbre as barcas americanas depois da intimação do almirante Benham, que se mostrava animado de intenções muito diversas das do seu antecessor. Por outro lado, o emprêgo por êste de fôrça sem uma tentativa amigável para dissuadir o almirante brasileiro, e, mais ainda, o tom peremptório e agressivo da sua correspondência com êle (2) fazem, imparcialmente, supor que o almirante Benham não tinha o espírito desprevenido e que agiu como quem não queria perder a ocasião, talvez única, de obter um grande resultado.

14. — Essa atitude hostil dos Estados Unidos despertou na esquadra o receio de que fôsse ela o comêço de execução de um plano político, baseado nas informações dadas oficialmente à legação americana de que a revolta tinha por fim a restauração da monarquia. Telegrama de Thompson a

---

(1) Telegrama do ministro americano ao Secretário de Estado, em 31 de janeiro.

(2) « Há outro ponto sôbre o qual é melhor falar agora: até que os direitos de beligerantes vos sejam reconhecidos, não tendes direito de exercer a menor autoridade sôbre navios ou propriedade americana de nenhuma espécie. Não tendes o direito de busca em navios neutros nem o de apresar parte alguma da carga, mesmo que seja da que seria claramente definida como contrabando de guerra nas hostilidades entre dois governos independentes. A tomada à fôrça de qualquer dêsses artigos por pessoas sob o vosso comando seria, na vossa atual condição (status), um ato de pirataria. Sentindo ter que vos falar com esta franqueza, etc ». Trecho de uma carta do contra-almirante Benham, em 30 de janeiro de 1894, ao contra-almirante Saldanha, publicada em *Foreign Relations*. Ver no artigo seguinte a análise da teoria desta carta quanto ao contrabando de guerra.

Gresham: « Petrópolis, 13 de dezembro. Mr. Thompson comunica que teve uma entrevista com o ministro das Relações Exteriores, que lhe declarou por parte do Govêrno Federal que dora em diante a restauração do Império será o objetivo dos insurgentes » (1).

15. — Desde êsse momento estava acabada a ação da revolta no pôrto do Rio; do que se devia tratar era do modo de sair dêle. A aparição do *República* à barra fêz renascer um momento a esperança. Com o *Aquidabã,* êles podiam bater a esquadra improvisada do Govêrno e o efeito dessa vitória, mesmo tardia, mudaria tudo. Saldanha da Gama fêz o sacrifício de mandar o *Aquidabã,* acabando de desarmar-se, perdendo a sua linha de retirada para fora da baía, completando o sítio das suas fôrças. Não era justificado, em hora tão crítica da revolta, embarcar o almirante no couraçado que saía. Dessa fatalidade dependeu tudo: o *Aquidabã* seguiu para o Destêrro.

A ESQUADRA LEGAL

16. — Em 10 de março fundeava no ancoradouro da Praia Vermelha a esquadra do almirante Gonçalves, cujos principais navios tinham vindo dos Estados Unidos trazendo a bordo como tripulação o que de pior se tinha podido colhêr naquele país, se é exato o juízo do cônsul americano no Recife. Em relação a êsses contratos de estrangeiros para a Armada, o relatório da Marinha mostra-se tão silencioso como quanto aos fuzilamentos de oficiais da Armada depois da vitória. Dos contratos com os oficiais chilenos balmacedistas, como o capitão de mar e guerra Moraga, comandante da *Condell* no combate com o *Blanco Encalada,* nada foi ainda publicado. Sabe-se por afirmação de Boyton que uma grande soma lhe tinha sido prometida para afundar o *Aquidabã.* (« Diz-se também que Boyton falava abertamente da sua

(1) *Foreign Relations.*

intenção de fazer saltar o *Aquidabã* e da grande soma que tinha de receber por êsse serviço». Ofício de Thompson a Gresham em 13 de outubro). O contrato, porém, com a gente do *Niterói* é conhecido.

Êsse contrato, celebrado pelo contra-almirante João Gonçalves Duarte com o capitão Baker, em 3 de janeiro, no Recife, continha entre outras estas cláusulas: « VI. Nenhum oficial poderá ser passado para outro navio ou comando sem seu consentimento. VII. Todo oficial morto em ação ou de enfermidade, enquanto estiver ao serviço do Brasil, terá o seu corpo remetido para os Estados Unidos da América do Norte, sendo tôdas as despesas por conta do Govêrno brasileiro», cláusula semelhante à dos contratos dos emigrantes chineses para a Califórnia. «VIII. Se algum oficial, inclusive os médicos, perder um braço, um ôlho, ou mesmo uma perna, no cumprimento de seu dever, receberá a indenização de cinco mil dólares; no caso de perda de dois dos membros acima mencionados ou invalidez, receberá a soma de dez mil dólares. III. Os oficiais e mais tripulantes serão pagos três meses adiantados, de acôrdo com a tabela junta... » Marinheiros havia que recebiam maiores vencimentos do que o comandante do *Niterói.* O contrato, porém, não traz a tabela, só se podendo fazer uma idéia dela por esta informação do cônsul americano ao seu ministro no Rio: « A tripulação recebe uma bonificação de quinhentos dólares e cem dólares por três meses, os oficiais cinco mil dólares por três meses de serviço » (1).

Em 16 de janeiro o *Niterói* e o *América* estavam no Lamarão do Recife, e eis como o cônsul se expressava a respeito da gente que tripulava êsses navios, « especialmente do *América* »:

Mandei uma forte representação ao Departamento de Estado contando os fatos referentes à conduta desordeira e ébria de uma grande parte da tripulação desembarcada do *América,* manifestando a esperança de que o Govêrno não consinta mais

(1) *Foreign Relations,* pág. 125.

que parta para êste país outra expedição daquela natureza sob comando tão irresponsável, especialmente como a equipagem do *América,* uma vergonha, um escândalo, uma desonra para a nossa bandeira, o nosso país e os cidadãos americanos aqui residentes (1).

Navios e embarcações impróprios para a ação, torpedos que não funcionavam, equipagens desordeiras e ébrias, tudo isso, a imenso custo, é o que tinha vindo dos Estados Unidos: « Quanto ao segundo, o capitão tenente Batista Franco, apesar do muito que se esforçou para prontificar a torpedeira *Piratinin* — antigo *Destroyer,* — todavia não logrou levá-la a combate, devido não só à *vetustez do casco e mau estado da máquina,* como também à má vontade do pessoal estrangeiro que a tripulava ». As torpedeiras *Tamborim* e *Greenhalgh,* de madeira, « não possuem aparelhos próprios para torpedeiras... o que prova que essas embarcações foram aproveitadas para uma ocasião urgente ». Na experiência do torpedo dirigível Edison-Lins, que estava montado no cruzador *Andrada:* « O referido torpedo que nessa experiência deu resultado satisfatório não pôde mais funcionar devido a ter-se queimado na experiência uma das bobinas internas do torpedo. A avaria tornou inútil a arma em que tinha fundadas esperanças de bom êxito ». Quanto ao torpedo dirigível que veio a bordo do cruzador *Niterói,* do autor Howard: « Não posso emitir opinião, visto nunca ter conseguido fazê-lo funcionar ». (2). O canhão de dinamite também deixa de funcionar no momento oportuno (Ver adiante).

Nem parece que fôsse mais feliz o Govêrno com o pessoal chileno que contratou, e do qual fazia parte o comandante Moraga. « Sôbre o comportamento irregular dêsses oficiais relevai-me dizer-vos que, se fôssem oficiais brasileiros, eu os teria mandado submeter a conselho de guerra por terem abandonado os navios de seus comandos; sendo, porém, estran-

---

(1) Ofício de Burke a Thompson, *Foreign Relations,* pág. 125.
(2) Trechos do Relatório do almirante Gonçalves.

geiros e aceitos pelo nosso Govêrno, limitei-me a despedi-los do serviço, quando se me apresentaram na baía, vindos de Maceió em vapores do comércio (1).

Em 11 de março o Govêrno anunciou o prazo de quarenta e oito horas para começar o ataque. Tem interêsse histórico e merece ser conhecido o plano de combate traçado pelo almirante Gonçalves e aprovado pelo marechal Floriano.

«O plano era o seguinte», diz-nos aquêle almirante:

Às 3 horas da tarde do dia 13, hora em que expirava o prazo concedido às embarcações e navios de guerra estrangeiros para se retirarem do pôrto e à população da cidade para se afastar do litoral, deviam tôdas as fortificações internas abrir fogo cerrado e contínuo sôbre as fortalezas da ilha das Cobras c Villegaignon e também sôbre os navios rebeldes *Tamandaré, Trajano, Liberdade, Júpiter,* etc., de modo a produzir-lhes o maior dano e fadiga possíveis.

A esquadra aproximar-se-ia da barra, e, ao pôr da lua que devia ser às 11 horas mais ou menos, o cruzador *Niterói* transporia a barra, içando nessa ocasião duas lanternas encarnadas, uma por baixo da outra e no mastro davante, arriando-as em seguida, apenas para ser reconhecido pela fortaleza de Santa Cruz.

Ao entrar no canal, lançaria um foguete encarnado e a êsse sinal os holofotes de São João e Glória convergiriam os seus focos sôbre as baterias de Villegaignon, tendo por fim dificultar-lhes a pontaria dos canhões e facilitar a visada ao cruzador *Niterói,* que, ao chegar à posição *a priori* calculada e determinada no mapa da baía do Rio, devia lançar sôbre a referida fortaleza três projéteis de dinamite, representando um total de mil e duzentos quilos de matéria explosiva.

Terminada esta manobra, lançaria outro foguete encarnado; os holofotes já citados deixariam de iluminar Villegaignon e passariam para a ilha das Cobras, sôbre a qual o referido cruzador procederia de modo idêntico, avançando até se colocar em distância eficaz.

Finda essa segunda parte, e conforme a maré, seria secundado pelo vapor de guerra *Itaipu,* que tinha de, com êle, entrar a fim de o auxiliar na evolução de virar de bordo; pois, devido ao

---

(1) Relatório do almirante Gonçalves.

seu grande comprimento e à morosidade de evolução, teria que permanecer por algum tempo com o costado exposto às balas inimigas, o que lhe poderia ser fatal; devendo depois vir reunir-se à esquadra fora da barra, lançando nessa ocasião um foguete verde para que os holofotes deixassem de funcionar, pois deviam entrar em ação as torpedeiras com tôda a escuridão possível.

Ao entrar, seriam elas protegidas pelos rebocadores *Audax, Alamiro,* etc., que, perfeitamente guarnecidos de pessoal, artilhados e municiados, aceitariam combate com as embarcações similares do inimigo, permitindo assim que as torpedeiras fôssem diretamente hostilizar os navios rebeldes, cujas posições eram conhecidas por plano prèviamente levantado na véspera por pessoa de confiança, facilitando assim a tarefa das torpedeiras.

Deviam, ao demandar o fundeadouro, encostar-se o mais possível à Boa-Viagem e Gragoatá, a fim de evitarem a linha de torpedos que corria na direção de Villegaignon à Boa-Viagem conforme informações recebidas. Uma vez no local os navios incursores, visariam principalmente o *Tamandaré* e, sem aguardar o resultado, deviam retirar-se procurando reunir-se à esquadra. Na retirada também seriam protegidas pelas lanchas e rebocadores.

Êsse plano, que se baseava sôbre a certeza de que o inimigo já estava impossibilitado de mover-se, poderia ser considerado, à vista da carga de dinamite, que se tratava de lançar sôbre as ilhas vizinhas da cidade, nas quais havia grande massa explosiva, um plano para fazer saltar o litoral do Rio de Janeiro, se não tivesse depois sido experimentado contra o forte de Santa Cruz, em Santa Catarina, com êste resultado: « De acôrdo com êsse plano, determinei que o cruzador *Niterói* preparasse o canhão de dinamite, a fim de hostilizar o forte de Santa Cruz, devendo o cruzador *Andrada* vir em proteção dêle. A execução dêste plano não teve lugar, por não ter podido funcionar o canhão pneumático, tendo o encarregado do referido canhão, o cidadão norte-americano Brindley, dado parte de doente (1).

---

(1) Relatório do almirante Gonçalves.

17. — Não se achando em condições de poder responder ao fogo dos morros que dominavam as fortificações revoltosas, sem um navio que o pudesse afrontar, Saldanha, logo que foi marcado o prazo de quarenta e oito horas, pediu refúgio ao comandante português e, por intermédio dêle, apresentou ao marechal Floriano Peixoto uma proposta de capitulação, que os representantes de tôdas as Potências testemunhas do acôrdo acharam « concebida em têrmos proveitosos e dignos para ambos os campos » (1).

18. — A proposta entregava ao marechal Floriano, tal qual se achava, todo o material da revolta que à viva fôrça só podia ser tomado com grande destruição. Por êsse lado era preferível para o Estado a capitulação à explosão dos dois mil e quatrocentos quilos de dinamite que o almirante Gonçalves se propunha despejar, na escuridão da noite, sôbre as adjacências da cidade.

A proposta entregava os inferiores e praças e bem assim os voluntários assimilados a elas, só pedindo para todos êles *garantia de vida.* « Não é necessário estipular que a guarnição terá a vida salva, isso está entendido, porque não se matam mais os prisioneiros de guerra » (2). Excluindo a questão de serem essas praças rebeldes prisioneiros de guerra, se o Govêrno não lhes queria a vida, a proposta lhe dava desde logo tudo que êle podia pretender quanto a elas, mais do que lhe daria um combate em que grande parte delas seriam mortas. Restavam os oficiais e os que com êles privavam; êsses partiriam, sem recursos, sem família, sem mais profissão, para o destêrro além do oceano. Era sôbre êles que o Govêrno queria deitar o seu guante? Era principalmente o almirante Saldanha que êle precisava castigar? Mas, desde que o almirante não queria mais combater — porque não podia — o asilo lhe estava garantido, bem como à sua oficialidade,

(1) Parati, *obra citada.*
(2) Block, *obra citada,* artigo *Capitulations.*

a bordo de qualquer navio de guerra estrangeiro. Que vantagem, também, por êsse lado, tinha o Govêrno em rejeitar a capitulação?

A questão, diz-se, era de princípios. Por amor a êsses princípios é que o Govêrno preferia a uma capitulação, absoluta como essa, o arrasamento de fortificações, a destruição de propriedade nacional, o afundamento dos navios, o morticínio, o afogamento nas águas da baía de milhares de brasileiros pela dinamite e sob o fuzil da pior escória do flibusterismo americano. O crime dêles era grande? O Govêrno para puni-lo esquecerá que vivera durante seis meses em um armistício parcial com êles. Era grande o crime com efeito do ponto de vista da meia legalidade que o marechal Floriano Peixoto praticou sempre, a que faz diferença entre a deposição do presidente da República por uma revolta e a deposição por êle dos governadores dos Estados.

« O Govêrno não pode aceitar propostas de militares rebeldes ». (1). Também eram *militares rebeldes*, os sulistas. Quando se considera o que foi em relação à nossa revolta a Guerra de Secessão nos Estados Unidos: as grandes batalhas que ela feriu, o sangue que derramou, os milhões de propriedade destruída, a separação do país em duas metades; quem sabe que o núcleo do exército sulista era formado da oficialidade mais distinta que a União tinha graduado em West-Point; que os Beauregard, os Robert Lee, os Jackson, os chefes militares da Confederação eram desertores do Exército federal, não pode deixar de recordar essa capitulação de Appomatox em que Grant só exige de Lee que as suas tropas prometam não tomar mais armas contra os Estados Unidos. Entre nós, onde o Govêrno carregava a responsabilidade de vinte deposições, sòmente as condições de Campo Osório podiam satisfazer a generosidade do vencedor.

19. — Rejeitada com desdém a proposta, Saldanha refugiou-se com a sua gente a bordo dos navios portuguêses, par-

(1) Nota de Cassiano do Nascimento ao conde de Parati.

te da população retirou-se da cidade, e às 3 horas da tarde de 13 de março começou o estrondoso canhoneio de terra contra as ilhas e os navios abandonados. O que se segue, a questão que sustentamos com Portugal « *a causa de sangue* » (1), com que nos apresentamos perante as nações, a recusa da Inglaterra de nos servir de medianeira, e o rompimento de relações com Portugal, já foi resumido no artigo anterior. Qual era a justiça que esperavam os chefes da revolta, que responderam pelo acôrdo perante as potências, se tivessem caído nas mãos do Govêrno? Teria sido a que se fêz em Santa Catarina? Nada se pode afirmar enquanto se não resolver a dúvida que assalta o espírito de todos, adversários de boa fé e amigos sinceros do marechal Floriano: se das execuções clandestinas do Destêrro, cuja responsabilidade êle não rejeitou, lhe toca a menor parcela de inspiração ou de consentimento. O que foi aquela justiça, já se o definiu no Senado e no Supremo Tribunal (2).

20. — O completo colapso da revolta no Rio de Janeiro produziu o maior desânimo nos Estados onde ela dominava. O exército de Gumercindo que pretendia invadir São Paulo retrocedeu em marcha vertiginosa para o Sul; uma expedição de Custódio de Melo sôbre o Rio Grande foi repelida como tinha sido a de Wandenkolk, seguindo êle com os seus navios para Buenos Aires a pedir refúgio às autoridades argentinas. O *Aquidabã,* deixado só em Santa Catarina, é atacado pela esquadra legal e ferido por um torpedo. Essa série de grandes resultados inesperados, obtidos quase sem intervalo, em vez de provocarem, depois de tanta animosidade, uma nobre rea-

---

(1) Martens Ferrão..

(2) Discurso do senador João Neiva em 9 de junho de 1895:

« Mas como provar o falecimento de oficiais que foram fuzilados nos recintos das fortalezas, onde só presenciava o fato a sentinela, ou nos ermos dos caminhos e alcantilados das serras? — O sr. barão de Ladário: « Assassinados é que se deve dizer » — O sr. Oiticica: « Homicidados legalmente ». — « Não vou tão longe », diz o orador. — « Pois eu vou », replica o sr. Cristiano

ção de sentimentos humanos, deu lugar a uma explosão de insultos contra os vencidos, de imputações de fuga e covardia, (1), que deviam levar muitos dêles a procurar a morte no Rio Grande do Sul, afrontando em uma guerra bárbara a mutilação dos seus corpos para resgatar o nome da Marinha brasileira. Desde o desastre da expedição Wandenkolk, foi êsse o verdadeiro móvel de todos os impulsos de revolta. Aquêle espírito de extermínio, insuflado pela imprensa, produziu entre os vencedores uma verdadeira embriaguez de sangue, que ditou as sentenças informes, anônimas, do Destêrro, do Paraná e das ilhas do Rio de Janeiro.

Agora que temos diante dos olhos o episódio todo da intervenção estrangeira e suas relações com o desenvolvimento e o desfecho da revolta, vejamos a sua legitimidade perante o Direito das Gentes e o alcance da sua invocação e aceitação pelo nosso Govêrno, como precedente nacional.

Otoni, « eu vou porque penso que nenhum protesto é demais contra essas atrocidades ».

« Julguei prejudicado o *habeas-corpus* impetrado em favor do paciente coronel Luís Gomes Caldeira de Andrade, porque o paciente, como é público e notório, depois de prêso pelas fôrças legais em abril dêste ano, foi fuzilado, ou antes *assassinado* na capital do Estado de Santa Catarina ». Voto de Pisa e Almeida, cuja atitude no Supremo Tribunal na época do Terror faz lembrar a dedicação, a consciência e a coragem de Malesherbes.

(1) « Êsse almirante, que foge que nem um reles gatuno apanhado num galinheiro, confrange o coração de todos os patriotas... Dizem que antes de fugir o pobre diabo beijou a sua espada e atirou-a ao mar. Melhor seria que se atirasse a si mesmo... Assim fizeram outros almirantes... Um dêles morreu dizendo que o oceano era o único túmulo digno de um marinheiro... » Artur Azevedo em *O País*, de 16 de março de 1894.

CONCLUSÃO

SÃO muitas as questões que suscita cada um dos números do último artigo, umas de ordem internacional, outras
do último artigo, umas de ordem internacional, outras
ou de tática naval. Não poderia eu discuti-las tôdas, nem o que escrevo passa de um simples apontamento para a história diplomática da revolta, como é conhecida hoje pelos documentos publicados. No que pertence à história militar e à história política do movimento, eu não me julgaria habilitado para emitir uma opinião sôbre os seus pontos mais delicados, por insuficiência de dados autênticos e de um inquérito regular. Até hoje, pode-se dizer que tudo foi sonegado à história. O que temos tido é a glorificação sem tato e sem medida, própria de tôdas as decadências; é o espírito do arquiteto que propôs dar aos montes Atos a figura de Alexandre.

A mais importante das questões e a preliminar é se a intervenção de 1 de outubro foi legítima. O fim dessa intervenção, segundo os têrmos, já citados, em que o embaixador inglês pediu a cooperação dos Estados Unidos, era proteger no Rio de Janeiro a vida e a propriedade estrangeira. O *Times*, sempre bem informado, explicou-a dêste modo: « Tôdas as potências que intervêm, e mais particularmente a Inglaterra, têm interêsses mais ou menos consideráveis na cidade do Rio, e seria intolerável que êsses interêsses fôssem levianamente sacrificados sòmente para um político brasileiro poder exercer pressão sôbre outro » (1). « Assim se iniciou, dirá o nosso próprio ministro das Relações Exteriores, na extensão admitida pelo Direito Internacional, a intervenção da fôrça e da

---

(1) Editorial de 5 de outubro.

diplomacia estrangeira em benefício não só dos nacionais, mas também e principalmente dos estrangeiros » (1).

« Em muito grande parte, — dizia em um Aviso o ministro da Marinha ao das Relações Exteriores, queixando-se dos navios estrangeiros terem acedido a mudar de ancoradouro em 12 de setembro, — em muito grande parte essa população e êsses interêsses são das nacionalidades dêsses mesmos vasos de guerra, que lhes devem proteção direta » (2). Proteção direta dos navios de guerra estrangeiros às pessoas e aos interêsses dos seus respectivos nacionais! Eram essas as idéias do Govêrno. Os comandantes estrangeiros abrem espaço para o combate, em vez de procurarem meter a pique os navios rebeldes; isso revolta-o e o enche de indignação. Nem sequer atendia êle à apreensão que o Secretário de Estado manifestava ao embaixador inglês, em Washington em 2 de outubro: « Eu receio que a esquadra insurgente seja demasiado forte para os navios estrangeiros que estão neste momento no Rio » (3).

Na sua comunicação ao nosso Govêrno os agentes diplomáticos acrescentaram a êsse motivo de « garantirem a segurança dos seus nacionais », outro mais plausível, o dos *interêsses superiores da humanidade;* é evidente, porém, pelas comunicações originárias entre os Governos, que o que motivou a intervenção não foi nenhuma preocupação pela cidade do Rio mesma, mas a importância dos interêsses estrangeiros nela envolvidos. « A humanidade, disse o *Times,* não é todavia o terreno em que se baseia a intervenção. » O govêrno do marechal Floriano Peixoto considerou legítima essa intervenção armada em benefício « principalmente » dos estrangeiros. Pode-se, porém, dizer que a opinião unânime das autoridades modernas é que para justificar a intervenção em uma guerra civil é preciso melhor fundamento do que os interêsses estran-

(1) *Relatório.*

(2) Aviso de 21 de outubro de 1893.

(3) *Foreign Relations.*

geiros ameaçados; é preciso uma grande razão de humanidade.

Os princípios positivos que circunscrevem essa questão são dois ou três. E' o princípio que a revolução interna não interrompe a soberania e a independência das nações; por isso o estrangeiro não pode ser o juiz da legitimidade de um movimento insurrecional de caráter político. E' o princípio que, apoiando um dos beligerantes, a nação estrangeira torna-se inimiga do outro e entra assim em uma guerra que não lhe diz respeito. E' a dedução lógica que, reconhecido o direito de intervenção em uma guerra civil declarada, existe o mesmo direito para impedir a guerra de rebentar, e portanto que o direito de intervenção implica o de protetorado.

Haveria, entretanto, na revolta de 6 de setembro alguma circunstância especial que abrisse exceção ao princípio da não intervenção? Seria o seu caráter de revolta *naval*? Se as potências estrangeiras tinham o direito de impedir um ataque por mar à cidade, por haver nela vida e propriedade estrangeira, tinham o mesmo direito de impedir qualquer operação em terra que afetasse aquêles interêsses e, ainda mais pròximamente, qualquer operação contra a esquadra que provocasse o bombardeamento. Se o govêrno reconhecia às potências o direito de coagir a esquadra, reconhecia-lhe *ipso facto* o de coagi-lo a êle. A diferença de ser êle Govêrno, e portanto soberano, e a esquadra um simples rebelde, não tem valor em Direito das Gentes. A soberania não é primàriamente dos governos, é das nações, e nos privilégios de soberania entra o de não poderem os estrangeiros envolver-se nas questões internas do país. Não faz também diferença em Direito Internacional partir a revolta da esquadra, como em 6 de setembro, ou do Exército, como em 15 de novembro. Se o estrangeiro pode coagir a esquadra, pode coagir o Exército, e se pode coagir um movimento militar, pode coagir um movimento civil.

Terá mais valor o outro motivo invocado secundàriamente, a saber: o dos *interêsses superiores da humanidade?*

A construção dêsse motivo não podia ser esta: « A humanidade tem interêsse especial em salvar o Rio de Janeiro». Não existe no Rio de Janeiro uma só obra *única* pela qual se pudesse interessar àquele ponto a humanidade, que não interveio para salvar a catedral de Estrasburgo ou o museu do Louvre. A construção do argumento só pode ser esta: « E' do interêsse da humanidade firmar o princípio de que uma cidade sem defesa não pode ser bombardeada ou atacada ». A Alemanha não reconheceu tal caráter ao Rio de Janeiro e absteve-se de cooperar com as outras Potências. Note-se que as Potências não proibiram sòmente o bombardeio da cidade, proibiram qualquer ataque contra ela, têrmos que compreendem todo desembarque, ou tentativa de apossar-se de um ponto qualquer do litoral. Era a série tôda das operações de guerra, o que ficava proibido; pràticamente o que era defeso à revolta era expulsar do Itamarati o Govêrno legal; por outras palavras, era triunfar, porquanto nunca poderia triunfar sem atacar o Rio de Janeiro.

Tinha o Rio de Janeiro, nas condições em que se achava, o caráter de uma cidade militarmente indefesa, nos têrmos do Direito das Gentes? « Só as praças fortes, diz o art. 15 da Conferência de Bruxelas, podem ser sitiadas. Cidades, aglomerações de habitantes ou povoações abertas que não são defendidas não podem ser atacadas nem bombardeadas. » Em Direito Internacional o que não pode ser atacado é sòmente o que não se defende. O Rio de Janeiro, porém, era a capital onde estava o Govêrno com os quartéis, os arsenais, as instituições militares, os recursos bélicos todos da nação; era o quartel general de onde partiam as ordens para a resistência; era o centro das comunicações telegráficas e de ferro-viação do país. Não se tratava de uma cidade comercial, cosmopolita, mas do núcleo militar da resistência; da base das operações do Govêrno; do ponto exato em que a revolta precisava vibrar o golpe decisivo. Colocar, em tais condições, o Rio de Janeiro sob a proteção das potências estrangeiras era um ato

sem precedente no Direito Internacional, era desigualar, subverter as condições da luta.

O procedimento das potências, intervindo, alterou completamente o equilíbrio das fôrças. Para o Govêrno essa intervenção economizava um exército e supria uma esquadra. O pensamento das nações não fôra sustentar o Marechal, e, sim, proteger os seus interêsses; mas, do fato da intervenção, resultou imensa superioridade de posição para o Govêrno. Por isso, desde que intervinham para defender os interêsses dos seus nacionais, sem levar em conta a limitação do Direito das Gentes, as potências deviam ter procurado ser imparciais, e a imparcialidade nesse caso impunha-lhes reconhecer como beligerante o lado que elas tinham enfraquecido, quando o obrigaram a aceitar um armistício parcial no momento em que podia e precisava agir. Sem reconhecê-lo beligerante não deviam tratar com êle o acôrdo.

A QUESTÃO DA BELIGERÂNCIA

Quando o govêrno de Balmaceda perguntou à Inglaterra se aceitava a proibição da exportação de salitre, porque se propunha declará-lo contrabando de guerra, lord Salisbury respondeu — e a Alemanha conformou-se inteiramente com essa opinião —: « Se o presidente Balmaceda fizer semelhante declaração e proceder de acôrdo com ela, terá reconhecido que existe o estado de guerra; que as pessoas contra quem essa proclamação foi lançada são beligerantes. Caberia então aos Governos neutros reconhecer êles também êsse mesmo estado de coisas ».

Do mesmo modo podia lord Rosebery ter respondido: « Desde que o marechal Floriano Peixoto pede o apoio estrangeiro por não poder defender contra a esquadra revoltada a própria sede do Govêrno Federal, reconhece o estado de guerra, a superioridade do adversário, e às nações para quem êle apela não resta senão reconhecer êsse mesmo estado de coisas ».

Reconhecendo-os beligerantes, as potências dariam aos revoltosos uma compensação à sua generosa desistência de atacar o Rio de Janeiro. A isso, porém, até a última hora elas se negaram, ou, para falar com mais precisão, só à última hora se iam decidindo, se não fôsse, com surprêsa do próprio Gresham, a mudança brusca do almirante Benham. Foi nisso que consistiu o papel decisivo daquele almirante.

As potências tinham-se sempre recusado a reconhecer a beligerância dos revoltosos, mas a dificuldade de tratar com êles sem êsse reconhecimento, o desagrado de apelar constantemente para sua generosidade sem lhes fazer aquela concessão, o pouco cavalheirismo de empregar a fôrça contra êles depois de os haver reduzido à impotência contra o Govêrno, a ruptura por parte dêste do acôrdo que tão vantajoso lhe fôra, tudo preparava o reconhecimento, desde que êles tivessem uma organização regular, isto é, a autoridade militar separada da autoridade política e sujeita a esta. A revolta, é preciso dizer, não cuidou nunca de regularizar a sua posição; o reconhecimento dependia da existência de um govêrno responsável, que não fôsse um mero simulacro, como o de Santa Catarina. « O reconhecimento, telegrafava Gresham a Thompson em 25 de outubro, seria uma demonstração gratuita de apoio moral à rebelião, os insurgentes não tendo, aparentemente, até agora estabelecido e mantido uma organização política que justificasse êsse reconhecimento pelos Estados Unidos ».

Ainda assim os revoltosos eram tratados até certo ponto como se fôssem beligerantes, mais ou menos como os do Chile haviam sido, ainda que êles não tivessem a mesma organização, nem o mesmo *status* político que os Congressistas chilenos, os quais também nunca foram oficialmente reconhecidos beligerantes. E' um fato que, no princípio da revolta, a Reunião dos comandantes proibiu o desembarque para o Govêrno Federal de contrabando de guerra; que o Secretário de Estado dos Estados Unidos fazia depender da boa vontade de Saldanha da Gama a designação, sendo possível, de um

ponto para a descarga dos navios neutros que não interferisse com as operações militares (1). Os Estados Unidos estabeleciam um princípio que em ambas as hipóteses deixava a revolta inteiramente senhora do pôrto: « A interrupção do comércio neutro, dizia Gresham a Thompson em despacho de 11 de janeiro, só pode ser respeitada como matéria de Direito tomando uma de duas formas: ou de operações ofensivas e defensivas que tornem impossível a continuação do comércio na linha regular de fogo, ou recorrendo-se ao expediente de um bloqueio anunciado e efetivo. Se os insurgentes anunciarem o bloqueio do pôrto do Rio, a única prova de sua validade será o terem êles meios de o tornar efetivo ». A situação das potências, entre o Govêrno legal, e a revolta, era tão difícil que, em uma conferência do Corpo Diplomático, em 29 de janeiro, os ministros da Inglaterra, Bélgica, França, Itália e Portugal, — divergindo sòmente o dos Estados Unidos, — consideraram preferível reconhecer os revoltosos como beligerantes a empregar a fôrça contra êles (2).

Os insurgentes, de posse da ilha em que estão os depósitos de carvão de Wilson, Sons & C., baseando-se em que o carvão é considerado contrabando de guerra, proibiram às companhias que se fornecem naqueles depósitos levar carvão para a cidade. Os comandantes sob a presidência do almirante Benham, em 25 de janeiro, decidiram que Saldanha da Gama não tinha o direito de impedir o comércio de carvão, e, como êle anunciara que usaria da fôrça, resolveram telegrafar aos seus Governos pedindo autorização para usar também de fôrça. À vista dessa resolução Wyndham convocou uma reunião dos seus colegas. Nessa reunião êle declarou « que tinha

(1) « Mr. Gresham dá instruções a Mr. Thompson para induzir, de cooperação com o comandante das fôrças dos Estados Unidos e, se fôr possível, com outros, os insurgentes a designarem um lugar, se se puder achar, em que navios de nações neutras possam carregar e descarregar com segurança sem interferir com as operações militares ». Telegrama de 9 de janeiro em *Foreign Relations*.

(2) Telegrama do ministro americano ao Secretário de Estado de 29 de janeiro.

prevenido ao comandante Rolleston que não telegrafasse ao Almirantado pedindo instruções para empregar fôrça sem dar-lhe aviso para êle também telegrafar ao *Foreign Office*, e acrescentou que « não sabia se não era preferível reconhecer imediatamente os revoltosos como beligerantes a empregar a fôrça contra êles, referindo-se por essa ocasião ao fato de que o estado de sítio estava sendo prolongado pelo Govêrno em muitos dos mais importantes Estados do Brasil ». « Todos os presentes, exceto eu, diz Thompson, pareceram assentir ao que disse Wyndham » (1).

Foi esta situação, mesmo à última hora perigosa para o Govêrno, susceptível de resolver-se pelo reconhecimento da beligerância, que o almirante Benham cortou pela fôrça. Os outros comandantes conformaram-se com êle, mesmo porque, tendo o almirante Saldanha declarado livre a atracação aos trapiches dos navios mercantes de tôdas as bandeiras, não havia mais questão. Dêsse modo desapareceu a dificuldade que Wyndham achava melhor resolver pelo reconhecimento de que por um conflito com os insurgentes. O almirante norte-americano levou a sua hostilidade contra a revolta ao ponto de declarar a Saldanha que êle cometia um ato de pirataria interceptando na baía o próprio contrabando de guerra. Não era êsse o pensamento de Gresham quando escrevia a Thompson, em 11 de janeiro:

« O nosso principal e óbvio dever, além da neutralidade, é acautelar contra qualquer interferência desnecessária ou ilegítima, de qualquer dos dois lados hostis, os interêsses neutros inocentes e legítimos dos nossos cidadãos ». Seria compatível com a idéia de neutralidade a proteção armada dos Estados Unidos, na baía do Rio, ao contrabando de guerra? Entrava êsse contrabando de guerra nas instruções do telegrama de 11 de outubro de Gresham a Thompson? « Mr. Gresham dá instruções a Mr. Thompson para empregar os

(1) Ofício do ministro americano ao Secretário de Estado de 1 de fevereiro em *Foreign Relations*.

seus esforços em favor do *innocent trade* dos navios americanos e do comércio legítimo interno e externo de mercadorias pertencentes a cidadãos norte-americanos»? Será o contrabando de guerra absoluto — *innocent trade,* comércio neutro legítimo? Não quererá dizer *innocent trade* segundo o próprio dicionário americano de Webster: *not contraband, not subject to forfeiture,* — comércio que não é de contrabando, que não está sujeito a captura? Não dizia Gresham: — « O nosso principal e óbvio dever além da neutralidade »? Logo, a neutralidade. Era compatível com a neutralidade atravessar o contrabando de guerra imune sob a guarda da esquadra americana por entre os navios revoltosos advertidos de o não interceptarem, ainda que fôsse para fazê-lo verificar pelo próprio almirante Benham?

O ABANDONO DA ESQUADRA PELAS POTÊNCIAS

Outro ponto de importância é se a dignidade das potências representadas na baía permitia essa intervenção contra a revolta, desde que elas não pretendiam exercer igual pressão sôbre o marechal Floriano. As potências impediram a esquadra de atacar o marechal Floriano, mas, quando êste precisou de atacar a esquadra, nada disseram. Opuseram-se, invocando *interêsses superiores da humanidade,* ao bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro por iniciativa da revolta, mas não ao bombardeamento por parte do Govêrno. Em uma palavra, causaram a ruína da esquadra por haver esta confiado em um acôrdo, que elas pareciam garantir. Não foi no compromisso do marechal Floriano que se fiou o almirante Custódio de Melo; foi no caráter internacional que lhe dava a Reunião dos Comandantes. Quando êles lhe diziam: « Se o acôrdo fôr violado pelo marechal, nós vos deixaremos tôda liberdade de ação », podia êle responder: « Será muito tarde para nós; não teremos mais meios de resistir; se não nos dais outra garantia, desconheceremos a vossa intimação »? Podia o almirante Melo fazer isso? Debaixo dos canhões do marechal Floriano, podia desafiar o mundo?

Deferindo à intervenção, êle confiava que as potências se interessariam até o fim pela sorte da cidade, e que, quando nada mais pudessem conseguir, ao menos não recusariam a sua proteção à retirada da esquadra e ao grande número de vidas que ela abrigava.

« As mesmas razões em que SS. EE. se estribaram para impedir por parte da esquadra um ataque de viva fôrça sôbre a cidade do Rio de Janeiro », dirá aos comandantes o almirante Saldanha em 28 de janeiro, « deviam igualmente agora pesar no sentido de tornar igualmente respeitado, mesmo à fôrça, pelo govêrno do marechal Floriano Peixoto um pacto que êle quebrara à falsa fé ».

As potências, é certo, não podem ser acusadas de ter concorrido para o plano de operações que debilitou e extenuou as fôrças da revolta: não foi por inspiração delas que o almirante revoltoso aceitou uma luta parcial, inglória e inútil, contra as fortalezas da barra, o outro lado da baía e a fuzilaria de terra, em vez de preferir o bloqueio, ou, em todo o caso, conservar as fôrças disponíveis da revolução reunidas para sustentarem-se recìprocamente; não foi, sobretudo, por dissuasão delas que a revolta em seis meses não tratou de organizar um govêrno regular, com divisão de poderes, separação do político e do militar, não obstante ter tido posse de dois Estados e das águas do Rio de Janeiro. Admitido tudo isso, porém, foi sempre a intervenção estrangeira que inutilizou o poder da esquadra, fechada em um pôrto inimigo, tornando êste inatacável. « . . . Seja-me lícito perguntar a SS. EE., homens de guerra conspícuos como são todos, se as condições da esquadra são presentemente [em 28 de janeiro] as mesmas que em setembro, outubro ou novembro e dezembro findo? E não foram SS. EE. os culpados dessa situação desfavorável para a esquadra? » Nenhum dos comandantes estrangeiros que assistiram às reuniões responderia a êsse apêlo de Saldanha, contestando-o. Por isso, apesar de tudo, quando êle recorreu às potências interventoras, pelo menos uma tentativa devia ter sido feita para impedir a destruição da sua

esquadra que não podia mais ameaçar a cidade, procurando--se abrir-lhe passagem para fora da baía, onde ela pudesse encontrar a esquadra legal, longe do alcance dos morros fortificados em violação do acôrdo. Se nenhuma tentativa nesse sentido era justificada, a conclusão só pode ser que a própria dignidade impunha àquelas nações em outubro de 1893 absterem-se contra a esquadra de um veto a que mais tarde não poderiam obrigar o Govêrno.

O TERROR

E que situação era essa que os Governos estrangeiros assim amparavam? Êles não ignoravam que o estado de sítio tinha sido proclamado. Logo em 8 de setembro, Thompson telegrafa para Washington sugerindo que seja despachado imediatamente um navio de guerra *por ter sido autorizado o Govêrno pelo Congresso a declarar a lei marcial.* Não é crível que os ministros estrangeiros julgassem a situação pelo que diziam os jornais governistas, cujo silêncio sôbre as encarcerações de cada dia era tão rigoroso como o do *Semanário* de Assunção sôbre as vitórias da Aliança. Êles sabiam que não se transitava sem salvo-conduto, nem mesmo do Rio para Petrópolis; sabiam que o telégrafo estava seqüestrado — ponto sensível nas relações dos Governos estrangeiros com a ditadura. « Mr. Gresham dá instruções a Mr. Thompson para entender-se com as outras legações e fazer por nota separada representação ao Govêrno brasileiro quanto à suspensão de comunicações telegráficas, que causa especialmente neste momentos sérios prejuízos ao comércio » (1). Sabiam que a penitenciária do Rio de Janeiro e as outras prisões estavam repletas. Se ninguém podia achar excessivo que em uma cidade à beira-mar, à vista de uma esquadra inimiga, o Govêrno fizesse deter durante as operações de guerra as pessoas suspeitas de conivência com a revolta, o regímen da Casa de Correção impôsto a homens de caráter ilibado, ao que a so-

(1) Telegrama do Secretário de Estado ao ministro americano em 8 de setembro.

ciedade do Rio de Janeiro possuía de melhor, o modo por que se davam as buscas, o silêncio que se impunha a respeito das prisões, a incerteza do destino que aguardava os presos, a sua incomunicabilidade durante a encarceração, o susto em que viviam, até mesmo de serem sufocados à noite pela cal (1), êsse conjunto de medidas, próprias para inspirar terror e manter a cidade imóvel, constituía uma verdadeira e flagrante tirania. A Constituição dizia no art. 80 § 2º que durante o estado de sítio o Executivo não poderia usar de outras medidas de repressão senão o destêrro ou « a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns ». Que mais era preciso ao Corpo Diplomático do que a prisão de todos êsses suspeitos políticos na Casa de Correção para verificar que se tratava de um govêrno ao qual a lei não inspirava o mais leve respeito? E' certo que para evitar a dificuldade constitucional êle decretara que a parte da Correção em que estavam os presos políticos deixava de ser prisão comum; mas isso era a prova de que para êle não havia embaraço em iludir a lei, nem mesmo nos pontos em que o legislador tinha expressado o seu pensamento e estabelecido as suas limitações com a maior clareza de que é susceptível a linguagem. E de que modo iludia êle a Constituição? Com um gracejo desdenhoso, porque outra coisa não era êsse aviso que tirava ou suspendia a qualidade de « lugar destinado a réus de crimes comuns » a um edifício construído para êsse fim, do qual era inseparável a idéia, a humilhação, o efeito moral de penitenciária pública, que continuava a ser

---

(1) « Quando uma manhã desci para o banho e desviei-me do caminho que ordinàriamente seguia, verifiquei por mim mesmo que efetivamente, entre a 5ª e a 6ª galerias, bem como entre a 3ª e a 4ª que serve de enfermaria, existiam em cada corredor seis sacos de cal em pé, dispostos de espaço em espaço, encostados às grades internas dos cubículos de um e outro lado... Bem próximo do meu cubículo um companheiro, já combalido por irreparável desgraça, declarou-me não poder mais dormir desde que soube da verdade da coisa. Outro armou, por meio de um lençol aberto, uma tapagem que o isolava no cubículo da grade interna de onde devia partir a cal ». Alfredo de Barros, *Notas e Apontamentos sôbre minha prisão.*

em parte, e voltaria a ser no todo, conservado sob a guarda dos mesmos funcionários, e de cujos cubículos *os presos de cinturão* tinham saído apenas para abrir lugar (1).

Era talvez impossível imaginar no comêço da luta o desenvolvimento que êsse sistema de perseguição tomaria para o fim, e que culminará na prisão de José Mariano, pôsto na faxina na ilha das Cobras, e pior ainda na do coronel Gentil de Castro, que teve por habitação e leito, durante longas semanas, o chão úmido de um cárcere subterrâneo, onde as roupas lhe apodreciam no corpo.

O Corpo Diplomático dirá que não podia prever os horrores finais, mas o que êle sabia em outubro era bastante para adverti-lo de que, intervindo, as potências vinham em socorro de um despotismo sul-americano, perfeitamente caracterizado. A sua atitude só podia ser a dos representantes estrangeiros no Chile, que desde os primeiros atos de Balmaceda recusaram cooperar com uma ditadura que decretava o terror como medida de guerra e fazia justiça por suas próprias mãos.

O PRECEDENTE NACIONAL

Acabamos de analisar a responsabilidade das potências, intervindo: em poucas palavras pode-se definir a do Govêrno,

---

(1) « No mais a mesma prisão, a mesma barra de madeira, a mesma alimentação servida em asquerosas marmitas, o mesmo regímen, as mesmas penas e castigos, sem, entretanto, participarem dessa meia liberdade de transitar durante certas horas do dia ao ar livre, que não se recusa a êstes [os galés]... Ocupei o n. 143. Circunscritos ao limitado espaço de dezesseis palmos de comprimento e oito de largura sob teto abobadado, tínhamos em frente a grade que quase nos privava do ar e da luz e na parte posterior, encrustada em grossa parede, uma outra grade não menos forte que aquela. A mobília e utensílios compunham-se daquela barra de madeira, tendo por travesseiro uma espécie de caixote de largura da barra, um balde de ferro com tampa, a que se dá o nome de cubo, um barrilote de madeira pintada para água, a que chamam cantil, um caneco de fôlha de flandres com asa, um cobertor de lã escarlate e um caderno de papel pardo. No mais o bafio que denunciava a recente permanência do meu antecessor, às pressas removido para outra galeria dos presos de cinturão ». Alfredo de Barros, *obra citada*.

recorrendo à intervenção, sancionando-a e justificando-a. Todo o govêrno pode ser surpreendido pelo levante da esquadra, e, sendo essa esquadra poderosa, pode ela, bloqueando os portos e percorrendo a costa, colocá-lo em situação perigosa; qualquer esquadra estrangeira mais forte que se preste a apressar os navios rebeldes, ou a impedi-los de se servirem dos seus canhões, enquanto o Govêrno prepara a resistência, será um aliado eficacíssimo para êle. A questão é saber o que mais convém à nação, verificada a impossibilidade de resistir o Govêrno sem concurso de fora: que êle chame o estrangeiro em seu socorro — ou, mesmo sem o chamar, se aproveite da sua atitude hostil à revolta — ou que procure transigir com o adversário. O primeiro impulso é para aceitar o auxílio salvador, venha de onde vier; a razão política porém estabelece, quase como um axioma, que é preferível fazer ao adversário tôdas as concessões a receber o auxílio material do estrangeiro. Entre o princípio da autoridade e o da soberania, é melhor que a transação recaia sôbre o primeiro.

Admitindo o *contrôle* das cinco potências interventoras na baía do Rio de Janeiro, deferindo a elas as questões ocorrentes com os revoltosos, fazendo-as intermediárias e árbitros, o menos que se pode dizer é que o marechal Floriano reconheceu o exercício de uma tutela — a título provisório, condicional, voluntário, pouco importa — fora da Constituição, e autorizou que funcionasse dentro do território brasileiro uma jurisdição militar estrangeira — o seu caráter arbitral, pouco importa — superior à do Govêrno.

Terá essa gravíssima anomalia ulteriores conseqüências? Quem sabe? O precedente internacional, porém, a lição dada pelo Govêrno ao país e ao mundo, foi esta: que, à primeira dificuldade súbita, à primeira perturbação na vida política do país que os recursos do Govêrno não bastem para debelar, o pensamento de todos deve ser solicitar o concurso estrangeiro. Não há absolutamente diferença alguma entre pedir a navios de guerra estrangeiros que apresem ou contenham navios nacionais rebeldes e pedir a batalhões estrangeiros na

fronteira, ou nos portos a fôrças estrangeiras de desembarque, que venham bater batalhões de linhas insurgentes.

Não pode haver nada mais errôneo do que pretender-se que a revolta foi sufocada pelo entusiasmo republicano. Decerto, os batalhões voluntários e a Guarda Nacional prestaram bons serviços ao Govêrno (não tantos quanto o recrutamento no Norte), repelindo os ataques como o da Armação; a grande vitória, porém, não foi ganha por batalhões em terra, foi ganha pela fortificação da cidade, e essa fortificação o marechal Floriano Peixoto só a levou a cabo graças ao braço forte que em outubro e mesmo em setembro a esquadra estrangeira lhe prestou indiretamente.

A vitória da Legalidade, tal qual foi obtida em 13 de março — vitória única, pode-se dizer, porque foi em continuação dela que Gumercindo bateu em retirada para o Sul, porque o abandono e isolamento do *Aquidabã* em Santa Catarina foi ainda um efeito da mesma causa — a vitória de 13 de março foi originária e principalmente devida à inutilização do poder agressivo da esquadra no pôrto do Rio de Janeiro de setembro a janeiro, o que quer dizer que foi devido à intervenção estrangeira. O efeito dessa intervenção não pode ser apagado. Sem ela talvez o marechal Floriano acabasse vencendo, mas sòmente, como Juarez, depois de retirar-se para as montanhas do interior; do modo por que venceu, venceu graças ao auxílio estrangeiro, e êsse elemento pronto, fácil, seguro de vitória em nossas lutas civis constitui o precedente mais perigoso da sua administração.

Ao mesmo tempo, entretanto, que era assim auxiliado pelas potências, a imprensa governista espalhava todos os dias a prevenção contra elas de que estavam sustentando os insurgentes! Dêsse modo, o Govêrno procurava tirar todo o partido possível, simultâneamente, da intervenção estrangeira e da prevenção contra a intervenção. Mais ainda. O mesmo Govêrno que entregou às principais potências européias, por uma conveniência passageira, o princípio protetor da autonomia americana, o princípio da não intervenção, a

Alemanha sendo a única a não lhe aceitar a renúncia, fazia espalhar nos Estados Unidos, para ter a proteção do precedente mexicano, que a Europa maquinava uma intervenção no Brasil, para restabelecer a monarquia. Isto é, depois de ter recebido o *apoio material* da Inglaterra, como disse lord Kimberley, apoio indireto como fôra, o Govêrno queria o apoio material direto dos Estados Unidos.

A revolta, que aliás dispôs sempre de pouco pessoal habilitado, sobretudo para o manejo de artilharia, perdeu-se por falta de união e acôrdo entre os elementos da Marinha que estavam dispostos ao movimento; por demasiada confiança do almirante Melo de que o 6 de setembro seria um novo 23 de novembro; perdeu-se, mais, por falta de unidade de comando e dispersão dos navios e das fôrças; por não ter pensado em se organizar pollticamente, sendo o govêrno de Santa Catarina um poder secundário; por mal-entendida generosidade com um inimigo que não dava quartel — quem não quer empregar os meios de guerra não faz a guerra, sacrifica inùtilmente os seus subordinados, como essa valente marinhagem de Villegaignon que, enquanto se batia de frente a canhão com as fortalezas da barra, era derribada de terra, pelas costas, a tiro de fuzil; perdeu-se por excessiva deferência aos desejos das potências, desistindo do emprêgo dos meios que pertencem a todo beligerante de fato; por esperanças vãs em movimentos na cidade, que o Terror impedia de congregar; por não ter sempre presente a importância de ganhar tempo para o beligerante que tem todos os recursos de dinheiro e a de economizá-lo para o que não o tem. Mas a causa primária do insucesso da revolta foi o golpe da esquadra estrangeira que a paralisou e o acôrdo ilusório de 5 de outubro, em que ela se deixou enlear.

O MARECHAL FLORIANO

Nos últimos dias da Comuna, conta Maxime du Camp, Thiers recebeu a visita de três personagens que vinham fazer uma suprema tentativa de conciliação: « Vós sereis vence-

dor, diziam-lhe êles, não temos dúvida: entrareis em Paris, ao rufar dos tambores, pela brecha aberta, nós o sabemos, e a gente da Comuna o sabe também; mas o Louvre será queimado, queimado o Hotel de Ville, queimada Nôtre Dame; queimarão tudo, e não entregareis ao país senão um montão de cinzas». Thiers relutou ainda, mas, insistindo êles, afinal lhes disse: «Pois bem! ainda que eu não possa acreditar no que me dizeis, quero fazer um esfôrço para salvar êsses desgraçados. Eis as minhas três condições: Os insurgentes deporão as armas; eu não farei nenhum processo abaixo do grau de coronel; as portas de Paris ficarão abertas durante três dias.» A Comuna não aceitou essas condições e prendeu os intermediários, mas Thiers tinha mostrado que não levava a intransigência à indiferença pela destruição mesmo do que era impossível à arte moderna reproduzir.

O Rio de Janeiro não tinha os tesouros artísticos e literários, a riqueza acumulada em Paris pelo gênio da França, nem os seus sacrários históricos; ainda assim, para o marechal Floriano havia muito que salvar, preferindo a transação ao extermínio. Havia pelo menos a susceptibilidade do país, a quem a própria imprensa estrangeira advertia: «Não chameis o estrangeiro em vosso socorro!» (1).

Falando em absoluto, um govêrno colocado na posição em que se achou o marechal Floriano Peixoto deveria julgar preferível a conciliação com os revoltosos a tornar-se, de fato, o protegido das potências. Diante delas o almirante Melo, que sofria uma imposição, estava melhor do que o Govêrno,

(1) Com relação à estranha polêmica a que antes me referi entre a imprensa governista e a estrangeira, insistindo aquela por uma intervenção franca, e esta defendendo a atitude neutral, é preciso acrescentar aos jornais estrangeiros a *Etoile du Sud*, que escreve fortemente neste gênero, contra a intervenção, até ser suspensa: «Em lugar de apelar para o estrangeiro em vossa perturbação, voltai-vos ao contrário e todos ao mesmo tempo para o marechal Floriano Peixoto e o almirante Custódio de Melo. Conjurai-os a pôr fim a esta guerra, que ensangüenta o país que vos legaram os vossos antepassados, sem nunca terem pensado que um dia chamaríeis o estrangeiro para defendê-lo». *Etoile du Sud*, de 30 de setembro.

que lhes aceitava o socorro. Fala-se constantemente em Juarez. Mas o que constitui a reputação de Juarez é exatamente a resistência à intervenção estrangeira. Fala-se em Lincoln... Imagine-se, porém, no Congresso americano, depois da Guerra da Secessão, um projeto semelhante ao que foi apresentado no nosso Senado, mandando cunhar *em memória da Guerra Civil brasileira* duas medalhas de ouro e paládio: uma, com a efígie do presidente Cleveland, para ser oferecida ao marechal Floriano Peixoto, e outra, com a efígie de Floriano, para ser oferecida a Cleveland? Que mostra essa união simbólica dos dois presidentes na medalha de uma guerra civil senão que no próprio instinto de susceptibilidade nacional houve um profundo desequilíbrio, uma confiança crédula no apoio desinteressado do estrangeiro, um impulso para envolvê-lo em nossas questões internas? — o que tudo é ignorar que a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sôbre um Estado independente a sombra do protetorado.

Não entra no meu assunto apurar se o marechal Floriano podia vencer apelando sòmente para o entusiasmo da nação e para os seus recursos de estratégico, de que aliás não ficou um só padrão, nem nas campanhas do Rio Grande, de Santa Catarina e do Paraná, nem nesta baía nas suas operações contra a esquadra.

E' certo que tôdas as imperfeições dos seus planos se explicariam pela mesma causa a que lord Wolseley recentemente atribuiu à fraqueza de Napoleão depois de Smolensk, depois de Dresda, depois de Ligny, quando podia ter aniquilado os Aliados, a saber: a depressão do seu organismo, minado por uma doença fatal. Da parte de um homem, que visìvelmente estava adiando a morte no seu pôsto, como um soldado de prontidão, não se podia esperar que o cérebro funcionasse com a espontaneidade e a inspiração dos organismos sãos, em plena fase criadora. Não quero negar, ignorando o gênio e o relance do general em chefe, que o marechal Floriano tivesse revelado no Itamarati algumas qualidades de

primeira ordem. Foram estas, porém, a tenacidade, a solidez férrea com que êle, em uma época de frouxidão e diante de uma revolta senhora da baía, apurou a obediência, a fidelidade, a submissão do Exército, desde as mais altas patentes, até convertê-lo no instrumento que foi em suas mãos. Uma reserva, há que fazer: que êle conseguiu êsse prestígio empregando processos incompatíveis com o próprio instinto militar; não, fiando-se no ascendente da sua categoria, da sua pessoa, ou da sua causa, nem no espírito de classe; mas, como Balmaceda, dando em uma guerra civil soldos de campanha; atribuindo ao elemento militar uma partilha política injustificável: por deposição, êle fizera de majores, capitães, tenentes, governadores de dez Estados; afetando perante o Exército o mais estudado desdém pelo Congresso, pelos seus ministros, pelo Supremo Tribunal como, depois, pelo seu sucessor, a quem deixou um palácio deserto; criando ao lado das fôrças regulares um exército revolucionário de segurança; dando às últimas patentes preponderância sôbre as mais elevadas, das quais eram os guardas e os fiscais, tanto no quartel-general e outras repartições como nos acampamentos, nas fortalezas e a bordo dos navios: o que tudo quer dizer que êle inverteu de alto a baixo a hierarquia dos postos, as leis da obediência; que subordinou o Exército, não pelo espírito de disciplina, nem pelo amor da glória, mas por uma adesão pessoal mantida à custa de todos os princípios e obrigações do espírito militar. A verdade é que êle exerceu o mando incontestado, absoluto, como ninguém antes dêle, mas que o adquiriu mediante uma transação que nenhum general em uma grande luta poderia deixar de considerar fatal à sua autoridade: a de governar um exército à maneira por que os tribunos governam os partidos revolucionários e que um dêles definiu na célebre frase: « Chamam-me seu chefe, porque eu os acompanho ».

A decisão, a atividade e a resolução extremas não eram característicos até então conhecidos do marechal Floriano. O papel secundário, ainda hoje enigmático, que êle repre-

sentou no 15 de Novembro e no golpe de estado Lucena e a sua quase subalternidade no comêço da presidência não deixavam suspeitar aquela têmpera. O episódio da mudança da bandeira positivista, decerto, não é significativo de vontade firme e inabalável, e basta para mostrar que o *jacobinismo* que êle afetou mais tarde foi um recurso de ocasião. E' difícil dizer se foi a ambição (1), ou o papel que lhe atribuíram, ou a vingança jurada, o que lhe emprestou uma alma que antes êle nunca imaginaria caber em si, diferente de tudo que até então se tinha visto em nossa raça, que por isso a impressionou profundamente, sendo, entretanto, a fibra ordinária dos antigos caudilhos do Prata.

Ao lado da tenacidade do soldado há que lembrar a sua impassibilidade, mais extraordinária ainda — a sua inércia, pode-se dizer, — capaz de lançar nos cubículos da Correção, como nos Piombi e nos Pozzi de uma outra Veneza, os seus ministros da véspera, os seus camaradas do Paraguai, presidentes de província sob quem servira, os seus colegas do Govêrno Provisório, senadores e deputados que o elegeram ou conspiraram com êle, os seus amigos de tôdas as épocas, sem que se soubesse a súplica capaz de o mover. Nesse traço, em que se acentua fortemente a influência que o cercava, tão diversa do ambiente social em que fêz tôda a sua carreira e que produzira outrora a generosidade, por exemplo, de um Caxias (2), deve-se talvez reconhecer também o indi-

---

(1) A seguinte pintura é pelo próprio calor da expressão uma prova de retrato e, pela coincidência dos traços, visìvelmente, o do marechal Floriano: « Há um gênero de ambição inerte e retraída, como certos reptis, que se enrosca na obscuridade, à espreita da ocasião que lhe passe ao alcance do bote. Os indivíduos dessa família moral, silenciosos, escorregadios e traiçoeiros, passam às vêzes a maior parte da existência quase ignorados, até que a oportunidade fatal os favoreça. Então o instinto originário lhes desperta as faculdades dormentes, a espinha desentorpecida coleia-lhes sob as descargas de um fluido sutil, e vêem-se êsses preguiçosos, êsses flácidos, êsses sonolentos desenvolver inesperadamente a distensibilidade, a flexibilidade e a tenacidade das serpentes constritoras ». Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, 1896, pág. 274.

(2) Em 1832, nesta cidade, o major Frias, depois de uma sedição em que proclamara a República, sendo perseguido pela multidão, re-

ferentismo característico das primeiras retrações da vida nos organismos sujeitos a choques, abalos e vibrações maiores do que podiam tolerar. E' fato singular que quase todos os principais atores da República, Deodoro, Benjamim Constant, Floriano Peixoto, tiveram que representar um papel para o qual não só não estavam talhados, como também não tinham a precisa reserva e economia de fôrças, e que por isso os fulminou na cena. Com o 89 brasileiro repete-se a imagem girondina, o caso da Revolução Francesa de *Saturno devorando os seus próprios filhos.*

Essa insensibilidade, que será a mesma, depois da vitória, diante dos massacres, esclarece a frase com que o marechal Floriano entrou na história da República, quando respondeu, em 15 de novembro, ao visconde de Ouro Prêto que lhe perguntava por que não fazia tomar à baioneta a artilharia do general Deodoro e lhe lembrava o que os nossos soldados tinham feito no Paraguai: — *Sim, mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros* (1).

A essas qualidades inteiramente excepcionais de fôrça e domínio, que foram nêle a criação tardia e final do meio ou da morte, é preciso acrescentar três qualidades políticas mestras, e que, estas, eram próprias e estão de acôrdo com o que se sabe dêle no 15 de novembro, no 23 de novembro e no

---

fugiou-se em uma casa da rua do Areal. Caxias, então Luís Alves de Lima e Silva, comandante do Corpo de Permanentes, cercou a casa suspeita, diante da qual o povo se conservava reunido em atitude ameaçadora. Convidado pelo dono da casa a entrar só, percorreu êle os diversos aposentos; um quarto estava fechado, e dando volta à chave, Caxias reconheceu o major Frias. Fechando bruscamente a porta, chegou à sacada e, garantindo que não se achava ali o fugitivo, pediu a todos que se retirassem. Dias depois, Frias escapava-se para a Europa. Compare-se agora. Durante a revolta estiveram longos meses na Correção os moradores de diversas casas do Catete, cujo crime, na pior hipótese, só podia ser terem deixado fugir alta noite pelos seus terrenos dois presos políticos que se haviam evadido da estação de polícia com risco de vida. A lei do Terror não podia ser levada mais longe. O fim dessas prisões só podia ser paralisar na população os sentimentos todos de humanidade e compaixão.

(1) Visconde de Ouro Prêto, *Advento da Ditadura Militar no Brasil,* Paris 1891, pág. 66.

expressando a opinião individual de um homem que julgou ter o direito, ao oferecer a sua vida, de fazer aquêle testamento da sua fé política. Não querendo, por um lado, envolver-se em uma revolução cujo caráter político desconhecia, nem, por outro lado, associar-se a uma vitória que êle sabia ser a perseguição e o extermínio da sua classe, não podendo servir com a sua espada um poder que oferecera à cobiça estrangeira os navios de guerra brasileiros e que se colocara sob a proteção da esquadra das potências, o almirante preferiu a qualquer dessas hipóteses reservar-se para a hora da transação entre o Exército e a Armada, que lhe parecia a única solução patriótica. Êle não viu de um lado Custódio e do outro Floriano; viu de um lado a Armada e do outro o Exército, e desejou um acôrdo entre êles, em vez da humilhação do que se mostrasse mais fraco. Foi essa visìvelmente a sua política. A própria neutralidade de Saldanha da Gama era a prova de que a revolta não tinha caráter monárquico. Se tivesse, se fôsse possível dar-lhe êsse caráter com probabilidade de êxito, com adesões na fôrça de terra, e ela se impusesse ao seu patriotismo como o meio de reorganização do país anarquizado, êle é que se teria pôsto à frente dela. O seu pronunciamento em dezembro é já uma adesão a uma causa vencida; apesar da confiança que êle aparenta, das ilusões que por vêzes parece abrigar, o que se vê é que o ponto de honra militar, é a coragem de cair com a sua classe, e não a ambição, o sentimento que o trabalha interiormente.

Nem a aliança política de Saldanha, à frente da esquadra no Rio de Janeiro, com Silveira Martins, inspirador principal do movimento rio-grandense, bastava para imprimir à revolução caráter monárquico. Se a preferência de ambos era pela monarquia, para quem decompõe os elementos ativos da revolução e sabe a feição que o seu triunfo ia tomando e a situação política que se formava espontâneamente em cada um dos Estados, é evidente que êles nunca teriam fôrça para tentar, se vencessem, a reação monárquica, porque só a revelação de semelhante pe[illegible]

fusão dos vencedores com os vencidos. Seria contrário a tôda a experiência da história quererem os vencedores no dia da vitória inutilizar o seu triunfo, provocando uma nova guerra civil contra si mesmos. O movimento era evidentemente de caráter e forma revolucionária, dêsses, como a história de tôda a revolta o demonstra, em que o papel dos chefes é acompanhar à frente.

A simpatia dos monarquistas pela revolta foi um fato, mas igual simpatia tiveram êles pelo 23 de Novembro e até pelo golpe de Estado: o que quer dizer que êles viviam na esperança de um Termidor que amortecesse o espírito revolucionário e eliminasse os terroristas. Êles iludiam-se esperando, e ao Govêrno cabia ver que êles se iludiam, e não tratar um cálculo otimista, uma pura quimera de proscritos, como um perigo nacional que justificasse até o apêlo ao estrangeiro.

Se houve, entretanto, uma guerra civil em que a transação fôsse fácil, foi essa, e desde que se tratava de um duelo entre o Exército e a Armada, e o Govêrno precisava apelar para o estrangeiro, a transação, *militarmente,* devia ter intervindo. O marechal Floriano não podia ter invencível repugnância em tratar com o chefe da Revolta de 6 de setembro. Fôra êste que o colocara na presidência em 23 de novembro; que restaurara o Congresso dissolvido; que restabelecera a Constituição. Fôra êle que, respondendo pela esquadra, tinha tornado possível a sufocação da revolta de Santa Cruz só com os batalhões suspeitos de fidelidade a Deodoro. Por último, fôra êle que chamara sôbre si o odioso, que em primeiro lugar devia caber ao chefe do Estado, do triângulo mortífero do Amazonas para onde foram mandados os presos do 10 de Abril. A neutralidade de Saldanha da Gama e de grande parte da Marinha facilitava uma transação honrosa, cujo resultado seria apenas adiantar de meses a eleição do novo presidente, e o marechal Floriano prestava à sua classe, compondo-a com a Marinha, melhor serviço do que deixando em nossa história militar a página dos morticínios do Rio, do Destêrro e do Paraná.

ÍNDICE

BALMACEDA

A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA DURANTE A REVOLTA DE 1893

DESTA PRIMEIRA EDIÇÃO DAS OBRAS COMPLETAS DE JOAQUIM NABUCO, SÃO TIRADOS 325 EXEMPLARES, EM PAPEL ESPECIAL, DOS QUAIS 25 FÓRA DO COMÉRCIO, NUMERADOS DE I A XXV, E 300 EXEMPLARES NUMERADOS DE 26 A 325.

*

IPÊ - INSTITUTO PROGRESSO EDITORIAL, S. A.
25 DE ABRIL DE 1949 EM SÃO PAULO